



**Denise Pereira  
(Organizadora)**

**Diversidades:  
Diferentes,  
não  
Desiguais 2**

Denise Pereira  
(Organizadora)

# Diversidade: Diferentes, não Desiguais 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Lorena Prestes e Karine de Lima

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 2 /  
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-091-9

DOI 10.22533/at.ed.919190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.  
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO	
Francisca Maria da Silva Barbosa Iara Maria de Araújo Tatiane Bantim da Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9191905021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
DEL ESTIGMA AL SUJETX POLÍTICX: UNA ARQUEOLOGÍA DE LA MEMORIA HISTÓRICA TRANS SALVADOREÑA	
Amaral Arévalo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9191905022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
PRECISAMOS FALAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE DO FILME AZUL É A COR MAIS QUENTE	
Glaucy de Sousa Santana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9191905023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>41</b>
SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DA MASCULINIDADE FRENTE ÀS “MULHERES MODERNAS”	
Ingrit Machado Jeampietri de Paiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9191905024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
RECORTES DA SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA EM OLHOS D’ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO	
Ana Caroline Genésio Rodrigues Maria Aparecida Nascimento de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9191905025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
UM CHOPP PRA DISTRAIR: DISCURSO PUBLICITÁRIO E GÊNERO	
Anselmo Lima de Oliveira Alfrancio Ferreira Dias Simone Silveira Amorim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9191905026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE RAÇA E GÊNERO	
Júlia Castro John	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9191905027</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO DIREITO BRASILEIRO	
Anna Christina Freire Barbosa Walney Moraes Sarmiento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9191905028</b>	

**CAPÍTULO 9 ..... 91**

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE O PÚBLICO LGBT COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ EM LOCAIS HOMOAFETIVOS NA CAPITAL CEARENSE

David Sousa Garcês  
Fábia Costa  
Diêgo Matos Araújo Barros  
Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz  
Valeska Denise Sousa Garcês

**DOI 10.22533/at.ed.9191905029**

**CAPÍTULO 10 ..... 100**

UNIVERSIDADE PÚBLICA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC

Fabiana Nogueira Chaves  
Maurício Pimentel Homem de Bittencourt

**DOI 10.22533/at.ed.91919050210**

**CAPÍTULO 11 ..... 116**

A ESCRITURA DE AUTORIA FEMININA EM A PAIXÃO DE LIA, DE BETTY MILAN, E AS DOZE CORES DO VERMELHO, DE HELENA PARENTE CUNHA

Giovanna de Araújo Leite

**DOI 10.22533/at.ed.91919050211**

**CAPÍTULO 12 ..... 126**

A INTERFACE DO SEMBLANTE E DA PULSÃO ESCÓPICA ATRAVÉS DO RELANCE DO RAPAZES ALEGRES EM QUEER EYE

Eider Madeiros  
Hermano de França Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.91919050212**

**CAPÍTULO 13 ..... 138**

A APROPRIAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA FICÇÃO COMO ARTIFÍCIO FIRMADOR DO DISCURSO MACHISTA

Raíssa Feitosa Soares  
Emannuely Cabral de Figueiredo  
Lissa Furtado Viana  
Otávio Evangelista Cruz

**DOI 10.22533/at.ed.91919050213**

**CAPÍTULO 14 ..... 147**

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE KEHINDE E RAMI: UMA ANÁLISE DA OBRA DE ANA M. GONÇALVES E P. CHIZIANE

Aparecida Gomes Oliveira  
Lídia Maria Nazaré Alves  
Rhanielly Gomes Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.91919050214**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>158</b>
A INFLUÊNCIA QUE O CONSELHO DA MULHER EXERCE NO TOCANTE A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA	
Sara Regina Santos Oliveira David Sousa Garcês Fábia Costa Diêgo Matos Araújo Barros Valeska Denise Sousa Garcês	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91919050215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
A CAPOEIRA ANGOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
Janayna Rocha Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91919050216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>180</b>
A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM TERRA SONÂMBULA	
João Philippe Lima Daniela de Sousa Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91919050217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>190</b>
AS REPERCUSSÕES DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PADRÃO DE SAÚDE-DOENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA	
Luysa Gabrielly de Araujo Moraes Regina Moraes da Silva Araujo Lucas Paoly de Araujo Moraes José João Araujo Neto Janice Alves Trajano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91919050218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>197</b>
BRASIL: A ÁFRICA NA AMÉRICA DO SUL	
Jorge Yuri Souza Aquino Leite Rodrigues Lins Maria Eduarda Henrique Mascarenhas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91919050219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>205</b>
BRUXA E ADÚLTERA (A <i>GLORIOSA FAMÍLIA</i> (1997), DO ANGOLANO PEPETELA)	
Denise Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.91919050220</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>219</b>

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

**Francisca Maria da Silva Barbosa**

Universidade Regional do Cariri, Crato, Ceará.

**Iara Maria de Araújo**

Universidade Regional do Cariri, Crato, Ceará.

**Tatiane Bantim da Cruz**

Universidade Regional do Cariri, Crato, Ceará.

**RESUMO:** Quando se fala em gênero e educação, inúmeras questões podem ser debatidas. As desigualdades de gênero percorreram toda a história educacional desde os primórdios, continuando até os dias de hoje. Este trabalho busca refletir sobre a introdução da temática de gênero nas políticas públicas de educação. O objetivo central é perceber quais os desafios enfrentados para que essa discussão aconteça no ambiente educacional e qual a trajetória da inclusão desse tema no âmbito das leis, programas e planos educacionais. Embasamo-nos em Louro (2000, 1996) para as definições sobre gênero, Stromquist (1995) para compreender o conceito de políticas públicas e os discursos que norteiam suas criações e Vianna e Unbehaum (2007) para compreender a inclusão do tema diversidade nas políticas educacionais. A investigação, de cunho bibliográfico, evidenciou que o debate em torno do tema provocou (e ainda provoca) alterações no que se conhece como estereótipos femininos e masculinos, e que os

ambientes educacionais, apesar de todos os avanços, ainda têm pela frente o grande desafio de garantir melhores condições de trabalho, de formação e de construção de valores direcionados para a redução do sexismo e do preconceito de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Educação. Políticas Públicas.

**ABSTRACT:** When talking about gender and education, many issues can be debated. Gender inequalities have traced the entire educational history from the earliest, continuing to the present day. This work seeks to reflect on the introduction of the gender theme in public education policies. The central objective is to understand the challenges faced by this discussion in the educational environment and the path of inclusion of this topic within the framework of laws, programs and educational plans. We base ourselves in Louro (2000, 1996) on the definitions of gender, Stromquist (1995) to understand the concept of public policies and the discourses that guide their creations and Vianna and Unbehaum (2007) to understand the inclusion of diversity in politics education. The bibliographical research has shown that the debate around the theme has provoked (and still provokes) changes in what are known as female and male stereotypes, and that educational environments, despite all the advances, are still

facing the great the challenge of guaranteeing better working conditions, training and the construction of values aimed at reducing sexism and gender bias.

**KEYWORDS:** Gender. Education. Public Policies.

## 1 | INTRODUÇÃO

A problemática das desigualdades de gênero é incorporada pela agenda governamental desde a década de 80 sob o impacto do processo de redemocratização do país, do movimento feminista e pela presença de mulheres nos diversos movimentos sociais, e em diversos espaços de trabalho sejam públicos ou privados. As reivindicações estavam centradas em temas específicos à condição feminina, entre eles o direito a creches, saúde, educação, sexualidade e fim da violência contra a mulher.

O tratamento de assuntos diretamente ligados às mulheres além de disseminar a discussão sobre essas questões, envolveu também forte crítica à ação do Estado, que segundo os movimentos (feminista e de mulheres) se esquivava frente à elaboração de propostas de políticas públicas que contemplassem as questões de gênero, atuando assim nas desigualdades entre homens e mulheres e no combate aos preconceitos. Compreende-se o espaço público como locus da corporificação da cidadania e espaço de embates discursivos, planejamento e execução de políticas e, portanto, lugar onde se expressam identidades múltiplas e plurais, individuais e coletivas. Neste debate os marcadores sociais da diferença, seja de gênero, classe, raça e etnia, religião e, tantos outros, remetem para os pertencimentos sociais múltiplos que um indivíduo possa se reconhecer, demarcando também lugares sociais diferenciados. Ao se interseccionar, esses marcadores complexificam as diferenças gerando hierarquias e desigualdades sociais.

Lançando um olhar sobre o campo da educação percebe-se uma grande arena em conflito. Ao tempo em que as marcas das diferenças se faz presente e se faz notar nos contextos educacionais, uma educação para a igualdade e o respeito às diferenças tem pautado o debate em defesa de uma educação inclusiva que garanta o acesso e permanência de todos, que questione e combata práticas legitimadoras de desigualdades, práticas essas cotidianamente reforçadas e legitimadas no ambiente escolar, a partir de uma perspectiva homogeneizadora e monocultural.

Neste embate, as políticas direcionadas à educação que atentem para a pluralidade cultural podem trazer para o centro do debate a reflexão sobre gênero, sexualidade, questões étnico raciais, e outras, problematizando então a convivência com as diferenças sem transformar em desigualdades.

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a inclusão dos temas diversidade e gênero nas políticas públicas de educação, na tentativa de explicitar como essa temática tem sido incorporada pelos principais documentos que implementam

a educação nacional e como essas ações refletem nos currículos e ambientes educacionais.

## 2 | POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

As políticas públicas podem ser compreendidas como um instrumento e avanço no combate às desigualdades. Mais do que ações compensatórias, elas podem atuar como propostas de ações positivas que vão garantir tratamento diferenciado a um grupo que não tem seus direitos garantidos.

As políticas públicas podem assumir múltiplas formas: legislação, recomendações oficiais em relatórios de organismos e departamentos governamentais e resultados apurados por comissões apontadas pelos governos (STROMQUIST, 1995, p.1).

Essas políticas, em muitos casos, são propostas e estabelecidas, por conferências, convenções, entre outros eventos, criando para os diversos países o compromisso de seguirem determinadas recomendações a fim de, entre outras coisas, solucionar problemas que ocorrem considerando a forma como certas problemáticas têm sido encaradas pela sociedade.

Focando a discussão na temática de gênero, inúmeras conferências nacionais e internacionais foram realizadas, desde o ano de 1995, no intuito de elaborar propostas e intervenções ou mesmo dar visibilidade aos problemas que atingem o público feminino.

A IV Conferência Mundial Sobre a Mulher realizada em Beijing na China em 1995, foi um dos principais eventos que consolidou a discussão de gênero nas reivindicações de políticas públicas. Nesse evento foi estabelecida uma série de diretrizes e ações, focando a relação Estado e sociedade e a condição da mulher. Foi debatida a necessidade e urgência da inclusão da perspectiva de gênero no campo das políticas públicas. Essas diretrizes abordavam questões sobre a violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, reforma agrária, acesso ao poder político e *empowerment*, educação e a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública numa perspectiva de transversalidade. No relatório dessa conferência a educação foi percebida como um espaço importante de combate a todas as formas de desigualdades, e que a escola, por meio de suas práticas e reflexões, possa, ao invés de reforçar e estimular preconceitos e estereótipos, promover uma educação para a equidade de gênero, onde as diferenças sejam acolhidas e valorizadas e não transformadas em desigualdades sociais. Vinte sugestões de atividades e atitudes para serem desenvolvidas no cotidiano escolar *são sugeridas pelo relatório no combate às práticas discriminatórias* (ARAÚJO, et all, 2014).

Embora tenham ocorrido avanços, o Estado ainda tem se mostrado insuficiente quanto às exigências do movimento de mulheres através de muitas concessões que, embora melhorem a situação, não eliminam os obstáculos fundamentais para que realmente aconteça a equidade de gênero.

Numa apreciação do comportamento dos Estados, as teóricas feministas observaram que as políticas estatais nem sempre tendem para o *status quo*. Enquanto os Estados consideram a mulher e a família como um duo inseparável, no qual os problemas de uma se tornam os problemas da outra, com frequência assumem políticas públicas contraditórias em relação às mulheres. Por um lado, a necessidade de contar com elas como sendo mães e esposas induz o Estado a formular projetos muito convencionais nas linhas de gênero (STROMQUIST, 1995, p.3).

As políticas públicas com enfoque de gênero, surgem, portanto, como uma estratégia que visa oferecer ao público feminino meios de conquistarem direitos que são seus, mas que foram tirados, devido a uma ideologia que não permite a apropriação dos mesmos. É contra essas desigualdades relativas às mulheres, nas diferentes áreas, (econômicas, sociais e políticas) que persistem no mundo todo, que o movimento de mulheres tem lutado ativamente.

### 3 | POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O FOCO NO GÊNERO E NAS DIFERENÇAS

Quando se pede pela inclusão do debate de gênero na educação não se trata apenas em ampliar o número de vagas e possibilitar o acesso do público feminino, mas de corrigir problemas recorrentes nas escolas e em outros espaços de formação, dentre os quais pode ser citado: o despreparo dos/as gestores/as, diretores/as, professores/as e demais profissionais da educação em relação às políticas focadas nas questões de gênero, de orientação sexual e no combate das discriminações étnico-raciais (VIANNA E UNBEHAUM, 2004).

No Brasil, como em muitos outros países da América Latina, existe uma relativa paridade entre meninos e meninas, na educação. Curiosamente, no Brasil, as mulheres têm um percentual de matrículas ligeiramente mais alto que o dos homens nos níveis secundários e terciários de instrução. Muitas dessas mulheres se matriculam em escolas para professoras e outras continuam sua educação como um meio de ter condições de reduzir a discriminação de gênero na força de trabalho. (STROMQUIST, 1995, p.10).

Esse percentual de matrículas mais alta, das mulheres em relação aos homens, acabou por se transformar, em alguns países em desenvolvimento, (não sendo esse o caso do Brasil) numa desculpa, pois a ideia que se tem é que, se os homens abandonam a educação com maior frequência que as mulheres, não haveria necessidade de uma política pública educacional de gênero, uma vez que esses seriam mais desfavorecidos do que elas.

Em nível de educação superior o problema vai mais além. O que se percebe nos estudos que vem sendo apresentados é que nesse espaço de formação a problemática não está ligada a paridade homem- mulher, mas na ausência da discussão desse tema. Sobre isso Stromquist (1995, p.7) afirma que “o conhecimento obtido nessas instituições não chega sequer a tocar nas mensagens ideológicas e as práticas educacionais que reproduzem as identidades femininas e masculinas”, emergindo daí a deficiência de muitos profissionais em lidar com as questões de gênero.

A grande maioria das instituições de ensino superior e de muitos cursos de licenciatura apresenta a temática de gênero, assim como também a de desigualdades étnico-raciais, entre outros (quando aparecem na grade curricular) não raro como disciplinas optativas, onde fica a escolha do aluno cursar ou não; trabalhada dentro de uma carga horária com outro tema, como por exemplo, raça e gênero; ou simplesmente trabalhadas em seminários temáticos que é uma disciplina onde o professor ministrante define o tema que irá abordar e o faz numa carga horária inferior as demais disciplinas trabalhadas.

Dessa forma, o que se pode compreender é que nos currículos não é dada a legítima importância ao tema gênero, embora se reconheça que eles são constituídos por distinções e, ao mesmo tempo, produz distinções que geram posições hierarquicamente diferenciadas para homens e mulheres, meninas e meninos.

A área de conteúdo educacional — ou currículo — deveria ser da maior importância no desenvolvimento de políticas públicas de gênero. Conforme comenta Connell, “o quanto e quem (isto é, o acesso) não podem ser separados do quê”. Em suas próprias palavras: Cada maneira particular de construir o currículo (isto é, de organizar o campo de conhecimento e definir o que deve ser ensinado e ser aprendido) traz em seu bojo efeitos sociais. O currículo fornece poder e o retira, autoriza e desautoriza, reconhece correta ou erradamente grupos sociais diferentes, seus conhecimentos e suas identidades. Por exemplo, o currículo desenvolvido em instituições acadêmicas controladas por homens tem, das mais diversas maneiras, autorizado as práticas e as experiências masculinas, marginalizando as femininas (CONNELL, 1994, p. 14 *apud* STROMQUIST, 1995, p.7).

Reconhece-se que é um grande desafio à implementação das discussões sobre gênero e diversidade nos currículos de formação docente e, como consequência, são poucos os profissionais da educação que estão realmente preparados para lidar com a temática, sobretudo no âmbito das escolas. O despreparo e a preocupação com outros problemas relacionados como estrutura física e avaliações externas se sobressaem às questões de gênero, raça, sexualidade, diversidade religiosa entre outros como destaca Viana e Unbehaum (2004).

A inexistência de “olhos treinados” para essas questões parece estar relacionada, por um lado, à preocupação com temas emergentes tais como a falta de profissionais qualificados, a desvalorização da carreira, a falta de segurança para professores/as que trabalham nas periferias urbanas, a violência dentro e fora da escola, a depredação das instalações físicas, entre tantos outros problemas, que têm demandado grande parte das atenções e energias de professores/as, diretores/

as, conselheiros/as e gestores/as das políticas educacionais. Por outro, existe uma concentração de esforços nos programas voltados para a inclusão de crianças e jovens distantes das instituições formais de ensino, bem como de pesquisas de avaliação do desempenho ou rendimento escolar medidos pelo índice de desenvolvimento humano (IDH) e índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB, 2004, p.92).

No contexto atual, as instituições educacionais estão priorizando a instrução propriamente dita, onde a educação se resume a saber ler, escrever e contar, uma vez que, a cada dia a escola é cobrada e pressionada a mostrar bons resultados quantitativamente, constantemente aferidos pelo governo na forma de provinhas Brasil, PAIC, SAEEB, entre outros programas. Esses motivos acabam, também, interferindo na forma como educadores e escola escolhem ou priorizam determinados conteúdos e relegam outros, em função de uma aplicabilidade imediata cobrada pelas avaliações. Os temas que trazem em seu cerne a reflexão sobre uma educação inclusiva e uma perspectiva intercultural, aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência humana em que as diferenças sejam valorizadas e respeitadas, passam a ser trabalhados no ambiente educacional “quando e se houver tempo”. O que os educadores precisam reconhecer é que a discussão de gênero e outros temas que remetem para a questão das diferenças na educação, não precisam de um tempo específico para serem trabalhados, eles estão presentes em todas as atividades desenvolvidas na escola, no currículo, nos livros didáticos, mas que precisam estar em foco na proposta de educação que se pretenda defender, pois os próprios educadores, muitas vezes, reproduzem estereótipos de gênero e contribuem para gerar desigualdades mesmo sem se darem conta disso.

E, por mais que pareça um ciclo vicioso essa inexistência de educadores com “olhos treinados” como diz Vianna Unbehaum (2004), para a perspectiva de gênero e conseqüentemente ambientes educacionais vazios de práticas emancipatórias, a escassez de políticas públicas educacionais para incitar e fomentar esse debate pode ser visto como um ponto emblemático que merece reflexão.

A escola, como defende Louro (2000), tem se constituído como produtora das diferenças e distinções.

As instituições escolares constituíram-se, nas sociedades urbanas, em instâncias privilegiadas de formação das identidades de gênero e sexuais, com padrões claramente estabelecidos, regulamentados e legislações capazes de separar, ordenar e normalizar cada um/uma e todos/as. Por muitos anos, mesmo afirmando que essa dimensão da educação dos sujeitos cabia prioritariamente à família, as escolas preocuparam-se, quotidianamente, com a vigilância da sexualidade dos meninos e das suas meninas. Não resta dúvida de que houve muitas transformações nas formas de exercício dessa vigilância e regulação, mas a escola continua a ser, hoje, um espaço importante de produção dessas identidades (LOURO, 2000, p.47).

O que tem de ser percebido, é que a escola não é apenas uma mera “reprodutora”, nesse espaço ocorrem conflitos e problemas. Assim como também as crianças não

são vítimas passivas dessa reprodução.

“[...] Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornaram-se partes de seu corpo. Ali se aprende a olhar e a se olhar, aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir [...]”. E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças elas confirmam e também produzem diferenças. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptivos de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessa aprendizagem - reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente (LOURO, 2010, p.62).

Ou seja, os sujeitos não só aceitam, como também resistem, contestam e dessa forma apropriam-se diferentemente do seu corpo e das informações que lhes são transmitidas incluindo regras, comportamentos, valores e etc.

Diante disso Louro (2010) traz alguns questionamentos referentes à prática educacional sobre o que é natural ou o que são construções ou atribuições sociais:

Afinal, é “natural” que os meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que “naturalmente” a escolha dos brinquedos seja diferenciada pelo sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles se “misturem” para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão “características” de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar esses alunos e alunas através de critérios diferentes? Como professores de séries iniciais, precisamos aceitar que os meninos são “naturalmente” mais agitados e curiosos que as meninas? (LOURO, 2010, p.63).

Esses são alguns exemplos de práticas que acontecem cotidianamente no ambiente escolar, e que por vezes são consideradas banais e naturais. Entretanto, é importante que o educador perceba que essas práticas trazem consequências gritantes na vida dos indivíduos.

Meyer (2008) ao falar sobre a relação gênero e educação discute em seu trabalho como os currículos e as práticas escolares atuam na produção e na reprodução das relações de gênero socialmente construídas. Ressaltando como os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas, as rotinas, a utilização dos espaços, as atividades propostas nas instituições escolares, promovem ou reforçam concepções naturalizadas em torno das masculinidades e feminilidades.

Meyer (2008, p.27) argumenta que:

Precisamos, reconhecer como aprendemos essas coisas que fazemos e em que espaços e em que lugares aprendemos a fazê-las de uma determinada maneira e não de outras. Vamos perceber que essas aprendizagens estão incorporadas em práticas cotidianas formais e informais que nem questionamos mais. Que elas atravessam os conteúdos das disciplinas que compõem o currículo oficial ou estão imbricadas na literatura que selecionamos, nas revistas que colocamos à disposição das estudantes para pesquisa e colagem, nos filmes que passamos, no material escolar que indicamos para consumo, no vestuário que permitimos e naquele que é proibido, nas normas disciplinares que organizam o espaço e o tempo escolares, nas piadas que fazemos ou que ouvimos sem nos manifestar, nas dinâmicas em sala de aula e em outros espaços escolares que não vemos ou

decidimos ignorar, nos castigos e nas premiações, nos processos de avaliação...

O cotidiano escolar está repleto de arranjos que demarcam o espaço de um e de outro. É nesse ambiente que acontece a vigilância sobre os corpos. Por estas razões, é, mais do que pertinente questionar esses significados que supõe classificações, hierarquias e verdades, na maioria das vezes, ilegítimas. É nesse sentido, também, que Louro alerta para a necessidade dos educadores estarem atentos para os mecanismos que são usados no ambiente escolar e que na maioria das vezes produzem as diferenças. Por isso ela defende que

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer do cotidiano escolar. Atentas aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos e usados - portanto não são concebidos - do mesmo modo por todas as pessoas (Louro, 2000, p. 59).

Nota-se, portanto, que não é apenas necessário, mas também urgente que seja discutido questões relacionadas ao gênero na escola uma vez que a educação desempenha um papel importante na construção das identidades de gênero.

Tomada em sentido amplo e, na perspectiva que aqui nos interessa, educação envolve o conjunto dos processos pelos quais aprendemos a nos tornar e a nos reconhecer como sujeitos de uma cultura. Para que nos tornemos sujeitos de uma cultura, é preciso que estejamos expostos, de forma continuada, a um conjunto amplo de forças, de processos de aprendizagem e de instituições nem sempre convergentes e harmoniosas do ponto de vista de suas prioridades e objetivos políticos; esse conjunto inclui, hoje, uma infinidade de "lugares pedagógicos" além da família, da igreja e da escola e engloba uma ampla e variada gama de processos educativos, incluindo aqueles que são chamados, em outras teorizações, de 'socialização' (MEYER e COLS, 2006<sup>a</sup> *apud* MEYER, 2008, p.20).

Ressalta-se o papel da educação, por que homens e mulheres não nascem prontos eles são ensinados a ser e a estar no mundo. Pensar dessa forma é essencial para a problematização desse tema, pois se homens e mulheres assim o são é por que foram educados para tal, é também por meio da educação que se pode desconstruir certas características e construir novas conceituações acerca de equidade de gênero (SEFFNER, 2008; MEYER, 2008; MINELLA, 2006).

No entanto, não tem, como afirma Seffner (2008), como a escola sozinha resolver questões como esta, até por que, todas essas pedagogias de construção estão presentes fora da escola, nas propagandas de televisão, nos discursos das famílias ou religiosos que asseguram que o homem deve ter uma posição de mando sobre a mulher entre outros.

Cabe a escola, porém ser um ambiente onde meninos e meninas experienciem e discutam esse tema, mas isso não de forma errônea, como se tem notado atualmente,

mas sim num contexto de equidade de gênero e onde essa equidade se torne também a regra. O intento, ao problematizar esse tema, nesse espaço, é transformar a escola num ambiente não sexista e não discriminatório, que forme sujeitos que saibam lidar com as diferenças sem transformá-las em desigualdades sociais (ARAÚJO E ESMERALDO, 2013).

Para isso, as professoras e professores devem exercitar seus olhares sobre as práticas pedagógicas e sobre as relações sociais que se desenvolvem no ambiente escolar, favorecendo reflexões acerca dessa temática e suas consequências.

Fazendo uma breve retrospectiva, o início da reflexão sobre gênero nas políticas públicas educacionais esteve ligado à discussão sobre a sexualidade. Desde os anos de 1960 tramitavam no sistema educacional brasileiro ações que relacionavam a temática sexualidade à educação, e ainda que de modo mascarado, o gênero. A partir de então se intensificou a preocupação dos órgãos públicos com essa temática, preocupação essa que se estende desde o Ministério da Educação (MEC), às Secretarias de Educação (municipais e Estaduais), que passaram a assumir projetos, cursos entre outras práticas de orientação sexual, onde se insere a discussão de gênero, nas escolas.

Em muitas das leis e planos educacionais não percebemos foco nas questões de gênero; ele pode estar oculto, disfarçado, dissimulado, coberto com véu (VIANNA E UNBEHAUM, 2007, p.198). O que se percebe, na grande maioria das investigações que tem como principal objetivo discutir gênero nas políticas educacionais (por sinal um número pequeno em relação a outras temáticas) é que o gênero quando aparece nos principais documentos educacionais, como por exemplo, na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação é subsumido a outros direitos e valores, ou seja, apresenta-se nas entrelinhas dos documentos, não sendo encontrado o termo propriamente dito, o que acaba contribuindo para dificultar a visibilidade do tema.

(...) a maior parte dos documentos que regulamentam a prática de políticas públicas no campo da educação apresenta a perspectiva de gênero subsumida à noção geral dos direitos e valores (Vianna & Unbehaum, 2004a, 2004b; Vianna, Unbehaum & Araújo, 2003). Esse aspecto se reflete na pouca visibilidade de mudanças concretas nos currículos de formação docente e na prática docente que incorpore uma perspectiva de igualdade de gênero. Questões como estas mostram que houve avanços, ainda que tímidos, mas que se constituem em terreno fértil para mudanças mais efetivas, não restritas unicamente à garantia de acesso igual a meninos e meninas (VIANNA E UNBEHAUM, 2004, p. 82).

Em instância nacional um dos primeiros documentos a trazer alguma referência mesmo que indiretamente sobre gênero foi a Constituição Federal (CF) de 1988, que embora não seja um documento educacional ofereceu a base para que as políticas de igualdade passassem a constar na pauta das políticas públicas e educacionais onde dizia que se deve lutar por uma sociedade “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 2001, Art. 3).

Essa referência ao gênero, mesmo que subtendido ao sexo foi, um dos pontapés iniciais para a introdução dessa temática nas políticas educacionais, comprovando novamente a submissão do termo a outros valores.

Outra contribuição trazida pela CF foi à expansão da educação infantil agora garantida por lei. Essa novidade trouxe inúmeras contribuições para a ampliação da discussão sobre gênero no campo educacional. Pesquisas mostram que a partir do momento que a educação da criança deixa de ser exclusivamente papel da mãe e passa a ser um dever do Estado possibilita a mulher exercer outra tarefa além daquela a que era submetida, nesse caso mãe, esposa e dona de casa. Ampliando, nesse sentido a cidadania das mulheres a partir da sua inserção na educação, não mais preparatória para exercer as tarefas do lar, mas agora possibilitando a sua presença em disciplinas até então resguardadas ao homem.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), aprovada em dezembro de 1996 também não traz expresso características que refletem os avanços em relação à inserção do tema gênero. Vianna e Unbehaum (2009) vêm mostrar que apesar da LDB e da CF (1988) serem documentos que deveriam questionar as relações de gênero, eles trazem na sua escrita um dos grandes problemas que vem sendo debatidos nas investigações de gênero. Essa problemática é relacionada à linguagem utilizada para sua comunicação. Em ambos os documentos não são encontrados nenhum termo na linguagem feminina, encontra-se meninos, alunos, professores, mas nunca meninas, professoras e alunas.

Como é sabido “em nossa sociedade, o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação tem no masculino genérico a forma utilizada para expressar ideias, sentimentos e referências a outras pessoas” (VIANNA E UNBEHAUM, 2009, p.90). A expressão dessa comunicação no masculino na LDB, um dos principais documentos educacionais, acaba por enfatizar a dificuldade dos próprios documentos que direcionam questões relacionadas à educação, como por exemplo, o currículo dos cursos de formação docente, entre outros, em lidar com as questões de gênero.

Vianna e Unbehaum (2009) contribuem ainda com um alerta, afirmando que a utilização dessa linguagem no masculino nunca está associada à neutralidade, mas pelo contrário.

A linguagem como sistema de significação é, ela própria, expressão da cultura e das relações sociais de um determinado momento histórico. É exatamente isso que as frases desses documentos mostram. Se, por um lado, o masculino genérico por elas empregado expressa uma forma comum de se manifestar, por outro, seu uso – especialmente em textos que tratam de direitos – não é impune, pois a adoção exclusiva do masculino pode expressar discriminação sexista e reforçar o modelo linguístico androcêntrico (VIANNA E UNBEHAUM, 2009, p.90).

A adoção da linguagem no masculino é compreendida como uma forma de discriminação sexista que reforça o modelo linguístico que até hoje é vigente na

sociedade brasileira. Esse androcentrismo, infelizmente legitimado socialmente, não pode ser aceito como inquestionável ou como mera questão de norma linguística, pois, dessa forma estaria contribuindo para reforçar práticas sexistas. É importante sim questionar tais ações, pois como reforça as autoras,

O uso do masculino genérico nas premissas que discutem direitos e organização do sistema educacional brasileiro dá margem para ocultar as desigualdades de gênero. O reconhecimento dessas desigualdades é o primeiro passo para a sua supressão. A ausência da distinção de gênero na linguagem que fundamenta as políticas educacionais pode justificar formas de conduta que não privilegiam mudanças das relações de gênero no debate educacional, perpetuando sua invisibilidade (VIANNA E UNBEHAUM, 2004, p.90).

É justamente por fechar os olhos para algo que aparentemente se mostra banal que a temática gênero tem sido velada nesses documentos. Só atentando para essas questões é que práticas discriminatórias no ambiente educacional poderão ser combatidas e problematizadas.

No Brasil, as discussões sobre gênero e diversidade só ganharam mais visibilidade na área da educação a partir da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997. Esse documento trouxe, como nova proposta educativa, os chamados temas transversais, que são um grupo de conteúdos específicos que devem ser trabalhados junto aos temas tradicionais a fim de discutir junto aos alunos valores necessários a vida em sociedade. A pluralidade cultural integra os temas transversais e tem como proposta ajudar na construção da cidadania numa sociedade que reconheça a sua diversidade cultural e étnica. Dentre as propostas de desenvolvimento de capacidades inclui: *“repudiar toda discriminação baseada em diferenças de raça/ etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais”*(BRASIL, 1997,p.43).

O objetivo de se trabalhar o conjunto de temas estabelecidos pelos PCNs é permitir que o aluno, a partir do conhecimento, se posicione contra injustiças e outros comportamentos e atitudes que discrimine pelo simples motivo de não saber respeitar as diferenças do outro.

A proposta em trabalhá-los seria justamente a de realizar uma inversão no trabalho com os conteúdos do currículo, criando condições nas escolas para proporcionar aos jovens o acesso a um conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

A inserção dos temas transversais permite um rompimento com o ensino de valores que não se articulam com a proposta de uma escola democrática. Valores que geralmente estão ocultos no currículo tradicional e enfatizando o preconceito de gênero e de raça, por exemplo. O trabalho com temas referentes à realidade vivida pelas pessoas procura oferecer uma educação voltada para a solução dos problemas concretos do cotidiano, em seus diversos aspectos: afetivos, cognitivo. E sociais. A proposta fundamental é a formação integrada do ser humano e não privilegiar somente a formação intelectual da razão (ARAÚJO,1997 P.81-82).

Dessa forma, os PCNs vêm afirmar que a escola deve atuar no sentido de fazer com que os alunos desenvolvam a capacidade de interferir e transformar a realidade.

Embora não apareça especificamente como um dos temas dos PCNs, o gênero é tratado no documento dentro do tema da sexualidade, com o propósito de combater relações autoritárias, questionar a rigidez de padrões de condutas de homens e mulheres, o respeito pelo outro sexo, entre outros.

Apesar dos Temas Transversais abordarem questões importantes e reconhecidas como urgentes que se apresentam como debates desafiadores a serem realizados nas escolas, estes têm recebido severas críticas quanto a sua implementação, envolvendo negligência em nível das formações de educadores que deveriam se apropriar da temática para a efetivação no ambiente escolar.

Mais recentemente, a partir da ação conjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) e O Ministério da Educação (MEC) foram promovidas ações educacionais no campo da formação de profissionais da educação sobre gênero e diversidade na escola. Em 2006, o curso na modalidade à distância teve sua experiência piloto em seis municípios envolvendo as temáticas gênero, sexualidade, orientação sexual, e relações étnico raciais. A partir de 2008 o curso passou a ser oferecido por instituições de ensino superior do país que mediante edital da SECAD/ MEC poderiam desenvolver os cursos de formação pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil. A intenção era fortalecer o papel dos profissionais da educação de promotores da cultura, e atuarem na construção de uma escola que respeite as diferenças, a equidade de gênero e étnico racial e valorize as diversidades.

No momento atual, pós Golpe parlamentar sofrido no Brasil em 2016, mudanças recentes põe em questão alguns avanços nessa área. As secretarias acima citadas foram extintas e os planos nacionais e estaduais de educação tem sofrido retrocessos quanto a inclusão da discussão de gênero e diferenças na educação.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar das críticas direcionadas às políticas públicas com foco no gênero, essas iniciativas foram de grande importância para a repercussão que tem tido esse tema. Pode-se afirmar que elas e os documentos educacionais como PCNs e LDB inovaram ao introduzir a perspectiva de gênero como dimensão constitutiva da identidade das crianças e como aspecto importante da própria organização das relações sociais.

É preciso ir além dos limites do tratamento que é oferecido pelas políticas educacionais às relações de gênero, o que significa questionar e refletir sobre os seus estereótipos, significados e o modo como tem sido apresentado nos documentos de políticas públicas educacionais, o que acontece muitas vezes de forma velada, ambígua e de caráter reducionista.

Só a partir desse olhar é que se pode vislumbrar a possibilidade da instituição

escolar (e outros ambientes de formação) refletir e atuar contra a misoginia, a homofobia e racismo bem como os preconceitos de toda a ordem que estão presentes nas relações escolares e nos currículos, pois como defende Vianna e Unbehaum (2007, p.210) é preciso “unificar o que foi fragmentado e, mais que isso, tirar a hierarquia das diferenças que ainda permanecem, para que não se transformem em desigualdades”.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Iara Maria de; ESMERALDO, J. D. **Educação de meninas e meninos: pensando conceitos, repensando práticas.** In: NUNES, C. et al. (org) Dialogando com os saberes da docência: teorias e práticas: Universidade Regional do Cariri, Liceu, Recife, PE, 2014.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

CEPESC. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro; Brasília : SPM, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade.** Porto, Porto editora, LDA. – 2000.

\_\_\_\_\_. *Nas redes do conceito de gênero.* In: LOPES, M.J., MEYER, D.E. e WALDOW, V.R. *Gênero e Saúde.* Porto Alegre. Artes Medicas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e sexualidade na educação escolar.** In: TV ESCOLA. Salto para o futuro: Educação para a igualdade de gênero. Ano XVIII - Boletim 26 – Novembro de 2008. ISSN: 1982-0283.

MINELLA, Luzinete Simões. **Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil.** Cadernos pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.289-327.

SEFFNER, Fernando. **Gênero, sexualidade, violência e poder: Homens = sexo, violência e poder: dá para mudar esta equação?** In: TV ESCOLA. Salto para o futuro: Educação para a igualdade de gênero. Ano XVIII - Boletim 26 – Novembro de 2008.

STROMQUIST, Nelly P. **Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: Perspectivas comparativas.** Revista brasileira de educação. Tradução de Vera M. D. Renoldi. Trabalho apresentado no II Simpósio Anual de Missouri sobre Pesquisa e Política Pública Educacional, Universidade de Missouri/Columbia, 30 a 31 de março de 1995.

VIANNA. Cláudia pereira e UNBEHAUM. Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.

\_\_\_\_\_. **Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

\_\_\_\_\_. **Políticas educacionais e superação das discriminações de gênero: o caso do PNE.** In: **gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares.**/org.Cristiani Bereta da silva, Glaucia de Oliveira Assis, Rosana C. Kamita – Florianópolis: Ed. Mulheres. 2007.

## DEL ESTIGMA AL SUJETX POLÍTICX: UNA ARQUEOLOGÍA DE LA MEMORIA HISTÓRICA TRANS SALVADOREÑA

**Amaral Arévalo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/  
Instituto de Medicina Social  
Rio de Janeiro/RJ

**RESUMEN:** La presente comunicación tiene como objetivo presentar una narrativa descriptiva sobre la memoria histórica trans salvadoreña que inicia desde los espacios sociales marginales pasando por los lugares donde se ejercía el trabajo sexual y culmina en la participación política de las personas transexuales, transgéneros y travestis (Trans) en El Salvador entre 1923 a 2017. Utilizando la noción de *arqueología* propuesta por Foucault se analizan fuentes primarias de diferentes archivos y narrativas que en su interior contengan trazos de la memoria histórica trans salvadoreña. Los hallazgos expuestos se asumen como panorámico para mostrar vías o caminos a futuras investigaciones sobre dicho tema.

**PALABRAS CLAVES:** El Salvador; Movimiento Trans; Transexualidad; Política Sexual; Memoria.

**ABSTRACT:** This chapter aims to present a descriptive narrative about the historical memory of Salvadoran trans persons - that starts from

the marginal social spaces passing through the places of sexual work and culminates in the political participation of transsexual, transgender and transvestite people (Trans) in El Salvador between 1923 and 2017. Using the notion of archeology proposed by Foucault, we analyze primary sources of different archives and narratives that contain traces of Salvadoran historical memory of Trans people. The panoramic findings show ways or paths to future research on this topic.

**KEYWORDS:** El Salvador, Trans Organization, Transsexuality; Sexual Politics, Memory.

### A MANERA DE INTRODUCCIÓN

Al interior de El Salvador contemporáneo los discursos de odio manifiestan que la expresión e identidad de género son concepciones importadas de países extranjeros en las últimas décadas. Asumen que el modelo binario heterosexual, existiendo una correspondencia inexorable entre el sexo biológico y la identidad sexual y de género en las personas, es la única forma de organizar los cuerpos y las identidades en el país. Estas afirmaciones se fundamentan en la ignorancia y el nulo conocimiento histórico de las personas salvadoreñas transexuales, transgéneros y travestis (trans).

La elaboración de este Capítulo,

metodológicamente intenta aplicar el concepto de *arqueología* propuesto por Foucault (1972). En tal sentido, me interesa conocer las prácticas discursivas que se utilizan para designar a ciudadanos y ciudadanas salvadoreñas que transitan entre los géneros o que se encuentran en las fronteras de lo masculino y lo femenino. Por medio de una revisión bibliográfica, principal recurso metodológico utilizado, se obtuvo información de dos vertientes que dialogarán entre sí: a) fuentes documentales primarias, principalmente periódicos y b) narrativas literarias que exponen la existencia de personas salvadoreñas trans. El periodo de tiempo a pesquisar comprende de 1923 hasta el año 2017.

## 1 | ENTRE LO RARO Y LO ANDRÓGINO: DETERMINANDO UN ESTIGMA

En 1923, Francisco Herrera Velado presenta su narración “La corrección de menores (Manuscrito de un escolar)” (LARA-MARTÍNEZ, 2012, p.155-168), mostrando la existencia de una identidad de género impuesta. La narración da cuenta de Luís que fue llamado por *Luisa* y fue obligado a utilizar faldas porque su tía no soportaba ver pantalones en la casa que habitaban en la ciudad de Sonsonate. Luisa tuvo un romance con Pura, al tener conciencia de ello los familiares de Pura –sobrina del cura del pueblo- y la tía de Luisa, como “castigo” por su infracción del orden sexual binario, la primera fue enviada a un convento y la segunda fue echada de su casa, por haber efectuado un acto vicioso de “lesbianas”. Luisa se traslada a San Salvador, en ese movimiento periferia-centro cambia su identidad femenina por una masculina, la que fue cuestionada por los *policías* – una excelente representación de las normas sociales- quienes creyeron que era mujer vestida de hombre en la ciudad, ya que se supo que en Sonsonate, Luis era Luisa.

Posteriormente Herrera Velado (1931) nos presenta el caso de *Carmen* al interior de su narración *La Pensión Florida*. Este cuento corto nos muestra una escena de vida cotidiana al interior de uno de los *mesones*, otrora antiguas casas señoriales del centro histórico de San Salvador que cayeron en ruina y fueron transformadas en alquiler de cuartos para diversos tipos de públicos. Así en esta *pensión* convivían estudiantes universitarios, costureras, empleados y maestros de diversas especialidades. A todo este abanico de personas se debe de incluir a *Carmen*, el criado que era calificado como “tipo raro”:

Iba de una parte a otra con menuditos pasos de baile, y al subir alguna grada se cojía el holgado pantalón con dos dedos de la mano derecha, cerca de la rodilla, así como hacen las señoras cuando llevan falda larga. Apeataba con sus perfumes baratos. A los estudiantes les servía con mimos y monadas. Pero que no lo quisieran ocupar las modistillas, porque se ponía furioso. («¡Vaya unas mujeres odiosas y repugnantes!»). Las odiaba cordialmente. Ellas por su parte le correspondían lo mismo. Vivían en perpetua riña (HERRERA, 1931, p. 3).

*Carmen*, al utilizar un nombre y trabajar en la esfera de lo femenino al interior de la pensión, nos indica un tránsito posible entre los géneros, un ser biológicamente masculino que era identificado socialmente como mujer. Esta es una pista, que se llega a patentizar como verdadera en dos casos trans: uno en 1937 sobre “simulación de sexo” y otro en 1940 sobre un “hombre-mujer”.

En septiembre de 1937 en la ciudad de Usulután se dio un caso de “simulación de sexo” en donde Rosaura Pereira, era en realidad Santiago Pereira. Su historia se resume así:

Confesó que era oriundo del puerto de Tela, Honduras, y que siempre había usado ropas femeninas. Andando, andando llegó a San Miguel donde trabajó como cocinera en casa de Jacobo Samour. Después pasó en calidad de lavandera y aplanchadora a la Farmacia “El Refugio” de Usulután. Posteriormente, en la misma ciudad, representó el papel de vendedora de achinería en el mercado juntamente con Hortencia Portillo. Últimamente volvió a hacer de cocinera (CHACÓN, 1937, p. 1-2).

La crónica narra que un hombre de la ciudad de Usulután se apasionó por los encantos de Rosaura. Este hombre no dejaba ningún momento para cortejar a la joven. En uno de tantos cortejos, el pretendiente logró acceder al cuerpo de Rosaura, al momento de tocar la región púbica, el postulante a marido, encontró “todos los atributos masculinos sin que le hiciese falta nada” en Rosaura. En ese momento se da cuenta de la existencia de Santiago Pereira, quién fuera detenido por la policía acusado del delito de “usurpación de atributos femeninos”. Estando al interior de la policía fue desnudada, fotografiada y obligada a vestir ropas de índole masculinas. Esta noticia se esparció por toda la ciudad de Usulután y El Salvador, ya que diferentes periódicos le dieron cobertura al caso.

Antes de pasar al segundo caso retomaré una narrativa, en este caso la novela de *Íngrimo*. Esta fue escrita por *Salarrué* -seudónimo de Salvador Salazar Aurré máximo exponente de la literatura costumbrista en El Salvador- posiblemente en el año 1940. Según palabras del propio autor esta obra es una *humorada-juvenil* que tiene como público albo la infancia, no física sino mental, aquella que todavía guarda un *ánima fresca* para poder sonreír, y en este caso reírse del “complejo psicológico de la excentricidad juvenil” (SALARRUÉ, 2010, p. 321). La historia se centra en *Jean La Martín de Sangamín*, que sabía quién era él, pero a nadie parecía importarle.

Se puede observar como en la obra *Íngrimo* se presenta un primer relato de lo que significa la construcción de una identidad masculina trans atrapada en un cuerpo femenino. Las tías de *La Martín* pueden representar las normas esencialistas del sexo-género, ya que ellas lo obligan a ser femenina, debido a que nació en un cuerpo sexuado de mujer. El complejo de excentricidad juvenil que menciona Salarrué en la nota introductoria de su obra, puede ser interpretado como esa imposibilidad de *La Martín* de tener una congruencia entre su identidad de género y su cuerpo sexuado. Ante la imposición de ir a estudiar en un Conservatorio a Europa, al contrario de Luisa

de Herrera Velado, Íngrimo sufre una transformación de lo masculino/El Salvador para lo femenino/Europa.

Volviendo al segundo caso trans, en 1940 se registra el caso de un “hombre-mujer”: *Juliana Martínez*. Todo este caso causó una gran conmoción en la ciudad de San Vicente, registrando en la crónica el relato de vida de Juliana en primera persona.

Juliana Martínez una mujer salvadoreña que podemos identificar como trans era originaria de San Ildefonso, San Vicente; fue detenida y encarcelada por la Policía de Hacienda por estar en la frontera de los géneros, por identificarse como mujer aunque posiblemente su sexo biológico fuera masculino o incluso puede existir la posibilidad de ser intersexual al asumirse como “común de dos”, a lo que la nota periodística traduce y designa como “fenómeno”. En el caso de Juliana se aprecia una inclusión social y respeto de su identidad de género en su municipio de residencia; lo cual no es aceptado por las “autoridades” de la cabecera departamental, que la apresan y obligan a utilizar vestimentas que ella no reconoce como parte de su identidad.

Cuando una personas trans con una expresión de género femenina, no lograba ser insertada económica y socialmente al interior de sus comunidades de origen en trabajos de la esfera de lo femenino, como el caso de Juliana que tenía como profesión oficios domésticos; y por lo contrario existía un proceso de discriminación social acentuado que iniciaba en la expulsión del seno familiar y por consiguiente de la comunidad; quienes fueron desterrados de sus pueblos, muy probablemente se deben de haber realizado procesos migratorios del campo a la ciudad, o como el caso de Rosaura de un país a otro, para tratar de ser aceptadas como mujeres. No obstante, conociendo que los trabajos en el país son genereficados (VÁZQUEZ; IBAÑEZ; MURGUIALDAY, 1996, p. 30), para aquellos que escapan de las normas binarias y/o se encuentran en las fronteras de las mismas, insertarse en una actividad laboral resulta imposible. En tal sentido se recurre a trabajos precarios o al margen de lo legal como medio de subsistencia. En este caso nos referiremos primeramente al trabajo sexual de calle.

Para el año 1945 en una misiva enviada al Doctor Efraín Jovel, Ministro del Interior, un grupo de ciudadanos denuncia la llegada de “mujeres del mal vivir” a un mesón ubicado sobre la Calle Celis, en el área del Barrio Concepción de la capital (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1945). Este tipo de denuncia muestra el proceso de precarización y marginalización de la zona nororiental de San Salvador, en donde sus antiguos mesones, se fueron transformando paulatinamente en centros de tolerancia y prostíbulos en esta zona popular de la capital. En este tipo de espacios, muy probablemente hombres homosexuales pudieron encontrar trabajo, en un primer momento como el caso de *Carmen* en el cuento de *La Pensión Florida* se pudieron dedicar a servir mesas, o como Rosaura a trabajar como cocinera. Como hipótesis general considero que al encontrarse en un ambiente propicio para el trabajo sexual, pudieron ser introducidos a ejercerlo, dadas las condiciones de exclusión y marginalidad social por su orientación sexual, identidad y expresión de género.

En el año de 1949 al interior de las actividades culturales del Primer Regimiento de Infantería, al interior del Cuartel “Manuel José Arce” (MINISTERIO DE DEFENSA, 1949), destruido en un incendio en 1956 y actualmente se encuentra el Mercado de Artesanía Ex-cuartel; la noche del 28 de noviembre se realizó un acto cívico cultural, con motivo del licenciamiento de los individuos de tropa que cumplieron su servicio en la primera compañía de ametralladoras y segunda de fusileros. Al interior de este acto cívico cultural, militares de este regimiento formaron un “alegre coro” titulado “Septimino de la Viuda Alegre”.

Este coro puede tener dos interpretaciones. En un primer momento se puede pensar, por el título, que se trata de un hombre que recibía algún tipo de beneficio económico de una mujer mayor que se encontraba viuda a cambio de servicios de compañía o/y sexuales. No obstante, debido a que junto a la crónica de dicha actividad se encuentra una foto de un grupo de hombres entrelazados de los hombros y utilizando indumentarias femeninas, es posible que tal coro represente sarcásticamente a una posible identidad trans femenina que ejercía el trabajo sexual comúnmente mal llamado como de “la vida alegre”. Realizando un juego de palabras para nombrar a la persona trans como “Septimino” mostrando una disminución de la masculinidad por el uso del diminutivo y “la Viuda Alegre” sustituye a “la vida alegre”. En otras palabras, se puede proponer que dicho coro realizó una parodia de una mujer trans que se dedica al trabajo sexual en las calles aledañas al Cuartel, ya que esta zona era y es hasta la actualidad el centro de la zona del trabajo sexual de calle, de prostíbulos de baja monta y expendios de alcohol. Por tal situación, no es de extrañar que dicha historia reflejaría la vida de “homosexuales” en la capital.

## 2 I “HOMOSEXUAL”: ¿PRIMERA IDENTIDAD TRANS FEMENINA?

En el año 1957 al interior de San Salvador se experimentó un pánico moral (RUBIN, 1989) que cruzó las categorías de clase social, orientación sexual e identidad de género. Este pánico moral se produjo al exponer la existencia de un grupo de “afeminados” de clase alta quienes hacían reuniones en diferentes casas particulares. En pleno marco de las fiestas patronales de San Salvador se realiza una de dichas fiestas donde se supone se realizaron “matrimonios simbólicos” entre los diferentes participantes (PINTO, 1957, p. 12). Este caso es interesante para poder comprender cómo se construyó una primera identidad trans femenina: “El Homosexual”.

En todo el caso ventilado en el periódico El Independiente, la palabra de “afeminados” considero que fue utilizada como una categoría de identidad para referirse a hombres de clase alta que posiblemente realizaban prácticas sexuales con personas del mismo sexo, es claramente antagónica a la de “homosexual”. Esta fue empleada por el mismo periódico en ese año para referirse a un hombre que ejerce el trabajo sexual con indumentarias femeninas en la ciudad de Santa Ana, quien roba a

un cliente la cantidad de 10 colones, cuando estaban en un cuarto de un mesón del Barrio Santa Lucía (Molina, 1957).

Así podemos proponer que el concepto “homosexual” en el caso salvadoreño, comenzó a ser utilizado para identificar a hombres que ejercían el trabajo sexual y muy probablemente utilizaban ropas y accesorios femeninos para procurar clientes en territorios de trabajo sexual ya conocidas en cada una de las ciudades del país. “Homosexual” también se relaciona con individuos de una clase social baja.

Otro punto de interés para ser comentado, es el hecho de mostrar como personas con expresión de género diferente a la norma heterosexual, procuran el trabajo sexual como medio de sobrevivencia en zonas frecuentadas por mujeres. La crónica establece una “[...] seguridad que es uno de los muchos que abundan allí por las pensiones del barrio Santa Lucía, donde éstos invertidos habían desplazados a las mujeres de mal vivir que frecuentaban los mismos establecimientos” (MOLINA, 1957, p. 10). Estas palabras dan cuenta de un proceso paulatino pero sostenido de incorporación de “homosexuales” en circuitos de trabajo sexual, compitiendo por los mismos clientes con mujeres trabajadoras sexuales de la calle, hasta establecer posiblemente una zona donde se ubicarían los “homosexuales” desplazando a las mujeres. Estas zonas comenzaron a ser denominadas como “cuadras” en San Salvador de 1990.

Ahora volviendo a la dinámica de travestismo en la literatura, Hugo Lindo (1960 [2014]) narra la trágica historia de *Mercedes López Gámez* hombre de 25 años, jornalero, originario de Metapán que enfrenta un proceso penal por los crímenes de raptó, violación y asesinato de la niña *Dolores Campos Piche* de 6 años. El Juez Amenábar, para conocer las causas de tan horrible crimen, se traslada al hospital psiquiátrico donde aquel fue recluido. Al momento de ser entrevistado conocemos que el nombre de *Mercedes*, lo obtiene debido a que su madre no quería tener un hijo varón y como tal lo comenzó a tratar y vestir femeninamente, generando con esta acción, según las interpretaciones del Juez Amenábar, un “estigma psicológico de una indiferenciación sexual” (LINDO, 2014, p. 70).

*Mercedes* desde muy temprana edad trabaja lavando loza en la cantina donde su madre atiende mesas; cuándo él pasa atender mesas, su madre le coloca un delantal, ante tal imagen Leocadio –dueño de la cantina- y sus comensales le llamaban de “merceditas” “meche” o “linda”. Pese a que *Mercedes* no le agradaba tal situación se tuvo que conformar, al grado de acostumbrarse y adquirir ademanes propios de una mujer. Como parte de la política sexual que rige los cuerpos subalternos en este caso, representado en una identidad femenina, no es de extrañarnos que *Mercedes* sufriera violencia sexual por parte de otros hombres, que consideraban su identidad femenina como una puerta abierta para poseer su cuerpo por medio de la violencia (LINDO, 2014, p. 37).

El caso de *Mercedes* lo traigo a colación para continuar nuestra reflexión sobre la conexión de las personas trans y los espacios marginales, como lugar que da cabida aquellos y aquellas que no son aceptados al interior de los empleos que poseen

género. Así vemos como *Mercedes* trabaja en una cantina sirviendo mesas, y como su expresión femenina es una señal para ejercer violencia sexual sobre su cuerpo. Aunque en este caso, el ser una persona trans ha sido impuesta por elementos externos, conformándose con esta situación hasta su traslado a San Salvador; lo que interesa resaltar, de esta narrativa, es el cómo pudo haber sido la vida de una persona trans que mostró su identidad de género desde la infancia y como esta situación pudo haber acarreado violencias de todo tipo y sobre todo sexual.

En 1967, al interior de una noticia sobre un exhibicionista que se muestra en poses y con gestos horrorosos a mujeres en las mañanas en la zona de la colonia Centro América, aparece por añadidura un comentario sobre la presencia de hombres que salen fuera del padrón heterosexual: “[...] cada día son más numerosos los locos sexuales, como son más numerosos los afeminados que ahora se dedican a la venta de panes, chocolate y otros comestibles en calles y plazas” (El Diario de Hoy, 1967, p. 3). Muy probablemente todos estos “afeminados” serían individuos que fueron expulsados de sus hogares y desterrados de sus lugares de origen, que al momento de llegar a la capital, se insertan en el sistema económico en el trabajo informal en actividades relacionadas con lo femenino. Observemos que la categoría “afeminado” se utiliza para hablar sobre individuos que no ejercen trabajo sexual, de lo contrario podrían ser nombrados como homosexuales.

En el año de 1968 se registró el caso de una muchacha de 16 años que deseaba ser hombre:

Desde hace un año en que falleció su padre Joaquín Barillas, se ha resistido a usar ropas de mujer y viste pantalón y camisa, como hombre, y trata siempre de desempeñar oficios varoniles. Por más que ha hecho su madre, María Pérez, no ha podido disuadirla de su raro proceder y a las reconveniones que le ha hecho ella siempre le a respondido: “Es que yo quiero ser hombre” (EL DIARIO DE HOY, 1968a, p. 2).

Esta crónica, aunque sugestiva por la posible existencia de una identidad trans masculina salvadoreña, posiblemente esté relacionado a una situación de empleos generificados y no en la construcción de una identidad. Lo interpreto de esa forma, debido a lo escueto de la información de la crónica y lo que me llama más la atención es su necesidad de hacer oficios catalogados como “varoniles”. Esto puede deberse a que debido a la usencia del padre y no obtener los ingresos económicos que él pudiera aportar, Concepción Pérez Hernández, asume una “identidad masculina” por medio de la utilización de prendas masculinas y actividades socio-laborales asignadas a los hombres, para obtener – en forma de hipótesis- mejores ingresos económicos que si desempeñara actividades laborales relacionadas al ámbito femenino.

En junio de 1970, un día después de realizada la primera marcha del orgullo gay en Nueva York, fue escrito un editorial que habla sobre dicho evento desde los ojos de un salvadoreño que estaba presente en el momento de la realización de la

marcha, este editorial fue publicado el 6 de julio de ese mismo año (VIERA, 1970, p. 11). Ese editorial y otras noticias de agencias internacionales de prensa sobre el mismo evento, abren a discusión nuevamente el tema de la homosexualidad. En uno de esos editoriales se manifestó lo siguiente:

En muchos lugares del país existen ya disimulados prostíbulos o apartamentos privados de homosexuales, que en el dintel de las puertas se ponen a coquetear desvergonzadamente con todo el que pasa, por si hay algún “solapado inclinado” a estas andanzas, que, aunque no hace alarde de su anormalidad” (CRUZ, 1970, p. 11).

Hablar de “homosexual” o de “homosexualidad” infaliblemente remite a un imaginario de trabajo sexual ya sea de calle o en espacios cerrados precarios donde hombres de bajos recursos procuran sobrevivir por medio de dicha práctica, tal como el caso de “Rita”. El día 10 de diciembre de 1970 fue condenado el homosexual Rubén Morales Gómez alias “Rita” por la muerte de Julio César Segovia. Entre los alegatos se manifestaba que los procesos de discriminación sufridos por Morales fueron, los que al final lo llevaron a cometer el homicidio. Como punto conclusivo de la crónica se presenta de forma resumida, pero ilustrativa esos procesos de discriminación sufridos por “Rita”:

[...] Morales Gómez fue abandonado por su padre a los tres años. Cuando tenía trece, su madre lo sometió a un tratamiento de hormonas en el hospital. Al llegar a los catorce, la madre se cansó de las “correrías” de su hijo y lo echó de la casa. Desde entonces, Morales Gómez anduvo de sirviente en casa de citas (EL DIARIO DE HOY, 1970, p. 49).

Aunque breve, se logra conocer el proceso de precarización que experimentó Rita. Vemos que el abandono de la figura paterna, que no se da únicamente en familias donde haya personas trans, es parte de ese proceso de precariedad. El segundo punto que llama la atención es el proceso de “terapia de conversión sexual” desarrollada por medio de un tratamiento hormonal, probablemente de hormonas masculinas. Al no dar resultado esa terapia hormonal para que Morales fuera heterosexual, la madre lo expulsa de su casa a los 14 años y este busca como medio de sobrevivencia ser sirviente en casas de citas, lo cual entrelineas se puede interpretar que además de los servicios de limpieza, también pudo entrar a los circuitos del trabajo sexual.

En la novela *Putolión* (HERNÁNDEZ, 1995) presenta una breve pero valiosa descripción del San Salvador de la década de 1970 y sus habitantes, entre ellos homosexuales. Para que el lector sepa *La Praviána*, era una zona del centro histórico de San Salvador, comprendida entre la actual Av. Monseñor Romero y la 8° Av. Norte en el eje occidente-oriental y en el eje norte-sur entre la Alameda Juan Pablo II y la 3° calle oriente. En este rectángulo comercial existían diversos bares y restaurantes que atraían a un público variado desde intelectuales, artistas, bohemios, obreros,

universitarios, prostitutas, estafadores hasta ladrones, pasando por homosexuales. Al interior de los bares o en las calles y esquinas de esta zona, en la década de 1970 ya se tiene información del ejercicio del trabajo sexual, o como poéticamente Hernández (1995) dice: “homosexuales en busca de pareja”. En esta misma década se presenta una nueva forma de sociabilidad fuera de espacios precarios del centro y la construcción de nuevas identidades trans: *Oráculos Discoteque*.

### 3 | DESAFIANDO EL ESTIGMA: TRAVESTÍ/TRANSEXUAL

En 1976, surge *Oráculos Discoteque* (GAYELSALVADOR, 2008). Este espacio inicialmente era orientado para todo tipo de público, pero con el transcurrir del tiempo fue identificada plenamente como un espacio de sociabilidad para personas homosexuales, principalmente hombres, sobre todo de estratos medios y altos de San Salvador. Julio Saade, propietario de Oráculos, quiso reproducir en este local su experiencia de vida en los bares gay de San Francisco, Estados Unidos. Incluso por medio de él fue introducido –posiblemente- el concepto “gay” para referirse a hombres homosexuales en el país. No obstante, los conceptos que me interesa explorar en este espacio son “travesti” y “transexual”.

Para Oráculos los shows de travestis fueron su forma de atraer público al interior de la discoteca. Saade define al Travesti como “[...] la imagen de una mujer en el cuerpo de hombre, por ello el TRAVESTI es considerado un arte. Como tú sabes, en Oráculos Discoteque, se proyectan los espectáculos Travesti, los cuales llevan un estudio previo antes de ejecutarlos.” (SAADE, 1989a). Al mismo tiempo, en contra posición se define a otra identidad trans en la década de 1980: Transexual. Esta identidad era comprendida desde la modificación corporal: “el TRANSEXUAL posee los órganos vitales de una mujer” (SAADE, 1989a). Oráculos en este caso desempeñó una función pedagógica, al informar a sus comensales y fuera de sus muros sobre categorías de identidad de las personas trans.

Vemos como Oráculos fue un espacio para que hombres de clase media tuvieran un espacio de encuentro y los shows de travesti fue una forma para que homosexuales tuvieran una opción diferente para sobrevivir fuera del circuito de comercio sexual en la zona de La Pravia. Nombres como Rocio (Julio Saade) Sasha, Kiara, Estrella, Amy Lynn, Jahaira, Sophy, Crystal, Moravia, Liliana, Azabache, Fiorella, Victoria, Saggy, Verano entre otros fueron quienes realizaban diferentes tipos de shows imitando cantantes femeninas como Rocio Jurado, Yuri, Pimpinela, María Conchita, Yolanda del Río, Pointer Sisters, entre otras. Los shows de travestis fueron la táctica para atraer clientes a la discoteca durante su existencia, la cual coincidió con el desarrollo de la guerra interna de El Salvador entre los años 1980 hasta 1992.

En plena guerra, en la década de 1980 se tiene registro de procesos de modificación corporal. La modificación corporal básicamente se realiza por medio de

tres procedimientos: automedicación, procedimientos artesanales y acompañamiento médico. La automedicación consiste en la hormonización a través de anticonceptivos ya sea en forma de pastilla o inyectables. Los procedimientos artesanales son la inyección de aceite o silicona líquida en el cuerpo y por último el acompañamiento médico se da cuando se realizan procesos quirúrgicos para implantar senos y modificar otras partes del cuerpo. La modificación corporal está más relacionada al campo del trabajo sexual que al deseo de construcción de una identidad. Esta situación se debe a que con características más femeninas se podían conseguir mayores ingresos. Por tal motivo, la ingesta de anticonceptivos era una de las prácticas mayormente utilizadas. Al no contar con los recursos suficientes para realizar procesos quirúrgicos seguros en Guatemala o Panamá, se recurría a procesos artesanales de inyección de aceite para modificar senos, glúteos y caderas.

En el contexto de violación a los Derechos Humanos continuos en la guerra, los homosexuales y travestis también fueron objeto de represión, tortura y asesinatos. En este sentido se tiene como ejemplo el accionar de los miembros del ejército llegaban a la zona de La Praviana, y bajo presión y amenazas ejercían violaciones sexuales a los homosexuales. En este continuo de agresiones, se conoce de un caso paradigmático del desaparecimiento de más de una docena de homosexuales que ejercían el trabajo sexual en las cercanías del Monumento a El Salvador del Mundo, octubre de 1980 se propone como fecha probable de tal evento (Lester y Chávez, 2016). También los comensales de Oráculos padecían la represión de las fuerzas armadas estatales:

El pasado viernes 28 de julio [1989], la vida nocturna de San Salvador se vio alterada, debido a que miembros de cuerpos de seguridad, irrumpían en los Centros Nocturnos de la capital, llevándose a toda persona que estaba dentro y fuera de ellos, sin pedir ninguna identificación, actuaban directamente, el hecho era para atrapar personas no-gratas antes de las Fiestas Agostinas de nuestra capital. Ciertos elementos que integraban estos cuerpos de seguridad soltaban frases hirientes para nuestro caso, lugar gay y donde se practica el travesti (SAADE, 1989b).

Por otra parte, al interior del Frente Farabundo Martín para la Liberación Nacional (FMLN) existía una aceptación de la homosexualidad y la identidad de género, siempre y cuando se mostrase una entrega a la “causa revolucionaria”, como se presenta en este párrafo: “*También se respecta la homosexualidad. [...] Aquí estaba uno que se quiso llamar Lucha Villa. Venían los cuillos [soldados] y él se daba riata [luchaba] como todos* (LÓPEZ VIGIL, 2006, p. 488). Aunque la identidad trans no posee textualidad en el ámbito de la guerra, con el hecho de mencionar que uno de los combatientes se identificaba como mujer, nos da muestra que posiblemente existieron personas trans en los frentes de guerra.

#### 4 | POSTGUERRA: LUCHA POR UNA IDENTIDAD POLÍTICA

La postguerra permitió que las sexualidades disidentes experimentasen una visibilidad social a través de la organización de colectivos. Un primer colectivo de cinco a diez homosexuales/travestis y hombres gays a consecuencia del VIH, comenzaron a reunirse a finales de 1991 en el Parque Cuscatlán de San Salvador. Este grupo inicial, dadas las condiciones del conflicto armado aún vigente, recibían amenazas de los cuerpos de seguridad por las reuniones que realizaban, ya que eran etiquetadas que su objetivo era promover la homosexualidad. Estas reuniones permitieron crear un grupo de apoyo al interior de la Fundación Nacional para la Prevención, Educación y Acompañamiento de la Persona VIH/SIDA (Fundasida).

El trabajo sexual sigue siendo el principal medio de sobrevivencia de las mujeres trans. Este como ya se ha comentado es el resultado de diferentes procesos de discriminación que sufren las identidades trans. Siendo reflejado de la siguiente forma en una publicación de la época que registró el trabajo sexual trans en la zona de La Praviana: “Todos los entrevistados coincidieron que se prostituían por necesidad, para sobrevivir y hacerle frente a la discriminación que la sociedad les hace, para poder comer y vivir siquiera en una pieza de mesón, y ayudarles a sus familiares” (ARCHILA, 1994, p. 50).

En esta misma época los periódicos y otras producciones textuales comienzan a designar a los homosexuales trabajadores sexuales de calle como *travestidos*. El uso de este concepto es interesante, ya que se puede apreciar como los procesos de discriminación se adaptan y usurpan la identidad de “travesti” promovida en Oráculos, y la transforman en una nueva injuria por medio del apelativo de “travestido”, que remarca la condición biológica y desprecia el proceso de construcción de la identidad femenina en ellas. En algunos casos se va mucho más lejos y surgen expresiones como “transvestidos sexuales” (VALBUENA, 1995, p. 24), donde se mezclan discriminatoriamente los conceptos de travesti y transexual. A nivel de autoidentificación la categoría de identidad travesti y transexual es utilizada por las mujeres trans que ejercían el trabajo sexual en San Salvador.

Las condiciones específicas de discriminación conllevan fatalmente a situaciones de violencia. Ante este punto se debe de comentar que asesinatos contra personas salvadoreñas trans deben de haber existido siempre, pero no fueron registrados de la misma forma como a partir de la década de 1990, tanto por los periódicos como por activistas. En el imaginario colectivo trans el asesinato de *Rosa* un joven homosexual de 15 años trabajador sexual se registra como el primer caso recordado como crimen de odio contra una identidad trans. En torno a este caso existen dos situaciones a ser comentadas.

El primer acto de visibilidad política trans se registra en 1996, según comenta Alexia en una entrevista realizada en 2017; tras los diversos asesinatos y las acciones de represión de los cuerpos de seguridad, ejemplificados en el Cuerpo de Agentes

Metropolitanos de San Salvador (CAM), un grupo de 10 travestís que ejercían trabajo sexual de calle marcha por la Ave. Juan Pablo II hasta las antiguas instalaciones del CAM para exigirles el cese a la represión de las travestis que ejercían trabajo sexual de calle. El segundo punto, fue que el mismo grupo de travestis que marcharon y otras, se organizó el primer colectivo trans, identificándose bajo el calificativo “En el nombre de Rosa”, como claro homenaje a la muerte de Rosa.

Entre 1997 y 1998 los crímenes contra personas trans son más evidentes, inclusive se comenzó a sospechar que tales crímenes respondía a las acciones de una criminal en serie (HERNÁNDEZ; HERNÁNDEZ, 1998). En un principio se focalizaban en travestis que ejercían trabajo sexual de calle y luego se registraron asesinatos de hombres homosexuales de clase media. Esta situación reforzó aún más la idea de organización de un colectivo de travestis para demandar el respeto de sus Derechos Humanos. Para 1998 se conoce que el colectivo *En el nombre de Rosa* ya contaba con 20 integrantes (TENORIO, 1998).

En 1999 este colectivo da el primer paso para ser reconocidos jurídicamente al interior de El Salvador, presentando la solicitud de personería jurídica ante el Ministerio de Gobernación, bajo el nombre de *Asociación para la Libertad Sexual el Nombre de la Rosa*. Dados los patrones de discriminación existentes en el año 2001, su petición fue denegada por la Dirección General del Registro de Asociaciones y Fundaciones Sin Fines de Lucro, afirmando que esa petición violentaba “normas de derecho natural, los fines que persigue la familia, la constitución del matrimonio, las buenas costumbres, la moral y el orden público” (CORTE SUPREMA DE JUSTICIA, 2009, p. 1).

Debido a los tránsitos de información sobre las diferentes formas de nominación de las identidades sexuales a nivel internacional, en un punto entre el año 2000 y 2003 se asume como propias las categorías de transgénero, transexual y travestí. Tanto transexual como travestí desde los años ochenta eran utilizados por personas trans, no obstante transgénero viene a ser una nueva categoría que claramente se vislumbra una incorporación en el escenario político y de identidad. Todas las anteriores son aglutinadas en los conceptos de “población trans”, “personas trans” o simplemente “trans”.

En el año 2004, con la ayuda de William Hernández y de Mónica Amaranta la Asociación El Nombre de la Rosa, transforma su estrategia ante la Dirección General de Registros y presenta una solicitud de personería jurídica bajo el nombre de *Asociación Salvadoreña para Impulsar el Desarrollo Humano* (ASPIDH), eliminando toda indicación formal como asociación de mujeres trans (CABRERA; PARADA, 2009, p. 11).

En esa misma época en otras ciudades fuera del área metropolitana, los concursos de belleza trans denominados como “Miss Gay” son *espacios políticos* que se utilizan para deconstruir los estereotipos negativos respecto a las identidades trans. Por ejemplo, se conoce que en las ciudades de Santa Ana, Sonsonate, La Unión, Aguilares, San Miguel y Usulután desarrollan concursos de belleza desde el año 2004.

Entre 2006 y 2007 inicia actividades la *Asociación Ángeles Arcoíris Trans del Departamento de la Paz* que aglutina mujeres trans, radicada en la ciudad de Zacatecoluca, zona paracentral de El Salvador. Su trabajo de incidencia básicamente consistió en acciones educativas y preventivas sobre VIH en los municipios del Departamento de La Paz.

En 2008 Karla Avelar, después de separarse de ASPIDH inicia los procesos organizativos para la creación de la *Asociación Comunicando y Capacitando a Mujeres Trans con VIH en El Salvador* (Comcavis-Trans). Esta organización se enfocaba en ese momento en disminuir las condiciones de discriminación que las mujeres trans viviendo con VIH padecen en la sociedad e incluso al interior de la propia población de diversidad sexual. Actualmente sus ejes estratégicos giran en torno a cuatro puntos: reinserción social y laboral, desplazamiento, formación y prevención de VIH.

En esta misma época se conoce la existencia del *Movimiento por la Diversidad Sexual y Derechos Humanos Trans* (MDS DH Trans) que luego se denomina como *Asociación Salvadoreña de Trangéneras, Transexuales y Travestís* (Astrans) y actualmente como Diké LGBTI+. Enfocando su trabajo en la realización de procesos de hormonización hacia personas trans. Entre sus objetivos se encuentra que el Ministerio de Salud reconozca su responsabilidad y asuma la atención de la reasignación sexual de mujeres y hombres trans.

En el año 2009, la Corte Suprema de Justicia (2009) declara ha lugar el amparo solicitado por la entonces Asociación El Nombre de la Rosa en contra de la negativa de inscripción de la personería jurídica. En este mismo año la ahora nombrada Asociación para Impulsar el Desarrollo Humano, logra obtener su personería jurídica, pero sin hacer mención oficial a su identidad trans en sus estatutos.

## **5 | NACE UN ACTOR POLÍTICO: MARCHA CONTRA LA TRANSFOBIA Y LEY DE IDENTIDAD**

Considero el día 15 de mayo de 2010 -o mejor dicho la noche de ese día- como declaración pública de la existencia del movimiento trans salvadoreño. Esto se debe a que ASPIDH realiza por primera vez una marcha específica para denunciar la transfobia y los crímenes de odio que padecen las identidades trans. Una característica particular de esta marcha fue su realización en horario nocturno, posiblemente para que pudieran participar el mayor número de personas trans.

En ese mismo año en la ciudad de La Unión, en el Oriente del país, un colectivo de hombres gays y trans inician una serie de reuniones educativas y capacitaciones. Por cuatro años el ahora *Colectivo LGBTI Estrellas del Golfo* participó en diversas actividades educativas y organizativas dirigidas por Médicos del Mundo. Por ejemplo, el 17 de mayo de 2012, en el parque central de La Unión se colocó un stand para

sensibilizar a los transeúntes sobre temáticas de sexualidad; pero con el objetivo de incidir en la disminución de los patrones discriminatorios de la población. En el año 2017 fueron integradas en el desfile principal de las fiestas patronales de La Unión.

El 15 de noviembre de 2010 a iniciativa de la Asociación Solidaria para Impulsar el Desarrollo Humano ASPIDH, presenta una pieza de correspondencia ante la Asamblea Legislativa para que se elaborará un Proyecto de Ley para el reconocimiento del nombre y género de las personas trans. Esta iniciativa fue considerada de vital importancia para la protección, una vida digna, la seguridad jurídica e integridad emocional de las personas trans. Para entregar la pieza, se realizó una marcha desde las instalaciones de ASPIDH, en el centro histórico de San Salvador hasta la Asamblea.

En 2011 el movimiento trans salvadoreño visibiliza su articulación internacional, iniciada posiblemente desde el año 2008, por medio de la realización del *Foro de Despatologización de las Identidades Trans*, realizado el 23 de octubre de ese año. El cual se enmarcó dentro de la plataforma internacional *Stop Trans Pathologization* (STP) que impulsa acciones por la despatologización trans a nivel global.

En el año 2012 surge la *Asociación Colectivo Alejandría El Salvador* que centra sus esfuerzos en desarrollar procesos de incidencia política, sensibilización y capacitación para mejorar el acceso a la educación y formación profesional de gays, bisexuales, trans e intersexuales, así como fortalecer la respuesta nacional al VIH.

Para el año 2013 se conoce la existencia de la *Red de Organizaciones Trans de El Salvador* (RedTransal). Esta aglutinaba a 4 organizaciones trans existentes en esa época: Aspidh, Comcavis, Astrans y Colectivo Alejandría. El principal producto obtenido fue la organización y realización del *Foro de Divulgación del Plan de incidencia Juntas y Juntos por una Ley de Identidad de Género en El Salvador*. Esta acción política, considero que fue un esfuerzo para cohesionar las diversas organizaciones trans y sus afiliadas en torno a objetivos políticos comunes.

El 4 de mayo de 2013 es asesinada la activista trans Tania Vásquez lo que representó un duro golpe para las diversas organizaciones trans. Ante la pasividad por esclarecer este asesinato por las autoridades correspondientes; y a pesar de no contar con información, experiencia y desconocimiento de los procesos para presentar una solicitud de audiencia ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, Karla Avelar realiza dicha solicitud para presentar la situación de violencia contra la población de mujeres trans en El Salvador. La audiencia fue realizada el día 29 de octubre de 2013.

El 11 de enero de 2014, se conforma la *Asociación Generación Hombres Trans de El Salvador* conocidos como HT503. Una de sus principales apuestas como colectivo ha sido la discusión de la masculinidad hegemónica para no reproducir estos mismos patrones en la construcción de las masculinidades de sus miembros. El colectivo está articulándose con otras organizaciones de hombres trans a nivel regional, y por ello en noviembre de 2015 son miembros de la Red Centro América de Hombres Trans (Re Cath).

En marzo de 2015 se celebraron las elecciones para alcaldes y diputados. En esta oportunidad aparece una primera candidatura para diputado suplente de un hombre trans. Un partido conservador en busca de nuevos cotos de votos presenta como diputado suplente a un hombre trans que concurría al curul por medio del eslogan *Hagamos la diferencia sin ser diferentes*. Esa candidatura no fructificó.

Alex Peña, activista de HT503 en el año 2015 fue objeto de lesiones físicas en un altercado con 7 elementos de la Policía Nacional Civil (PNC). Su caso fue documentado y registrado desde el inicio por medios virtuales, por lo cual se transforma en un caso ejemplar de las acciones que los cuerpos de seguridad han realizado contra personas de identidad trans por años. Entre agosto y octubre de 2016 se efectúan juicios de los policías que agredieron a Alex Peña en 2015. En agosto absolvieron a 4 de ellos. En octubre se efectúa el segundo juicio, en donde fueron condenados a dos de sus agresores a cuatro años de prisión por las agresiones físicas sobre Alex.

El sábado 18 de febrero de 2017, *Yasuri* y *Dany* dos mujeres transexuales participaron de una fiesta organizada por la alcaldía de San Luis Talpa en conmemoración del 14 de febrero. Posteriormente a la participación de la fiesta, fueron asesinadas cerca del lugar donde ejercían trabajo sexual en dicho municipio. Recibiendo impactos de bala en sus rostros de una 9 milímetros. Pero la historia de asesinatos no finalizó ese día. El 20 de febrero se desarrollaron los funerales de Yasuri y Dany, en ellos asistieron otras personas LGBTI del municipio, entre ellas *Elizabeth*, mujer trans. Ella desapareció después de los funerales. Fue encontrada muerta el día siguiente, con las manos atadas y con el rostro desfigurado por medio de disparos de una pistola 9 milímetros (SAGASTIZADO, 2017). Este hecho colocó en la agenda trans la discusión sobre migración forzada a consecuencia de las diferentes violencias que se ejercen sobre sus identidades por parte de las estructuras armadas delincuenciales denominadas como *Maras*.

En este mismo año la Corte Suprema de Justicia avaló una sentencia de una Corte del Estado de Virginia que en 2011 reconocía como mujer a Lea, salvadoreña transexual, siendo un momento de mucha importancia para todo el movimiento trans. En medio de este proceso se hace visible la *Mesa permanente por una Ley de Identidad de Género en El Salvador*, la cual venía trabajando en un plan de incidencia política desde 2014. El 17 de mayo, al finalizar la 8° Marcha contra la Homo-lesbo-transfobia es entregado un proyecto de Ley de Identidad de Género a la Asamblea Legislativa.

## **PALABRAS DE CIERRE**

Este es un primer intento -parcial- para sistematizar una memoria histórica trans salvadoreña. Entre los hallazgos más significativos sobre categorías de identidad podemos mencionar los siguientes: a) en la primera mitad del siglo XX existieron narrativas literarias donde sus personajes centrales transitan entre los géneros, ya que sea por libre elección o por imposición; b) las fuentes primarias recolectadas en

periódicos, nos han mostrado la existencia de personas trans desde la década de 1940; c) la identidad sexual “homosexual” en el imaginario social salvadoreño, aparte de ser relacionado al trabajo sexual de calle, fue una primera forma de identificar a hombres que se autoidentificaban como mujeres, principalmente en espacios precarios y marginalizados; d) posteriormente, la identidad de “travestí”, considero que promueve una forma de resistencia a la identidad estigmatizada socialmente de “homosexual”; e) como acto de la hegemonía heteronormativa, el concepto travestí es usurpado y fue creada la categoría discriminatoria de “travestido”; f) las categorías de identificación actuales de transexual, transgénero y travesti se aglutinan en el concepto de “trans”, siendo el anterior interaccionado como categoría de identidad y de acción política al mismo tiempo.

## REFERENCIAS

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. **Nota del Ministerio de Gobernación N° 11896, Escándalos en la Calle Celis**, 21 de agosto. 1945.

CABRERA, J.; PARADA, L. **Prácticas de feminización y sus manifestaciones en la salud en transgeneros de la zona metropolitana de San Salvador, Noviembre 2008-Febrero 2009**. San Salvador: UES, 2009. 89 p. Maestría en Servicios Integrales en Salud Sexual y Reproductiva, Universidad de El Salvador, San Salvador, 2009.

CHACON, M. 1937. Historia de un hombre con alma de mujer. **Diario Nuevo**. 30 de septiembre. 1937.

CRUZ, Y.; SÁNCHEZ, R.; AZCUÑAGA, K. **¿Son aceptados los homosexuales en su ambiente laboral?** San Salvador: UCA, 1999. 54 p. Comunicación y periodismo, Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas”, San Salvador, 1999.

CRUZ, M. La prostitución que debe de ser perseguida. **El Diario de Hoy**, 13 de julio. Sección Editoriales. 1970.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA (El Salvador). **Sala de lo Constitucional 18-2004**. San Salvador, 2009.

EL DIARIO DE HOY. Degenerado sexual. 8 de septiembre. **El Diario de Hoy**, Sección Nacional, 1967.

\_\_\_\_\_. No quiere ser mujer una muchacha de Aguilares. **El Diario de Hoy**, 05 de enero. Sección Nacional, 1968a.

\_\_\_\_\_. Quiere ser hombre. **El Diario de Hoy**, 06 de enero. Sección Nacional, 1968b.

\_\_\_\_\_. Homosexual condenado por muerte ocurrida en La Tiendona en julio. **El Diario de Hoy**, 10 de diciembre. Sección Nacional, 1970.

EL MONGE AZUL. Un hombre-mujer fue detenido en la ciudad de San Vicente. **Diario Nuevo**, 16 de febrero, 1940.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis/Lisboa: Vozes/Centro do Livro Brasileiro. 1972

GAYELSALVADOR. La historia de Oráculos. **Gaysalvador.com**, 2008. Disponible en: [www.gayelsalvador.com/oraculos.htm](http://www.gayelsalvador.com/oraculos.htm) Acceso en 16 de abr. de 2016.

HERNÁNDEZ, Dagoberto; HERNÁNDEZ, Miguel. **Patrones culturales que discriminan a las minorías de homosexuales hombres en el empleo informal de la economía en el área metropolitana**. San Salvador: UES, 1998. 113 p. Maestría en Derechos Humanos y Educación para la Paz, Universidad de El Salvador, San Salvador, 1998.

HERRERA VELADO, F. La Pensión Florida. **Patria**, 11 de enero, sección Nacional, 1931.

LARA-MARTÍNEZ, R. **Indígena, cuerpo y sexualidad en la literatura salvadoreña**. San Salvador: Editorial UBD, 2012.

LESTER, J.; CHÁVEZ, N. Lo que les pasó a las mujeres trans que desaparecieron en El Salvador. **Buzz Feed News World**, 2016. Disponible en: <http://www.buzzfeed.com/lesterfeder/lo-que-les-paso-a-las-mujeres-trans-que-desaparecieron-en-el#.lo411eV7n> Acceso en 21 de enero de 2016.

LÓPEZ VIGIL, J. **Las mil y una historias de Radio Venceremos**. San Salvador: UCA Editores. 2006.  
MINISTERIO DE DEFENSA. Actividades culturales en el Primer Regimiento de Infantería. **Boletín del Ejército**, Diciembre, n° 46, 1949.

MOLINA, L. Afeminados santanecos serán controlados por autoridades. **El Independiente**, 10 de agosto, Sección Nacional, 1957.

PINTO, J. Redada de afeminados en baile de Rok'n Rol. **El Independiente**, 8 de agosto, Portada, 1957.

RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. En: Vance, C. (Comp.) **Placer y peligro. Explorando la sexualidad femenina**. Ed. Revolución: Madrid. 1989.  
SAADE, J. 1989a. El transexualismo. **Nuevo Mundo**, abril.  
\_\_\_\_\_. 1989b. Entérate. **Nuevo Mundo**, julio.

SAGASTIZADO, S. El éxodo de "las vestidas" de San Luis Talpa. **Diario1**, 2017. Disponible en: <http://diario1.com/zona-1/2017/02/el-exodo-de-las-vestidas-de-san-luis-talpa/> Acceso en 21 de diciembre de 2017.

SALARRUÉ. **Narrativa Completa II**. San Salvador: Dirección de Publicaciones e Impresos, 2010.

SOUNDY, Y. El transexual ante el matrimonio. **Gente**, año 1, n° 12, 1993.

TENORIO, Óscar. Homosexuales en la mira. **El Diario de Hoy**, San Salvador 07 de jun. 1998. Reportaje, p. 08-09.

VALBUENA, S. Deficiencias hormonales: homosexuales, heterosexuales, bisexuales, lesbianas y transvertidos sexuales... **Reportajes**, n° 109, 1994.

VÁZQUEZ, N.; IBÁÑEZ, C.; MURGUIALDAY, C. **Mujeres~Montaña. Vivencias de guerrilleras y colaboradoras del FMLN**. Madrid: Horas y Horas, 1996.

VIERA, N. En la ciudad de Nueva York con drogadictos y homosexuales. **El Diario de Hoy**, 6 de julio, sección Editoriales, 1970.

## PRECISAMOS FALAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE DO FILME AZUL É A COR MAIS QUENTE

**Glaucy de Sousa Santana**

Universidade Estadual da Paraíba  
Campina Grande - PB

**RESUMO:** A pesquisa analisa de que maneira o filme Azul é a Cor Mais Quente representa o lesbianismo, buscando entender como o enredo realiza esse tipo de abordagem. Para fundamentar as ideias discutidas, são utilizadas obras de Louro (2008), Bardin (2009) e Butler (2002). É um estudo qualitativo que utiliza a Análise de Conteúdo como estratégia metodológica. Os resultados mais significativos apontam que o enredo traz pontos positivos, contudo representa o casal de forma heteronormativa e a figura da mulher é fetichizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representatividade; Lésbica; Azul é a Cor Mais Quente;

**ABSTRACT:** The research examines how the film Azul is the Hottest Color represents lesbianism, trying to understand how the plot carries out this type of approach. In order to base the ideas discussed, works of Louro (2008), Bardin (2009) and Butler (2002) are used. It is a qualitative study that uses Content Analysis as a methodological strategy. The most significant results indicate that the plot has positive points,

however it represents in a heteronormative way and the figure of the woman as object of fetish.

**KEYWORDS:** Representativeness; Lesbian; Blue is the hottest color;

### INTRODUÇÃO

Esse estudo discute como o cinema aborda a temática da homossexualidade feminina em seus filmes, questionando, como é feita a representação das lésbicas no cinema americano, tendo em vista à existência de um conjunto de estereótipos vinculados a imagem das mulheres lésbicas que, a depender da forma hegemônica dessa representação, podem estar sendo reforçados.

A diversidade sexual e a identidade de gênero são temas bastante recorrentes em nosso cotidiano explorados não só na sociedade como também pela mídia, cinema, internet e outros meios de comunicação em massa. Apesar do preconceito ainda existir de forma enraizada - provavelmente por ser uma categoria que se difere bastante do padrão heteronormatividade - percebemos uma melhoria no cenário atual, dando visibilidade a essas minorias que anteriormente eram negadas pelas mídias sociais dessa ordem.

Sabemos que há diversos tipos de representações da homossexual feminina,

porém geralmente elas se repetem, no geral basicamente se dividem em três, a lésbica mais masculina conhecida americanamente como *dyke*, aqui no Brasil como caminhoneira ou bofinho, que faz trabalhos voltados para o gênero masculino, que exijam mais de força, seu vestuário e estilo também é masculinizada, a lésbica com trejeitos e vestuário bem femininos que facilmente se passa por heterossexual na sociedade, e na maioria das vezes representa um papel de fetiche para os homens, e a lésbica que é a mistura dessas duas, a meio termo que nem é tão masculina nem feminina, seu estilo se enquadra nos dois gêneros.

Pensando nisso, resolvi estudar como o filme *Azul é a Cor Mais Quente*, do diretor e roteirista Abdellatif Kechiche, discute a temática da descoberta da homossexualidade, como é dada a representação da figura da mulher lésbica, como é exibido um casal lésbico e o que esse tipo de representação acarreta no cotidiano das lésbicas.

A escolha da temática ocorreu por conta da escassez de estudos nessa área e por ser um conteúdo bastante recorrente atualmente na mídia. Percebemos a presença do conteúdo em diversos tipos de mídia televisivo, como programa de entretenimento, reality shows, programas de cunho jornalístico, teledramaturgias e o cinema que pode ser definido como uma técnica de reproduzir uma sequência de imagens com movimento e sons sincronizados de forma que conte uma história, técnica essa criada pelos irmãos Lumière no final do século XIX e desde então o cinema é considerado uma arte e um fenômeno social.

A pesquisa será qualitativa, como estratégia de pesquisa iremos trabalhar com a Análise de Conteúdo que para Bardin (2009) se caracteriza como um método que engloba um conjunto de técnicas de análises das comunicações e utiliza procedimentos dinâmicos e objetivos para descrever o conteúdo das mensagens. “Isto porque a análise de conteúdo se faz pela prática” (BARDIN, 2009, p.51). Utilizaremos a estratégia de Análise de categorial que “Funciona por desdobramentos do texto em unidades, em categorias segundo agrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização encontra-se a análise temática, bastante rápida e eficaz.” (DUARTE; BARROS, P. 301).

O estudo é de interesse social, pois é primordial debater os novos gêneros que vem surgindo no cotidiano, e acima de tudo, desvincular homossexuais da visão estereotipada que de forma discriminatória e preconceituosa que a sociedade os atribui.

## **CONTEXTO HISTÓRICO: CINEMA, HOMOSSEXUALIDADE E O LESBIANISMO**

O cinema pode ser definido como uma técnica ou uma arte que consiste em fixar e reproduzir imagens que suscitam impressão de movimento, a mesmo conceito serve para a indústria que produz estas imagens, mais até chegar num instrumento que mostra o que o cinema é em si atualmente, foram diversas tentativas entre erros e acertos. O cinematógrafo dos irmãos Lumière que fez o cinema se tornar o que é

hoje. Ele causou uma revolução grande no mundo antigamente, as pessoas ficavam assustadas, a população não compreendia como isso era feito, como era possível reproduzir tais imagens tão semelhantes com a realidade.

O filme pioneiro dos Irmãos Auguste e Louis ocorreu em 22 de março de 1895. A obra era chamada A saída da Fábrica Lumière em Lyon e em seu enredo trazia o registro da saída dos funcionários do interior da empresa na cidade de Lyon, na França. Foi ainda com os irmãos Lumière que começaram as primeiras “direções cênicas” para o cinema. O cinematógrafo logo passou a registrar não apenas cenas do cotidiano, mas também cenas dramáticas, teatralizadas, como afirma Edgar Morin na obra “O Cinema, ou o homem imaginário”:

Mas, por sua própria natureza, e desde o seu aparecimento, o cinematógrafo era essencialmente espetáculo: ele exibia suas cenas a espectadores, para espectadores, e implicava assim a teatralidade que ele desenvolveria em seguida através da direção, da mise-en-scène. De resto, os primeiros filmes do cinetoscópio já apresentavam lutas de boxe, atrações de music-hall e pequenas cenas. O próprio cinematógrafo, desde seu primeiro dia, já mostrava o homem que regava as plantas sendo regado pela mangueira. A espetacularidade cênica aparece assim ao mesmo tempo em que o cinematógrafo. (MORIN,2014 p. 69-70).

A representação do personagem homossexual no cinema se iniciou em 1895, Thomas Edison já produzia um filme experimental chamado “The Gay Brothers”, no qual homens dançavam ao som de um violinista. Já o primeiro beijo entre dois homens só foi registrado em 1927 no filme “Wings”, primeiro vencedor na história de um Oscar de Melhor Filme. Porém a representação era generalizada e voltada especificamente para a comédia, os personagens tinham um estereótipo bastante caricato.

Uma das autoras pioneiras no cinema independente americano foi Barbara Hammer, lésbica assumida e em seus enredos tinham conteúdos sobre lésbicas e sobre as mulheres, ela iniciou sua carreira acadêmica no cinema da San Francisco, por volta de 1960, atualmente está com 77 anos e é reconhecida por sua arte dedicada as mulheres além de abordar a temática lésbica.

O seu primeiro filme a retratar sobre a temática foi *Dyketatics* de 1974 um curta metragem de apenas quatro minutos que consistia na história de quatro mulheres nuas num campo que se envolviam entre si, e toda essa simples representação que Barbara fez em seu curta abriu um caminho para diversas outras abordagens do lesbianismo nas telonas. Se tornando uma obra de arte boa, capaz de mudar um pouco o pensamento das pessoas a respeito de algo como explica Groys :

a arte pode capturar a imaginação e mudar a consciência das pessoas. Se a consciência das pessoas se transforma, então as pessoas transformadas vão também transformar o mundo onde vivem. Aqui a arte é entendida como uma espécie de linguagem que permite aos artistas enviarem uma mensagem. Porém, para poder enviar uma mensagem, o artista tem que compartilhar a linguagem que seu público fala. (Groys, 2016)

A homossexualidade surgiu desde pré-história ao contrário do que muitas pessoas pensam, a única diferença é que atualmente o tema ganhou mais visibilidade, sendo tratado diariamente nas mídias comunicativas como também nas plataformas digitais. Há registros da prática homossexual em vários povos. Em Atenas, 3.000-1.400 a.c, por exemplo, as crianças do sexo masculino eram educadas através da prática homossexual pelos chamados mentores, homens mais velhos que iniciavam a vida sexual do menino.

A prática ocorria da seguinte forma, todos os meninos de Atenas após completarem seus 12 anos eram orientados por seus familiares a procurarem por um adulto para que o mesmo repasse seus conhecimentos sobre a vida e até os 18 anos esses meninos praticavam sexo passivo com o mentor. Após a maior idade o menino tornava-se mentor de outra criança sendo apenas ativo e só depois disso que lhe era concedido o poder de se casar. Toda a prática ocorria com a autorização da família e fazia parte da cultura da capital. No Brasil as primeiras aparições da homossexualidade, partiu de tribos indígenas que a realizavam com o intuito de repassar conhecimentos, outro fator que influenciava essa prática era a falta de mulheres na tribo. De acordo com Foucault (1999) os gregos não se opunham ao relacionamento entre pessoas ou entre pessoas do mesmo sexo. A repressão e o preconceito não eram direcionados aos homossexuais, heterossexuais ou bissexuais e sim caía em cima dos ombros daqueles que se deixavam ser dominados na relação.

Em 1700, quando a igreja e o estado se juntaram ambos decidiram excluir a homossexualidade da normalidade e estabeleceu como padrão extremamente conservador a heterossexualidade, e assim toda e qualquer prática sexual ou de amor que se diferenciava disto era visto como algo errado e dessa forma era punida.

O termo homossexual foi utilizado pela primeira vez em meados de 1869 a 1870, pelo médico Karoly Benkert, que foi o primeiro a debater e escrever sobre o relacionamento afetivo entre os sexos iguais. Para contribuir com a discussão do tema recorremos a Taques (2007) que afirma que o termo homossexual poderia ser utilizado para enquadrar toda a diversidade da homossexualidade, porém não era muito comum ainda naquela época, já que alguns sujeitos ainda tinham certa dificuldade em se considerarem homossexuais, devido a carga de preconceito que existe até hoje. (Taques,2007).

Já os primeiros registros escritos a respeito do amor entre mulheres ocorreram na Grécia antiga a cerca de 600 a.c. A principal imagem da histórica lesbiana é Safo, originaria da ilha de lesbos. Ela ficou conhecida por ter composto poemas em que externava uma atração por outras mulheres.

No Brasil o movimento lésbico começou a ter mais visibilidade em 1979, com o grupo Somos em São Paulo. Já na década de 90 como movimento político as mulheres lésbicas se organizam em grupos e começam a atuar em fóruns e partidos políticos, os grupos de lésbicas aqui no Brasil vão conquistando seu espaço e se multiplicando.

## SEXO BIOLÓGICO, GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Antes de dar início a nossa análise, é necessário discutir sobre sexo biológico, gênero e identidade de gênero, termos que atualmente são vistos como sinônimos, porém, apesar de existir uma pequena relação entre os três, há distinções significativas. O sexo biológico como o próprio nome já diz, refere-se a uma condição biológica e está ligada diretamente ao aparelho genital da pessoa, que pode ser caracterizado como feminino ou masculino.

O sexo é biológico, e por fazer parte do corpo orgânico, também atua na construção das identidades (GIFFIN, 1991). Nessa compreensão a respeito da definição do Sexo Biológico, segundo Arán (2006) independente do órgão reprodutivo que uma pessoa nasça e que automaticamente esteja configurada a seguir um caminho tradicional, esse órgão não vai definir necessariamente a sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Já o termo gênero é atrelado às características biológicas, mas existe uma ênfase nesse aspecto e algumas vezes desconsideram a construção histórica e social produzida a respeito dessas características. Como afirma, Robert Connel (1995, p 189), "no gênero, a prática social se dirige aos corpos". Ou seja, o conceito refere-se a forma como as peculiaridades sexuais são entendidas e representadas.

O conceito de gênero vai além da associação ao aparelho genital, existem outros fatores como a questão cultural, os valores familiares, a política social de cada região, personalidade. Além do mais, o gênero pode ser classificado como masculino, feminino, transgênero, androgenia e o não binário. Para complementar nossa visão sobre gênero, concordamos com o conceito de gênero de Joan Scott, que o entende como "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, p.14).

Definido os conceitos de sexo biológico e gênero, iremos discutir agora o termo identidade, que Simone de Beauvoir (1967, p. 9) destaca de maneira clara em suas abordagens a respeito das relações de gênero: "não se nasce mulher: torna-se mulher". Em outras palavras, a autora quer dizer que não nascemos homens ou mulheres, nós construímos nosso gênero ao longo de nossa formação de acordo com a construção da nossa identidade e as relações sociais.

Desse modo, ao longo de nossa formação identitária, nós vamos nos identificando com diversos aspectos, no qual a sociedade designa tal como feminino ou masculino, desse modo de acordo com a maioria de nossas preferências nos tornamos homens ou mulheres ou não binário, pessoa que não se vê nem como nenhum dos gêneros anteriores citados, está entre eles ou além de além ou uma combinação dos dois, remetendo a androgenia. Concordamos com a autora Guacira Lopes Louro que em seu livro "Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista" traz um conceito importante acerca do conceito de identidade.

E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias (LOURO, 1997, p. 24).

Antigamente a identidade era visto como algo fixo e geralmente herdávamos ela de berço, ou seja, eram os pais responsáveis por construir a personalidade de seus filhos, repassando seus valores e crenças, assim, se uma determinada família fosse adepta da religião espírita todos os seus deveriam ser espíritas também e assim sucessivamente até o fim da geração. Porém, sabemos que atualmente, com a pós modernidade, tudo é muito fluido e existe uma liquidez na formação de identitária.

Como afirma Bauman (2001), ele ressalta que a modernidade fez com que a identidade de cada ser se tornasse líquida, que se desfaz e se refaz em vários momentos, devido às transformações nas instituições pedagógicas como também pelo surgimento dos diversos dispositivos midiáticos (TV, rádio, cinema, teatro, telenovelas), que trazem assuntos polêmicos que estão presentes no cotidiano e que são pouco debatidos pela sociedade.

O mesmo ocorre com a construção de identidade de gênero, estávamos acostumados a sempre relacionar o gênero ao sexo que fomos designados a nascer, mas nem sempre nos identificamos com ele, em tempos pós-modernos, escolhemos quem queremos ser, o que queremos seguir, se vamos nos casar ou não, se ingressaremos numa faculdade. Portanto, temos mais liberdade de escolha, temos a capacidade de refletir, de criticar e ao fazer uma análise decidir com o que concordamos ou não, e se discordamos criamos nossa própria identidade (BAUMAN, 2001).

Assim se faz necessário pensar nas diferentes formas de ser e de se relacionar na sociedade, as ideias sobre gênero e sexualidade já estão meio que programadas em nossa sociedade e a respeito dessa abordagem Louro nos faz uma crítica interessante:

Portanto, se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição de sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão diferentes todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. A posição normal é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la. Marcadas serão as identidades que dela diferirem (LOURO, 2008, p. 22).

Entendemos que a sociedade se constitui por meio de uma construção sócio histórica, de base conservadora e que já tem adotada uma identidade como referência como também um padrão de relação afetiva o heteronormativo, baseado na heterossexualidade e portanto existem diversas regras que devem ser cumpridas para que uma pessoa possa ser vista como “normal” pela sociedade e qualquer pessoa que não se enquadre dentro desse modelo é tachada como “anormal” e quase sempre

vítima de preconceitos e ridicularizada.

Já a orientação sexual e não opção sexual, diz respeito ao desejo da pessoa no sentido afetivo, amoroso e sexual. Como por exemplo, os homossexuais que sentem atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo, os heterossexuais: sentem atração afetiva e sexual por pessoas de sexo diferentes. Assim uma pessoa que não se identifica com o gênero que nasceu e faz uma transição se tornando um transgênero não quer dizer que essa pessoa necessariamente irá se tornar um heterossexual já que apesar da relação entre os termos há distinções entre eles.

## ANÁLISE AZUL É A COR MAIS QUENTE

*Azul é a Cor Mais Quente* tem direção de Abdellatif Kechiche, é uma obra francesa baseada no romance gráfico de Julie Maroh, *Le bleu est une couleur chaude*, uma história em quadrinho publicada em março de 2010, a versão brasileira intitulada de *Azul é a Cor Mais Quente* só veio ser publicada no ano de 2013 e ao contrário do livro o filme foca mais no romance das duas jovens Emma e Adèle.

Ao contrário do que muitos pensam o longa não é sobre lésbicas, não apenas sobre isso, na verdade, o enredo aborda a temática da passagem da adolescência para a vida adulta através da personagem Adèle, (Adèle Exarchopoulos) uma garota de apenas 15 anos no qual sua rotina se resume em estudar e dar aulas de francês para crianças.

Sabemos que a fase da adolescência é muito complicada e cheia de descobertas e o enredo do filme nos deixa aprofundar nos dilemas da personagem, como por exemplo, no momento que ela se envolve com um Jeremie (Thomas), um rapaz da escola, no qual suas amigas o julgam como o bonitão do colégio e afirmam que o mesmo tem interesse em na protagonista, e como acontece muitas vezes na vida real, Adèle influenciada pelas amigas tem um relacionamento rápido com o rapaz, porém a mesma chega a terminar com ele, pois para ela era como se estivesse fingindo, não a completava, não se sentia bem com ele.

Adèle demonstrava estar confusa a respeito de sua sexualidade e não conseguia desabafar com suas amigas da escola que sempre demonstravam certo repúdio ao assunto e sempre a incentivava a se interessar por homens, uma das poucas pessoas que lhe acolheu foi o seu amigo Valentin (Sandor Funtek) que já mostrava entender bem a sua sexualidade e era homossexual, aparentemente todos sabiam na escola, mas isso não fica muito claro, o mesmo mostra não ter problemas com o assunto e ajuda a garota a se encontrar, conversando e até mesmo levando a mesma a um bar gay, nesse momento com as cenas percebemos que Adèle fica um pouco desconfortável a mesma deixa o local e acaba entrando em um bar lésbico no qual tem a oportunidade de conhecer Emma (Léa Seydoux).

Emma é uma artista plástica, mais velha que Adèle, já está na faculdade, é estudante de Belas Artes e é bem resolvida com sua orientação sexual, é lésbica

assumida, sua família apoia e não demonstra ter problemas com o assunto, apesar de Emma manter um relacionamento com Sabine (Aurelie Lemanceau), protagonista desperta um grande interesse em Emma. E com o passar do tempo as duas vão se conhecendo mais até que Emma decide terminar seu relacionamento com Sabine e Adèle que até então só havia tido uma experiência com outra mulher no qual se resume em uns beijos se apaixona cada dia mais por Emma e as duas engatam num relacionamento muito intenso.

No decorrer do filme nos aprofundamos no cotidiano das personagens Adèle e Emma como um casal, e nos envolvemos tanto que praticamente conseguimos nos enxergar dentro do filme convivendo junto com as personagens, o que é um aspecto muito positivo, nos deparamos com o primeiro encontro de Adèle com a família de Emma, no qual a mesma foi bem tratada e pode se sentir confortável, o que não podemos dizer o mesmo do encontro de Emma com a família de Adèle no qual a mesma foi apresentada apenas como uma amiga e os pais da garota se mostraram conservadores, e fizeram perguntas desconfortáveis a respeito de namorado e críticas disfarçadas a respeito de sua carreira como artista.

Também temos oportunidade de conhecer a intimidade do casal, no qual são expostas diversas cenas de sexo quase que explícito e que chegam a durar bastante tempo, algo que não vemos em outros filmes do gênero e foi um dos pontos que gerou polêmica tanto para os telespectadores como para os cineastas e pesquisadores do gênero. Além de traição, separação e despedidas que é o desfecho do filme.

Após o resumo da obra vamos a análise, percebemos que as personagens principais são muito estereotipadas a Emma é bem masculina, cabelos curtos e na primeira parte do filme tem ele pintado de azuis que já nos remete aquela pessoa que quer se diferenciar se destacar no meio das outras, suas roupas são calças jeans, camisetas xadrez um figurino com peças femininas porém com um toque masculinizado. A maneira como ela se porta também nos dirige aos homens, é uma mulher com mais atitude, aquela que trabalha fora e não faz afazeres domésticos e quer ser sempre o centro das atenções.

Já a protagonista é uma garota um pouco vaidosa, com cabelos longos, seu figurino é bem feminino, usa vestidos, saltos calças mais justas, ela é mais delicada, sua profissão é típica do gênero feminino professora, ela quem faz os afazeres domésticos e quem cuida da casa e da companheira enquanto ela só se preocupa com o trabalho e com os seus problemas e ainda percebemos também em alguns momentos da fala de Emma certa crítica aos desejos de carreira de Adèle como se ela fosse muito superior a garota. Toda essa representação das personagens nos remete a representação dos casais homoafetivos ao formato da heteronormatividade que segundo Pino (2007) se define por se o “enquadramento de todas as relações mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo” (PINO, 2007, p. 160).

De acordo com Butler (2002), uma das pioneiras da teoria Queer, a heteronormatividade representada nas obras é uma forma homofóbica e preconceituosa de se representar a temática, sabemos que cada um tem sua própria identidade e que por mais que se diferencie da maioria não é se assemelhando ao heterossexual vai ser melhor aceito. O preconceito é fruto da ignorância da falta de conhecimento, quanto mais a realidade for desconhecida maior será o preconceito para com os diferentes.

Outra cena que podemos ver bem claramente a heteronormatividade é quando Emma e Adéle já estão morando juntas, sua parceira resolve dar uma festa para sua namorada, no qual ela prepara todas as comidas da festa serve todos os convidados enquanto Emma conversa com seus amigos e deixa sua companheira de lado, como se ela fosse uma espécie de acessório, o enredo deixa claro que nossa protagonista se sente totalmente desconfortável e no fim da festa Adéle ainda lava toda a louça suja de todos os convidados, ou seja, além de representar o casal lésbico de forma heteronormativa ainda mostra de forma muito machista, só que agora não é mais a figura da mulher dominada pelo homem biologicamente e sim a figura da mulher dominada por outra mulher.

Adéle também é mostrada de forma mais sexy e feminina, percebemos certa fetichização em cima dela termo que se refere a atribuição simbólica de pessoas ou objetos alguns poderes mágicos ou sobrenaturais, mais que na realidade são as atribuições a coisas, pessoas ou partes do corpo que despertem desejo ou libido em outras pessoas e isso fica evidente em diversas cenas da nossa protagonista, como por exemplo as repetidas vezes em que é dado closes em sua boca, as repetidas vezes em que aparece nua. Um cena que gerou bastante polêmica foi a cena de sexo do casal lésbico que dura um pouco mais de sete minutos apesar de ser um ponto positivo por a maioria das outras obras não exibirem esse tipo de intimidade entre um casal homoafetivo, porém é preciso analisar como esse sexo foi representado, percebemos que foi feito a partir do olhar de um homem heterossexual para outro homem heterossexual, já que a realidade lésbica é muito diferente do que foi mostrado e infelizmente a trama acabou chamando mais atenção pelas cenas de sexo lésbico e pela fetichização do que pelo próprio enredo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo conseguimos entender a importância de não apenas dar visibilidade a temática lésbica mais em como representar esse conteúdo, sabemos que todas as produções, seja ela de qualquer tipo de mídia, têm um impacto enorme na sociedade. Então, se faz necessário pensar em como o telespectador vai absorver esse tipo de representação, em como isso vai afetar a vida de cada um. Como por exemplo, se todos os filmes lésbicos seguirem esse padrão heteronormativo, como uma garota lésbica, que tem um estilo meio que misturado, um pouco feminino e masculino, que busca independência, mas ao mesmo tempo quer ser mãe e gosta de

cuidar da casa vai se identificar com alguém da televisão? Ou se em todos os enredos que abordam a temática resolverem matar os personagens lésbicos quer dizer que esse vai ser o final de toda lésbica?

Conhecemos um pouco mais sobre a história do cinema que foi criado pelos inventado pelos irmãos Luimièrre, no fim do século XIX, em 1895 na França. Além também da história da homossexualidade no mundo e aqui no Brasil e do lesbianismo e entendemos as diferenças entre as questões relacionadas a gênero. A partir da pesquisa, conseguimos atingir os objetivos a que nos propomos e também respondemos à problemática apresentada inicialmente, através de um referencial teórico que nos ajudou a compreender a complexidade do tema.

Quando se trata da homossexualidade dentro das tramas, pouco percebemos a superação do preconceito. Através da análise percebemos que estamos caminhando no sentido de visibilidade, mas que ainda temos que trabalhar muito na questão de representação, e nos desprender desse padrão heteronormativo, até por que o público só vai começar a aceitar quando forem apresentados a essa outra forma de vivência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁN, M. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. Ágora, Rio de Janeiro – RJ. v. 9, n. 1, p. 49-63, jan/jun, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade- vol. I: A vontade do saber**. 13ª.Ed. Rio de Janeiro: Graal.,1999 (obra original publicada 3em 1984)..

GIFFIN, K. M. **Nosso Corpo nos Pertence: a dialética do biológico e do social**. Cadernos de saúde pública, RJ. v. 7, n. 2, p. 190-200, abr/jun, 1991.

GROYS, Boris. The truthof art. e-flux, New York, journal n. 71, mar. 2016. Disponível em: <http://www.e-flux.com/journal/71/60513/the-truth-of-art/> .Acesso em: janeiro 2018.

LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, Campinas - SP, v. 19, n. 02, p. 17-23, mai./ago. 2008.

MORIN, Edgar. **O cinema, ou O Homem Imaginário – Ensaio de Antropologia Sociológica**. (trad. Luciano Loprete). São Paulo: É Realizações, 2014. p. 69-70

PINO, Nádía Perez. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos**. Cadernos Pagu, v. 28, p. 149-174, jan./jun, 2007.

TAQUES, F. J. **Movimento GLBT: considerações necessárias**. Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 2, p. 144-148, maio/ago. 2017.

## SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DAMASCULINIDADE FRENTE ÀS “MULHERES MODERNAS”

**Ingrit Machado Jeampietri de Paiva**

NGCR/UFS, São Cristovão/SE

**RESUMO:** Os estudos de gênero propiciaram nas últimas décadas, novos olhares sobre as configurações e práticas relacionais, exigindo a releitura das estruturas sociais e de gênero e como estas operam no funcionamento social, na distribuição dos capitais sociais e seus efeitos. A ortodoxia da patrifocalidade somada à heterodoxia dos movimentos feministas e seus desdobramentos têm gerado o não-lugar determinado para fixação identitária, propiciando o surgimento da crise das masculinidades. Nosso objetivo neste artigo é fazer apontamentos sobre a crise masculina em uniões heterossexuais em duas metáforas musicais - “*Ai, que saudade da Amélia*” (1941) e “*Mulheres ‘Mudernas’*” [sic], 2014) - como possibilidade de aproximação das entrelinhas ou *habitus* de relacionamentos conjugais normatizados na figura “Ameliana”, explorando a imagética das personagens a fim de analisar as estruturas e capitais que possibilitam as alocações do eu lírico masculino.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero; práticas relacionais; capital social; capital simbólico; crise das masculinidades.

**ABSTRACT:** In recent decades, gender studies

have provided new insights into relational configurations and practices, requiring a re-reading of social and gender structures and how they operate in social functioning, in the distribution of social capital and its effects. The orthodoxy of patrifocality added to the heterodoxy of the feminist movements and their unfolding have generated the determined non-place for identity fixation, propitiating the emergence of the masculinities crisis. Our objective in this article is to make notes about the male crisis in heterosexual unions in two musical metaphors - “*Ai, que saudade da Amélia*” (1941) e “*Mulheres ‘Mudernas’*” (2014) - as a possibility of approaching between the lines or *habitus* of conjugal relationships normalized in the figure “Ameliana”, exploring the imagery of the characters in order to analyze the structures and capitals that make possible the allocutions of the male lyrical self.

**KEYWORDS:** gender; relational practices; share capital; symbolic capital; crisis of masculinities

### 1 | INTRODUÇÃO

Assexual, transgênero, intersexual, cisgênero, homossexualidade, bissexual, Crossdresser, transsexualidade, machismo, homofobia, sexismo, transfobia, e muitas outras

palavras passaram a fazer parte de nosso léxico frente à crescente politização dos discursos sobre gênero e sexualidade.

O reconhecimento do corpo como construção em permanente ação performática desafiou a feminilidade e a masculinidade do destino biológico. Conforme a estudiosa de gênero Judith Butler, a performatividade não é um ‘ato’ singular, *“porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição”*. (BUTLER, 2002, p.34).

Os novos olhares sobre os diferentes processos constitutivos das subjetividades e de seus contextos ampliaram as possibilidades de interpretação do masculino e do feminino nos diversos campos sobre os quais se tencionam, se produzem e se reproduzem.

Nesta perspectiva os estudos sobre os homens e as masculinidades têm sido repensados sobre distintas ópticas como inscrições, reproduções, identidades, construção, institucionalização etc. Nessa nova situação, os espaços sociais que estruturam o funcionamento e a distribuição dos capitais simbólicos impostos aos corpos e seus mecanismos de promoção e trocas aparecem como chave interpretativa das masculinidades.

As sobreposições entre novas concepções de gêneros Vs *habitus* patrifocalizados provisionam pistas da persistência da “*Saudosa Amélia*” na imagética popular e da crise gerada com o surgimento paulatino das “*Mulheres ‘Mudernas’*”, uma vez que, as “representações de gêneros” aparecem como “campo” estruturante do espaço social e das relações entre agentes. Utilizamos no presente texto a palavra “mudernas” mesmo ortograficamente incorreta, pois é desse modo que a canção foco dessa análise foi registrada e gravada.

Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1989, p. 134) os campos são sempre campos de batalhas e os agentes e grupos de agentes são definidos pelas posições relativas no campo, acantonados numa posição ou classe, não podendo ocupar duas regiões opostas – mesmo que tal seja concebível.

As práticas relacionais hodiernas geram púberes ideais agenciais que tencionam a normatividade levando à desestruturação do capital cultural heteronormativo. As novas ideias e agentes dispostos à subversão da ordem escalonal histórica e socialmente estabelecida, tencionam a normatividade da estrutura vigente.

A busca pela subversão de posições leva o dominante, ao defender sua posição, a excluir a concorrência não legitimando o novo, ou seja, a lutar pela manutenção dos capitais distintos e distintivos que legitimam as posições estratificadas dentro do(s) campo(s).

Todos os dias participamos ativa ou passivamente desse processo de “*modernização*” dos papéis de gênero, não ficando imunes a estas transformações e à desestabilização trazida pelos conflitos entre velhas estruturas estruturadas e novos anseios agenciais.

A não fixação identitária gera crises e cumplicidades ao campo relacional apresentando-se como importante área de pesquisa, uma vez que os novos ideários relacionais esbarram em *habitus* ainda enrijecidos no homem forte e provedor e na mulher recatada e do lar.

Raewyn Connell (nascida Robert William Connell) tem aparecido como uma das mais importantes teóricas na área de estudos sobre a crise das masculinidades, ao apontar as estruturas e os efeitos das práticas relacionais de gênero nas experiências físicas, pessoais e culturais. Para essa cientista social, devemos levar em consideração a “*configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero*” (CONNELL. 1995, p. 188).

O objetivo deste estudo é propiciar apontamentos sobre a crise da masculinidade em relacionamentos heterossexuais explicitadas em duas canções: “*Ai, que Saudades da Amélia*”, grande sucesso do cantor e compositor mineiro Atilaf Alves, e do carioca Mário Lago - advogado, poeta, radialista, compositor e ator; e “*Mulheres ‘Mudernas*” do nordestino - nascido no interior do Ceará - Marcondes Falcão Maia, mais conhecido pela personagem caricaturada Falcão.

Elegemos a arte como forma de interpretação do capital simbólico e das estruturas relacionais de gênero por compreendermos que expressões artísticas populares possuem a capacidade de expressar mais fielmente as “entrelinhas” do cotidiano e da experiência humana abrangendo não só sua objetividade como também as subjetividades.

A linguagem cotidiana, diária e profana recordada na letra, melodia e na atividade imaginativa da metáfora musical configura-se como possibilidade discursiva sobre o “ser homem” ou “ser mulher” dentro de contextos específicos.

## 2 | A CRISE DAS MASCULINIDADES

As alocações firmadas sobre a diferença corporal serviram durante milênios para justificar os distintos espaços e papéis a que os corpos estão fadados. As instituições religiosas, educacionais, políticas e familiares (ou seja, as instâncias distribuidoras do poder) trataram de formular fronteiras limítrofes para as práticas sociais a serem executadas por seus entes. Nesta perspectiva há espaços predeterminados para os destinos biológicos, de classes e físicos - lugar para a criança, a mulher, o homem, o deficiente, o rico, o pobre, o negro, o indígena, a casta, entre outros.

Nos últimos séculos diversos movimentos questionam estas raias ao interrogar sobre os lugares impostos pela classe dominante patrifocal, branca e abastada, que dita espaços, comportamentos, vestimentas ou a linguagem, a serem assumidas por suas congregações. As releituras de como se dão as estruturas catalogais de nossas experiências físicas, pessoais e relacionais, surgem como possibilidade de subversão ordinal e dos ditames dos papéis sociais impostos para homens e mulheres. O debate

sobre os padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros deve ser recolocado no campo social,

[...] pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 1997, p.26).

No aprendizado de papéis sociais, adequados (e inadequados) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, é que podemos observar as tensões entre velhos capitais distintos e distintivos e novos anseios agenciais. Há de se considerar que tais tensões – sobreposições entre ideário de equidade e *habitus* patrifocal - criam novos significados ao simbolismo identitário heteronormatizado do homem viril e da mulher frágil.

O não-lugar - espaço específico para cada ente social - amplia horizontes ao mesmo tempo em que desfilia o homem de sua suposta “masculinidade” hegemônica, gerando a crise dos masculinos. A este respeito Sandra Maria Garcia em texto intitulado “*Conhecer os Homens a Partir do Gênero e para além do Gênero*”, afirma: “*quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas*”. (GARCIA, 1998, p. 46).

Para entendermos como se dá tal crise é importante considerar a relação entre estrutura e agente. Para Bourdieu (1992) o foco não são os indivíduos, mas a constituição do campo - em outras palavras, os agentes e as posições que estes assumirão em um determinado campo ao possuírem determinadas capitais.

A estrutura - ou campo - firmada na distribuição desigual de capitais distintos e distintivos e a estrutura estruturada estruturante - *habitus* (neste caso: representações de gêneros) - sustenta a imagética do homem provedor e da mulher do lar (Amélia). Os capitais simbólicos - ou de outro tipo - adquiridos ditam comportamentos e escalonam os agentes; deste modo, os procedimentos poderão ser assumidos como legítimos ou ilegítimos dentro de determinada estrutura e os jogos sociais poderão ser perpetuados sem que se perceba que o jogo ainda é jogado com as mesmas regras (*illusio*).

As mudanças no campo causadas pelas tensões e subversões do “capital simbólico” desequilibram os sistemas de manutenção do *habitus* patrifocalizado trazendo instabilidade escalonal e gerando crise ao masculino heteronormatizado. Em outras palavras, as “novas” relações de gêneros e a desestabilização do local hegemônico do masculino gera o não-lugar – não fixação estamental - para seus agentes.

Considerando que grande parcela da população brasileira vive relações heterossexuais e que estas não ficaram imunes à “*mudernização*” dos papéis, a

crise da masculinidade também pode ser percebida nos seios destas relações. Neste sentido, o norte dialogal deste capítulo propiciará apontamentos das construções imagéticas do sofrimento masculino, frente a relacionamentos com mulheres que não mais cumpririam seus papéis “amelianos”.

Inicialmente analisaremos a música “*Ai que saudade da Amélia*” composta em 1941, e que foi alvo de várias críticas feministas que tentaram esmiuçar como o capital simbólico patrifocal perpetua seu legado ao fixar a imagem da mulher submissa e passiva frente à fome e aos mandos do marido - a conhecida “Amélia”, dona do lar, sem vaidades, que não faz exigências, ou seja, que simplesmente aceita sua “sina” de mulher-, focalizando os queixumes masculinos ante as mudanças relacionais.

Em um segundo momento adentrarmos na canção “*Mulheres Mudernas*”, que talvez, por sua ironia alegórica não tenha despertado tanto interesse em nossos estudiosos de gênero, mas que igualmente demonstra a insatisfação masculina perante a uma mulher que “*não sabe ‘aguá’ uma planta*”.

### 3 | SAUDOSA AMÉLIA

*Nunca vi fazer tanta exigência  
Nem fazer o que você me faz  
Você não sabe o que é consciência  
Nem vê que eu sou um pobre rapaz  
Você só pensa em luxo e riqueza  
Tudo que você vê você quer  
Ai, meu Deus, que saudade da Amélia  
Aquilo sim é que era mulher  
Às vezes passava fome ao meu lado  
E achava bonito não ter o que comer  
E quando me via contrariado  
Dizia: Meu filho, que se há de fazer  
Amélia não tinha a menor vaidade  
Amélia é que era mulher de verdade  
Amélia não tinha a menor vaidade  
Amélia é que era mulher de verdade  
(LAGO; ALVES. 1941, s/p).*

Para um ementário das tensões do capital simbólico imposto à mulher e como as mudanças relacionais de gênero propiciam a crise da masculinidade vivenciada pelo eu lírico da música, devemos considerar alguns pontos importantes:

- Seu ritmo, apesar de ser um samba expressa uma extrema melancolia e saudosismo do locutor – homem;
- Há três sujeitos na letra – o homem, sua nova companheira (a “outra”) e Amélia;

- A vaidade mencionada na música não está relacionada diretamente, ou pelo menos não unicamente, a cuidados com a aparência;
- É uma relação heterossexual;
- Não há como saber se a personagem masculina é desquitada ou viúva – já que na época não existia o divórcio – porém, é nítida a situação de segundo plano imposta a atual companheira e/ou que não tem voz nem nome;
- Amélia não fazia muitas exigências como a atual companheira;
- A personagem masculina não possui grande poder aquisitivo.

Tendo fixado estes pontos da alegoria musical, outras questões devem ser levadas em consideração a fim de entendermos a estrutura sobre a qual se reproduz e/ou produz o papel de gênero de suas personagens:

### a) A Amélia

Amélia não é uma personagem fictícia. Ela foi uma lavadeira que trabalhou na casa da cantora Aracy de Almeida, amiga de Lago e Ataulfo. Os compositores se inspiraram na passividade e submissão da lavadeira para com o marido para compor a música.

Apesar da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, no período da composição da música (1941) os cuidados domésticos e a reprodução - maternidade - eram as principais atribuições a serem cumpridas pelas mulheres.

Se Amélia trabalhava fora, o fez por necessidade e não por tentar angariar um espaço de equidade com o homem, já que a luta feminista no País estava mais restrita às classes média e alta da sociedade. Para compreender a tentativa de fixação de papéis no período, lembramos o Projeto de Decreto-Lei - “Estatuto de Família” do Ministro Capanema de 1939:

[...] o Estado educará ou fará educar a infância e a juventude para a família. Devem ser os homens educados de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa. (CAPANEMA cap. 4, art. 13 apud SCHWARTZMAN. 1980, s/p)

Houve grandes impasses entre igreja, poder legislativo e sindicatos frente ao “Estatuto da Família” no final da década de 30 e início dos ANOS 40, demonstrando como no período o “verniz liberal” estava sendo passado sobre a “madeira tradicionalista” de uma sociedade que almeja o novo, mas que não abria mão das raízes patriarcais.

Apesar da conquista feminina ao voto em 1932, parte da mentalidade social brasileira continuava fiel a padrões arcaicos, especialmente no que diz respeito ao papel social da mulher, ou melhor, a “mulher ideal”, a Amélia, que não pode ser totalmente esquecida devido ao capital heteronormativo perpetuado em nossas

instituições através do *habitus* pratrifocal.

### **b) “A outra”:**

Ao observarmos a história podemos perceber que nas primeiras décadas do século XX o Brasil já apresentava tensões próprias de um país em processo de industrialização e urbanização. A mídia de massa angariava seu espaço apresentando o consumismo como sinônimo de progresso e modernidade. A preocupação com a educação formal toma nova roupagem e há a intensificação da circulação de distintos ideários ideológicos.

Neste cenário, homens e mulheres dos mais humildes aos mais abastados reconstroem seus olhares sobre seus “papéis de gênero”. Conforme mencionado anteriormente, este processo não traz, por hora, grandes avanços na “madeira” enrijecida do patriarcalismo. Apenas a pincela com o “verniz liberal”. Porém, é nítido no período o surgimento de mulheres que se negavam a serem a tão sonhada “Amélia” do ideário masculino. Alguns exemplos são as sufragistas, as operárias, o crescente número de mulheres com ensino superior, entre outras.

Há de se considerar, no entanto “a outra”, aquela que permanecia em meio à transição, que almejava a liberdade e as conquistas trazidas pelos novos tempos, mas que ainda não conseguiu livrar-se da dependência financeira do homem – devido às próprias estruturas sociais vigentes em sua época. São as mulheres anônimas, sem rosto, sem voz, que não supriam as expectativas de “seu macho” – ser a dócil “Amélia”-, mas que também ainda não haviam conquistado a “liberdade” almejada pelas “mulheres *mudernas*”, principalmente a financeira.

Existe uma busca por deslegitimar esta nova mulher, “a outra”, sem nome, exigente e cheia de vaidades. Ao subverter o capital simbólico mulher - de “verdadeira”, submissa, em eterna espera, que não faz exigências etc. – a personagem “inominável” desestabiliza o estamento relacional ou papéis sociais impostos às mulheres e aos homens. A marginalização e crítica feita pelo eu lírico masculino deixa transparecer a infelicidade pela desestruturação de sua hegemonia ante a uma mulher “fora dos padrões amelianos” - exigente, vaidosa, sem consciência ou luxuriosa.

“A outra” se apresenta desde essas constatações como um ponto que nos permite observar o saudosismo da suposta “feminilidade” ameliana e da “temível” mulher “*Muderna*”, *que não sabe nem ‘Lavá’ uma ‘loça’*, ou seja, “a outra” é o elemento de transição, aquela que não se enquadra em nenhum das duas posições.

### **c) O homem:**

A fala “*Ai, que saudade da Amélia*” apresenta um homem frente aos impasses entre a tradição e o novo, enfrentando as mudanças de capitais simbólicos, de papéis sociais, situação que lhe causa sofrimento, gerando saudosismo dos “bons tempos da Amélia”.

As transformações culturais e sociais do período modificavam paulatinamente as práticas relacionais de gênero - de um lado a “mulher de verdade” que não possuía vaidades, do outro lado, sua atual companheira, uma mulher que faz exigências acima das condições financeiras do parceiro.

Se ainda hoje, encontramos homens que se sentem constrangidos quando não conseguem arcar sozinhos com os gastos de uma casa, naquela época – mais de 75 anos atrás - isso era uma “questão de honra” para grande parte da população masculina, devido ao modelo de família vigente, pois o papel de um marido era suprir todas as necessidades familiares e do lar, conforme vimos no Projeto-Lei de Capanema que fala sobre a “responsabilidade de chefes de família”.

O longo histórico de submissão feminina à “classe dominante masculina” reproduzia a mulher citada no documento – esposas “*afeiçoadas*”, desejosas pela maternidade e “*competentes*”. Mas, a crescente sociedade de consumo moldada pelas propagandas de massa, o processo de industrialização, urbanização e o ideário de liberdade feminina propiciaram o surgimento de novas formas de feminilidade menos metrificadas, aos poucos vai surgindo uma nova personagem “a outra”, a não Amélia, mas ainda dependente financeiramente do marido.

Neste contexto é possível vislumbrar a personagem masculina da música como um homem que se encontra entre a ortodoxia de uma visão patrifocal - hegemônica - e a crise de vivenciar estruturas sociais e culturais menos metrificadas, mais heterodoxas, dificultando a estamentação dos agentes nos capitais masculinidade e feminilidade, devido à fluidez que esses passam a ter.

#### 4 | “MULHERES MUDERNAS” - A IRONIA COMO FORMA DE PROTESTO MASCULINO

A segunda música de nossa análise - “*Mulheres ‘Mudernas*” - foi lançada em 2014 no álbum “*Sucessão de Sucesso Que se Sucedem Sucessivamente Sem Cessar*” e sua eleição como material foi motivada por entendermos que a ironia e a irreverência presentes no trabalho de muitos cantores nordestinos, possibilita um olhar fotográfico sobre a vida e as mazelas do nosso povo.

As estruturas relacionais de gênero no início da década de 40 apresentadas em “*Ai, que saudade da Amélia*” apontavam para as nascentes tensões entre velhos capitais culturais e novas expectativas sociais. Mas uma questão nos advém: Passados 77 anos do desabafo do sofrimento masculino perante a ausência da “Amélia”, estará o homem preparado para as “Mulheres ‘Mudernas’”? Vejamos:

Essas mulheres ‘mudernas’  
Entendem de economia  
Bolsa de valores

*Auto 'marketingui'*  
*'Ciberrnética' e filosofia*  
*Falam vários idiomas*  
*Sabem andar de bicicleta*  
*Mandam e desmandam*  
*Executam e deliberam*  
*Mantém a coluna ereta*  
*Mas não sabem 'fritá' um ovo*  
*'Desarmá' uma 'ratuera'*  
*'Lavá' uma 'loça'*  
*'Capá' um jumento*  
*'Esquentá' uma janta*  
*É muito triste 'vivê'*  
*Com uma 'mulé'*  
*que não sabe 'aguá' uma planta*  
*Essas mulheres 'mudernas'*  
*Estão tratando o homem pau a pau*  
*Sabem onde fica o ponto G*  
*Conhecem de tudo o porque*  
*Em matéria de 'etecétera' e tal*  
*Mas não sabem 'fritá' um ovo*  
*'Desarmá' uma 'ratuera'*  
*'Lavá' uma 'loça'*  
*'Capá' um jumento*  
*'Esquentá' uma janta*  
*É muito triste 'vivê'*  
*Com uma 'mulé'*  
*que não sabe 'aguá' uma planta*  
 (MAIA. 2014, s/p)

Assim como fizemos com a canção anterior, destrinchemos alguns pressupostos para a interpretação desta faixa:

Nas duas primeiras estrofes, as “Mulheres Modernas” são apresentadas como instruídas – *entendem de economia, Bolsa de valores, Auto 'marketingui', 'Ciberrnética' e filosofia*; são também conquistadoras - *Falam vários idiomas* (seu universo não está mais restrito ao seu lar), *sabem andar de bicicleta* (liberdade), *mandam e desmandam, executam e deliberam e mantêm a coluna ereta* (não se curvam aos mandos masculinos). Curiosamente, apesar de o eu lírico fazer a pronúncia das palavras inglesas Marketing e *Ciberrnética* de uma forma “aportuguesada”, o eu lírico masculino aparentemente faz um esforço para estar à altura desta nova mulher em seu conhecimento.

Porém, na terceira estrofe, o homem demonstra seu desapontamento frente ao desvanecer de seu capital simbólico ao perceber que estas “mulheres modernas” não cumprem seus “papéis femininos”, pois não sabem: *'fritá' um ovo, 'Desarmá' uma 'ratuera', 'Lavá' uma 'loça', 'Capá' um jumento, 'Esquentá' uma janta*. Ao fazer isto a personagem masculina muda sua estrutura de linguagem e deixa transparecer seu

semi-analfabetismo como que a delatar a mazela masculina do abandono dos estudos em contraste com a erudição feminina. Como em um desabafo o refrão dá continuidade ao relato de desapontamento que se transforma em tristeza: *É muito triste 'vivê' com uma 'mulé' que não sabe 'aguá' uma planta.*

Continuando o espanto com toda esta “*mudernidade* feminina”, na quinta estrofe as mulheres modernas reaparecem como vilãs que subverteram a ordem “natural” (o “*status quo*”), pois *tratam o homem pau a pau; Sabem onde fica o ponto G* (são donas de sua sexualidade); *Conhecem de tudo o porquê; em matéria de 'etecétera' e tal* (não se submetem aos homens, pois não importando os desafios, a mulher moderna parece conhecer as respostas). Finalmente para justificar seu sofrimento frente a este conflito, reaparece e grito de socorro no retorno do refrão: *É muito triste 'vivê' Com uma 'mulé' que não sabe 'aguá' uma planta* - como se existisse anteriormente uma facilidade em “ser homem” enquanto a mulher cumpria sua “Amelidade”, ou seja, sabia cuidar da casa (“aguar uma planta”).

Frente às inúmeras transformações no cotidiano da vivência humana, podemos apontar que as estruturas do campo social firmadas no tradicional papel feminino e masculino ainda permanecem fortes nas práticas relacionais de gênero no século XXI. E que, apesar do percurso de conquistas constitucionais de diversos setores sociais, a camada cada vez mais grossa de “verniz liberal” não conseguiu mudar a base - “a madeira” (o capital simbólico) sobre a qual nossas objetividades e subjetividades são construídas e reconstruídas.

Os bens simbólicos legitimam o escalonamento a ser ocupado pelos agentes - mulheres dóceis e do lar e o homens fortes e provedores. Esses capitais estão justificados no *habitus* heteronormativo de hegemonia masculina. Tais fatores - capitais simbólicos feminilidade e masculinidade - aparecem como bens em disputa, uma vez que legitimam o próprio jogo.

Nos jogos sociais que sustentam a estrutura estruturada - campo - a *illusio* possibilita a cumplicidade subjetiva ao *status quo* e a objetividade do jogo. Para Bourdieu este jogo se dá de uma forma encantada, pois “são jogos que se fazem esquecer como jogo e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU, 1996, p. 138).

A arte, e neste caso específico a ironia da metáfora musical, conseguiu romper a barreira de silêncio ao descrever não somente as “mulheres *mudernas*”, mas também este “novo homem” em sua crise de masculinidade frente às mudanças superficiais de nossa concepção de papéis tão firmados em nossa tradição patrifocal.

É importante reconhecer que os discursos sejam eles acadêmicos, artísticos, coloquiais, entre outros são estruturados sobre imagéticas cheias de símbolos e significações que expressam uma realidade ou um desejo do locutor, e que consecutivamente proporcionarão ao interlocutor novos significados dependendo da base de significantes que este toma para interpretar ou resignificar a realidade objetiva.

Há deste modo de se considerar que as diversas estruturas e balizas relacionais dos processos de socialização propiciarão distintas subjetividades e leituras destas.

Com isto queremos dizer que as estruturas de subjetividades não estão firmadas neste único modelo de interpretação do masculino - hétero - e que sofre frente à mudança no papel da mulher -, mas que a arte pode ser uma porta de entrada para entendermos - ou pelo menos espirmos - as estruturas reproduzidas e as tensões do campo social e simbólico mantidos por nossas práticas relacionais e a partir daí repensarmos o que Connell chama de “diversas configurações possíveis” de se falar em “masculinidades” (CONNELL. 1995, p. 188).

Para este tipo de hermenêutica poderíamos ter selecionado músicas como: “Masculino e Feminino” (Pepeu Gomes), “Barbara” (Chico Buarque – Ana seduz Bárbara), Geni e o Zepelim (Chico Buarque – onde Geni é uma travesti), “A Nível De ...”(João Bosco e Adair Blanc – troca de casais), “Calúnias” (Ney Matogrosso – Telma eu não sou gay), “Homens e Mulheres” (Ana Carolina - Bissexualidade), entre tantas outras que a imagética permita desnudar as diversas subjetividades possíveis. Porém, nestas duas canções brevemente analisadas nesse capítulo podemos observar a crise identitária deste “homem *muderno*” - hétero - que tem de articular as conquistas feministas com valores enrijecidos no *habitus* ortodoxo normatizado pelo capital masculinidade que persiste na subjetividade relacional.

## 5 | CONSIDERAÇÕES

As mudanças políticas, jurídicas, tecnológicas e científicas da atualidade possibilitaram novas formas performáticas e relacionais de vivenciarmos nossa humanidade. Neste grande labirinto de paredes que se movem aleatoriamente tudo é político: o corpo, o sexo, o pessoal, o privado etc.. Não que em outras épocas não o fossem, mas as especializações nos particularidades têm ampliado os impasses e possibilidades de interpretação do ser humano.

Como uma das formas de releitura das aparentes mudanças dentro do campo familiar e suas práticas relacionais, a imagética alegórica propicia o mergulho na objetividade – divisão espacial e social para os agentes – e na subjetividade – expressa na linguagem do que sofre a crise gerada pela desestabilização de seu capital.

As teorias e experimentos nunca foram capazes de parafrasear definitivamente o humano. Porém a arte surge como possibilidade - mesmo aquelas consideradas “baixa cultura” - de capturar a experiência em suas mais diversas dimensões e possibilidades. Algumas destas obras assustam, causam repulsa, comovem, chocam, fazem desejar, calar e até mesmo sorrir.

Deste modo, a hermenêutica artística apresenta-se frutífera para análise das estruturas e efeitos das práticas relacionais de gênero nas suas experiências físicas, pessoais e culturais. Mesmo que suas personagens por vezes sejam seres fictícios

possuem muito a dizer dos arcaísmos sobre as quais as ações performáticas das masculinidades e feminilidades se produzem e reproduzem historicamente.

As mais de sete décadas que separam as duas personagens não apagaram da imagética popular o espaço e os papéis a serem desenvolvidos socialmente por seus agentes. Em outras palavras, o verniz liberal com nuances de modernidade, não apagou da subjetividade masculina seu tão sonhado capital - a “Amélia, mulher de verdade”.

Parece-nos que a “Amelidade” continuará por tempo a ser “*Sucessão de Sucesso Que se Sucedem Sucessivamente Sem Cessar*”, pois o capital heteronormativo que impõe as maneiras de ser, pensar e agir nas relações de gênero permanecem enrijecidas na “madeira” ortodoxa do “homem provedor” e da “mulher do lar”.

A (semi)*mudernização* – sobreposição entre o *habitus* patrifocal e as novas relações de gênero - tem desequilibrado a balança do capital simbólico da hegemonia masculina gerando não somente a crise do masculino como também o não-lugar perante a instabilidade de papéis imposta pela “*mudernização*” das relações e das estruturas que as escalonam.

O confronto entre as estruturas ortodoxas somadas às novas práticas relacionais heterodoxas tem produzido a crise dos masculinos ao tencionar o campo social firmado no capital simbólico da “Amélia” – submissa e passiva frente à fome e aos mandos do marido (“*afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa*”) - e subvertido pelas “mulheres *Mudernas*” - que *tratam o homem pau a pau; Sabem onde fica o ponto G; Conhecem de tudo o porquê; em matéria de ‘etecétera’ e tal*. Este não-lugar desafia o capital simbólico desestruturando os “tradicionais” papéis de gênero.

As crescentes mudanças nos “paradigmas sociais” estão longe de atingir seus intuitos, pois a simples pincelada do “verniz liberal” não transforma a base “patrifocal” sobre as quais se reproduzem os pré-conceitos e preconceitos sobre os papéis sociais e o escalonamento de seus agentes.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3ª ed. Trad. de Sergio Miceli et al. São Paulo. Editora Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas**. São Paulo: Papyrus, 1996.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CONNELL, Robert W. **Políticas da Masculinidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Educação & Realidade. Porto Alegre. Vol. 20, nº 2, jun/dez, 1995.

GARCIA, Sandra Maria. **Conhecer os Homens a Partir do Gênero e para além do Gênero**.

In Arilha, Margareth; Ridenti, Unbehaum, Sandra G., e Medrado, Benedito (orgs.). Homens e Masculinidades: outras Palavras. São Paulo: Ed. 34, 1998.

LAGO, Mario; ALVES, Ataulfo. Música: **Ai, que saudade da Amélia**. 1941. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ataulfo-alves/165620/> > Acesso em 27 de março de 2016.

LOURO, G. L.. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós- estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, Marcondes Falcão. Música: **Mulheres Modernas**. Álbum “*Sucessão de Sucesso Que se Sucedem Sucessivamente Sem Cessar*”. 2014. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/falcao/mulheres-modernas/>> Acesso em 27 de março de 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Igreja e o Estado Novo**: O Estatuto da Família. Cadernos de Pesquisa. Vol. 37, mai. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1980. Disponível em:< <http://www.schwartzman.org.br/simon/estatuto.htm>>Acesso em: 10 abr. 2016.

## RECORTES DA SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA EM OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

### Ana Caroline Genésio Rodrigues

Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Letras e Educação  
Guarabira - PB

### Maria Aparecida Nascimento de Almeida

Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Letras e Artes - PPGLI  
Campina Grande - PB

**RESUMO:** Conceição Evaristo, renomada escritora brasileira, figura no cenário literário nacional e internacional com proeminentes obras; romances poesias e contos fazem parte da sua produção. Traduzidos em vários idiomas, seus versos e narrativas permitem conhecer a realidade socioeconômica vivenciada por mulheres, pobres e negras, características que as relegam à margem de uma sociedade que se “pretende” democrática, porém impõe, por ações e palavras, limites a serem respeitados pelos seres subalternizados. O tom de denúncia social, empregado pela autora, dialoga com os discursos proferidos pelos (as) companheiros (as) que militam consigo no Movimento Negro, os (as) quais reivindicam respeito e igualdade por questões étnicas, e no caso das mulheres de gênero, uma vez que a inserção em uma sociedade patriarcal impõe desafios constantes ao ser feminino. Destaca-se as “escrevivências” de Conceição Evaristo em *Olhos D’água*,

coletânea de contos, na qual a escritora enfatiza o sofrimento de uma coletividade, multiplamente, subalternizada pela misoginia, racismo e preconceito social. O sofrimento, evidenciado no título da obra, é compartilhado pelas protagonistas das narrativas Ana Davenga e Maria, cujos dilemas representam as vivências de inúmeras faces, tendo em vista a observação do ficcional a partir da realidade do Brasil. Verifica-se, por fim, a brevidade da vida de tais personagens, vítimas da banalização da violência, ratificando a proposição de que a arte imita a vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conceição Evaristo. *Olhos D’água*. Ana Davenga. Maria. Subalternização.

**ABSTRACT:** Conceição Evaristo, renowned Brazilian writer, figure in the national and international literary scene with prominent works; poetry novels and short stories are part of his production. Translated in several languages, their verses and narratives allow to know the socioeconomic reality experienced by women, poor and black, characteristics that relegate them to the margin of a society that is “intended” democratic, but imposes, by actions and words, limits to be respected by subaltern beings. The tone of the social denunciation, used by the author, dialogues with the speeches made by the comrades who militate with them in the Black Movement, those who claim respect

and equality for ethnic reasons, and in the case of women of gender, since the insertion in a patriarchal society imposes constant challenges to being feminine. Noteworthy is the “escrivências” by Conceição Evaristo in *Eyes of water*, collection of short stories, in which the writer emphasizes the suffering of a community, multiply, subaltern by misogyny, racism and social prejudice. The suffering, evidenced in the title of the work, is shared by the narrative protagonists Ana Davenga and Maria, whose dilemmas represent the experiences of countless faces, in view of the fictional observation from the reality of Brazil. Finally, we see the brevity of the life of such characters, victims of the banalization of violence, ratifying the proposition that art imitates life.

**KEYWORDS:** Conceição Evaristo. *Eyes of Water*. Ana Davenga. Maria. Subalternization.

## 1 | INTRODUÇÃO

Maria da Conceição Evaristo de Brito, romancista, contista e poetisa, nasceu na cidade de Belo Horizonte, em 24 de novembro de 1946, titulou-se Mestra em Literatura Brasileira pela (PUC – Rio) e Doutora em Literatura Comparada pela (Universidade Federal Fluminense), tornou-se uma escritora negra de projeção internacional, com livros traduzidos em vários idiomas.

Mais que representante de uma literatura de autoria feminina, Conceição Evaristo traz arraigado em seus textos o “olhar” da mulher negra, seus eu-líricos e vozes narrativas refletem sobre temáticas diversas, porém evocam a memória ancestral, sob a perspectiva de quem vivenciou ou testemunhou as agruras de ser mulher, afrodescendente e de baixa renda, na dispare conjuntura social brasileira, patriarcalista e segregacionista.

Ressalte-se que em suas obras a autora mineira concede acesso ao “lugar de fala” a narradores cujas vozes, masculinas e femininas, informam acerca da opressão, no entanto critica-se uma sociedade triplamente excludente quando se trata das “cidadãs” brasileiras, assim referendadas na constituição, mas excluídas socialmente, sobretudo, se apresentarem as características supramencionadas (pobres e negras).

Dessa forma, optamos por “denunciar” a marginalização do “ser feminino”, por meio da literatura, uma vez que esta arte, na perspectiva desta discussão, é definida conforme proposição de Moisés (2013, p. 278), em consonância com Thomas Clark Pollock, que a caracteriza como uma forma de expressão capaz de evocar na mente dos leitores experiências idênticas a dos escritores. De forma que Conceição Evaristo em suas escrituras enfatiza o vivido e/ou presenciado.

Conceição Evaristo, tal qual os *griots*, definidos por Hernández (2005, p. 30) como “[...] trovadores, menestréis, contadores de histórias e animadores públicos para os quais a disciplina da verdade perde a rigidez [...]”, conta a história do seu povo. Essa assertiva justifica a recorrência a explanação, de cunho semiótico, proposta por Moisés (2013) ao definir a literatura. De forma que objetiva-se destacar, no presente

trabalho, o potencial da literatura enquanto representação de realidades, concepção tratada por Aristóteles desde a Antiguidade Clássica, o qual por meio da compreensão literária, sob o viés mimético, põs em evidencia a ficção como recriação do real.

Assim defendemos a hipótese de que as personagens femininas, da obra *Olhos D'água*, foram construídas a partir de experiências próprias e alheias. Tratam-se de seres ficcionais, que a semelhança de sujeitos reais, partilham um destino de infortúnio; motivo pelo qual a narração de suas histórias convoca um levante em prol da conquista de direitos sociais concretos, respeito e valorização da cultura afro-brasileira. De maneira que a escritora, em verso ou prosa, desperta sensações, emoções e sentimentos em um público leitor que se identifica com o sofrimento por sentir-se representando de alguma maneira.

A escritora mineira prega uma literatura de ressignificação, como mencionou ao abrir sua comunicação no V Colóquio Mulheres em Letras na Universidade Federal de Minas “E é assim que eu gostaria de construir a minha literatura, que ela pudesse ser porta-voz das vozes das mulheres negras”. Percebe-se a concretização desse desejo por meio de seus discursos em público, bem como através de suas produções literárias, vinculadas a grupos minoritários, em uma perspectiva de agregar forças em defesa de uma causa, o que se propõe a fazer coletiva ou individualmente.

## 2 I “DE QUE COR ERAM OS OLHOS DE MINHA MÃE?”

Vencedor do Prémio Jabuti, o livro *Olhos D'água* de Conceição Evaristo reúne quinze contos, relativamente curtos, carregados de significados e poeticidade; o conto homônimo é narrado em primeira pessoa enquanto os demais apresentam foco narrativo em terceira pessoa. As personagens que permeiam a contística de *Olhos D'água* são apresentadas no presente, porém a voz narrativa recorre a técnica do *flashback* a fim de informar sobre o passado, ao tempo que projeta perspectivas futuras.

A expressividade da autora é enfatizada por meio de neologismos, criados a partir da hifenização, conforme perceptível através dos vocábulos: “vida-estrada”, “corpocoração”, “buraco-céu”, “corpo-história”, “alma-menina”, dentre outros que parecem condensar a magnitude dos sentimentos e sensações, pondo em foco a subjetividade. Mãe, filhas, avós, amantes, homens são personagens que ganham voz nos contos, expressando dilemas de diversas ordens: sociais, raciais, sexuais, todos resultantes dos anseios e da vulnerabilidade inerentes aos seres humanos.

O questionamento “DE QUE COR ERAM OS OLHOS DE MINHA MÃE?” marca a primeira narrativa. É por meio da imagem poética dos olhos que a personagem revive lembranças do passado, recordações visuais, olfativas, sonoras, também vividas pela mãe, “[...] Às vezes as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância” (EVARISTO, 2016, p.16).

Tais memórias, na maioria das vezes dolorosas, instigam a personagem a decifrar

o enigma acerca da cor dos olhos de sua mãe. O conto evidencia especialmente questões sociais, as quais Conceição Evaristo insere, com propriedade, em suas obras, já que para a autora publicar é um ato político.

As memórias da narradora-personagem aproximam-na da sua ancestralidade, representada pela mãe, o que nos leva a destacar, em consonância com Munanga (2012), a existência de fatores que induzem a construção de uma identidade coletiva. Trata-se dos elementos históricos, linguísticos e psicológicos, igualmente importantes para entender e/ou caracterizar a “personalidade cultural”, em *Olhos D'água*, os quais correlacionados contribuem com a busca do “fio condutor que liga a personagem ao seu passado ancestral”.

A “consciência histórica” proporciona a procura pelas raízes culturais da protagonista e o esforço para propagá-la as futuras gerações, haja vista que no conto mãe, filha e neta interligam-se em busca de uma resposta. Objetiva-se identificar em suas genitoras a cor dos olhos, caracterizados como “correntes” e “úmidos”, palavras que remetem a fluidez e sugerem lágrimas. Os olhos, tema recorrente em textos literários, sobretudo poéticos, são descritos, como os de Capitu, em Dom Casmurro, “Olhos de ressaca”, ou metaforizam a “janela da alma”, fenda que permite conhecer o interior das personagens e desvendar sentimentos e emoções.

É através da indagação sobre a cor dos olhos, que o leitor percebe as dificuldades na vida da narradora-personagem, quando revive, por exemplo, uma carência básica, a de alimento. “[...] Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento”. (EVARISTO, 2016, p.16)

A linguagem poética torna a descrição mais leve, todavia, não consegue apagar o sofrimento, nela implícito. A obra é densa, permeada por “palavras-siamesas”, marca da escritora, que atribui um tom subjetivo aos seus textos narrativos, como se expressassem as sensações de um eu-lírico. O conto *Olhos D'água* parte do apagamento da memória como *leitmotiv* para evidenciar a dor e o sofrimento compartilhado pela população negra. A primogênita de sete filhos envolvida em suas lembranças passa a questionar-se acerca da coloração dos olhos de sua genitora.

A ausência de respostas, para tal pergunta, leva a protagonista ao martírio, por pensamentos e palavras, como pudera esquecer de detalhes da fisionomia de sua mãe? Aquela que além de concedê-la o dom da vida tornou-se companheira, protetora de todos os momentos, conforme evidencia a voz narrativa, “Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. [...] Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! Então, por que eu não conseguia lembrar a cor dos olhos dela?” (EVARISTO, 2016, 17-18)

O foco narrativo em primeira pessoa atribui ao conto um tom autobiográfico, pois as experiências relatadas não foram observadas, mas vivenciadas e apresentadas por uma voz que insistentemente ressalta aspectos da “afro-brasilidade”, seja por meio da

descrição de características físicas, seja a partir das relações culturais. A protagonista compara as lágrimas de sua genitora, incontidas no reencontro, as águas doces de Oxum,

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de mamãe oxum! Rios calmos, mais profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum. (EVARISTO, 2006, p. 18-19)

O animismo é uma característica das religiões afro-brasileiras e refere-se a crença de que os elementos naturais, tal qual os humanos, possuem uma essência espiritual. Assim prega-se o respeito e a valorização da natureza. Ancestralidade e memória também são valores africanos e encontram-se relacionados, pois convém recordar do passado. Por isso não recordar a imagem da mãe causa tanta angústia na protagonista.

*Olhos D'água* é uma narrativa que valoriza aspectos culturais africanos, ao tempo que sugere o teor sôfrego dos demais contos, que compõem a coletânea, nos quais são apresentadas personagens que partilham uma vida de infortúnios. Preconceito, violência e exclusão social perpassam as quinze narrativas, no entanto, registra-se a perspectiva de abordagem voltada as questões de gênero, que permeiam determinados contos, como “Beijo na face”.

Ao recordar “[...] Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância” (EVARISTO, 2016, p. 16) ou confessar “[...] Eu escutei quando sussurrando, minha filha falou: - Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos” (EVARISTO, 2016, p. 19), a narradora-personagem, cujo nome não é mencionado, sugere permanência de um histórico de sofrimento.

A elisão do nome da protagonista, indefine a sua identidade individual, entretanto, ressalta sua identificação cultural com os afrodescendentes. De forma que os olhos representam o sofrimento de todos que partilham uma vida de privação e humilhação, porém enfatizamos, se o segregacionismo racial exige que os negros se reafirmem a cada dia, o sexismo impõe inúmeros desafios, as mulheres, os quais são intensificados quando estas são negras.

As personagens femininas de Conceição Evaristo, na obra em questão, representam esses “seres” multiplamente subalternizados, conforme constatado por meio das personagens Ana e Maria.

### 3 | QUANTAS ANAS E MARIAS NECESSITAM PARA FAZER CARNAVAL?

Em entrevista concedida a revista *Carta Capital*, ao ser questionada sobre a demora em publicar os textos de sua autoria, Conceição Evaristo finaliza sua fala dizendo: “Para uma mulher negra ser escritora, é preciso fazer muito carnaval primeiro.” E justifica, devido aos estereótipos a mulher negra ainda sofre com os rótulos equivocados que instigam uma visão preconceituosa,

Subjugada há anos, as mulheres negras sofrem as consequências da desigualdade racial e de gênero, marcam suas histórias os trabalhos domésticos, desempenhados para os patrões desde a época da escravidão, de onde provém o mito de que as afro-descendentes são boas para as tarefas do lar, advém também o pensamento de que são eficientes para cuidar de crianças; as habilidades no sexo e no samba, também, são atributos referendados. O exposto denota a necessidade de combater esse pensamento retrógrado, pois a ampla disseminação o deixou arraigado no imaginário coletivo do povo brasileiro.

Mulheres como Conceição Evaristo protestam contra as práticas racistas por meio de sua produção literária e exposição pública, salientando o potencial dos negros para ocupar os cargos que almejem, sejam estes de ordem intelectual ou não. A autora é um exemplo, persistente, venceu as dificuldades e firmou-se como renomada profissional no âmbito acadêmico e literário.

No entanto não esquece suas origens e as dificuldades ao longo do caminho trilhado, por isso denuncia, por meio de seus narradores e personagens, o sofrimento de uma população, historicamente, relegada a margem da sociedade. Duas personagens femininas nortearão a análise proposta. Trata-se das protagonistas dos contos: Ana Davenga e Maria, mulheres que são, multiplamente, subalternizadas por questões raciais, econômicas e gênero.

#### 3.1 Ana: o peso de um sobrenome

Marcado pela musicalidade “O toque prenúncio de samba ou de macumba estava a dizer que tudo estava bem”, e pela subserviência para com o líder, “[...] o barraco de Davenga era uma espécie de quartel-general e ele era o chefe”, o conto Ana Davenga mostra uma relação de liberdade e exílio, típicos de quem vive no mundo do crime. Assim era a vida do casal: Davenga e Ana, sua companheira intocável e respeitada. Narrado em terceira pessoa o conto retrata uma relação de amor e morte, típicos dos romances policiais, onde cada ato é justificado por “um ideal maior”.

Ana, dançarina que encanta com seus movimentos “de corpo de mulher” conquistara o coração do malandro destemido, assaltante respeitado pelo grupo. A princípio a mulher não foi bem aceita pelos companheiros do chefe que temiam a desatenção, tamanha a atração que exercia sobre o líder, ou a deslealdade daquela que estreava na criminalidade.

Porém, Ana surpreendeu, tornou-se uma típica representante das mulheres, cujos maridos confrontam-se, periodicamente, com as forças policiais. “[...] A polícia já tinha subido o morro e entrado em seu barraco várias vezes” (EVARISTO, 2016, p. 24); vivia com sobras de informações, não questionava nada, obedecia com prontidão, afinal amava aquele homem, e depois daquela “noite primeira” resolveu para sempre estar ao lado do amado.

O samba entoado marca um acontecimento na vida de Ana, que a partir daquele primeiro encontro passou a ser denominada como se pertencesse a Davenga, ela recebera uma festa de aniversário surpresa nunca, antes, vivenciada, que marcaria a morte dos amantes e da “pequena semente, quase sonho ainda” que brotava como esperança em seu ventre.

Mulher, homem e feto foram executados, os corpos nus, deixavam-os ainda mais expostos, “Os noticiários lamentavam a morte de um dos policiais de serviço. Na favela, os companheiros de Davenga choravam a morte do chefe e de Ana, que morreram ali na cama, metralhada, protegendo com as mãos um sonho de vida que ela trazia na barriga.” (EVARISTO, 2016, p. 30),

Poesia e prosa dão o tom final a narrativa, a metáfora da flor que desabrocha, depois do desfecho trágico, propõe uma redenção de Davenga, haja vista que, desta vez, ele não concretizou o gozo-choro. Ana também fora punida pela cumplicidade, pois foi impedida de despertar como mãe. Percebe-se, por fim, como a vida é breve nas escrevivências de Conceição Evaristo, banalizada, esvaindo-se entre os dedos como a água, que pode ser fluente, torrencial ou silenciosa.

### **3.2 Maria: o nome de inúmeras faces**

Maria, apenas, era empregada doméstica, negra e mãe; a típica representante de muitas mulheres, em nosso país, tinha que cuidar sozinha dos três filhos, pois era solteira. O enredo inicia com a espera da personagem por um ônibus após fazer um serviço extra, tinha trabalhado todo o domingo, havia recebido uma gorjeta e sobras do jantar que serviria para sanar algumas necessidades dos filhos menores que estavam doentes.

Tudo seguia normalmente até o ônibus tomado por Maria ser assaltado; por uma infeliz coincidência um dos assaltantes tratava-se do pai de seu primogênito; antes de realizar o assalto, este dirija-se a protagonista revelando discretamente a saudade de Maria e do garoto, o rápido contato com o assaltante foi o suficiente para que Maria fosse acusada de cumplicidade e espancada até a morte.

Maria, nome comum no Brasil, representa tantas compatriotas, evidenciando quão os fatores sociais e raciais instigam o preconceito; as mulheres sentem de forma enfática a discrepância entre os gêneros, pois, por vezes são desrespeitadas, taxadas pela sensualidade, o que relega a segundo plano suas qualidades.

Além de representar os negros e pobres, Maria simboliza as mulheres que

têm filhos de pais diferentes, realidade que caracteriza, sobretudo, regiões de maior vulnerabilidade social, logo, territórios onde, marginalizadas, são condenadas a cuidarem sozinhas dos filhos, pois culturalmente, isto é, de responsabilidade das mães.

Outro ponto a ser observado são os chingamentos, que antecedem as agressões, *“Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois”*, a voz insiste, *“Aquele puta, aquela negra safada estava com os ladrões”* [grifos da autora] (EVARISTO, 2016, p. 41-42), o teor das agressões comprova o quanto o racismo é cruel.

Maria olhou na direção de onde vinha a voz “[...] viu um rapazinho negro e magro, com feições de menino e que lembravam vagamente o seu filho” (EVARISTO, 2016, p. 42), constatando que a agressão partia de um de um de seus iguais. É intrigante que o menino ao julgar esquece que enfrenta as mesmas dificuldades, a saber, desfavorecimento e racismo. No entanto, o desejo de sentir-se inserido na sociedade branca leva-o a dirigir ofensas preconceituosas a sua “irmã” de raça.

Tal qual a protagonista do curta metragem *Vida Maria*, que propõe reflexões acerca do analfabetismo como consequência da exclusão social, a personagem Maria espelha as mulheres subalternizadas que precisam batalhar, constantemente, para prover o sustento da família. Se a personagem campesina representa todas as Marias, cujos nomes compostos homenageiam a mãe de Jesus, por meio dos títulos que lhes fora atribuído, a personagem de Conceição Evaristo é, simplesmente Maria, mulher sem sobrenome e descendência conhecida.

O ponto de ônibus é o espaço onde a personagem nos é apresentada, a voz narrativa onisciente informa seus pensamentos, o custo de vida nas grandes cidades, pois o preço da passagem já estava fora da sua realidade, porém o cansaço de um domingo inteiro de trabalho a mantinha ali inerte a esperar pela condução “[...] Ela levava para casa os restos [da festa]. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e a gorjeta. O osso a patroa ia jogar fora”. (EVARISTO, 2016, n.p.)

A descrição inicial da protagonista informa ao leitor que as condições financeiras da “Maria-urbana” não divergia da “Maria-rural” representada na animação gráfica de Mário Ramos, produzida no ano de 2006. Enquanto aguardava o transporte a personagem divagava, pensava no remédio que compraria para os filhos, gripados, e se questionava, será que as crianças gostariam de melão? Nunca tinham provado a fruta.

Ao acomodar-se na condução a protagonista é abordada pelo pai de seu primogênito, o qual, sussurrando, recomendou “um abraço, um beijo, um carinho no filho” (EVARISTO, 2016, p. 41) antes de sacar a arma, o que fizera quando o comparsa anunciou o assalto. As poucas palavras trocadas com o seu “ex-homem” bastaram para ser acusada de comparsa dos meliantes e ser linchada.

A história bíblica é atualizada por meio dessa tragédia urbana, porém os desfechos são invertidos, pois a mãe é açoitada, abandonada pelos “ladrões” e deixa os filhos aos “descuidados” da humanidade. O motorista tentou intervir a seu favor,

no entanto, “[...] Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arreventado e as frutas rolavam no chão. Será que os meninos iriam gostar de melão?” (EVARISTO, 2016, p. 42). As ofensas racistas suscitam o questionamento e ocasionam o espancamento, devido à suspeita de conspiração; a protagonista fora vítima de discriminação.

Apesar das constatações cotidianas o mito de democracia racial, em nosso país, foi arraigado de tal forma que muitos optam por manter uma venda, a fim de não enxergar os “olhos d’água” dos que sofrem com o racismo. A esse respeito Joel Rufino dos Santos (1984, p. 42) adverte:

Convivo com pessoas que ainda crêem na ‘democracia racial’, na ‘cordialidade inata do brasileiro’, e balelas que tais a prestarem um pouco mais de atenção à sua volta: os jornais noticiam, em média dois casos de discriminação racial por mês; e dois casos de tortura por dia. Considerando que os jornais não apanham sequer um centésimo dos casos de fato ocorridos, nenhum brasileiro tem do que se orgulhar nesses aspetos [...].

Contemporâneo de Conceição Evaristo, Joel Rufino dos Santos abordou, no âmbito histórico, o que a autora ficcionalizou. Trata-se de duas formas de refletir acerca da realidade: através de dados e da arte que recria o narrado aumentando sua potencialidade expressiva por permitir, aos segregados socialmente, acesso ao lugar de fala, o que acrescenta aos textos literários um caráter testemunhal; a arte imita a vida.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceição Evaristo permeia espaços ficcionais e reais, consolidando um fazer literário pautado nas escrevivências de mulher negra, que conhece a realidade econômica dos seres marginalizados por questões raciais e sociais. O foco nas personagens femininas permite conhecer as experiências de Ana, mulher bela e sensual que aceita viver no mundo da criminalidade, bem como de Maria, pessoa honesta, humilde e batalhadora que é vitimada, sobretudo, pelo preconceito.

Apesar de trilharem caminhos diferentes, já que uma é a “primeira dama” do crime, no espaço do morro, onde se desenrola a narrativa, e a outra é trabalhadora informal, os seres femininos que permeiam os contos da coletânea *Olhos D’água* são punidos por questões que nada têm a ver com a sua conduta social, pois Ana não se envolvia com os assuntos de Davenda e Maria era uma pessoa batalhadora.

O fato de serem negras e pobres relega tais personagens a margem de uma sociedade que pretende branca e tolerante, porém advertimos enquanto a população afrodescendente, e de baixa renda, for tratada com tolerância, as tragédias modernas, ficcionalizadas por Conceição Evaristo, tendem a persistir.

Não é a tolerância que deve pautar a convivência, entre as diversas raças e

classes sociais no Brasil, mas o respeito. Caso contrário os textos literários continuarão a recriar a contraditória realidade de um país, descrito oficialmente como democrático e igualitário, já que nesse contexto vida e arte se entrecruzam.

## 5 | REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África em sala de aula: visita a história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Termos Literários**. São Paulo: Cultrix, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afro-descendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, jul/out. 2012.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

## UM CHOPP PRA DISTRAIR: DISCURSO PUBLICITÁRIO E GÊNERO

**Anselmo Lima de Oliveira**  
**Alfrancio Ferreira Dias**  
**Simone Silveira Amorim**

**RESUMO:** Entre um gole e outro, bebericados com risos e piadinhas, a mídia brasileira saboreia e até se embriaga com as propagandas de cervejas que expõem seios, peitos, novamente seios, bundas, ancas, outra vez, bundas... reproduzindo o estereótipo da mulher objeto e símbolo sexual. As milionárias campanhas publicitárias trazem nos textos e imagens a sinergia entre o apelo ao consumo e a nudez feminina. Objetivamos discutir a violência simbólica veiculada nas propagandas de cerveja, problematizando o discurso publicitário que, para alcançar lucros astronômicos, apela para a coisificação da mulher, classificando-a como um corpo vulgar e disponível. Inscrito nos estudos pós-estruturalistas, os nossos silêncios gritam às desigualdades sociais e denunciam os discursos heteronormativos enlaçados aos discursos publicitários, capazes de produzir generificações entre homem e mulher.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência simbólica, Gênero, Sexualidades.

### 1 | INTRODUÇÃO

Você liga sua televisão para assistir a algum programa de seu interesse e, de repente, no intervalo, naqueles dois minutinhos dedicados à publicidade, instantes conhecido como “vamos faturar”, surgem as propagandas comerciais. Entre uma propaganda e outra, surgem as campanhas publicitárias dedicadas às cervejas, principal nicho das bebidas alcoólicas e que arrebata um faturamento anual de aproximadamente setenta bilhões<sup>1</sup> de reais. Como o “vil metal” é bastante “precioso” e faz tilintar os cifrões, as agências de publicidade disputam os quinze e trinta segundos preciosíssimos e caríssimos de veiculação dos comerciais, com valores que oscilam entre cem e quinhentos mil reais, dependendo do tipo de emissora e do horário de exibição da peça publicitária durante a programação da TV.

As redes televisivas estão distribuídas em dois segmentos: TV aberta e TV fechada. Esta é destinada ao público pagante, ou seja, àqueles que desembolsam certa quantia, assinam um contrato de serviço e têm à disposição centenas de canais com programas que variam entre os públicos infantil e adulto. A TV aberta está endereçada a todas as pessoas, sem restrições. Desse modo, afinaremos nosso olhar sobre a

1 Dado informado pelo site <http://www.correiobraziliense.com.br>

TV aberta, pois atinge todos os públicos. No Brasil, as principais TVs abertas são a rede Globo, rede Record, SBT, BAND e REDETV. Também é importante destacar que as agências de publicidade, em conjunto com os/as representantes das marcas, traçam planos de mídia, definindo em quais emissoras e em que horários serão veiculadas as propagandas de cerveja. Obviamente que tais planos levam em conta um fator primordial que gera milhões de lucros, tanto para as agências de publicidade quanto para as empresas que produzem cerveja: a audiência. Por isso, toda essa “guerra” pela audiência nas TVs, mas não entraremos nesse debate.

Louro (1997, p. 100) lembra que “observando a imprensa, a televisão e o cinema, a propaganda [...], perceberemos que todos lançam mão, dentro de suas formas específicas de discurso, de diferentes códigos, símbolos e recursos, no processo de constituição dos sujeitos”. Não obstante, as agências de publicidade retratam nos comerciais de cerveja sujeitos em um jogo de poder com significativas relações de desigualdades. Nas propagandas, o corpo feminino, assim como a cerveja, passa a ser visto como objeto de desejo, caracterizando, dessa forma, violência simbólica, pois a mulher passa a ser compreendida como um sujeito subjacente, passível da exploração midiática.

Como poderíamos adjetivar as propagandas de cervejas que veiculam nas mídias brasileiras? Dizer que se trata de uma publicidade machista seria algo diminuto demais, não? Além do mais, soaria como um clichê, o que não nos é favorável. Talvez, o mais sensato a se dizer é que os criadores e criadoras, produtores e produtoras das campanhas publicitárias de cerveja transitam entre a mediocridade e a falta de percepção mínima dos valores e dignidade e respeito humano. Para não dizer que se assemelham a um sepulcro caiado, ou seja, por fora se mostram inovadoras, mas por dentro estão cheias de patriarcalismo e tradicionalismo. Pior, toda essa ignomínia publicitária é festejada e homenageada com os mais diversos tipos de premiações. Pasmem!

A publicidade brasileira está fincada na tradição e, ainda que se percebam e se vendam como vanguardistas, continuam “fabricando” estereótipos. Por isso, centraremos, aqui, nos discursos publicitários que explicitam as representações que as equipes de criação, acríticas, têm sobre as mulheres nas propagandas de cerveja. Lembremos, como bem afirmou Foucault (2015, p. 110a), de que “o discurso veicula e produz poder”. Às vezes, temos a impressão de que aquilo não está acontecendo, de que aquela propaganda é uma espécie de brincadeira de mau gosto ou coisa e tal. Mas, não! Aqueles comerciais rasteiros, sexistas, ultrajantes etc. e etc. estão carregados de representações que serão acessadas nas casas, nos bares, nas instituições, nos shoppings, nas praias, nas escolas, nas redes sociais, na internet, de forma direta e indireta. Portanto, produzindo, reproduzindo e “fabricando” opiniões, conhecimentos, ideias, pensamentos, mesmo que distorcidos, descontraídos, desinformados e naturalizados. Na verdade, os discursos publicitários “funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder” (FOUCAULT, 2015, p. 50a). E estes dois mecanismos

não percorrem caminhos antagônicos nem se anulam, ao contrário, estão amarrados um ao outro. Completam-se e reforçam o discurso publicitário.

Ao assistir aos comerciais de cerveja, as pessoas formulam diversas representações do que seja mulher e homem e “não cabe perguntar se uma representação “corresponde” ou não ao “real”, mas, ao invés disso, como as representações produzem sentidos, quais seus efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o “real”” (LOURO, 1997, p. 99). A partir da construção desses sentidos, as pessoas entram numa roda viva, ou seja, passam a reproduzir ideias e comportamentos repletos de naturalização. Dessa forma, o imaginário passa a ser confundido com o real e tudo isso se espalha no senso comum.

Assim, as agências de publicidade elaboram planos de mídia a partir de dois objetivos, a saber: a repetição e a não saturação. Portanto, esses planos são criados com o propósito de fazer certa ideia circular, fixando, assim, o conceito, como eles, os publicitários, costumam falar. A outra questão é que essa veiculação é controlada, ou seja, não pode saturar a mente dos telespectadores, sob pena de causar um efeito rebote, onde o consumidor cria certa repulsa ao produto. Por isso, várias campanhas publicitárias surgem durante vários períodos do ano como forma de “aliviar” a mente consumista.

Para tanto, realçamos que a propaganda é tida como uma forma de comunicação e, como tal, encontra-se articulada na ideia de ensino e aprendizagem. Louro (1997, p. 65) chama a atenção para o fato de que “dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente”. As agências de publicidade sabem muito bem que a linguagem é um eficiente veículo de comunicação, por isso se apropriam da persuasão para vender seu peixe, melhor, sua cerveja. Dessa forma, “a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros [...]” (LOURO, 1997, p. 65). E isso é bem explicitado nas propagandas de cerveja, onde as mulheres têm seus corpos expostos, *seminus*, referendando significados. Toda essa exposição favorece a quem?

Como pesquisadores, inseridos na perspectiva dos estudos pós-estruturalistas, não podemos nos furtar da ideia de que estamos inseridos como sujeitos sociais, dispostos nas relações sociais e, dessa forma, suscetíveis ao poder do imaginário público. Então, não nos permitimos nos eximir de que estamos sobre os efeitos dos estudos feministas, acreditando que esse campo é bastante contundente e faz submergir pontos que ficaram, por anos, ocultos na história da ciência “normal”, sendo esta construída por homens, brancos, heterossexuais, burgueses, enfim, dominadores. Ainda, os estudos feministas estão vinculados às subjetivações, ou seja, não se constrói pela normatização e dogmatismo, mas, ao contrário, perscruta as diversas instituições sociais, problematizando-as.

Objetivamos, aqui, analisar e questionar o discurso publicitário, cujas representações, inseridas nos comerciais de cerveja, reproduzem e reafirmam a

dominação masculina sobre as mulheres, caracterizando, assim, um modelo de violência simbólica de gênero. Acreditamos que o maior desafio deste trabalho é fazer a inserção das discussões sobre as configurações das representações das mulheres no campo midiático, além de promover a publicização da violência simbólica, concretizada nas desigualdades de gênero.

Mas, o que isso tem a ver com Educação? Se considerarmos que a sociedade contemporânea está alicerçada em um mundo visual, repletos de imagens e culturas midiáticas; se considerarmos que esse mundo online é crescente, veloz e produz efeitos significativos no mundo real; se considerarmos que a escola transita nesses mundos, então, é possível considerar a relevância de analisarmos os discursos publicitários que circundam as propagandas de cerveja e suas representações sobre as mulheres.

Em se tratando de representações, Louro (1997, p. 41) faz uma análise bastante contundente ao dizer que “homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura [...]”. O discurso publicitário junta caminhos, mas separa estradas, como diz Nana Caymmi. Ou seja, esse discurso transita entre a liberdade do corpo da mulher e a submissão, uma vez que os textos das propagandas estão “embriagados” de dominação. Para tanto, mulheres e homens “se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas [...]” (LOURO, 1997, p. 41). Assim, em meio aos textos “engraçadinhos” e imagens que demonstram descontração e euforia, as propagandas de cerveja “fabricam”, por meio dessas formas e condutas, sexismo e relegam à mulher um estado de coisificação. Portanto, nosso posicionamento político neste texto denuncia que as representações das equipes de criação das peças publicitárias são retratadas a partir de concepções heteronormativas que legitimam a dominação masculina.

Passamos, a seguir, a analisar a campanha publicitária “100% Itaipava” da agência “Y&R”, que traz a bailarina Alice Riscado como a personagem “Verão”. Em uma das peças publicitárias, a bailarina segura com a mão esquerda uma lata da cerveja e escrito acima 350 ml. Com a mão direita a personagem segura uma garrafa da mesma cerveja e escrito acima 300 ml. No entanto, abaixo dos seios da atriz aparece escrito 600 ml e, em seguida, surge o *slogan* “Faça sua escolha”. Isso sugere que o maior consumidor de cerveja, o homem, tem três opções a fazer: consumir a cerveja de 350 ml, 300 ml ou 600 ml. Sendo que a de 600 ml faz referência aos seios da atriz. Portanto, assim como as cervejas, os seios da mulher também podem ser consumidos pelos homens.



Fonte: [www.google.com.br](http://www.google.com.br)

Em entrevista dada em 14 de outubro de 2015 ao apresentador da emissora SBT, Danilo Gentili, no programa *The Noite*, Aline Riscado, protagonista da propaganda da Itaipava, disse que *foi uma brincadeira... é tão melhor levar na esportiva, se divertir...* Ainda, acrescentou que algumas femininas, no início da campanha publicitária, “pegaram no pé dela”. A partir dessa fala é possível compreender que algumas mulheres naturalizam as ideias que as tomam como objeto e reproduzem os discursos essencialistas, cujos papéis de homens e mulheres são definidos pela sociedade.

Essas e outras propagandas de cerveja fazem sucesso entre o público masculino - possivelmente, entre o público feminino -, pois o discurso publicitário produz concepções essencialistas a partir da relação feita entre gênero e sexo. A regulação social apreendida nas propagandas produz padrões socialmente aceitos, com representações que aproximam o imaginário do real. Além do mais, os conceitos das campanhas publicitárias de cerveja tendem à naturalização, contribuindo, dessa forma, para a perpetuação da dominação masculina, bem como para a ampliação da discriminação com as mulheres, fortalecendo, portanto, a violência simbólica.

Nessas campanhas, o lugar do corpo feminino é o consumo, assim como as cervejas são consumidas. Foucault (2015) descreve que é por meio da exploração econômica da erotização que o poder responde e, no caso em tela, através da propaganda de cerveja. Nesses jogos de poder, o “controle-repressão” cede lugar ao “controle-estimulação” que diz “fique nu... mas seja magro, bonito, bronzado!” (FOUCAULT, 2015, p. 236b). Assim sendo, o poder do discurso publicitário segue

dois vieses: controle e estímulo. Enquanto promove a estimulação da nudez feminina, controla a mulher por meio da submissão, construindo-a como objeto de consumo.

Assim, a violência simbólica está estabelecida. Tomando as palavras de Louro (1997, p. 86), é preciso “[...] afinar o olhar, estimular inquietações, provocar questões”. É isso que fazemos aqui: questionamos e problematizamos aquilo que é dito e sugerido nas propagandas de cerveja. Entretanto, não podemos nos furtar da ideia de que muitas mulheres também absorvem como “normais” as representações delas nesses comerciais. Dessa forma, passam a pensar, agir e falar nos moldes do discurso publicitário, ou seja, passam a se ver como as atrizes das propagandas e se inserem como objetos do consumo masculino.

As imagens abaixo também retratam as diversas marcas de cervejas que trabalham a mulher como sujeito sexual, pronta para ser “degustada”. O problema é que as pessoas passam a acreditar nisso tudo e, além disso, compram a ideia. As propagandas veiculam várias vezes durante o dia, porque a proposta é que vivamos com ela, repetindo-a, sentindo-a cotidianamente.

No “Bar da boa”, como é descrita a campanha da cerveja Antartica, Juliana Paes, atriz principal da propaganda, aparece sorridente nas imagens, enquanto o locutor diz: *esse é o bar da boa. Pra você ter uma ideia, está é a dona boa, toda boa.* A seguir aparece a imagem da cerveja Antartica e o locutor novamente diz: *esta é a cerveja que é servida lá (no bar da boa). Muito boa! Por isso, aqui só tem gente boa.* Então, aparecem homens sendo servidos pela atriz. No final, o locutor acrescenta: *boa, só se for Antartica.*

O mote da campanha publicitária da Antartica “Bar da boa” sugere que a cerveja é boa, assim como a atriz ou vice-versa. A peça faz referência à cerveja, objeto de desejo masculino a ser consumido, bem como à atriz, que, por associação, passa a ser vista como objeto de desejo e consumo. Nesse caso, a atriz representa a mulher, portanto, tanto a figura feminina quanto a cerveja são postas no mesmo patamar, ou seja, servem para ser consumida e são boas.

É possível que muitas pessoas não encontrem sentido nas críticas feitas às propagandas de cerveja, como o fez Danilo Gentili quando entrevistou a atriz Juliana Paes. Entretanto, é possível pensarmos algumas questões. Até o presente, as campanhas publicitárias de cerveja têm como público-alvo os homens, pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>2</sup>, 36,3% dos homens e 13% das mulheres consomem bebida alcoólica. Por isso, as campanhas publicitárias de cerveja associam as mulheres à cerveja, sugerindo que ambas podem ser consumidas.

Observando as imagens abaixo, torna-se evidente que a maioria das propagandas de cerveja no Brasil utiliza o mesmo mote, ou seja, associam a mulher à cerveja, sendo ambas objetos de desejo e consumo. Alternam-se as personagens, as imagens, os textos, os jingles, mas a ideia e o conceito são os mesmos. Por isso, Louro (2003, p. 1) faz uma advertência, indicando que as aparências “podem vir a se constituir em

2 Dado retirado do site <http://www1.folha.uol.com.br/>

marcas definidoras dos sujeitos”. Aquilo está inserido nas propagandas de cerveja no Brasil, não estão postos ali por um acaso. Existem intenções de consumo, de lucros, bem como de perpetuação dos padrões normativos.

Nas sociedades ocorrem disputas pelo corpo e, a partir desse instante, se instala uma guerra de poder, onde a heteronormatividade conduz o corpo para a indissociabilidade das normas regulatórias. Assim, “forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 135). O corpo, em sequência, passa a ser pretendido socialmente. Nele são inseridos os diversos padrões socioculturais possíveis e, quando esses padrões são subvertidos, outras normas são redefinidas, deslocadas e reinscritas no corpo, buscando, novamente, normatizá-lo.

As propagandas de cerveja estão embebecidas de disciplinamentos e, como bem analisa Foucault (2014, p. 135), “a disciplina fabrica assim corpos submissos [...]”. Assim, a docilidade referendada ao corpo da mulher nas propagandas de cerveja não se propõe frágil fisicamente, mas, sim, remete a um enfraquecimento relacional. O conhecimento e a consciência são enlaçados pela dominação masculina, presente no discurso publicitário.



Fonte: www.google.com

Ao discutir dominação e gênero, Bourdieu (2014, p. 12) escreve que a violência simbólica “[...] se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento”. Tanto a linguagem quanto

as imagens apresentadas nas propagandas de cerveja são carregadas de símbolos reconhecidos pelos dominantes, mas também pelos dominados. O estilo de vida estabelecido pelas formas de pensar, agir e falar das personagens demonstra simbolicamente uma “propriedade corporal inteiramente arbitrária” (BOURDIEU, 2014, p. 12). Os comerciais de cerveja reproduzem uma cultura dominante masculina e, em contrapartida, “[...] as mulheres só podem ali ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos [...] cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens” (BOURDIEU, 2014, p. 66).

Ainda, as propagandas de cerveja estão “estupidamente geladas” de sensualidade. As bundas e seios das mulheres entram em tantos *closes* que chega a confundir se o produto a ser vendido é a cerveja ou a mulher. Pensamos que as equipes de criação se esforçam ao máximo para associar o corpo escultural das modelos ao produto e, com isso, prender a atenção do telespectador e da telespectadora.

Estamos aqui “oferecendo aos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito de imposição simbólica” (BOURDIEU, 2014, p. 28). Ainda que compreendamos a extensão e o poder de comunicação das grandes mídias, podemos, em conta-gotas, expressar nossas posições críticas e, acima de tudo, políticas. Louro (1997, p. 121) expõe de forma muito intensa que as “as desigualdades só poderão ser percebidas — e desestabilizadas e subvertidas — na medida em que estivermos atentas/os para suas formas de produção e reprodução” (LOURO, 1997, p. 121). E toda nossa atenção, aqui, volta-se para as campanhas publicitárias de cerveja no Brasil. Assim, utilizamos esse meio de veículo para denunciar os abusos das propagandas de cerveja, bem como apontar nossa crítica à complacência do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária<sup>3</sup> (CONAR), organismo não-governamental responsável pela promoção da liberdade de expressão publicitária. Conforme descrito no portal, a missão do CONAR é *impedir que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou a empresas e defender a liberdade de expressão comercial*.

Quando Le Breton (2014, p. 19) sugere que “as noções de “homem” e “mulher” não são essenciais”, ele está analisando como os indivíduos constroem e evidenciam seus comportamentos. Entretanto, faz-se necessário inferir que todo esse processo de construção é bastante amplo e perpassa pelas redes midiáticas por meio das campanhas publicitárias de cerveja. Reafirmando a ideia de construção, Butler (2000) escreve que o sujeito é discursivamente construído. Então, o discurso publicitário produz sujeitos hierarquizados: a mulher compreendida como objeto de consumo e o homem indicado como o consumidor.

Procurei mostrar neste texto como o discurso publicitário constrói indivíduos hierarquizados, por meio de uma linguagem supostamente engraçada. Procurei também mostrar que tanto podemos quanto devemos duvidar das “verdades” contidas nos textos das propagandas de cerveja e que vale a pena questionar as formas como as representações são concebidas e naturalizadas.

3 <http://www.conar.org.br/>

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam: sobre os limites discursos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 2ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2015 a.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015 b.

LE BRETRON, David. *Corpo, Gênero, Identidade*. In: FERRARI, Anderson. *et al.* **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Corpos que escapam**. *Labrys Estudos Feministas*, n. 4, agosto/dezembro, 2003.

## TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE RAÇA E GÊNERO

**Júlia Castro John**

Universidade Federal do Rio grande - RS

**RESUMO:** Este trabalho pretende adentrar a discussão sobre as configurações históricas gendradas e racializadas da estrutura do trabalho doméstico brasileiro. Busca, especificamente, desenvolver um pensamento acerca da extensão das implicações de raça e gênero para a formação desta relação de trabalho e poder a partir de importantes teóricas de gênero, feminismo, negritude e anti-racismo. Como metodologia utilizou-se da técnica de revisão da literatura. Isto é, em outras palavras, a nossa pesquisa foi bibliográfica. O método, por sua vez, considerou as perspectivas decoloniais e pós-identitárias. Neste sentido, buscou-se referencial teórico em Telles (2010), Gonzales (1984), Carneiro (2003), Evaristo (2015); possibilitando a concepção de que o trabalho doméstico recai principalmente sobre as mulheres negras. A partir disto, fez-se necessário pensar sobre estas sujeitas com Lugones (2014), Butler (2015) e Spivak (2010). Concebeu-se que a discussão sobre a formação do trabalho doméstico inclui o debate acerca das mulheres negras, demandando assim ruptura com os arquétipos da modernidade colonial. Isto porque se tratamos mulher e negro como categorias unitárias, homogêneas e

cindíveis; as mulheres negras, que são sempre intersecção entre as categorias, se tornam invisíveis, são excluídas da análise. Portanto, estudar as sujeitas subalternas na relação do trabalho doméstico torna imperativo transbordar o mundo binário das identidades sólidas, rígidas, dicotômicas e binárias. E, também, insurgente a organização de uma epistemologia de resistência a organização tradicional de poder, do discurso, do conhecimento e dos corpos. Esta pesquisa, portanto, pretende desvelar a compreensão da constituição deste grupos e das relações de poder que lhes são a eles inerentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho doméstico, gênero e raça.

### INTRODUÇÃO

O presente texto busca a discussão acerca das intercepções de raça e gênero para a formação do trabalho doméstico. Para tanto, se concentrou em uma discussão acerca deste trabalho enquanto resquício escravocrata de cunho sexista que recai principalmente sobre as mulheres negras inseridas em uma estrutura de tríplice opressão sustentada pelo patriarcado, pelo racismo estrutural e pelo capitalismo. Busca-se entender a transição da escravidão ao trabalho assalariado no Brasil, discutir o destino dos negros e negras escravizados

pós-lei áurea, quais relações de trabalho foram possíveis a estes, quais tipos de oportunidades a estes foram disponibilizadas, onde habitavam e quais relações se produziram socialmente a partir deste sistema opressor.

Além desta reafirmada origem escravocrata do trabalho doméstico, é nosso objetivo discutir o estabelecimento do trabalho doméstico como umas mais importantes categorias de trabalhos femininos, justificando assim a importância do estudo interseccional acerca do tema.

Nesse sentido, pode-se perceber que, assim como na maioria dos trabalhos precarizados, o trabalho doméstico é majoritariamente feminino. As mulheres recebem substancialmente menos que os homens e que as pessoas negras recebem substancialmente menos que as pessoas brancas, ocupando os mais precários postos de trabalho.

Conjuga-se estes dados à cultura patriarcal, que aponta às mulheres a responsabilidade por todo e qualquer trabalho doméstico, remunerado ou não, e o racismo que remete aos negros todo trabalho considerado braçal ou pouco intelectual. Estes elementos podem nos auxiliar na construção da questão central de pesquisa, isto é, como se formam as trabalhadoras domésticas. Em outras palavras, quais são os fundamentos da constituição do trabalho doméstico.

## **METODOLOGIA**

O trabalho foi delineado buscando seguir um percurso metodológico decolonial e pósidentitário. Utilizaremos a técnica de revisão da literatura.

Do ponto de vista dos estudos decoloniais (LUGONES, 2015), as metodologias clássicas de pesquisa científica, fundadas sobre a filosofia e a epistemologia ocidental estão intimamente relacionadas com a colonialidade do conhecimento. Descolonizar metodologias significa uma compreensão mais crítica aos pressupostos subjacentes, motivações e valores que motivam as práticas de investigação.

Agora partindo da óptica de análise dos estudos pósidentitários (BUTLER, 2015), questiona-se as tentativas políticas de construção de identidades sólidas para as mais diversas sustentações ideológicas. Tais sustentações tendem a concepção de que opressões atuam de forma universal em determinadas categorias. Entretanto, quando esta é a estratégia de luta, não enxergamos a mulher negra, sujeita deste trabalho. Isto porque, quando se pensa identidades singulares, não há espaço para interseções; portanto, não há espaço para as mulheres negras já que estas se localizam no entrecruzamento de gênero e raça.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em um país como o Brasil, no qual houve um longo e traumático período de utilização da mão de obra escravizada, o advento da Lei Áurea (cabe-se dizer que

não por bondade dos escravizadores, mas por luta social e conjuntura econômica propícia) não finalizou o processo secular de exploração dos negros e, em especial, as mulheres negras. Este processo não acabou e não virá a acabar da noite para o dia, exclusivamente pela sanção de uma lei; ao contrário, a discriminação, o racismo, a exploração e expropriação da força de trabalho do povo preto continuam vigentes e trágicas. Se de um lado, o fim da escravidão não possibilitou ou, muito menos, garantiu meios para que o povo que havia sido escravizado conseguisse oportunidades de trabalho e sobrevivência; de outro lado, a elite não estava satisfeita com a ideia de limpar a própria sujeira.

Desse contexto, surge a categoria das trabalhadoras domésticas, mulheres negras que, em situação de gigantesca vulnerabilidade, submetiam-se a trabalhos, muitas vezes, tão degradantes quanto os da escravidão, em troca de baixo ou nenhum pagamento.

Adentrando a discussão sobre a transição da escravidão ao trabalho assalariado no Brasil, pode-se utilizar do teorizado por Lorena Féres da Silva Telles (2014) em “Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo. (1880 – 1920)”. Este traz trabalhadoras domésticas (escravas, libertas ou livres de nascença) como sujeitas de uma história esmiuçada, enquanto negra e feminina, e traz como conclusão a relação desta classe como herança escravocrata fortalecida com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943 que ignorou a categoria, sob a alegação de que as trabalhadoras domésticas desempenhavam atividades de caráter não econômico e também pela Constituição Federal de 1988 que limitou o acesso destas trabalhadoras a somente 9 dos 34 direitos garantidos aos demais trabalhadores. Ainda na conclusão deste, a autora introduz o que será discutido no item 2 deste artigo:

Apenas em 26 de março de 2013, quase 125 anos depois do fim da escravidão, a aprovação do projeto de emenda constitucional conhecido como, PEC das Domésticas” estendeu à categoria direitos básicos, como jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, pagamento de horas extras e adicional noturno, fundo de garantia por tempo de serviço e seguro-desemprego. Benefícios como auxíliocreche, seguro para acidentes de trabalho e salário-família carecem ainda de regulamentação. (TELLES, 2014, p. 53)

Acerca desta categorização, importante lembrar de Lélia Gonzales em “Racismo e sexismo na Cultura Brasileira” com o trabalho doméstico em uma abordagem histórica relacionada ao conceito de Mucama, conforme expresso abaixo:

Se a gente dá uma volta pelo tempo da escravidão, a gente pode encontrar muita coisa interessante. Muita coisa que explica essa confusão toda que o branco faz com a gente porque a gente é preto. Prá gente que é preta então, nem se fala. Será que as avós da gente, as mucamas, fizeram alguma coisa pra eles tratarem a gente desse jeito? Mas, quê era uma mucama? O Aurélio assim define: Mucama. (Do quimbundo mu“kama„amásia escrava”) S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar

Dessa forma, o trabalho doméstico se configura como uma perceptível herança escravocrata. As antigas amas de leite e mucamas hoje são domésticas, faxineiras, cozinheiras, lavadeiras e babás.

A análise histórica da construção das mulheres negras enquanto sujeitos sociais (PEREIRA, 2011, p. 2) faz notório o vínculo da mulher negra com a Casa Grande em razão da exploração sexual. Sobre isto, a presidenta da Federação Nacional das Domésticas (Fenatrad), Creuza Oliveira afirma, com propriedade e vivência:

Nós, mulheres negras, passamos de escravas que trabalhavam na casagrande para criadas, hoje nos chamam de empregadas domésticas. Nós lutamos para sermos reconhecidas como classe de trabalho, ou seja, trabalhadoras domésticas. Formamos uma das maiores categorias de mão-de-obra feminina.

Desta fala, percebe-se que, articulado ao sistema de marginalização da mão-de-obra feminina com a origem escravocrata que o direciona especificamente as pessoas negras, o fator cultural se mostra fundamental para compreensão do trabalho hoje. É às mulheres que se destina, profissionalmente ou não, todo o trabalho doméstico e é também, culturalmente, o negro que, como cantou Gilberto Gil, é “a mão da limpeza”. Cantou ainda, em consonância com as ideias expostas neste texto: “mesmo depois de abolida a escravidão / negra é a mão / de quem faz a limpeza / lavando a roupa encardida, esfregando o chão [...]”. Fica evidente então que a lógica que estrutura o trabalho doméstico como feminino é a mesma que o orienta para as negras.

Fica evidente então que a lógica que estrutura o trabalho doméstico como feminino é a mesma que o orienta para as mulheres negras. Pesquisa da Fundação Seade e do Dieese aponta que as mulheres negras ocupavam 95,4 do total de pessoas que prestam serviços domésticos, em São Paulo, em 2008. Neste mesmo local e ano, a mesma pesquisa, mostrou que as mulheres ocupavam 45,1% dos postos de trabalho. Em 2013, uma pesquisa dos mesmos institutos, considerando o período de 2004 a 2011, mostrou a tendência de elevação do percentual de trabalhadoras domésticas negras em todas as regiões do país, sendo o Norte o único onde houve redução em apenas 0,3%. Porém, em todas as regiões e circunstâncias, a mulher negra tem uma remuneração inferior a da mulher não negra. Ainda segundo esta pesquisa, enquanto uma diarista negra recebe R\$ 5,34 pela hora trabalhada, a não negra ganha R\$ 6,94. Conclui-se a caracterização desta classe com a afirmação de Flávio dos Santos Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (2007, p. 11), sobre a origem e concretização da mesma:

A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada

Dado que para os estudos pósidentitários as questões de gênero transbordam o mundo binário e exploram os tecidos corporais de uma leitura libertária de uma pluralidade de desejos (BUTLER, 2003).

Lugones (2014, p. 935) afirma que “a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade”, enfatizando que a lógica binária das identidades é central para o pensamento capitalista, colonial e moderno sobre raça e gênero. Em consonância, Butler (2015, p. 22) afirma sobre a especificidade do feminino:

descontextualizada, analítica e politicamente separa da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relação de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade.

Para além desta discussão que permeia a categoria mulher no feminismo, também podemos pensar, seguindo a mesma lógica, a reflexão sobre a categoria negro nos movimentos anti-racistas. Portanto, torna-se necessário para adentrar a discussão sobre a tríplice opressão da mulher negra, desolidificar as ideias acerca das identidades construções identitárias.

Na definição de Spivak em “Pode o subalterno falar?” (p.12), é reservada a subalternidade “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. Tendo como sujeito a mulher negra, enxerga-se três mecanismos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem classe dominante: o racismo, o classismo e o sexismo. Como a mesma autora expressa (p.15) em relação a mulher, sendo passível de expansão para o negro e o pobre, são sujeitos que “não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”.

Na mesma obra, Spivak fala ainda diretamente à mulher que neste artigo nos interessa à mulher negra e pobre. Sustenta-se que a estas sujeitas se concede a condição de subalternidade e que a pobreza, o gênero e a cor fazem com que esta permaneça em um lugar ideologicamente demarcado. Ideia esta que podemos dar materialidade ao analisar as condições das trabalhadoras domésticas. O lugar destes sujeitos é periférico e marginal. A autora indica que refletir sobre a “mudez” feminina deve configurar-se um exercício de fala e de reposicionamento da mulher no espaço social.

Ainda sobre o silenciamento do subalternizado, em 1984, escrevia, o, então deputado federal, Abdias Nascimento: “o racismo brasileiro torna invisível e inaudível uma população de cerca de 80 milhões de brasileiros”. É este mesmo racismo que somado com o classismo e sexismo torna completamente silenciosa qualquer luta

ou resistência que as trabalhadoras domésticas possam travar. Sobre esta tríplice opressão (racismo, sexismo e classismo) colabora a reflexão de Audre Lorde que enquanto teórica, mulher negra e pobre afirma: “eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir” mostrando que a luta, como no caso das empregadas domésticas, deve ser interseccional, idealizando não só a conquista de direitos trabalhistas como a redução das desigualdades de gênero e também o combate ao racismo. É sob esta ótica que este trabalho adentra a discussão, tratando o tema como não apenas uma discussão trabalhista e classista, mas também como uma discussão feminista e anti-racista. Esta situação é perfeitamente caracterizada por Sueli Carneiro (2003, p. 01) na citação que segue:

Dessas contradições, impõem-se para as mulheres negras a sua afirmação como um novo sujeito político, portador de uma nova agenda, esta resultante de uma identidade específica na qual se articulam as variáveis de gênero, raça e classe, colocando novos e mais complexos desafios para realização da equidade de gênero e raça em nossa sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, quer-se dizer que este trabalho partiu da concepção bell hooks em que “a teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora ou revolucionária, mas cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça” para seguir em um percurso epistemológico decolonial e pós-identitário, proposto a, por meio da revisão bibliográfica, proporcionar reflexões acerca do trabalho doméstico. Justificamos esta realização pela consagrada importância do resgate da história das mulheres no Brasil. Sobretudo, resgate da história das mulheres negras.

Consideramos que o prosseguimento desta pesquisa pode contribuir para a compreensão da constituição do trabalho doméstico, desenvolvida pela divisão sexual do trabalho na escravidão negra e a partir do 14 de maio.

## REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. Lembrando Léila González. In, WERNECK, Jurema. MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro, Criola/Pallas. 2000.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dez. 2003. Disponível em . Acesso em: 08 de maio de 2016.

Creuza de Oliveira fala sobre a aprovação da PEC das Domésticas. Disponível em: [http://seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/03/creuza-de-oliveira-fala-sobreaprovacao-da-pec-das-domesticas](http://seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/creuza-de-oliveira-fala-sobreaprovacao-da-pec-das-domesticas). Acesso em: 5 de julho de 2015.

CUNHA, Olivia. Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

EVARISTO, Conceição. Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. São Paulo: Badro negro, 2015.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GIL, Gilberto. A mão da Limpeza. Disponível em: <http://musica.com.br/artistas/gilberto> - gil/m/a-mao-da-limpeza/letra.html. Acesso em: 7 de julho de 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, jan. 2015. ISSN 0104-026X. Disponível em: . Acesso em: 08 maio 2016.

NEVES, Paulo Sérgio da C.. Luta antiracista: entre reconhecimento e redistribuição. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 20, n. 59, p. 81-96, Outubro, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TELLES, Lorena. Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo. (1880 – 1920). Rio de Janeiro.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais\*. 2006. São Paulo: Unicamp.

PEREIRA, Bergan. De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pósabolição. 2011. São Paulo: PUC.

## TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO DIREITO BRASILEIRO

### **Anna Christina Freire Barbosa**

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Tecnologia e Ciências Sociais  
Juazeiro - Bahia

### **Walney Moraes Sarmento**

Universidade Federal da Bahia; Universidade do Estado da Bahia  
Aposentado  
Salvador - Bahia

**RESUMO:** Traça um panorama das manifestações presentes no direito positivo brasileiro, a partir do século XIX, quanto a apresentação do estatuto jurídico da mulher e as aceções sobre a forma de concepção da igualdade de gênero nos textos legais. Discute o papel do movimento feminista e implicações das reivindicações por inclusão de tratamento equânime nos textos constitucionais e no Código Civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito, legislação, feminismo.

**ABSTRACT:** This present article, intents to give a panorama about the manifestations present in the Brazilian positive law form the 19th Century about the presentation of the legal status of women and the aceptions about the legal conception of genere equality in legal texts. It intents to discuss the role of the

feminism moviment and implications of the struggle for inclusion and equal treatment in the constitutional texts and the Civil code.

**KEYWORDS:** Law; legislation; feminism.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho emerge como uma investigação atrelada a análise dos instrumentos legais que delineiam o problema da desigualdade de gênero no contexto do panorama jurídico nacional. Seu escopo está circunscrito a dados catalogados na legislação pertinente aos temas ligados ao tratamento emprestado à mulher no Direito Positivo brasileiro, seu estatuto jurídico.

No entanto, não nos furtaremos a recorrer à Jurisprudência e à Doutrina, no intuito de enriquecer a contribuição à discussão da problemática de gênero. Afinal, não nos interessa apenas o mero enunciado da norma legal, mas a sua compreensão viva, sua interpretação dentro de um contexto societário maior, no que se inclui a pressão via movimentos sociais, portanto muito além de um simples positivismo jurídico.

Veja-se que é o recrudescimento do feminismo nos anos 70 do século XX que vai proporcionar alterações de caráter significativo

no âmbito das relações de gênero. Sobre esse fato, acentua Paola Cappellin Giuliani que no correr dos anos 1980 observou-se uma revisão social da feminilidade, num processo em que as subjetividades foram paulatinamente recompostas (GIULANI, 2006). O acima exposto reflete, em Direito, as origens de suas fontes.

Assim, os antecedentes de conquistas legais podem estar ligadas a repercussões de movimentos populares que sensibilizem os legisladores. As fontes de Direito são entendidas como as mais variadas maneiras através das quais os estudiosos da ciência jurídica formulam as suas regras.

Essas fontes são divididas em duas categorias: fontes materiais e fontes formais. As primeiras se constituem de processos sociais, tais como movimentos reivindicatórios, que dão suporte à criação das leis, ao passo que as segundas se apresentam como o modo mediante o qual a norma jurídica venha a exteriorizar-se. Assim, todos aqueles movimentos de protestos e reivindicações encetados pelo feminismo apontam para fontes materiais do Direito.

É que as cobranças e as articulações organizadas com certeza influenciaram as decisões do Poder Legislativo, em virtude das pressões exercidas pelos mencionados movimentos. Desse modo as fontes materiais conduziram às fontes formais, através do que as normas jurídicas passam a exteriorizar-se, a expressar-se formalmente. Isso não quer dizer, entretanto, que o processo seja sempre esse, isto é, sempre as fontes materiais condicionarem as formais, visto que uma lei pode derivar pura e simplesmente de um projeto, sem que tenha havido uma cobrança popular nesse sentido. Em outras palavras: não podemos deixar de levar em consideração a força dos movimentos reivindicatórios.

## 2 | PERCURSO METODOLÓGICO

Na análise da trajetória jurídica nos modos da inserção da mulher no sistema legal brasileiro, duas vertentes principais nos pareceram imprescindíveis, a saber: a) como a mulher é vista no processo histórico-evolutivo das constituições brasileiras, quais as conquistas da mulher ao longo do tempo no campo constitucional; b) em segundo lugar, elegemos o Código Civil, ou melhor, os Códigos Civis: o de 1916 – Lei nº 3.071, de 1º de janeiro do ano assinalado, e o atualmente vigente, o de 2002 – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro desse mesmo ano, por evidenciarem inúmeros segmentos do mundo social nos quais a mulher está inserida.

O título da nossa tarefa investigatória já nos traça um limite, que é o Direito Constitucional e o Direito Civil, o que não significa, porém, que vamos descurar de problemas paralelos aos dois últimos campos do Direito ressaltados. E por que não lembrar a Lei Maria da Penha no campo penal? Reputamos ser algo mais que relevante. O problema é que, quando o universo da pesquisa extrapola as *fronteiras* do razoável, corre-se o risco da imprecisão e de tratamentos múltiplos, o que pode ser

prejudicial ao andamento da abordagem científica.

Acrescente-se que a pesquisa é bibliográfica, isso desponta apenas como um dos lados do empreendimento em pauta. Pelo já exposto, o método utilizado abrange duas outras facetas: ele é histórico e é comparativo. Histórico, por ocupar-se de diferentes fases do Direito brasileiro, ao assinalá-las e compará-las. E por tal razão, o método é comparativo, pois mostra as novidades jurídicas e as mudanças sociais em cujas trajetórias as mulheres foram personagens.

Com base no até agora exposto, formulamos a seguinte hipótese básica: quanto maior a conscientização das organizações femininas e sua capacidade de arregimentação, tanto maior, também, a pressão sobre os legisladores para fins de mudanças sociais.

### 3 | DEFINIÇÃO DE TERMOS

Ainda dentro do enfoque metodológico, é razoável deixar clara a diferença entre sexo e gênero, a fim de que sejam afastadas algumas confusões resultantes da interpretação desses termos.

Dentro desta concepção, somos levados a concordar que *sexo* se refere aos traços biológicos que determinam se alguém é macho ou fêmea. Quanto a gênero, seu significado ostenta um conteúdo culturalmente variável de masculinidades e feminilidades. É isso que constata Raquel Kritsch, inspirada na obra de Ann Oakley, *Sex, gender and society*. (KRITSCH, 2012).

Partindo do pressuposto acima destacado, Raquel Kritsch assevera que os estudos feministas, então, empenharam-se em denunciar as gritantes desigualdades de gênero que atingiam a maioria das mulheres nas mais diversas sociedades. Os movimentos feministas passaram a endereçar as suas lutas pelos direitos legais e políticos, a exemplo do sufrágio universal feminino, dentro das reivindicações pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Ademais, essas reivindicações também se dirigiam à igualdade de gênero no mercado de trabalho: isonomia salarial e oportunidades iguais (op. cit., p. 18-19).

Nessa dimensão, podemos dizer que nas relações entre homens e mulheres existe, na nova interpretação feminista, um critério de diferenciação cuja base é a autoridade masculina. Caracteriza-se por ser uma formação social em que o segmento dos homens concentra em suas mãos o poder. Por extensão, podemos agregar “opressão das mulheres”. Não faltam as ideias de “subordinação” ou “sujeição”, o que indica uma construção social da hierarquia entre os sexos (DELPHY, 2004).

## 4 | ESCOPO DE ABORDAGEM

O objetivo principal do presente trabalho é abordar como, do ponto de vista do desenrolar da legislação, se situa a posição da mulher no Direito Positivo brasileiro. Assim é que, ao consultar o Código Civil de 2002, deparamo-nos, em seu art. 1.511, com a seguinte norma: “O casamento estabelece comunhão plena de vida, *com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges*” (grifo nosso).

Contemporaneamente, tal assertiva pode não gerar controvérsia. Tampouco surpresa ou indignação. Isso porque os tempos são outros, quando a inserção das mulheres na sociedade começa a tomar outra dimensão, espelhada nos vários novos papéis que desempenha, inclusive naquele estipulado no mencionado artigo do Código Civil em vigor.

Não foi sempre de tal maneira. O dispositivo referido não foi contemplado no Código Civil anterior, aquele de 1916, época em que a função da mulher estava praticamente adstrita a atividades de ordem doméstica. É dispensável dizer que as discussões ao redor dos temas vinculados a gênero ainda não tinham ganhado corpo e espaço que, só mais tarde, iriam sobressair, com o crescente poder de organização e articulação das entidades de mulheres. Esse é mais outro objetivo sobre o qual nos debruçaremos no correr de nosso estudo: destacar as implicações da capacidade de arregimentação dos grupos feministas na luta por novas conquistas de seus direitos, dentro do ordenamento social em vigor.

Entre um código civil e outro mencionemos a promulgação da Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962, conhecida como *Estatuto da Mulher Casada*, que dispõe precisamente da situação jurídica de mulher casada. Define-se como um instrumento legal conciso, ao conter apenas quatro artigos. O primeiro deles está totalmente defasado, por fazer referências ao Código Civil de 1916, revogado, como vimos, pelo Código Civil de 2002. Ademais, alude ao então vigente Código de Processo Civil de 1939, substituído pela Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973, através da qual se implanta novo Código de Processo Civil no Direito Público brasileiro, que já deu lugar à Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 e que corresponde ao Código de Processo Civil vigente na legislação pátria.

O art. 2º do aludido Estatuto formula-se em consonância com o art. 277 do velho Código Civil (que estatuiu ser a mulher obrigada a contribuir para as despesas do casal com os rendimentos de seus bens, na proporção de seu valor, relativamente aos bens do marido, salvo estipulação em contrário no contrato antenupcial). Atualmente prevalece a regra acolhida no art. 1.688 do Código Civil em vigor: “Ambos os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal na proporção dos rendimentos de seus trabalhos e de seus bens, salvo estipulação em contrário no pacto antenupcial”. Isso reflete a norma embutida no art. 1.511 do aludido instrumento legal, que ressalta a igualdade de direitos e deveres a permear a relação entre os cônjuges. Observe-se que a redação do velho Código Civil enfatiza a obrigação da mulher, enquanto a

redação do Código Civil de 2002 se arrima na obrigação de ambos os cônjuges.

Sobreleva o art. 3º. do Estatuto em pauta a norma que, de fato, parece encaminhar-se à mulher com o fito de protegê-la, consoante se expressa em sua redação: “Pelos títulos de dívida de qualquer natureza, *firmado por um só dos cônjuges* (grifo nosso), ainda que casados pelo regime de comunhão universal, somente responderão os bens particulares do signatário e os comuns até o limite de sua meação”.

É desnecessário comentar que, ao menos quando se publicou o Estatuto da Mulher Casada, o comando das ações econômicas e financeiras se encontrava enfeixado nas mãos do homem, que decidia sobre os rumos dos negócios da família, de ordinário o seu chefe, no mais comum das vezes.

Por seu turno, outro documento legal, o Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, oito meses após publicação do atual Código Civil, promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Tudo a indicar um esforço para extirpar da legislação pátria qualquer sinal de desigualdade contra o segmento feminino.

## 5 | A MULHER NAS CONSTITUIÇÕES

No curso da História, o Brasil tem mostrado fertilidade na elaboração de textos constitucionais. Logicamente, ao tempo de sua condição de colônia, submetia-se ao Brasil às leis portuguesas, salvo no período de domínio espanhol, de 1580 a 1640. Em 1822, o Brasil proclama sua independência e passa a ter sua constituição em 1824. Da sua independência até hoje, o Brasil já teve sete constituições. Se acrescentarmos a esse montante a Emenda Constitucional nº 1/1969 (“Emenda”), esse total sobe para oito.

Nesse particular, enfatizamos que a atual constituição brasileira já acolheu, da data de sua promulgação 86 emendas até 17 de março de 2015 (LENZA, 2010). Vejamos as mais significativas referências à mulher nas diversas constituições pátrias.

### 5.1 Constituição de 1824

Por mero interesse informativo, destaquemos que essa constituição foi a que alcançou maior durabilidade: vigeu por 65 anos, no período de 25 de março de 1824 até a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Foi a primeira carta magna da fase republicana brasileira.

A Constituição de 1824 em momento algum cuidou de tema dirigido especificamente às mulheres. Comenta com lucidez Iáris Ramalho Cortês: “Essa constituição, quando falava de “cidadãos brasileiros”, na verdade, falava do homem com propriedades, pois a mulher – juntamente com os escravos e os homens livres pobres – estava excluída de praticamente de todos os atos da vida civil, como votar e ser votada, exercer cargo público, entre outras restrições” (CORTÊS, 2012. p. 260-285). Situação, pois, que nos

remete ao forte domínio patriarcal (HIRATA, 2009).

## 5.2 Constituição de 1891

No que concerne ao assunto *mulher*, podemos repetir as palavras acerca da Constituição de 1824: inexistente qualquer tratamento voltado ao segmento feminino. Ao afirmar que “todos são iguais perante a lei”, nem assim se encontra no referido instrumento qualquer alusão a direitos da mulher. Houve avanços no que tange aos direitos civis, por estipular que o casamento civil é o único válido, além de gratuito. Como esta constituição seguiu-se logo após a proclamação da república, desconheceu privilégios de nascimento e foros de nobreza, entre outras coisas.

Se os textos constitucionais do século XIX ignoravam as mulheres, isso não quer dizer que se lhes negasse importância na vida social. Ao comentar esse fato assim depõe Maria Ângela D’Incao: “Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas...” (D’INCAO, 2006, p. 229). Assim, um homem aparentemente autônomo, mais voltado para política e economia, recorria ao segmento feminino no propósito de ser ajudado na manutenção de sua posição social.

## 5.3 O vácuo constitucional após a Revolução de 30

Com a vitória do movimento revolucionário de 1930, que levou ao fim a chamada República Velha, surge o Governo Provisório, que recebe o poder de uma Junta Militar, ora no comando político brasileiro. Isso por conta do Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930. É quando Getúlio Vargas assume o poder para nele permanecer até 1945.

É nesse clima político que vai ser instituído o voto feminino. Isso no bojo do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que decretava o Código Eleitoral, que, entre outras coisas, instituiu o voto feminino, porém com restrições.

Talvez seja pertinente sublinhar que semelhante fato, o decreto do Código Eleitoral de 1932, veio a ser um ato, embora de natureza progressista, sem nenhum respaldo democrático. No entanto, tal constatação não lhe tira o mérito, mesmo considerando o vácuo constitucional da época. Em suma, o que importa é o seu significado histórico-político. Para mero registro, lembremos que a primeira eleitora brasileira foi a potiguar *Celina Guimarães Vianna*, da cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte.

De regresso ao Código Eleitoral em pauta, cabe fazer algumas considerações: a) as restrições quanto ao voto feminino foram mantidas na Constituição de 1934; b) que seja salientado ser esse fato um avanço limitado na extirpação histórica da discriminação contra a mulher, pois não a igualou ao homem no *status* eleitoral, pois

o voto obrigatório somente alcançava os homens e apenas as mulheres com função pública remunerada; c) não se pode esquecer o papel do Departamento de Estudos Jurídicos da FBPF, sob liderança de Bertha Lutz.

#### 5.4 A Constituição de 1934

A Constituição de 17 de julho de 1934 visava a preencher o vácuo constitucional, a que aludimos. Foi de curta duração, pois viveu apenas três anos.

É necessário voltarmos ao Código Eleitoral de 1932, que concede direito de voto às mulheres. No entanto, o fará com restrições, o que foi levado à Constituição de 1934. Semelhante discriminação consta de seu Título III – Da Declaração de Direitos, em seu Capítulo I, Dos Direitos Políticos. Reza seu art. 108: “São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei”.

Já o art. 109 denota seu caráter restritivo, como se vê em seu conteúdo: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”.

Por tudo isso, haveremos de concluir que em um período de pouco mais de três anos, mulheres que se enquadrassem no espírito da lei pertinente puderam exercer seu papel de eleitoras, de forma obrigatória. Pelas reservas impostas, esse contingente deve ter atingido um número modesto.

É na Constituição de 1934 que aparece a *indissolubilidade* do casamento, ao lado do casamento religioso com efeito civil.

#### 5.5 A Constituição de 1937

Essa Constituição teve o mérito de revogar as reservas que incidiam no voto das mulheres, ao igualá-las aos homens. Trata-se de uma constituição autoritária, fundamento legal do ‘Estado Novo’. A fim de garantir o pleno domínio político do regime então implantado, foram extintos os partidos políticos e fechado o parlamento. No intuito de angariar apoio da classe trabalhadora, o Governo adotou uma política populista, arrimada em parte na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ademais, estendeu seu poderio econômico, com a criação de várias empresas estatais e controle de certas áreas estratégicas da economia, a exemplo do petróleo e aço.

Do ponto de vista das conquistas sociais, a Constituição de 1937 trouxe alguns exemplos, a saber: a) garantias de assistência àquelas famílias de prole numerosa; b) garantias de educação integral das crianças; c) reconhecimento dos filhos naturais, agora equiparados aos filhos legítimos. Todas essas medidas favoreceram, indiretamente, às mulheres.

## 5.6 A Constituição de 1946

A Constituição de 18 de setembro de 1946 surge em um momento extraordinário para todo o mundo: o fim da Segunda Guerra, em 1945, que culminou com a derrota do “Eixo”, isto é, da Alemanha, Itália e Japão, além de outras nações que o apoiava. Como se sabe, a repercussão política do fim da citada guerra foi sentida também no Brasil, o que fortaleceu o processo de democratização, com o fim da Era Vargas.

Foi na vigência dessa Constituição que surge o “Estatuto da Mulher Casada”, o qual abordamos no item 4. Dentro do princípio de que ‘todos são iguais perante a lei’ (art. 141, § 1º), a Constituição de 1946 é taxativa ao estatuir a igualdade entre homens e mulheres na categoria de eleitores. preconiza seu art. 133: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei”. Tais exceções estão arroladas no art. 132 e são pertinentes aos analfabetos, aos que não sabem exprimir-se na língua nacional e aos que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Seu parágrafo único concerne à situação dos militares.

Vale ressaltar que o diploma legal em pauta proíbe a prisão civil por dívida, multa ou custas, mas excetua os casos do depositário infiel e do inadimplemento da obrigação alimentar, na forma da lei, medida que favorece à mulher, por ser parte autora, à época, quase por definição. Consoante seu art.157, II, proíbe-se a diferença de trabalho para um mesmo trabalhador por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil, inovação que beneficiou à mulher. Além disso, é inconteste seu inciso X, ao assegurar o direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário.

Dita constituição inovou, ainda, na assistência à maternidade, à infância e à adolescência em todo o território nacional e enfatiza que a lei instituirá o amparo a famílias de prole numerosa (art. 164.).

## 5.7 A Constituição de 1967

Relevante para a mulher foi a redução do prazo de aposentadoria de 35 para 30 anos de trabalho, com salário integral. Isso consoante o que preceitua o art. 158, XX, do mencionado instrumento legal, artigo esse que aborda os direitos assegurados aos trabalhadores.

Acrescente-se, todavia, que a dissolução do vínculo matrimonial resultou da Emenda Constitucional nº 9, de 1977 (na vigência do “Emendão”), que instituiu o divórcio, porém de forma restritiva já que o divórcio somente podia ser concedido uma vez, após uma separação judicial de três anos. Em não havendo dita separação, o divórcio só poderia ser requerido após cinco anos de separação de fato.

## 5.8 A Constituição de 1988

É no art. 5º da Constituição, que corresponde ao Capítulo I (Dos direitos e deveres individuais e coletivos) do Título II (Dos direitos e garantias fundamentais) que a Lei Maior assevera serem todos iguais perante a lei: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade”.

A norma acima destacada encontra guarida no art. 226, § 5º., que estipula: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”. Acrescente-se que o Código Civil de 2002 vai ocupar-se de tal problemática em seus artigos 1.565 *et seq.*

No caso da Constituição de 1988, chama a nossa atenção o seu art. 143, que dispõe: “O serviço militar é obrigatório nos termos da lei”. Ajunte-se que a lei que regula o serviço militar é aquela de n. 4.375, de 17 de agosto de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966.

De regresso ao aludido art. 143 do texto constitucional, fixemo-nos em seu parágrafo segundo, que preceitua: “As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir”.

Esclareçamos que é na trilha da Constituição de 1988 que é aprovada a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestado de gravidez e esterilização, e outras práticas

discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. Como percebemos, nesse caso, são medidas postas em prática no âmbito do Direito do Trabalho.

Já mencionamos a adesão à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 2002, também na esteira da Constituição Federal de 1988.

A conclusão a que podemos chegar, em conformidade do conteúdo até agora apresentado no corpo da legislação mencionada, é de que existem fortes ganhos em matéria legislativa voltada à eliminação no Direito Positivo brasileiro de qualquer espécie de discriminação contra as mulheres. Todavia, apenas a tendência não parece querer dizer muita coisa. Salta aos olhos que as estruturas policiais e judiciais são de suma importância para a compreensão dos litígios entre os sexos. A grande dificuldade, quem sabe? reside exatamente na aplicação da lei (BARBOSA, 2015).

Em resumo, os papéis das constituições brasileiras quanto aos direitos das mulheres do que foi até agora salientado, apenas a Constituição de 1988 foi incisiva, inclusive pela sua influência direta na redação do Código Civil de 2002. Recordemos que três instrumentos legais, a saber: a) o Código Eleitoral, de 1932; b) o Estatuto da Mulher Casada, de 1962; c) a Lei Maria da Penha, de 2006, são, entre tantos outros,

extraconstitucionais. É imprescindível realçar, contudo, que uma lei não pode afrontar os princípios da Carta Magna que, por sinal, não pode conter toda a legislação do Direito Positivo. No atinente ao Código Eleitoral de 1932, não esquecer que sua edição ocorreu em um momento de *vacum constitucional*.

## 6 | O FEMINICÍDIO

A despeito do papel positivo da Lei Maria da Penha no combate à violência contra a mulher, o movimento feminista vai consagrar novo instrumento legal com o intuito de prosseguir na luta contra a discriminação das mulheres na sociedade. A estratégia postulada revela-se, agora, na aprovação e publicação da mencionada Lei nº 13.104/2015, que altera o art. 121 do Dec.-lei nº 2.048, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal em vigor.

Perceba o leitor que a Lei nº 13.104/2015 alterou também a Lei nº 8.072/1990, que trata dos crimes hediondos, em função do acréscimo do inciso VI no art. 121 do Código Penal ainda em vigência.

## 7 | CONCLUSÕES

Ao abordamos o presente item não há como escapulirmos de certas considerações atinentes ao desenvolvimento do tema em debate. Em primeiro lugar, é imprescindível dizer que não esposamos qualquer modalidade de *fetichismo* no que se refere à lei em si. Não é suficiente dizer que a lei existe e que todos são iguais perante a lei. O Brasil é conhecido como o país das leis, tamanha a relevância que lhes emprestamos.

Já acrescentamos que uma das metas das lutas dos movimentos feministas é a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Entretanto, se alcançada a isonomia jurídica, ao menos formalmente, isso teria como efeito a igualdade de gêneros, como consequência das garantias legais emanada do arcabouço jurídico.

Mas não foi isso o que ocorreu. As conquistas não se confundem com o mero corpo legal do Direito Positivo. Afloram, a todo momento, as dificuldades quanto a uma aplicação mais eficaz da legislação. Afinal, sobre o patriarcalismo, ainda vigente na sociedade e na cultura brasileira, não podemos dizer: “Revogam-se as disposições em contrário”.

Resta-nos, ainda, um breve comentário sobre a Lei nº 13.104/2015. Não seria impróprio dizer que esse instrumento reflete um esforço em direção a inibir as violências perpetradas contra a mulher. É uma forma de endurecimento legal. Na verdade, endurecer a lei não é o suficiente para evitar-se a prática do crime. Há que fazer funcionar o Poder Judiciário de maneira eficaz. Será de pouco alcance tornar a lei mais rigorosa se a impunidade continuar a reinar. E, em sentido mais amplo, se

o Estado não exercitar o seu dever de dotar a sociedade de todo um arcabouço que eduque a população, e que esta seja resguardada dos efeitos negativos da corrupção e dos privilégios que beneficiam apenas uma minoria.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Anna Christina Freire. **Lei Maria da Penha: Da convivência com as práticas do sistema de justiça** (Tese). Natal: UFRN, 2015.

CORTÊS, Iáris, Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi & PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p.262.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006. (223-240).

GIULANI, Paola Cappellin. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. Contexto, São Paulo, 2006. (p. 640-665).

HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: EDUNESP, 2009. Tradução do *Dictionnaire critique du féminisme*. Presses Universitaires de France.

KRITSCH, Raquel. O gênero do público. In: BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo, Horizonte, 2012. p. 17-45.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 14<sup>a</sup>. ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

Legislação:

**Código Civil de 1916**

**Código Civil de 2002**

**Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**

**Constituição da República Federativa do Brasil**

Legislação esparsa

## UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE O PÚBLICO LGBT COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ EM LOCAIS HOMOAFETIVOS NA CAPITAL CEARENSE

**David Sousa Garcês**

**Fábia Costa**

**Diêgo Matos Araújo Barros**

**Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz**

**Valeska Denise Sousa Garcês**

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma análise no tocante ao cotidiano, as identidades e subjetividades do público LGBT em ambientes homoafetivos na cidade de Fortaleza-CE, pois, a mesma, vem a contribuir com o fortalecimento de hábitos e a construção de identidade pessoal e coletiva desse grupo, objetivando o desenvolvimento de investigações do contexto social o qual estão inseridos, partindo dos processos subjetivos e sociais que possibilitam o reconhecimento dessas identidades no tocante a aspectos de diversidade, singularidade e afirmações histórico-culturais. Para se desenvolver esse estudo iremos nos utilizar de uma pesquisa bibliográfica em relação à temática, objeto de estudo, isto é, o tratamento metodológico da pesquisa consiste em ser de tipologia qualitativa e de caráter exploratório. A pesquisa encontra-se em andamento, mas é possível perceber a partir de alguns estudos nos centros acadêmicos e na mídia que é urgente a realização de pesquisas voltadas para a temática no intuito de proporcionarmos o desenvolvimento de

políticas públicas voltadas para o mesmo e despertar nos gestores públicos do município estudado o interesse em elaborar políticas públicas voltadas para esse público, assim como observar se essa relação entre público LGBT e polícia militar influencia na construção do sujeito homoafetivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Busca de Direitos, Homoafetivos, Interação Social, Polícia Comunitária, Público LGBT.

**ABSTRACT:** The present research has as objective to make an analysis regarding the daily life, the identities and subjectivities of the LGBT public in homoffective environments in the city of Fortaleza-CE, because, it, contributes to the strengthening of habits and the construction of personal identity and collective of this group, aiming the development of investigations of the social context that are inserted, starting from the subjective and social processes that allow the recognition of these identities in relation to aspects of diversity, singularity and historical-cultural affirmations. In order to develop this study we will use a bibliographical research in relation to the subject, object of study, that is, the methodological treatment of the research consists of being of a qualitative and exploratory type. The research is under way, but it is possible to perceive from some studies in the academic centers and in the media that it is

urgent to carry out research focused on the theme in order to provide the development of public policies aimed at the same and to awaken in the public administrators of the municipality studied the interest in developing public policies aimed at this public, as well as to see if this relationship between LGBT public and military police influences the construction of homoaffective subject.

**KEYWORDS:** Rights Search, Homoafetives, Social Interaction, Community Police, LGBT People.

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudo a que se propõe este trabalho tem por objetivo analisar a interação social do público LGBT com os policiais militares do programa Ronda do Quarteirão, proposta de polícia comunitária do estado do Ceará, averiguando possíveis especificidades na dinâmica de operação/trabalho dos seus agentes de segurança e a contribuição de suas práticas relacionadas, sobretudo, ao combate à violência (homofobia), em seu cotidiano de trabalho ostensivo. Onde essa análise será realizada dentro do conturbado contexto social ao qual esses dois grupos (policiais militares e público LGBT) pertencem que é a capital cearense.

As temáticas da discriminação e preconceito vividos pela comunidade LGBT se tornaram relevantes para mim desde a época escolar quando cheguei a vivenciá-las ora como ator ora como espectador. Inquietava-me ver o tratamento diferenciado dado às pessoas que por não se enquadrarem no perfil socialmente aceito como “normal” sofriam dentro e fora daquele ambiente, uma vez que sempre percebi as diferenças como importantes na construção de um pensamento crítico e de uma sociedade alicerçada verdadeiramente na democracia e na liberdade sexual, de pensamento e expressão. Tais fatos e por acreditar que a busca incessante pelo conhecimento torna o homem um ser mais consciente de suas ações, tornaram-se os principais norteadores que me motivaram a adentrar na vida acadêmica e me identificar com tal objeto de estudo.

Além disso, desde o ano de 2010, trabalho como policial militar do estado do Ceará no Ronda do Quarteirão, programa de policiamento comunitário implantado pelo Ex-Governador do estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, no qual exerço a função de patrulhamento ostensivo e preventivo, atividades que têm por objetivo evitar e prevenir a ocorrência de crimes, e, ao mesmo tempo, aproximar a polícia da comunidade em que atua através de um contato mais próximo entre elas.

Durante esses anos de trabalho como policial, dentro do conturbado contexto social da cidade de Fortaleza, pude presenciar inúmeros aspectos do cotidiano (brigas, assédio moral, drogas, estupro, dentro outros) de famílias que residem em distintas comunidades da capital cearense, principalmente as mais carentes, e de pessoas pertencentes ao público LGBT que se encontram diariamente em situações de vulnerabilidade, sobretudo, no que tange ao preconceito, discriminação, violência

e constantes violações de seus direitos fundamentais. Essas violações acabam ocorrendo devido à população em questão não compreender muito bem o processo de formação das identidades dos autores sociais que pertencem ao contexto social em questão, principalmente do público LGBT.

A escolha desta temática, portanto, deu-se a partir de vivências, pessoais e profissionais, com pessoas deste público específico, por seus depoimentos acerca de discriminação e preconceitos sofridos e impunes e por notar pouco interesse por parte do poder público em punir e em elaborar projetos que envolvam segurança pública e a comunidade LGBT.

No cenário brasileiro, o público LGBT começa a ganhar mais visibilidade a partir do reconhecimento de alguns direitos anteriormente buscados por esse grupo, que, desde meados dos anos 1980 traça uma trajetória de lutas pela garantia dos direitos humanos de homossexuais.

Atuando em áreas como a saúde, a educação e a justiça, os homossexuais brasileiros organizados têm enfrentado a histórica situação de discriminação e marginalização em que foram colocados no seio da sociedade brasileira (...) em ambos os contextos, têm visto surgir uma eficiente parceria entre grupos GLBT e órgãos de saúde e de segurança pública municipais, estaduais e federais” (BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004, p.15).

Apesar dos avanços conquistados é importante percebermos que ainda há grandes dificuldades a serem enfrentadas no que tange à aceitação e respeito às diferenças como inerentes e constituintes do próprio convívio social, para que assim possamos garantir e efetivar oportunidades e a participação de todos os setores da sociedade nesse processo.

Para alguns estudiosos da temática, o preconceito se relaciona com a crença preconcebida acerca de atributos e qualidades de indivíduos a partir de características específicas. Já a discriminação estaria mais ligada ao respeito, comportamentos e tratamento diferencial de pessoas (GUIMARÃES, 2004).

Atualmente temos assistido ao crescente interesse em favor de ações mais efetivas no que diz respeito à violência sofrida por parte das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Aos poucos, a sociedade vem reconhecendo a homofobia como um problema grave que necessita ser combatido tornando necessária a construção de um senso crítico e o desenvolvimento de práticas pautadas no respeito às diversidades e na garantia dos direitos desse grupo. Mesmo com grandes dificuldades ainda enfrentadas por este público, o debate vem ganhando espaço. Apesar da Constituição Federal de 1988, não relatar a respeito da orientação sexual entre as formas de discriminação em seu texto, alguns Estados e Municípios do país vêm contemplando em suas constituições e legislações:

Atualmente, a proibição de discriminação por orientação sexual consta de três Constituições Estaduais (Mato Grosso, Sergipe e Pará), há legislação específica

nesse sentido em mais cinco estados (RJ, SC, MG, SP, RS) e no Distrito Federal e mais de oitenta municípios brasileiros têm algum tipo de lei que contempla a proteção dos direitos humanos de homossexuais e o combate à discriminação por orientação sexual. (BRASIL SEM HOMOFOBIA, 2004, p.16).

Percebe-se, assim, que o público LGBT encontra-se constantemente sujeito a contextos de vulnerabilidades sociais passando por situações de constrangimento, discriminação e preconceitos sendo, inúmeras vezes, vítimas de violência física tanto por parte de segmentos da sociedade, como também de agentes públicos como policiais militares, por exemplo, que muitas vezes por não usufruírem de um preparo teórico/metodológico agem em determinadas situações de maneira enérgica comprometendo a garantia dos direitos fundamentais destes sujeitos.

Desse modo, o referido trabalho busca analisar o cotidiano, as identidades e subjetividades do público LGBT em ambientes homoafetivos na cidade de Fortaleza-CE, pois, a mesma, vem a contribuir com o fortalecimento de hábitos e a construção de identidade pessoal e coletiva desse grupo (LGBT), objetivando o desenvolvimento de investigações do contexto social o qual estão inseridos partindo dos processos subjetivos e sociais que possibilitam o reconhecimento dessas identidades no tocante a aspectos de diversidade, singularidade e afirmações histórico-culturais.

Por conta disso, este estudo propõe uma problematização para a compreensão da visão do grupo LGBT sobre a polícia comunitária do Estado do Ceará em ambientes homoafetivos (3 bares do bairro Benfica; centro Dragão do Mar de Arte e Cultura; e barraca de praia Kabumba localizada na praia do Futuro) e observar como vem sendo a atuação dessa política de segurança pública pautada nos moldes de uma “polícia comunitária” através do programa Ronda do Quarteirão junto a este segmento específico, no caso, o público LGBT.

A presente pesquisa se propõe a realizar uma análise a essa questão, onde devemos estudar a trajetória dos movimentos LGBT's, assim como analisar os aportes legais que tratam sobre o público, além de compreender como se dão as relações entre o público LGBT e os policiais militares do Programa Ronda do Quarteirão em ambientes homoafetivos no município de Fortaleza, assim como observar se essa relação entre público LGBT e polícia militar influencia na construção do sujeito homoafetivo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia aqui proposta pretende definir os percursos e procedimentos que acreditamos ser necessários realizar afim de nos aproximarmos da realidade do objeto de pesquisa. Buscando assim, estabelecer o caminho e instrumentais próprios para sua abordagem, Minayo (1994). Neste estudo priorizaremos as abordagens de caráter qualitativo, pois esta permite abranger a complexidade do objeto, que não poderia ser contida num dado estatístico. Neste sentido, desejamos trabalhar aspectos históricos, culturais, políticos e ideológicos que o perpassam.

A pesquisa qualitativa busca conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse de vivenciar a pesquisa. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa apresenta-se como uma forma de abordar a realidade que possibilita adentrar-se no mundo de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais (MARTINELLI, 1999, p.25).

Num primeiro momento, realizaremos um estudo exploratório acerca da bibliografia que vai subsidiar as falas e discussões teóricas que informam a temática, suas perspectivas de análise, notícias e matérias publicadas em veículos de comunicação de massa.

Pretendemos dividir este novo processo de investigação em duas etapas. Primeiramente, procuraremos adentrar no universo do público LGBT aprofundando a pesquisa bibliográfica – com o intuito de aprofundar as discussões teóricas acerca da temática – e documental, que incluirá a análise de documentos oficiais da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza (SDH) e da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) nos quais constem informações relacionadas às questões envolvendo vulnerabilidades as quais estão submetidas estes sujeitos e as políticas públicas voltadas para este público específico através de um apanhado histórico e uma reflexão sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos.

Num segundo momento, nos utilizaremos da pesquisa de campo, lócus privilegiado onde tudo deve ser observado, anotado, vivido, mesmo que não diga respeito diretamente ao assunto que pretendemos estudar, Laplantine, (1996). Nosso intuito é observar e apreender a dinâmica institucional, das atividades e dos sujeitos lá envolvidos, utilizando como instrumento auxiliar o diário de campo. Laplantine (1996) afirma que só se pode estudar homens comunicando-se com eles, compartilhando sua existência. Neste sentido, a observação participante nos permitirá a coleta de dados a partir da convivência cotidiana na organização estudada (Becker, 1999).

Com isso, partiremos para a pesquisa de campo de natureza qualitativa, através da qual privilegiaremos o ponto de vista do ator social, no caso, os sujeitos pertencentes ao grupo LGBT. Para tal, realizaremos com estes entrevistas semi-estruturadas levando em conta também as conversas e aspectos informais que poderão surgir ao longo desta fase exploratória. Pretendemos adquirir uma aproximação com este público por intermédio de entidades com práticas voltadas para a defesa dos direitos deste grupo, como o Centro de Referência Janaina Dutra e o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), peças-chave no contato com meus interlocutores e na coleta de dados necessários ao aprofundamento e compreensão de aspectos ligados às vivências deste grupo.

É importante ressaltar que minha própria experiência de trabalho enquanto policial militar do Ronda do Quarteirão me auxiliará na reflexão e compreensão da relação entre os agentes de segurança do estado e o público LGBT e suas respectivas

percepções, assumindo, ao mesmo tempo, o desafio metodológico de “distanciamento” e “estranhamento” enquanto policial e pesquisador durante o processo de pesquisa.

## RESULTADOS E DICUSSÃO

Remeter às questões ligadas ao preconceito e à discriminação sugere apontarmos as diferentes discussões a respeito destes termos e suas definições. Junqueira (2009) os define como:

[...] as percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções. Já o termo discriminação designa a materialidade, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos. (DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO, 2009, p.54).

De forma semelhante e a partir de uma perspectiva sociológica, Lacerda, Pereira e Camino (2002) trata o termo preconceito como uma:

[...] relação intergrupala onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, desenvolve-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um grupo por pertencerem a esse grupo (CAMINO E PEREIRA, no prelo). Entre os processos cognitivos que se desenvolvem neste tipo de relações sociais, destacam-se a categorização e a construção de estereótipos (Dorai e Deschamps, 1990; Schadron, Morchain e Yzerbyt, 1996; Yzerbyt, Rocher e Schadron, 1997), (LACERDA, PEREIRA e CAMINO, 2002).

Analisando-se o problema da discriminação voltada a esse público (LGBT), a partir de suas investigações que por vezes, quando levados a juízo, são perpassados por uma ótica que evidencia pré-julgamentos das partes envolvidas em relação às manifestações e apurações das ocorrências, estendendo-se pelo restante do processo. Segundo Santos (2000), é interessante relatar que:

[...] a discriminação [...] se manifesta de formas diversificadas, suscitando comentários de caráter estigmatizante, levando o condenado e a vítima a serem vistas como alguém muito além da sua condição de condenado e vitimado (SANTOS, 2000, p.90).

Nesta pesquisa os sujeitos serão analisados em suas especificidades e inseridos numa estrutura socioeconômica vigente para não lançar olhar punitivo ou discriminatório buscando afirmá-los como cidadãos, pois, segundo Kowarick (1993), isso irá ampliar a garantia de seus direitos e deveres e a criação da participação desse grupo em obras sociais.

Neste contexto, observamos que o trabalho da polícia como agente do Estado é legitimado como uma instância importante na resolução de conflitos na medida em

que está vinculado ao exercício de poder que emana de uma autoridade, ou seja, de um governante na gestão de uma população circunscrita a um território específico (FOUCAULT, 2010). Como afirma Almeida (2004),

A polícia garante competência e se destaca ao utilizar a força física autorizada para atingir pessoas “desviantes” do comportamento social consentido. Essa força é de uso interno, delimitada só para pessoas autorizadas para manter a ordem dentro da sociedade, o que legalmente não compete ao exército e aos grupamentos militares. (ALMEIDA, 2004, p. 117).

No universo das interações com o público LGBT verifiquei certa resistência deste à presença de policiais, muito ligada tanto à questão do sigilo, quanto do questionamento a respeito da efetividade em situações de mediação e resolução de conflitos locais. Na sociedade moderna observamos uma nova governamentalidade que centra elementos tais como: sociedade, território e segurança, onde os governos são responsáveis pelas relações entre os homens, costumes, hábitos, formas de agir e pensar, e na gestão de suas vidas (FERREIRA, 2011).

A partir desta constatação, busco neste estudo analisar de que maneira a proposta de uma polícia comunitária implantada no Ceará através do Programa Ronda do Quarteirão influencia ou gerencia as relações sociais entre policiais militares e o público LGBT, dentro do contexto social da cidade de Fortaleza.

O projeto original do Ronda buscava junto aos princípios de uma *polícia comunitária*, a “Polícia da boa vizinhança”, resgatar a credibilidade da instituição policial junto à população cearense a partir do reforço dos vínculos entre a polícia e a comunidade.

É importante ressaltar as discussões a respeito do termo “policciamento comunitário”, que muitas vezes é utilizado por governantes como uma maneira de surtir um efeito positivo tendo em vista que o termo “comunidade” ou “comunitário” parece não possuir uma conotação negativa e, dessa forma, nenhuma pessoa iria de encontro a um policiamento tido como “comunitário”. Por essas razões muitos autores discutem a respeito da diferenciação desse tipo de policiamento em relação a outros modelos tradicionais. Conforme Bayley e Skolnick (2002), suas principais características seriam: a reorientação das atividades de patrulhamento, dando ênfase em serviços não-emergenciais devendo os policiais comunitários estarem liberados do sistema de atendimento de emergências para que possam se dedicar às atividades de prevenção do crime (p. 24); aumento da responsabilização da polícia, com o fomento da participação do público através da criação de canais recíprocos de comunicação (p. 32) e, por fim, a descentralização do comando com o intuito de “ganhar” a flexibilidade necessária para dar formas às estratégias policiais em certas áreas (p. 33), mesmo não detalhando melhor o que seria essa flexibilidade.

Trojanowicz (1994) também enfatiza a importância dessa definição, muito utilizada em manuais de polícias do Brasil:

É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (TROJANOWICZ, 1994, p.04 apud SENASP, 2010, p. 457).

É importante ressaltar ainda que os termos “Policiamento comunitário” e “Polícia Comunitária” se diferenciam. O termo “Polícia Comunitária” sugere uma “filosofia de trabalho”, enquanto o termo “Policiamento Comunitário” elucida uma “ação de policiar junto a uma comunidade”.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa pretende analisar a interação social entre o público LGBT e os policiais militares do programa Ronda do Quarteirão que é uma proposta de polícia comunitária do estado do Ceará, onde, no decorrer do desenvolvimento da mesma, teremos a oportunidade de averiguar como se dá a interação social entre o público LGBT e os policiais militares em ambientes homoafetivos no intuito de despertar nos gestores públicos daquele município o interesse em elaborar políticas públicas voltadas para esse público, assim como observar se essa relação entre público LGBT e polícia militar influencia na construção do sujeito homoafetivo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, D; ALMEIDA, R. O. **As entidades dos direitos humanos e a política de segurança pública: entre a crítica e a parceria.** In: **BARREIRA, C. (org). Questão de segurança: políticas governamentais e práticas policiais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Cap. 3, p. 91-111.
- BAYLEY, D. H; SKOLNICK, J. H. **Policiamento Comunitário: questões e práticas através do mundo.** São Paulo: Edusp, 2002.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- Diversidade Sexual na Educação: **problematizações sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- FERREIRA, Daniel Rogers de Souza. **Prazer com segurança?** – As relações entre michês e polícia num ponto de prostituição do centro de Fortaleza. Dissertação de Mestrado. Centro de Estudos Sociais Aplicados / Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. IV (Estratégia,

Poder-Saber), 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIRALDI, Renata. **Agência Brasil**. Brasil registra, em média, 3,4 denúncias de homofobia por dia. Disponível em <<http://www.spressosp.com.br/2012/05/brasil-registra-em-media-34-denuncias-de-homofobia-por-dia/>> Acesso em 26 de maio 2012.

Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. Disponível em <[http://www.fortaleza.ce.gov.br/sdh/index.php?option=com\\_content&task=view&id=25](http://www.fortaleza.ce.gov.br/sdh/index.php?option=com_content&task=view&id=25)> Acesso em 23 de maio 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Revista de Antropologia. São Paulo, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00347012004000100001&ln=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00347012004000100001&ln=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 nov. 2006.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LACERDA, M. T.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. (2002). **Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, n. 1, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1994.

PERETZ, Henry. “A observação directa: definição e objetivos”. In: **Métodos em sociologia**. Tradução Joaquim Cândido Machado da Silva Lisboa: Temas e Debates – Actividade Editoriais, LDA, 2000. p. 73-111.

SANTOS, Maria Lourdes dos. **Os Sete pecados capitais do discurso jurídico: A construção do “sujeito criminoso” nos crimes contra homoeróticos**. Fortaleza: 2000, 145 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policimento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: POLICIALERJ, 1994. In: \_\_\_\_\_. SENASP – **Curso nacional de multiplicador de polícia comunitária**. 4ª Ed. Brasília, 2010.

#### NOTÍCIAS DE JORNAIS:

CHEGAM viaturas para o Ronda do Quarteirão. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 8 de ago. 2007. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=459389>. Acesso em: 15 jun. 2012.

ESPECIALISTAS alertam para a formação policial. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 8 nov. 2007. Disponível em: [www.diariodonordeste.com.br](http://www.diariodonordeste.com.br). Acesso em: 29 mai. 2009.

RONDA do Quarteirão entra em operação hoje. **Diário do Nordeste Online**. Fortaleza, 21 nov. 2007. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=489129>. Acesso em: 10 out. 2009.

RONDA é aprovado por 72% dos fortalezenses. **O Povo Online**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/fortaleza/818827.html>. Acesso em 21/11/2010.

## UNIVERSIDADE PÚBLICA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC

**Fabiana Nogueira Chaves**

Universidade Federal do Acre  
Rio Branco – AC

**Maurício Pimentel Homem de Bittencourt**

Universidade Federal do Acre  
Rio Branco - AC

**RESUMO:** O artigo discute o papel da universidade pública na promoção de uma educação transformadora que vise à efetiva igualdade de direitos entre homens e mulheres. Para isso, analisam-se os trabalhos já realizados pela Ufac e processo de criação do *Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Universidade Federal do Acre*. O projeto embasou-se em leis e diretrizes do Ministério da Educação e foi construído coletivamente, por meio de demandas trazidas pela comunidade acadêmica, sociedade civil organizada e por instituições governamentais. Apresenta-se a concepção e implantação do plano a fim de que a experiência da Ufac possa orientar iniciativas semelhantes em outras universidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igualdade de gênero, mulheres, universidade, Universidade Federal do Acre.

**ABSTRACT:** The article discusses the role

of the public university in the promotion of a transformative education aimed at the effective equality of rights between men and women. For that, the work already carried out by Ufac and the process of creation of the Integrated Plan in Teaching, Research and Extension for the Promotion of Gender Equality at the Federal University of Acre are analyzed. The project was based on laws and guidelines of the Ministry of Education and was built collectively, through demands brought by the academic community, organized civil society and government institutions. It presents the design and implementation of the plan so that Ufac's experience can guide similar initiatives in other universities.

**KEYWORDS:** Gender Equality, Women, University, Federal University of Acre.

### 1 | A UNIVERSIDADE E AS MULHERES: UM HISTÓRICO DE EXCLUSÃO

Ao longo dos séculos, a mulher teve vários de seus direitos humanos caçados e foi excluída dos espaços públicos de decisão, dessa exclusão nasceram diversos tipos de violência, sendo uma delas a exclusão das mulheres dos espaços formais de ensino. As mulheres, por muitos anos, foram aprisionadas

em suas casas, impedidas de frequentarem escolas e de cursarem ensino superior. A educação dada às mulheres era uma educação doméstica, para que conseguissem alcançar seu maior e único objetivo de vida: o casamento. Elas eram proibidas de trabalhar e de estudar, submissas a figura do pai, do irmão ou do marido, excluídas da vida pública, impossibilitadas de possuírem qualquer bem ou propriedade em seu nome.

Com a Revolução Industrial na Europa e a necessidade de mão de obra propulsora para o capitalismo, a mulher começa a sair de casa para vender sua força de trabalho. Porém o trabalho desempenhado era o trabalho fabril, não podendo ainda desempenhar profissões que necessitassem de formação específica, como a medicina, direito, etc. Esse processo de saída das mulheres para as fábricas não se instituía uma real emancipação para elas e nem o trabalho oferecia uma real melhora na qualidade de vida, pois os salários recebidos eram inferiores aos dos homens. Segundo Alves e Pitanguy (1981) as mulheres eram extremamente desvalorizadas nas fábricas, tanto pelos patrões como pelos colegas homens. “O trabalho feminino sempre recebeu remuneração inferior ao do homem. Esta desvalorização, por outro lado, provocou a hostilidade dos trabalhadores homens contra o trabalho da mulher” (ALVES e PITANGUY, 1981, p. 18). Vemos que ainda hoje as mulheres recebem menos que os homens para desempenhar a mesma função, ou seja, a violência foi minimizada, mas não deixou de existir.

Marías (1981) afirma que se o acesso das mulheres ao ensino regular já foi difícil, uma luta maior ainda foi conseguir que as mulheres tivessem o direito de adentrar no ensino superior. Segundo a autora, a entrada das mulheres na universidade aconteceu primeiramente nos Estados Unidos, no ano de 1837, com a criação de universidades exclusivas para elas. É no estado de Ohio que surge a primeira universidade feminina, o *Women's College*. Na segunda metade do século as universidades femininas se espalham por boa parte dos Estados Unidos, porém, a maioria dos *Women's College* só oferecia cursos de bacharelado, poucos eram os que ofereciam cursos de mestrado e menos ainda os que ofereciam doutorado.

O ensino universitário para as mulheres foi, por um bom tempo, algo que acontecia basicamente nos Estados Unidos. Na Europa o processo de inclusão das mulheres foi tardio:

As universidades inglesas abrem-se às mulheres em fins do século passado e não as principais; Oxford e Cambridge, já bem dentro do nosso século, e com contagens. Na Europa a presença normal das mulheres é um fenômeno posterior a primeira Guerra. (MARIÁS, 1981, p.81)

No Brasil, o ensino superior feminino só teve início no final do século XIX. As mulheres só foram autorizadas a frequentar um curso superior no ano de 1879, devido à concessão de Dom Pedro II (BLAY e CONCEIÇÃO, 1991, p. 34). É importante ressaltar que, apesar de as mulheres receberem uma permissão para frequentarem

universidades no Brasil, a sociedade ainda era muito preconceituosa com as que desejavam estudar, ou seja, havia uma permissão política, mas a repressão social ainda era enorme. Somente com a grande expansão que ocorreu na universidade no ano de 1970 (quase um século depois) é que as mulheres realmente começam a ser parte expressiva do ensino superior no Brasil.

Por meio deste breve levantamento de dados podemos entender como ocorreu a invisibilização das mulheres por séculos e o porquê elas ainda são silenciadas em muitos campos da ciência. As universidades não foram construídas para formar mulheres, foram construídas dentro de uma lógica falocêntrica, uma lógica masculina, construída por homens para formar homens que dominarão o espaço público.

Nas sociedades ocidentais a condição das mulheres progrediu no decorrer do século XX, tanto no que diz respeito à ocupação dos espaços formais de ensino quanto no mundo do trabalho, mas ainda estamos muito longe de poder falar em igualdade.

Não obstante, vemos claramente que, apesar de diplomas e competências comparáveis, a diferenciação das responsabilidades hierárquicas e das remunerações permanece. A escolha de trajetórias e de carreiras não é igualitária; as condições de vida cotidiana tais como são organizadas e financiadas por nossa sociedade também não o são. Aqui, os partidos políticos desdenham a paridade, preferindo pagar multas a conceder postos elegíveis a candidatas. Ali, redes e confrarias tecem com fios de vidro o telhado invisível que impede mulheres de atingir os pontos mais altos. Assim que o poder se mostra (...) ele continua a usar gravata. (OCKRENT, 2011, p.15)

Qual a responsabilidade das instituições de ensino com a situação de violência e exclusão em que vivem até hoje as mulheres? Como a Universidade Federal do Acre poderia minimizar as desigualdades em seu estado, quinto do Brasil que mais mata mulheres (WAISELFISZ, 2015, p. 14)? Acredita-se que a educação para a igualdade é a melhor maneira de construir uma sociedade mais justa.

## 2 | EDUCAR PARA TRANSFORMAR

Segundo Freire (1996), deve-se assumir que a educação é ideológica. Eximir-se de um posicionamento crítico sobre a situação dos grupos violados pela lógica hegemônica é ir ao encontro dos interesses hegemônicos. O atual sistema de educação não tem comprometimento com a mudança; encerra-se na análise de uma realidade sólida e imutável, que ratifica a lógica do mercado e da exclusão: burguesa, cientificista, tecnicista e falocêntrica. Para o autor, ensinar exige a convicção de que a transformação é possível, direcionamento que se busca na mudança da condição das mulheres.

A educação, que começa no seio da família e continua ao longo da vida na escola, nos diferentes ambientes sociais e nos meios de comunicação, continua

reforçando papéis e padrões culturais machistas, criando estereótipos: para o homem a autoridade, o poder de decisão, a produção de bens, o mundo exterior; para a mulher a obrigação de obedecer, a reprodução da vida em todos os seus aspectos, o mundo interior, as quatro paredes. Essa injusta e desigual relação entre homens e mulheres – as denominadas relações sociais de gênero – gera uma grande violência estrutural cotidiana, muitas vezes invisível, considerada natural, mas que chega aos maus-tratos, à agressão, a violação e até a morte. (CANNABRAVA, 2012, p. 199)

A educação para a mudança, portanto, é contra-hegemônica e necessita ser feminista, no sentido em que busca a liberdade dos seres humanos, a igualdade de direitos entre os gêneros e o respeito à vida.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História*, mas seu sujeito, igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar*, mas para *mudar*. (FREIRE, 1996, p. 77)

A universidade pública possui as mais valiosas ferramentas para a transformação da sociedade por meio da educação: a pesquisa contribui para a análise da realidade e de possibilidades de intervenção; o ensino para a conscientização da necessidade dos processos de mudança; enquanto a extensão é um retorno à sociedade por meio da integração comunitária e dos programas de educação popular. “Enquanto os grandes debates, os seminários revolucionários permanecem dentro da escola, cada vez mais isolada dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá uma educação libertadora.” (FREIRE, 1994, p. 5).

É preciso romper as barreiras que afastam a universidade das populações de seu entorno, do intercâmbio de saberes com as populações tradicionais e a impedem de ouvir as vozes dos oprimidos. A experiência da Ufac vem ilustrar a importância da inclusão dos Direitos Humanos nas políticas de gestão, das parcerias com governos, movimento organizado de mulheres e, sobretudo, a importância da produção concreta de ferramentas que levem à transformação.

### 3 | HISTÓRICO DE TRABALHOS REALIZADOS PELA UFAC

Até o ano de 2012, a Universidade Federal do Acre restringia as ações de educação popular feminista a projetos de pesquisa e extensão produzidos por professores da instituição. Dentre estes docentes podemos destacar a Profa. Dra. Margareth Edel Prado Lopes, coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da Amazônia (Nega).

Apartir do ano de 2012, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex) da Ufac ativou, por meio da contratação de novos funcionários, a área de Integração Comunitária da

Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária (Dacic), iniciando então os projetos voltados à promoção dos direitos humanos e estruturando o trabalho com educação popular feminista. As primeiras ações da Ufac neste âmbito ocorreram ainda em 2012, por meio de eventos de extensão que se constituíram em painéis e oficinas dentro da própria universidade. O tema era as relações sociais de gênero, o público-alvo servidores e estudantes da Ufac.

Após este primeiro passo, firmou-se, ainda no final do ano de 2012, uma parceria entre a Ufac e a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres do Acre (Sep Mulheres). Esta consistia em ministrar oficinas para funcionários públicos que trabalhavam diretamente com mulheres em situação de violência doméstica e sexual no município de Rio Branco - AC, como funcionários das delegacias da mulher, polícia civil, unidades de saúde, centros de referência e assistência social, entre outros. A Proex ficou responsável por elaborar oficinas com a temática *violências contra a mulher: a culpabilização das vítimas*. Ao todo já foram realizadas mais de 50 oficinas, como meio de prestação de um serviço à sociedade e de melhorar o atendimento às mulheres vítimas de violência.

A partir destes trabalhos, no ano de 2013, surge a possibilidade de uma parceria maior entre a Ufac e Sep Mulheres, que propunha levar oficinas de educação popular feminista a todos os 22 municípios do Estado do Acre. O projeto era a *Campanha Estadual pelo Fim da Violência Contra a Mulher*, com o slogan *Violência contra a mulher: basta! Viver sem medo também é um direito nosso!*

A partir da proposta da Sep Mulheres, consoante com as diretrizes adotadas pela área de Integração Comunitária da Proex, o trabalho começou. A elaboração das oficinas ficou a cargo da universidade, ministradas pela funcionária da Proex, Fabiana Nogueira Chaves (autora). A campanha priorizou as oficinas como método didático e utilizou a metodologia educacional baseada na pedagogia de Paulo Freire, visando à construção coletiva de conhecimento e ao despertar do senso crítico do educando por meio de suas próprias experiências.

Oficina é uma ferramenta da psicologia social para trabalho em grupo. Configura-se como um método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta da pessoa – o pensar, o sentir e o agir –, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos (Souza, 2012, p. 167)

Dessa forma, ao longo de dois anos, as oficinas chegaram aos 22 municípios do Estado do Acre, articuladas com os organismos municipais de políticas para as mulheres. Tiveram duração de um ou dois dias (a depender do município). O público-alvo: funcionários públicos que lidam diretamente com mulheres em situação de violência, coordenadoras dos organismos municipais de políticas para as mulheres, movimento organizado de mulheres, secretários municipais, educadores da rede pública de ensino e demais interessados da sociedade civil. Além disso, em alguns municípios foram realizadas oficinas na rede pública de ensino, tendo como público-

alvo alunos e professores. As temáticas abordadas nas oficinas foram: o que é gênero; o que é o machismo; o que é feminismo e o movimento de mulheres; as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres; as conquistas das mulheres ao longo dos anos; igualdade de direitos; dupla jornada de trabalho; o papel da mídia; a cultura do estupro; padrão de beleza; a violência física como ápice de uma cultura historicamente patriarcal; violência obstétrica etc. As oficinas contaram ainda com uma explicação detalhada sobre a Lei Maria da Penha e sobre os mecanismos de defesa das mulheres em situação de violência. Esse painel foi elaborado pela Coordenadora do Pacto Nacional pelo Fim da Violência contra a Mulher no Acre, Joelda Paes, também diretora de Direitos Humanos da Sep Mulheres.

A Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, Concita Maia, realiza um balanço geral dos trabalhos realizados:

O resultado foi maravilhoso. Nós vemos as pessoas perguntando, querendo aprender para ajudar os familiares, para poderem atender melhor. As oficinas que a Ufac montou ficaram ótimas, numa linguagem acessível, com vídeos, mostrando exemplos da televisão. Sem a parceria da Ufac o trabalho da Sep não teria sido tão eficaz. E, mesmo assim, nós podemos ver como esta área ainda precisa de investimento, como as pessoas são carentes de informação, de ajuda, como nós ainda precisamos trabalhar, voltar aos municípios (...) principalmente nos municípios do interior, que a gente só chega de avião ou de barco.

As oficinas foram elaboradas especificamente para cada um dos municípios, levando em consideração os aspectos culturais da comunidade (muitos municípios acreanos apresentam população predominantemente indígena) e demais especificidades locais.

A partir desse trabalho já realizado e da junção de diversos segmentos da sociedade para buscar minimizar a situação de exclusão e violência em que vivem as mulheres no Estado do Acre, foi avaliada a necessidade de criar um plano sistemático para buscar o comprometimento da universidade com a educação para a igualdade. Surge o *Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Ufac*.

#### **4 | PLANO INTEGRADO EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC**

Qual o papel da universidade pública na construção de uma sociedade não violenta com as mulheres? Como a universidade pode contribuir para a formação de uma sociedade mais igualitária? Esses e outros questionamentos direcionaram a formulação do *Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Universidade Federal do Acre (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, 2015-b)*. O plano foi construído por mulheres e homens em um coletivo

composto por diversos segmentos da sociedade do Estado do Acre, que, segundo o *Mapa da Violência 2015* (WAISELFISZ, 2015, p. 14), é o quinto estado do Brasil onde mais se matam mulheres.

O plano consiste na sistematização de propostas objetivas a serem aplicadas nos três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão, e tem como objetivo contribuir para a formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero, raça e diversidade, sedimentando bases para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Pretende-se a formação de cidadãos críticos e atuantes, comprometidos com o respeito aos Direitos Humanos, capazes de estruturar uma sociedade mais igualitária.

Buscou-se embasamento em leis e diretrizes do Ministério da Educação (MEC), visando suprir demandas sociais e concretizar valores expostos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufac, como o respeito incondicional aos Direitos Humanos e à pluralidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, 2015-a, p. 19).

Após sua conclusão, o plano foi enviado à Reitoria e às pró-reitorias referentes a cada eixo da universidade: Pró-reitoria de Graduação (ensino), Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (pesquisa) e Pró-reitoria de Extensão e Cultura (extensão), enfatizando a transversalidade do tema.

## 5 | DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DO PLANO

A proposta de uma formação profissional voltada para o indivíduo e suas relações faz parte de todas as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em vigor no país. A intenção é formar um profissional cujas atuações política, econômica, social e cultural respeitem as diversidades e contribuam para relações sociais equânimes. Na Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Ministério da Educação, que estabelece *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, consta a necessidade de comprometimento das instituições de ensino superior com a temática:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação. (BRASIL, 2012, p.2)

Esse pensamento encontra eco também nas Diretrizes Gerais de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), bem como no próprio PDI da Universidade Federal do Acre. Assim, visa-se assegurar que, no desenho da Ufac,

(...) a excelência acadêmica e a pertinência científica estejam associadas à responsabilidade social da instituição universitária, atenta às carências da sociedade brasileira, à superação das desigualdades regionais e aos desafios do desenvolvimento local, regional e nacional. (BRASIL, 2007, p.4).

Tem-se, portanto, como desafio, construir uma universidade socialmente comprometida, academicamente competente e pedagogicamente inovadora, superando os velhos recortes disciplinares com programas cada vez mais interdisciplinares. O papel social e político da universidade não é apenas vincular educação ao mundo do trabalho, mas também possibilitar condições reais para a construção e manutenção de cidadanias. Criar as bases para uma sociedade democrática é construir mecanismos que implodam estereótipos de gênero, raça, etnia, orientação sexual etc.

Acriação de disciplinas, de projetos de extensão e de pesquisa voltados à igualdade visa contribuir para um processo formativo focado no ser humano, trabalhando os Direitos Humanos como um processo transversal e permanente, conforme sugerem as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*:

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012, p. 1)

Nesse contexto, construir uma educação não discriminatória tem sido um dos desafios enfrentados pela Ufac, o que passa tanto pela verificação e reestruturação de conteúdos (currículo), pela produção e aplicação dos conhecimentos, quanto pela análise da prática docente, pela forma como vem ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem e a relação entre docentes e discentes. É necessário rever, de forma crítica, como os profissionais são formados, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, espaços para discussão e construção de ferramentas teórico-metodológicas não discriminatórias que permitam uma atuação para e numa sociedade democrática.

(...) ao se promover a transformação da educação nacional, rumo a uma educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-lesbofóbica e não-homofóbica, está se formando e transformando pessoas, criando uma sociedade mais justa, em que os direitos humanos de todas e todos sejam de fato respeitados. (BRASIL, 2008, p. 3)

Em sintonia com essa proposta, elencam-se questões presentes também nas discussões do *I e II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência*, fórum de debates formado por universidades federais do Brasil. Esses encontros foram promovidos pelo Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (CAPES),

entre outras instituições responsáveis pela formulação das políticas científicas e tecnológicas do país.

A partir desses encontros foram encaminhadas recomendações às instituições públicas de pesquisa e ensino superior, as quais se tornaram referências para a orientação das políticas de equidade no sistema de ensino superior público. Destacamos aqui as recomendações resultantes do *Grupo de Trabalho Políticas de Formação em Gênero*, pois são as que terão maior impacto nas graduações (bacharelados, cursos superiores tecnológicos e licenciaturas) através da introdução de componentes curriculares específicos como gênero, raça/etnia e diversidade sexual:

- Formulação de Diretrizes Curriculares para o ensino fundamental, médio e superior:
  - a. Oferta regular de disciplinas nos currículos de graduação (bacharelado e preferencialmente as licenciaturas)
  - b. Cursos e programas regulares e educação continuada na modalidade presencial e a distância
  - c. Estimular a criação, fortalecer e apoiar a manutenção de unidades de ensino, pesquisa e extensão, bem como grupos e núcleos, na área de gênero, mulheres e feminismos
- Linhas de pesquisas e interdisciplinaridade:
  - a. Inserir o recorte de gênero, raça/etnia e orientação afetivo-sexual nos editais das diferentes áreas
  - b. Fomentar o intercâmbio de docentes e pesquisadoras/es para oferta de disciplinas, cursos e discussão de experiências em todo país
- Construção de um pacto interinstitucional pró-equidade de Gênero, Raça/etnia e Orientação Afetivo-Sexual nas universidades, gerando, dentre outras ações:
  - a. Um selo de equidade que subsidie apoios do MEC/ INEP, CAPES, CNPq/MCT;
  - b. Criação do observatório para diagnóstico e monitoramento das ações nas universidades e institutos de pesquisa;
  - c. Construção de banco de dados com o perfil das instituições.
- Difusão das atividades dos núcleos e grupos de pesquisa, das unidades de ensino relacionadas às questões de gênero, raça/etnia e sexualidade. (BRASIL, 2009, p. 7)

A própria Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, no seu Título III — Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Capítulo I — Das Medidas Integradas de Prevenção, sinaliza para a necessidade de inclusão de disciplinas específicas, em todos os níveis de ensino, que discutam as questões de gênero e suas interseccionalidades. Visa-se:

VIII — a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia; IX — O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL, 2006, p. 10)

Outro ponto importante a ser ressaltado é a necessidade do recorte racial

quando se fala em igualdade de gênero, pois para as mulheres negras a situação de vulnerabilidade social é ainda maior, sendo elas a maioria das vítimas de violência doméstica e feminicídio no Brasil e a minoria nas universidades (WASELFSZ, 2015, p. 29). O Estatuto da Igualdade Racial confere às instituições de ensino, incluindo as de ensino superior, a missão de contribuir para a erradicação do preconceito.

Art. 23. O Ministério da Educação fica autorizado a incentivar as instituições de ensino superior públicas e privadas a: I – apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação, que desenvolvam temáticas de interesse da população afrobrasileira; II – incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores respeitantes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira; III – desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens afro-brasileiros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários (...). (BRASIL, 2008, p. 6)

Em julho de 2015, o Conselho Nacional de Educação lançou uma resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Essas diretrizes afetam diretamente a estruturação das grades curriculares das licenciaturas e seus conteúdos nas universidades, pois buscam a consolidação de uma educação realmente inclusiva e a formação de professores mais comprometidos com o respeito, valorização das diversidades e promoção dos Direitos Humanos. De acordo com essas novas diretrizes,

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos. (BRASIL, 2015, p. 11)

Destarte, em atenção às recomendações contidas nas resoluções e documentos supracitados, propôs-se a implantação de um *Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Ufac*, com o interesse de unir os esforços em torno de um objetivo: a melhoria da situação das mulheres na sociedade acreana.

## 6 | METODOLOGIA

O processo de concepção do plano foi liderado por membros de três grupos de pesquisa: Amajor – Meio Ambiente, Direitos Humanos e Jornalismo na Amazônia (Ufac/CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Maurício Pimentel Homem de Bittencourt (co-autor), linha de pesquisa Comunicação e Direitos Humanos da Mulher, coordenada

pela Msc. Fabiana Nogueira Chaves (autora); Núcleo de Estudos de Gênero e Raça da Amazônia (Nega), coordenado pela Profa. Dra. Margareth Edul Prado Lopes; Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, coordenado pelo Prof. Dr. Jacó Cesar Pícoli.

Diversos professores, pesquisadores, militantes do movimento de mulheres, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e órgão públicos estaduais, como a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, participaram das reuniões para levantamento de propostas. Assim, ocorreram nove reuniões até o fechamento da versão final do plano: a primeira em maio de 2015, entre os grupos de pesquisa, e as seguintes já contando com a presença dos demais colaboradores. Devido à dificuldade de reunir todos os participantes, muitas decisões foram tomadas por meio de reuniões on-line e o texto foi fechado em novembro de 2015. O plano foi enviado à Reitoria da Ufac em dezembro do mesmo ano para apreciação.

## 7 | AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DO PLANO

Abaixo, listam-se as principais propostas, divididas por eixos.

### Ensino:

- Criação de disciplinas com conteúdos específicos para a promoção da igualdade de gênero nos cursos de licenciatura e, posteriormente, bacharelados da Ufac. Propôs-se, inicialmente, a implantação da disciplina *Relações de gênero, raça e diversidade social* nas grades curriculares das licenciaturas em caráter obrigatório, pois são cursos de formação de professores, formadores de opinião. Em um prazo maior, tal disciplina será estendida aos bacharelados, após a universidade ter-se adaptado para incluí-la nas licenciaturas.
- Reativação da especialização *Latu Sensu em Gênero e Diversidade* no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Ufac. O curso foi iniciado em 2007 por iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS) e encerrou as atividades antes de formar a primeira turma.
- Estruturação de um mestrado especial ou interdisciplinar em gênero: por meio da consolidação do curso de especialização supracitado, objetivam-se parcerias no sentido de ofertar também um mestrado em gênero na Ufac. Presume-se que o mestrado, a criação de disciplinas específicas na graduação e a reativação da especialização incentivem também a pesquisa em gênero.

### Pesquisa:

- Ampliar os seminários e simpósios em gênero para agregar pesquisadores.

O aumento do número de espaços de discussão e oficinas facilita a promoção de pesquisas para fomentar o ensino e a extensão.

- Realizar levantamento de pesquisas em gênero e igualdade na Ufac para articular grupos de pesquisa e ensejar a criação de uma revista eletrônica com publicações na área. Os produtos das pesquisas regionais são de extrema importância para viabilizar projetos e programas que supram demandas sociais específicas. A parceria com o poder público e a sociedade civil organizada torna-se indispensável, tanto para a coleta de informações quanto para o apontamento de resultados. A assinatura formal de termos de cooperação institucional ajuda a promover a desburocratização e facilita ações conjuntas.

#### Extensão:

O plano inclui a ampliação do trabalho já realizado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex), com oficinas e palestras de combate à violência contra a mulher:

- Ministras palestras e oficinas pelo fim das violências contra a mulher para diversos tipos de público: dentro da universidade (servidores e estudantes) e fora dela, por meio de parcerias com escolas públicas e privadas, empresas e movimentos sociais.
- Levar as oficinas pelo fim da violência contra a mulher para todos os 22 municípios do Acre, inclusive comunidades indígenas. Pretende-se inserir tais atividades no Programa de Extensão *Ufac na Comunidade*, que entrou em vigor no início de 2016.
- Oferta de curso de extensão universitária sobre igualdade de gênero e direitos humanos das mulheres nos campi Rio Branco e Floresta (Cruzeiro do Sul). A formalização das atividades em um programa de extensão permitirá a certificação dos participantes.
- Criação da Coordenadoria de Direitos Humanos na Proex: uma coordenadoria específica estimulará o comprometimento constante da administração superior da Ufac com o tema.
- Inserção da Proex como membro permanente no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). Como participante do conselho, a universidade conhecerá as demandas sociais do Acre, podendo melhor servir a comunidade.

## **8 | RESULTADOS**

Após ser apresentado pelos grupos de pesquisa à Reitoria, o projeto foi encaminhado às pró-reitorias referentes a cada eixo do plano para avaliação e implantação:

Ensino:

As propostas referentes ao ensino de graduação foram encaminhadas à Pró-reitoria de Graduação (Prograd) da Ufac. A Prograd apresentou a proposta da disciplina

*Relações de gênero, raça e diversidade social* para ser avaliada por um conselho formado por todos os coordenadores de cursos de licenciatura da Ufac, mais cinco professores de cada um desses cursos; diretores de centros que possuem cursos de licenciatura, Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino e demais unidades que participam do processo de formação de professores. As reuniões ocorreram nos dois campi: Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Por meio de votação, a proposta de inclusão de uma nova disciplina foi indeferida, mas o conselho avaliou que os conteúdos presentes na proposta deveriam integrar as oito disciplinas voltadas à formação pedagógica existentes nos cursos de licenciatura. As ementas dessas oito disciplinas deveriam ser reavaliadas para atender as demandas apontadas no plano.

O parecer definitivo viria da avaliação da proposta por uma comissão do Centro de Educação, Letras e Artes, responsável por elaborar todas as disciplinas pedagógicas das licenciaturas. Essa comissão acabou por acatar, no ano de 2017, a decisão do conselho, onde os conteúdos seriam trabalhados nas disciplinas existentes de forma transversal, não havendo a criação de uma nova disciplina. Mesmo não conseguindo que uma nova disciplina fosse criada, almeja-se que, pela mudança na ementa de disciplinas pedagógicas existentes, os conteúdos relacionados a gênero, igualdade e diversidade social sejam incluídos na formação dos estudantes dos cursos de licenciatura da Ufac.

Segundo a pró-reitora de Graduação, profa. Dra. Aline Nicolli, este é um primeiro passo necessário. “Não tem como esses conteúdos não serem incluídos, mesmo porque é uma diretriz nacional e a Ufac vai seguir. Esperamos que as grades curriculares já estejam adequadas para o próximo semestre”, disse.

Pesquisa e Pós-Graduação:

As propostas relativas à pós-graduação e pesquisa foram enviadas a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O pró-reitor, Prof. Dr. Josimar Batista, afirmou que todas as propostas elencadas no plano serão analisadas por sua equipe, que decidirá a melhor maneira de implementação. Segundo ele, a pró-reitoria, que já apoia pesquisas relacionadas ao tema, visa ampliar sua ação. Ele afirmou ainda que o levantamento de todas as pesquisas desenvolvidas na área de gênero e igualdade na Ufac já está sendo realizado.

Quanto à reativação do curso de pós-graduação em gênero e posterior elaboração de um mestrado na área, o pró-reitor afirmou depender do envio da proposta do centro, no caso, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). Havendo a proposição do centro, a pró-reitoria declarou seu apoio em todos os âmbitos para que o curso seja reativado. “É interesse da Ufac ofertar mais cursos de pós-graduação e entendemos que este curso, em específico, é muito útil a sociedade. Vamos apoiar para que seja reativado”.

Extensão:

A Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Ufac já trabalha com palestras educativas

relacionadas à igualdade de gênero e fim da violência contra a mulher desde o ano de 2014, por meio de um projeto de extensão coordenado diretamente pelo pró-reitor, prof. Dr. Enock da Silva Pessoa. A ministrante das palestras é a autora deste artigo. Segundo Pessoa, todas as propostas elencadas no plano foram acatadas e estão em fase de implantação pela pró-reitoria. “Aqui já fazemos este trabalho há algum tempo, entendemos que seja uma prestação de serviço à sociedade, altamente importante. Vamos ampliar e melhorar nosso trabalho de extensão, buscando a interiorização e ampliação no número de parceiros. Com a curricularização da extensão, 10% da carga horária de todos os cursos terão de ser trabalhados na forma de projetos de extensão, daí vamos poder incluir o tema em todos os cursos da Ufac, buscando a formação para a igualdade”, afirmou o pró-reitor.

## 9 | CONCLUSÃO

*O Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Ufac* conseguiu vitórias importantes, porém, cabe ao coletivo que o elaborou acompanhar sua implantação e cobrar que as propostas sejam efetivadas. É preciso acompanhar, por exemplo, o processo de inclusão de conteúdos e não dá-lo por encerrado após sua implantação nas licenciaturas. Esta será apenas uma etapa; as etapas posteriores, de inclusão de conteúdos nos bacharelados, devem ser supervisionadas.

É necessário também realizar um lançamento público do plano, difundir e divulgar seus conteúdos para que as propostas possam se adequar constantemente a novas possibilidades e necessidades da sociedade civil e comunidade acadêmica. Igualmente, torna-se imprescindível fortalecer a formação continuada de docentes do magistério superior no que diz respeito à educação para a mudança. Para isso, novas formas de buscar a inserção desses conteúdos nas graduações da Ufac são discutidas pelo coletivo proponente do plano.

Considerando a academia um espaço hegemônico, falocêntrico e machista, cabe ao movimento de mulheres apropriar-se do espaço público da universidade, dando visibilidade às temáticas feministas e exigindo um comprometimento real da administração superior e dos professores, bem como denunciando abusos e desrespeitos à mulher em qualquer âmbito.

Ressalta-se que a criação de um plano de educação para igualdade de gênero dentro da universidade só foi possível a partir da união do movimento de mulheres e de grupos de pesquisa ligados a esta temática, salientando a importância do protagonismo feminino no que diz respeito à transformação da sociedade.

Se a universidade, de acordo com as diversas diretrizes e leis supracitadas, possui o dever de buscar a melhoria da sociedade por meio de uma educação que vise à equidade, cabe ao movimento feminista exigir que essas propostas saiam

do papel e integrem uma série de medidas reais contra a discriminação da mulher. Ninguém melhor do que as mulheres organizadas para apontar suas necessidades à universidade e cobrar um atuação voltada para a sociedade e não somente para o mercado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, B.M, PITANGUY.J. **O Que é Feminismo** - São Paulo: Brasiliense, 2003- (Coleção primeiros passos; 44).

BLAY, E. A, CONCEIÇÃO R. R. **A mulher como tema nas disciplinas da USP**. In: Cadernos de Pesquisa, nº 76, fev. p. 50-56, 1991

BRASIL. Conselho de Educação Superior. Resolução CES nº 1 de 27 de janeiro de 1999. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0199.pdf>].

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação - Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2012. Disponível em: [[http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001\\_12%20\(1\).pdf](http://www.proaeci.ufes.br/sites/proaeci.ufes.br/files/field/anexo/rcp001_12%20(1).pdf)]

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. (Maria da Penha). Disponível em: [[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm)]

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução no2 de Julho de 2015. Disponível em: [[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192)]

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005. Disponível em: [<http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5622.pdf>]

\_\_\_\_\_. Secretaria de Ensino Superior – Ministério da Educação. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI: Diretrizes Gerais. Brasília: 2007. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/apresentacaoreuni.pdf>]

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. II Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Brasília: 2008. Disponível em: [[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional\\_politicamulheres.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf)]

\_\_\_\_\_. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Recomendações aprovadas no II Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciência, 2010. Disponível em: [<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/encontro-genero.pdf>]

CANNABRAVA, B. **Paz na Educação Popular Feminista**. In: VIEIRA.V, CHARF.C (orgs). Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012. Pag 199 – 202.

CHAVES, F.N. **Educação popular feminista para a transformação social**: a experiência da Ufac. In: 18º REDOR, 2014, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Anais do 18º REDOR. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/index/pages/view/ae>>.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários a Prática Educativa. 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 11. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. (Originalmente publicado em 1970).

MARÍAS. J. **A mulher no século XX**. 1. Ed. São Paulo: Convívio. 1981.

OCKRENT. C. (org). **O Livro negro da condição das mulheres**. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

VIEIRA.V, CHARF.C (orgs). **Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra a violência doméstica**. São Paulo: Associação Mulheres pela Paz, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2015-2019**. Pró-Reitoria de Planejamento (coord.). Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2015-a.

\_\_\_\_\_. **Plano Integrado em Ensino, Pesquisa e Extensão para a Promoção da Igualdade de Gênero na Universidade Federal do Acre**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 2015-b.

WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. 1 Ed. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>

## A ESCRITURA DE AUTORIA FEMININA EM A PAIXÃO DE LIA, DE BETTY MILAN, E AS DOZE CORES DO VERMELHO, DE HELENA PARENTE CUNHA

### Giovanna de Araújo Leite

Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Docente na Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, Faculdades Integradas de Garanhuns – FACIGA, Garanhuns- Pernambuco.

**RESUMO:** Este artigo aborda brevemente sobre aspectos da escritura de autoria feminina no contexto da literatura contemporânea, presentes na obra de duas autoras brasileiras, Betty Milan e Helena Parente Cunha. A problemática foi refletir sobre como se apresenta a escritura de autoria feminina em duas produções literárias: “A paixão de Lia” e “As doze cores do vermelho”, obras escritas por Betty Milan e Helena Parente Cunha, respectivamente? O objetivo geral deste estudo é refletir sobre a escrita feminina analisando o foco narrativo desenvolvido por cada autora tanto no livro A paixão de Lia como em As doze cores do vermelho. Os objetivos específicos foram observar os aspectos da linguagem e da estrutura narrativa, assim como assuntos importantes apresentados nas obras destas autoras. A metodologia utilizada foi bibliográfica, pois se realizou a leitura de livros e artigos sobre a obra das autoras e suas respectivas análises, assim como documental, pelo fato de se extrair fragmentos das produções literárias das mesmas. Acredita-

se que este artigo contribui para os estudos de Literatura e Gênero, pois discute aspectos relevantes para compreensão da escrita feminina contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura contemporânea, escritura feminina, estrutura narrativa, pensamento feminino.

**ABSTRACT:** This article briefly discusses aspects of female authoring script in the context of contemporary literature present in the work of two Brazilian authors, Betty Milan and Helena Parente Cunha. The problem was to reflect on the presentation of women’s writing in two literary productions: “The Passion of Lia” and “The Twelve Colors of Red”, works written by Betty Milan and Helena Parente Cunha, respectively? The general objective of this study is to reflect on female writing analyzing the narrative focus developed by each author both in the book The Passion of Lia and in The Twelve Colors of Red. The specific objectives were to observe the aspects of the language and the narrative structure, as well as important subjects presented in the works of these authors. The methodology used was bibliographical, since it was realized the reading of books and articles on the work of the authors and their respective analyzes, as well as as documentary, by the fact of extracting fragments of the literary productions of the same ones. It is believed that

this article contributes to the studies of Literature and Gender, as it discusses aspects relevant to understanding contemporary feminine writing.

**KEYWORDS:** Contemporary literature, female authoring script, narrative structure, feminine thinking.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é um “embrião” das discussões realizadas na disciplina Literatura e Estudos de Gênero, ministrada pelo professor doutor Antônio de Pádua Dias da Silva, no programa de pós-graduação em Literatura e Interculturalidade. O professor desenvolve pesquisas voltadas à análise sobre a escrita feminina, as identidades de gênero, as práticas discursivas, as escritas e as reflexões sobre o pensamento de mulheres.

O objetivo geral desta breve análise foi refletir sobre as escrituras literárias produzidas pelas autoras brasileiras Betty Milan e Helena Parente Cunha. A problemática foi refletir sobre como se apresenta a escritura de autoria feminina em duas produções literárias: “A paixão de Lia” e “As doze cores do vermelho”, obras escritas por Betty Milan e Helena Parente Cunha, respectivamente? Os objetivos específicos foram observar os aspectos da linguagem e da estrutura narrativa, assim como, analisar as temáticas discutidas destas autoras.

Entende-se que a produção literária destas duas escritoras é bastante instigante pela forma irreverente de se abordar as temáticas que envolvem o ser mulher em suas facetas variadas. A metodologia adotada neste estudo foi bibliográfica e documental, pois se realizou a leitura de livros e artigos sobre o assunto, assim como, documental, pelo fato de se extrair fragmentos dos textos das autoras mencionadas com a finalidade de discutir e refletir aspectos importantes no contexto dos estudos de Literatura e Gênero.

## 2 | SOBRE A ESCRITURA FEMININA

De acordo com Branco (1991, p. 27) “sugere-se que o feminino não é a mulher, mas a ela se relaciona”, ou seja, a escritura feminina é uma produção relacionada à mulher e, ao mesmo tempo, escrita por mulheres que se dedicam à Literatura para expressar questões que as inquietam. Para Ribeiro (IN SILVA, 2010, p. 20):

as personagens femininas criadas por escritoras contemporâneas comportam-se de modo diferenciado das personagens femininas românticas e realistas criadas por homens. Elas enunciam suas crises, denunciam suas insatisfações, representam suas vozes libertárias e sua nova mentalidade a respeito das relações sociais.

É importante ressaltar que a narrativa ficcional produzida por mulheres não tem nada de trivial nem açucarada, como costumeiramente foi tachada ao longo da literatura canônica. Como afirmou Silva (2010) foi-se o tempo em que autores renomados como o brasileiro Graciliano Ramos chegou a fazer um comentário preconceituoso no sentido do projeto de autoria de Rachel de Queiroz: “O Quinze caiu de repente ali por meados de 30 e fez nos espíritos, estragos maiores que o romance de José de Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova” (RAMOS apud SILVA 2010, p. 25). Preconceitos como este sobre a autoria feminina geraram atitudes de negatividade frente à presença da mulher na Literatura, pois a representação feminina ficava aprisionada ao anonimato, ao silenciamento e à exclusão no cotidiano, sendo transpostas, apenas, para estatutos como o mítico e o divino, de acordo com Lima (APUD SILVA 2010).

Neste sentido, a escritura de autoria feminina foi cada vez mais ganhando espaço na literatura como um todo, denunciando ou enunciando, os desejos e os anseios de uma ou várias mulheres que pensam diferente da ordem patriarcal. No romance “A paixão de Lia” percebe-se que Betty Milan privilegia em seu texto, um mergulho na alma feminina escavando emoções, mesclando lirismo e crueza nos envoltórios amorosos, fugazes e virtuais. A escritura de autoria feminina traduz-se em um foco narrativo na terceira pessoa e a ordem gráfica dos textos denuncia o pensamento feminino de inquietação e fragmentação, frente às suas variadas formas e estéticas de ser mulher. Na produção de Helena Parente Cunha, encontra-se o questionamento da situação subalterna feminina, sempre inserida em estruturas sociais de dominação.

A experimentação pela mulher de construções identitárias inconsistentes e de vivências frustrantes [...] essa escritora baiana questiona as condições de sobrevivência da mulher em sociedades machistas e repressoras, nas quais ela parece fadada a conviver com a culpa aliada à satisfação do prazer – a proibição sempre mais forte que o poder de realizar-se, de forma feliz, a transgressão (SOARES, 2009, p.24).

Diante de uma breve abordagem sobre a escritura de autoria feminina das autoras Betty Milan e Helena Parente Cunha, realizou-se abaixo, uma rápida análise sobre os as duas escritas literárias escolhidas para reflexão neste artigo.

### **3 | A PAIXÃO DE LIA – BETTY MILAN**

Betty Milan nasceu em São Paulo no dia 05 de agosto de 1944. Formou-se em Medicina pela Universidade de São Paulo e em Psicanálise, na Universidade de Vincennes, na França. É autora de romances, ensaios, crônicas e peças de teatro, assim como também, escreveu para jornais e revistas no Brasil, a exemplo da Folha de São Paulo e Veja, respectivamente.

Ao ler o romance “A Paixão de Lia”, escrito por Betty Milan, observa-se um

texto em que há certo estranhamento na forma de identificar mais claramente o foco narrativo da obra. A predominância do foco está na terceira pessoa, embora a autora mescla a terceira pessoa com a primeira pessoa, numa narração onisciente mesclada entre primeira e terceira pessoas do singular, e em outros momentos, na primeira pessoa do plural (nós). Há momentos em que a terceira pessoa é abordada para falar de si mesma e em outros momentos, para falar do outro. Trata-se de um romance em que se abordam experiências diversas do universo feminino numa linguagem fluida sem pudor, fronteira, nem convenções, traduzindo-se numa obra onde a libido está à flor da pele.

No primeiro capítulo intitulado “My man”, a narração acontece numa primeira e terceira pessoa, que juntas formam uma primeira pessoa. Escolhe-se a terceira pessoa do singular para falar de si mesma. “Lia” é “Ali”. Abordam-se as fantasias diversas do “ser” em sua existência no relacionamento humano. O amante de Lia pode ser o homem que ela deseja, ou, ainda, um outro ser que ela deseja ser, independentemente de homem ou mulher. “Ali” é o outro: é “o amante para que eu, com ele, possa me transladar de um a outro [...] com ele deixar de ser quem sou, me tornar cigana e ser vidente [...] outra que não eu, por me fazer amar, Ali me fará ser. Por amar, outro forçosamente ele será” (MILAN, 1995, p.16-17).

No fragmento acima, observa-se que “Lia” e “Ali” mediam-se de um a outro, se revezam nos desejos e sentimentos mútuos. Há a possibilidade de ser mais de uma mulher em si mesma: Lia, Lúcia, Lia Lúcia.

É possível imaginar-se no outro, ser o que o outro deseja que ela seja: “ser tomada por quem ele desejar que eu, ao som de Billie, seja” (MILAN, 1995, p.24). No segundo capítulo “O Bordel”, o foco narrativo do eu e o outro estão em jogo novamente. “[...] um bordel, O fugitivo, onde, tomando o desconhecido por um outro, eu possa encontrar o esperado, o parceiro me propiciará a ilusão de que sou a única pelas orquídeas que vendo chegar, ele me oferecerá” (MILAN, 1995, p. 29). O “eu” e o “outro” se dissolvem, um se deixa levar pelas lágrimas e pelo açoitado, nunca pelo prazer, o outro pelo prazer. “O, para se saber amada, precisa obedecer, e o amante, pelo mesmo motivo, mandar” (MILAN, 1995, p. 38). É uma terceira pessoa falando de si mesma e do outro.

No capítulo “A cortesã”, trata-se de ser a mulher esperada, “deixar de ser quem sou, sendo a que o parceiro desejar” (MILAN, 1995, p. 55). É a mulher passiva, a mulher que se deixa levar pelos desejos do outro.

No capítulo “Lesbos”, a terceira pessoa falando de si mesma escreve que quer ser “uma que comigo se assemelhe. Nome? Lídia, por que não? Lia e Lídia na Ilha de Safo [...] de mãos dadas pelas ruas estreitas” (MILAN, 1995, p.72). Ser feliz ao lado de outra mulher com direito a experimentar todas as delícias do corpo e da alma. Duas mulheres que trocam entre si o que querem ser: “tendo sido o cavalheiro, sou agora a dama. Importa-nos isso? Nem a nós e nem aos anjos” (MILAN, 1995, p.91-92).

Neste contexto de amar o mesmo, Lídia e Lia descobrem a impossibilidade de juntas não poderem germinar outra vida, “dar à luz”. Essa discussão se desenvolve no

último capítulo “Ave, Maria”.

Lídia me permite continuamente ignorar o tempo, imaginar até quem sou, como as deusas, imortal, mas só o filho poderá me imortalizar. Amo-a mais do que a vida que tenho, porém menos do que a imortalidade, a qual está acima da paixão (MILAN, 1995, p.98).

Diante destes breves comentários do romance “A paixão de Lia”, percebe-se que o enredo é uma mistura de vozes de uma mulher que se mescla em diversas mulheres. A mulher que busca o companheiro homem; a mulher mediada entre o masculino e feminino, sem binaridades, como uma mediação fluida; a mulher grupal, que se relaciona com várias pessoas ao mesmo tempo; a mulher esperada, aquela que se deseja ser; a mulher que ama o seu igual (outra mulher); a mulher grávida (que se estende na gravidez de seu/sua filho/a), ou seja, várias facetas do ser humano mulher.

O romance apresenta-se numa linguagem solta e leve, numa mistura de vozes entre a primeira e terceira do singular além do “nós”, primeira do plural, expressando sempre os desejos do feminino sem pudor, sem medo, livre e solta na existência.

#### **4 | AS DOZE CORES DO VERMELHO – HELENA PARENTE CUNHA**

O livro “As doze cores do vermelho”, da escritora Helena Parente Cunha traduz-se numa espécie de “fotografia” da construção de várias mulheres expostas ao longo da trama. Há uma permanente ruptura, fragmentação, totalidade, unicidade, fluidez.

A linguagem utilizada nesta narrativa é bastante fragmentada tanto na utilização das pessoas do discurso como nos tempos verbais, quanto nos próprios acontecimentos e pensamentos da protagonista, com a utilização de expressões coloquiais e cotidianas como “você”, dando ao discurso uma proximidade entre a protagonista e o (a) leitor (a); uma sonoridade do texto como se estivesse sendo “conversado”, “falado”, isto é, uma conversa entre a protagonista e o “outro”, sobre os acontecimentos da vida em suas variadas fases.

Em determinadas partes do texto, não há vírgulas, e o texto lembra uma “conversa”. A infância, a adolescência, a juventude e a maturidade de uma mulher em especial, além de outras personagens femininas e masculinas são apresentados, mas em todos os acontecimentos de cada etapa da vida são contados, de forma bastante particular.

Ao longo da narrativa, o/a leitor/a sente um certo incômodo durante a leitura, sentindo um certo “sufoco” e uma certa “náusea” no desenrolar dos acontecimentos narrados, pois a cada etapa vivenciada pela protagonista feminina durante um tempo verbal para outro, há uma ruptura a cada coluna ou ângulo.

No decorrer da narração as experiências são retratadas como uma ruptura numa estrutura bem diferente do usual na Literatura. O texto é apresentado formalmente na

estrutura de colunas e, paradoxalmente, cada coluna do se relaciona com o todo, ela possui vida própria e é independente, pois a fragmentação, a totalidade e o instantâneo juntam-se em “pedaços que permanecem e coexistem em dimensão una e múltipla” (CUNHA, 1998, p. 13).

Nas palavras de Schimidt (IN CUNHA, 1998, p. 9), “um relato que orchestra, concomitantemente e paradoxalmente, a singularidade e a heterogeneidade [...]”. Neste sentido, há muitos discursos diferentes que circulam dentro do romance fragmentado em sua aparência, mas, uno no pensamento entre fronteiras, desde quando a protagonista é uma menina (criança), que está sempre fazendo indagações a si mesma e ao “outro” do discurso, em torno da estrutura social vigente.

São os discursos que ficam nas fronteiras do tradicional e do pós-moderno, onde a “subversão das regras de linearidade, continuidade e unidade da narrativa tradicional, ancorada na noção de representação como espelhamento do real” (SCHIMIDT IN CUNHA, 1998, p. 9) estão a todo instante “provocando” o/a leitor/a, como se evocando no seguinte questionamento: “o que fazer diante de uma historicidade destas? Como mudar esta realidade?”.

Aborda-se, assim, o contexto da formação de vida das mulheres, numa linguagem cheia de metáforas, paradoxos e interrogações desde a infância até a maturidade. Uma protagonista que se pergunta ‘para que lado deve-se ir? O “lado de lá” ou o “lado de cá”?’ A maneira de pensar e agir “diferente”, de uma sociedade cheia de contratos sociais que oprimem os reais ideais de uma mulher que anseia pela sua própria vida de forma pensante e livre. Nas palavras extraídas do título “Antes de atravessar o arco-íris”, afirma-se:

Esta é uma estória de simultaneidades, em três tempos e três vozes, num tecido que se estende e de desdobra nas três colunas de cada capítulo. Uma pintora, a personagem principal, na primeira coluna se apresenta como o eu que se reporta ao passado. A segunda coluna se sustenta por uma voz dirigida à protagonista através de você vivido no presente. O ela da terceira coluna se refere à personagem em suas vivências futuras. (CUNHA, 1998, p. 13).

Durante a infância da protagonista, a narração é feita em primeira pessoa do singular, a fim de expressar o passado de uma menina cheia de sonhos, que se depara com uma realidade onde a mulher não tem a devida liberdade de “ser o que quer ser”, desde criança. A estrutura do texto é bem especial e inusitada, pois se narra a vida desta “menina” numa composição de 3 (três) colunas, chamadas de ângulos: no ângulo 01 (um), narra-se o passado; no 02 (dois), o presente, e no 03 (três), o futuro. São três tempos verbais, ao todo, em cada módulo, como a autora denomina.

Essa maneira de narrar de forma estruturalmente fragmentada, em textos curtos, onde em cada ângulo apresenta-se a narração de acordo com o tempo e às pessoas diferentes do discurso, produz-se certo estranhamento, sensação de inacabamento e náusea no/a leitor/a, acostumado/a a uma narrativa confortavelmente alinhada numa

perspectiva (linear). Mas, paradoxalmente, produz uma unidade de pensamento, em torno deste “ser mulher” diante de uma realidade que assola tantas outras, como uma espécie de denúncia do que as mulheres vivem desde crianças, numa sociedade patriarcal e tradicional.

Durante o ângulo 01 (um) utiliza-se o tempo do pretérito perfeito predominantemente na primeira pessoa do singular ao se narrar o período da infância e adolescência da personagem feminina protagonista; no ângulo 02 (dois), utiliza-se o presente do indicativo na segunda pessoa do singular “você” para abordar a vida da protagonista enquanto casada com um homem e no ângulo 03 (três) narra-se no futuro do presente na terceira pessoa do singular “ela”, enquanto mulher já com duas filhas, uma “menina menor” e outra “menina maior”, como se intitula dentro na narrativa.

Observa-se, também, que “os” ou “as” personagens do livro não são evocados pelo nome, e, sim, pelas características que apresentam: amigas e amigos da protagonista são chamadas de “menina dos olhos verdes”; “a menina dos cabelos de fogo”; “o menino dos cabelos cor de mel”; “a menina negra atrás do vidro dos óculos”; filhas da protagonista: “a menina maior”, “a menina menor”; o “marido”, entre outros. Ao passo que se utiliza na narração do livro, a 1ª, 2ª e 3ª pessoas em tempos verbais diferentes, cada tempo verbal (passado, presente e futuro) em cada pessoa respectivamente, o/a leitor/a especialmente, se for leitora, se assemelhará em muitos momentos com a forma de abordar os acontecimentos de vida da personagem protagonista, em qualquer um dos tempos verbais ou pessoas, pois a narração apresenta muitos pensamentos críticos em torno do se fazer mulher na conjuntura apresentada, desde a infância, passando pela adolescência, até o período da maturidade. Narra-se o sonho da protagonista de ser pintora, de estudar na escola das Belas Artes, mas, como este sonho é negligenciado por algumas pessoas ao seu redor (algumas amigas e o marido) e, ao mesmo tempo, é incentivado por (amigas e por um pintor boliviano). Percebe-se, no fragmento abaixo extraído do prefácio do livro, que pela estrutura social a qual se vive, diante de fatores culturais e patriarcais, aos quais a mulher vivencia, ela deve ser uma simples mulher do lar:

[...] a formação e desenvolvimento de uma personagem inominada, mulher branca, brasileira, de classe média, inserida dentro de um contexto histórico, social e cultural, em que o sistema educacional, a família e o casamento são vetores de um processo de inserção social cujo objetivo último, é a produção de sujeitos enquadrados numa hierarquia de gênero, classe e raça, sustentáculo do contrato social através do qual a ordem burguesa patriarcal assegura o seu funcionamento e sua reprodução. O imperativo ideológico do script social dentro do qual se movimenta mulher-esposa-mãe, cede ante as transgressões da mulher artista, que rompe com o cerco da socialização e domesticação do feminino, figurado no lado de „cá” e realiza, não sem enormes conflitos externos e internos, a passagem para o lado de „lá”, tropos da busca de auto-realização (SCHMIDT In CUNHA, 1998, p. 08)

É esta a educação tradicional em torno da formação da mulher, que desde

pequena não pode se perguntar sobre determinadas questões e deve exercer a função de mulher-esposa-mãe, a fim de não se sentir culpada, caso transgrida este sistema.

Em um outro fragmento, já dentro do ângulo 01, narra-se: “No pátio antes de entrarmos para a sala de aula minha colega negra ocupava o último lugar na fila. Por que se ela não é a maior? Vozes me mandavam calar a boca. Por que eu não podia falar?” (CUNHA, 1998, p.26).

No trecho acima, percebe-se o questionamento em torno da mulher negra, pelo fato da mesma não ser tratada como as outras, mas esse questionamento é silenciado pelas “vozes”, pelo que a sociedade predetermina e não pelo o que ela questiona. Há neste fragmento, a denúncia de uma sociedade preconceituosa que predetermina desde as mais tenras idades, já na infância, o preconceito contra os negros e negras. A protagonista faz este questionamento, sem entender por que sua amiga negra sentava-se ao final da fila se ela não era maior? E por que este questionamento era-lhe proibido? Por que as “vozes” do mundo já silenciavam a sua pergunta? Em outra passagem do texto, no ângulo 02, inicia-se assim:

Você habitualmente chega do trabalho antes do seu marido. Hoje ele volta do trabalho e não encontra você. Onde você está? [...] Você entra no apartamento. Seu marido dobra as cuecas e conta as meias. Você se aproxima para dar um beijo mas ele tira o rosto e baixa a cabeça. A menina menor chora agarrada ao cachorrinho de pelúcia. A menina maior ouve o toca discos a todo volume e quer descer para o playground sozinha. Seu marido está muito ocupado fazendo a relação dos clientes a visitar amanhã [...] você tem vontade de pegar sua bolsa e sair novamente [...] você pega a sua bolsa e vai até a porta. Mas você não sai. Por que você tem medo? (CUNHA, 1998, p. 27).

Percebe-se, na leitura do fragmento destacado acima, que há o questionamento em torno do papel da mulher que na sociedade é o de “mãe”, que obrigatoriamente deve ser o de cuidar da casa, do lar, da família, mesmo que o marido se comporte como este “ser egoísta” que está atento apenas ao que cabe dentro de casa, pelo simples fato de ser “homem”. Isto está presente desde muito tempo, em que prevalece o pensamento de uma sociedade patriarcal, em que a mulher é coercitivamente forçada a cuidar do lar, mesmo diante de qualquer situação. Não lhe é permitido questionar, daí a última pergunta: “por que você tem medo?”.

A fronteira entre o “lado de cá” e o “lado de lá” é a indecisão da protagonista em quaisquer etapas da vida, e daí vem a unicidade de pensamento em torno do questionamento entre fronteiras: “um dia eu disse que os desenhos de minha amiga eram um amontoado de cocô. A menina foi dizer à inspetora que eu falava nome feio [...] De longe a menina me fazia careta. Por que eu não cortava as tranças dela amarela?” (CUNHA, 1998, p.32).

Neste fragmento, ela está na fronteira no que é permitido pelo sistema e ela não tem coragem de ir além, de quebrar as barreiras do sistema. Em outra passagem, ela está indo contrário ao sistema, mas sente uma “espécie” de arrependimento: “Você

pensa no que seu marido lhe diz. Você quer se dedicar mais às meninas. Você deve. Você acha que se estiver mais presente haverá mais diálogo. Você pensa em trancar a matrícula na escola de belas artes.” (CUNHA, 1998, p.55).

A presença da mãe que dá carinho e amor “[...] você se abraça à sua filha menor e fica encolhida na cama” (CUNHA, 1998, p. 57). A dúvida e a “bifurcação” aparecem de forma a levar a esta reflexão: as fronteiras do ir e vir da mulher contemporânea. De maneira geral, são apresentados vários acontecimentos interessantes sobre a vivência da protagonista neste romance intitulado “As doze cores do vermelho” ao qual se remete às possibilidades do pensar da mulher questionadora, de optar que o ser humano, de maneira geral, ou, que a própria mulher encontra na sua existência, mesmo diante de questões sociais, ideológicas, culturais as quais muitas mulheres, mesmo em tempos contemporâneos, ainda estão na fronteira entre o “pode” e o “não pode”.

## 5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, percebe-se que a narrativa de Betty Milan, idealizada nas diversas possibilidades do desejo, mostra uma escrita feminina livre e sem amarras patriarcais, sem culpa, sem medo. Já na narrativa de Helena Parente Cunha, há o questionamento do “pode e do não pode” com relação aos desejos femininos, pois dentro do romance, as vozes que repetem o “lado de lá e o lado do cá” estão sempre visíveis. “No lado de cá o elo e o no lado de lá, as cores certas. “No lado de lá o repente e as migrações e o livre desdobramento dos vermelhos. Entre lá e cá o meio cheio de sustos e desejos” (SOARES, 2009, p.26).

## 6 | CONSIDERAÇÕES

A partir das breves análises expostas neste trabalho, observa-se a importância de se estudar mais profundamente a escritura de autoria feminina na contemporaneidade, a fim de buscar respostas dentro do diálogo entre as relações de gênero presentes nos textos literários escritos por mulheres.

É importante que haja esta preocupação de analisar as temáticas e as denúncias presentes nas obras de autoria feminina a fim de se compreender cada vez mais os anseios da mulher contemporânea na ficção e na própria vida prática das mesmas.

## REFERÊNCIAS

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina?** 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, coleção Primeiros Passos, 1991.

CUNHA, Helena Parente. **As doze cores do vermelho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

MILAN, Betty. **A paixão de Lia**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1995.

LIMA, Nadia Regina Barros. IN: SILVA, Antonio de Pádua Dias da. **Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes de permanência e poética da agressão**. Campina Grande: Eduepb, 2010.

RAMOS, Graciliano. IN.: SILVA, Antonio de Pádua Dias da. **Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes de permanência e poética da agressão**. Campina Grande: Eduepb, 2010.

RIBEIRO, Maria Goretti. Prefácio. IN.: SILVA, Antonio de Pádua Dias da. **Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes de permanência e poética da agressão**. Campina Grande: Eduepb, 2010.

SCHIMIDT, Rita Terezinha. Prefácio. IN: CUNHA, Helena Parente. **As doze cores do vermelho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. **Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes de permanência e poética da agressão**. Campina Grande: Eduepb, 2010.

SOARES, Angélica. **Limites e ultrapassagens no Autoconhecimento da mulher: pontos de Tensão entre as doze cores do vermelho, corpo no cerco, mamar e cantos e cantares**, de Helena parente cunha. Revista Terceira Margem: revista do programa de pós-graduação em Ciência da Literatura. Rio de Janeiro: UFRJ, ano XIII, nº 20, jan – jul, 2009.

## A INTERFACE DO SEMBLANTE E DA PULSÃO ESCÓPICA ATRAVÉS DO RELANCE DO RAPAZES ALEGRES EM QUEER EYE

**Eider Madeiros**

Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa – PB

**Hermano de França Rodrigues**

Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa – PB

**RESUMO:** Os reality shows se firmam, dentre as diversas produções televisivas da contemporaneidade, como uma mídia que continua a inovar, ao explorar os limites das suas referências sociológicas, narrativas e comunicacionais, ao passo que também recupera modelos de sua breve história enquanto gênero de programa televisivo para usá-los como estratégia de audiência ou como resposta à emergência de alguma temática abordada em suas versões anteriores. Este estudo propõe refletir, junto aos episódios da primeira temporada de *Queer Eye* (2018), sobre como se organiza o centralismo do olhar lançado aos corpos em cena e em como a retomada da mesma técnica do relance gay para aprimoramento do visual heterossexual, inaugurada em *Queer Eye for the Straight Guy* (2003-2007), estaciona o semblante em uma posição de diálogo com a cultura imagético-estético-visual que, tão atual, revalida a persistência do corpo enquanto objeto de

inscrições multilaterais não apenas pelas óticas que se dedicam a teorizá-lo, mas, sobretudo, pelo olhar mesmo do outro. Partindo de Lacan (1988, 1990) com o *trompe-l'oeil* (tapeação-do-olho), o *dompte-regard* (doma-olhar) e a televisão, logo se vem pensar acerca da desmaterialização da imagem na cultura conforme Mitchell (2002) e do *voyeurismo* escópico cotidiano apontado por Žižek (1989, 2004, 2010) como aquele indissociável deste mundo líquido, fílmico e hipervirtual vigente por meio das aparências. O debate almeja indagar até que ponto se situaria uma ordem regulatória sobre os modos de aparentar-se/de parecer ser entre a comodificação dos *Fab Five* e a interpelação das suas sexualidades para além do visível neste show da realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reality show. Crítica psicanalítica. Corpos modificados. Olhar midiático. Queer Eye.

**ABSTRACT:** The reality shows are among the television productions of contemporary times as a media that continues to innovate, exploring the limits of its sociological, narrative and communicational references, while also retrieves models from its brief history as a genre of television program to use them as ratings strategy or as a response to the emergence of some themes addressed in their previous versions. This essay proposes to reflect, along

with the episodes of the first season of *Queer Eye* (2018), on how the centralism of the gaze is organized when glances at the bodies in scene and how the reboot of the same technique of the queer eye to improve the heterosexual look, launched by *Queer Eye For The Straight Guy* (2003-2007), prepares the semblant in a position of dialogue with the imagery-aesthetic-visual cultural that, so current, proceeds the persistence of the body as an object of multilateral inscriptions not only by theory, but, specially, by the very gaze of the other. Starting from Lacan (1988, 2010) with the concepts of *trompe-l'oeil* (delusional-eye), of *dompte-regard* (tamed-looking) and of television, we soon come to think about the dematerialization of image in culture as Mitchell (2002) and the daily scopic *voyeurism* pointed out by Žižek (1989, 2004, 2010) as the indissociable one of this liquid, filmic and hypervirtual world so effective under appearances. The debate aims to ask how far a regulatory order on the ways of *looking like/seeming to be* takes place between the Fab Five's commodification and the interpellation of their sexualities beyond what is visible in this show of reality.

**KEYWORDS:** Reality show. Psychoanalytical critique. Commodified bodies. Mediatic gaze. Queer eye.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este ensaio é derivado de uma outra reflexão primeira que se detinha a pensar o que estaria por trás da aparente assimilação midiática de homens gays na sociedade, retratados em um reality show que promovia, em seu discurso, um processo de “transformação” a homens heterossexuais em ordem reversa àquela esperada pela emasculada performance da heteronormatividade. Ora, se no próprio título da versão inicial do programa *Queer Eye for the Straight Guy* (2003-2007), esta distinção entre o relance gay/transviado (*queer eye*) e o corpo heterossexual (*for the straight guy*) demarcava tal trajetória — em oposição a um modo de ser masculino e heterossexual, que não encontrava-se mais em voga e que poderia tornar os maneirismos homossexuais em algo a lhe servirem de inspiração —, como, então, ir além do que obviamente manifestava o próprio título e perceber uma maior organização discursiva que não se resumisse, por exemplo, em afirmar que o programa buscava apenas validar a moda dos metrossexuais tão em alta no final dos anos 1990 e início dos anos 2000?

Cabe demarcar, antes de prosseguirmos, que há amplas discussões acerca de qual seria a melhor tradução do termo “queer” para o português. No presente trabalho, tanto por seu objeto de análise ser uma produção de língua inglesa, como por lidarmos com expressões orgânicas e em construção, priorizaremos as aproximações semânticas mais convenientes a cada contexto, lançando mão de neologismos e expressões consagradas e mantendo estrangeirismos apenas quando indispensáveis. Isto é, “queer” trafejará desde o estranho, o homossexual, o inquietante até o dissidente

e o transviado, este o mais fiel lexical e historicamente na variante abasileirada dos estudos cuír e/ou kuyr correspondentes aos pioneiros dos Estados Unidos.

As tentativas de conclusões, pensadas à época, terminaram por se mostrar insuficientes ao reduzir ou ao “culpar” as instrumentalizações da cultura midiática, em si mesmas, pelos perigos de lidar com os modos de ser dissidentes, como o modo *gay de ser*, cooptando-os em roupagens mais digeríveis à comunicação em massa, sem que necessariamente promovessem reais transformações na visão sobre, e na aceitação de tais dissidências, estas atravessadas pela própria re-visão das sexualidades a que se dispunha sub-repticiamente.

Tais discussões não soam menos importantes de um modo geral, nem devem ser lidas como algo já superado, mas sinalizam um outro debate que se volta a contornos teórico-críticos de ordem estritamente mais cultural. Entretanto, com o relançamento do programa pela Netflix sob o título simplificado de *Queer Eye* (2018) – agora já destituído daquele predicativo ao “cara heterossexual” –, algo da ordem das subjetividades e da permanência desse centralismo do olhar nos saltou às vistas. Se por um lado, as linhas estratégicas de revalidação de discursos não-excludentes se mostraram necessárias ao ponto de motivarem o relançamento (*reboot*) de *Queer Eye for the Straight Guy* (2003-2007) – mediante os evidentes e contraditórios sinais de retrocesso do conservadorismo anti-*queer* ou anti-qualquer-dissidência-à-heteronorma dos últimos anos –, por outro, os planos formais de relevância daquilo que é aparente, persistiram em vias sutis de suporte ou reparação aos discursos midiáticos. Tais discursos, produzidos e transitados através de um “show da vida real”, se aproximaram, enquanto processos de significação dialógica, da noção de semblante laciano e mantiveram-se na interface com o aparente, com o olhar e com a visão; operativos comunicacionais e de sociabilidade fundamentais à nossa sociedade escópica do espetáculo (DEBORD, 1970) e da reprodutibilidade técnica da arte (KANG, 2014), em seus ascendentes virtualismos (ŽIŽEK, 2004) e *imagências*.

Por “imagência”, temos a pretensão de demarcar uma fusão entre imanência, imagem e agência, sobremaneira naquilo que, na atualidade, os signos visuais vêm ultrapassando em detrimento de quaisquer tentativas de conceituação sobre o poder, a distinção, a constituição e o efeito deles na sociedade. Enquanto se pensa a tangibilidade da imagem entre significante e significado, na formação tensa e vazia de sua mais íntima semiose, já se vê a própria aparência atuante da imagem por ela mesma.

O semblante, para Lacan ([1971] 2009), se encarrega de sustentar o sujeito no gozo da vida que esta aparenta e demonstra, nas enunciações da linguagem, em certa complementação à verdade de ser desse sujeito. Semblante se principia no campo de um discurso inconsciente que, ao trafegar para uma estrutura que tenta languageiramente se efetivar em um dizer, se desmantela em seu propósito, não por ser falso, fingido, encenado, mas, por assimilar em seu objeto significante um referente que está incompleto para além do discurso. O semblante *se faz* na medida em que

não é efeito de verdade, não é veracidade de um discurso, mas um desprendimento ao binômio do que pode e não pode ser dito, em consideração despreziosa ao que se recalca, se ausenta, *se está*, fazendo-se objeto próprio do que se produz em um referido discurso sem remeter-se a outra coisa que lhe fosse aparentemente típica.

Em nosso objeto de análise, o discurso sobre estes modos de ser se atrelam aos modos de se ver, articulando os corpos em cena em uma disputa que vai exatamente *fazer semblante de* um potencial outro modo de aparentar-se, não apenas para transformar estilo, comportamento ou indumentárias – artefatos do cotidiano laço social –, mas para atingir o objeto de verdade que se oculta, que transita sob o esforço de simbolizar um gozo irreduzível de uma outra realidade imaginada, guiada pelo real que tal discurso propriamente vela e/ou encobre.

Nesse sentido, os Cinco Fabulosos (*Fab Five*) tanto prestam consultoria sobre culinária, moda, design, beleza e relações interpessoais aos seus heróis, como fazem corpo nessa interação ao se situarem como modelos exemplares nesse processo de assimilação e representação do que subjetivamente pode ser transformado a partir de seus relances (*eyes of*) de rapazes alegres (*gay guys*). Alegres (*gay*), pois as suas sexualidades (de *gays*) já se suspendem a uma estrutura limítrofe do discurso midiático que as mantém ao alcance sem protagonizá-las, e as torna implícitas em seu próprio funcionamento linguístico. Quase um *don't ask, don't tell* superado às avessas.

Assim, as transformações (*makeovers*) pelas quais orbitam e repetem (*made over*) o discurso de *Queer Eye* (2018) intercambiam o efeito de determinada verdade sobre como estes ou aqueles corpos devem se orientar sem precisamente dispô-los em uma lógica unilateral, dado que o que se diz acerca deles se inscreve pelo imagético-estético-visual e sempre escapa de um resultado fixo, pois rompe com as enunciações da fala para criar expectativas junto às formas perceptíveis elementares. Aqui, retorna-se à importância que o olhar e a imagem encontram tanto no reality show como na contemporaneidade, sobretudo ao concordar com a leitura de Lima (2013, p. 487) de que, na sociedade escópica, “o simbólico se submete à imagem. Esta se torna, portanto, a única forma de transmissão de conhecimento que pode se adequar a essa demanda de rapidez e imediatez” da própria relação dos sujeitos com a sua visão de mundo no contexto atual.

As interfaces do olhar (*gaze*) movediço às sexualidades que o relance gay/transviado põe em cena em *Queer Eye* (2018), seja pela observação direta aos corpos em transformação, seja pela tela enquanto plataforma de transmissão e análise de imagem-signos de um além-discurso, parecem nos indicar que há algo a mais para além de aparências aprimoradas neste reality show.

## 2 | METODOLOGIA

Para notabilizar este algo a mais que sinaliza uma proximidade de análise entre os elementos observados introdutoriamente, privilegiamos a crítica psicanalítica orientada pelo viés lacaniano, naquilo que este convenientemente constrói para reler a intersecção entre o conceito de inconsciente, em exponencial relevância nas discussões sobre a politização das subjetividades, e os aspectos da realidade cultural, cada vez mais “sedenta de real”, cada vez mais fantasmática em sua mediação entre os objetos categóricos de análise do gênero e das sexualidades, por sua vez já regida pela (i)materialidade das imagens-signos em constante ascendência escopofílica, ou seja, sob o domínio do desejo linguageiro de reduzir ou fazer escapar pelo prazer do olhar as potencialidades da imagem.

A técnica de análise teórica e exclusivamente bibliográfica se limitou ao recorte dos estudos de Lacan que pudessem contribuir para a reflexão de um elo entre as definições psicanalíticas que se dedicaram a pensar o(s) semblante(s) e seus ordenamentos junto ao processo político civilizatório. De modo a pensar certa coerência com a temática do trabalho, tomou-se por premissa que, unidas à tensão de reforço e desbaste da biopolítica de controle sobre os saberes e modos de “feitura” dos corpos, o olhar sobre estes, tão circunscrito em *Queer Eye* (2018), mantém(-se) conforme a(à) sociedade por meio do(s) semblante(s). Isto é, na medida em que a imagem toma forma (sombra, *punctum*, des/foco) no conjunto de produções que conduzem a visão – o olhar e o discursos semblantes para a “política lacaniana” –, mais revela um processo paralelo que se estrutura pela cena das pulsões, já palco de disfarces.

Trilhamos um percurso complementar que, no esforço de análise de um produto da contemporaneidade, fosse capaz de transitar pela simultaneidade em curso de campos teóricos que versam acerca da interpretação do texto midiático-fílmico-televisivo enquanto narrativa possível de leitura psicanalítica.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das curiosas ironias de trabalhar o centralismo do olhar nos corpos em cena em *Queer Eye* (2018) está no fato de que as primeiras elaborações acerca da imagem do corpo na psicanálise esbarravam na defesa da formação do ego das pessoas homossexuais, como sendo de um narcisismo exacerbado que tomou a elas mesmas como objetos sexuais e perverteu a semelhança às suas próprias pessoas em busca e escolha pelo amor a seu reflexo em outro tal e qual a si. Em tempos de espetáculo, em que o campo visual dá inúmeras chances ao corpo de se fazer *tópos*, espelhando-se significativamente em múltiplos olhares, desde a mirada alheia até a própria opacidade reluzente das telas de vigilância, o narcisismo impera ao lado das imagens, estabelecendo-as por meio das telas-miradas-olhares como uma nova unidade de medida contemporânea psicossocial. Não há mais como manter exclusivo à pessoa

homossexual o registro do narcisismo, pois este já é considerado um “estádio normal da evolução psicosexual do ser humano.” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 530).

Mais além dessa observação, sobretudo por termos uma suspensão discursiva das identidades dos Cinco Fabulosos enquanto homens gays no programa, há notório ganho de lugar por parte da contemplação visual direcionada à colaboração mútua de subjetividades que atravessam o olhar e seguem para além do que ele pode vir a apresentar. Ou seja, se tentam, vez ou outra, fixar um sentido à aparência do corpo em cena em processo de transformação como sendo, ou não, delineado menos por marcas desta ou mais daquela sexualidade, essa tentativa se retém enquanto semblante. É dessa retenção, ativa e por isso mesmo fadada a não mais permanecer contida, que percebemos um jogo de tensões que faz do(s) corpo(s) objeto(s) de inscrições relativamente similares àquela que operamos quando enfrentamos uma imagem enquanto objeto de arte, enquanto emolduração de sentido.

Por estas vias, Lacan ([1964] 1988, p. 104) afirma que “no campo escópico, o olhar está do lado de fora, sou olhado, quer dizer, sou quadro”. Porém, como interligar, para agilizar nossa discussão, o que haveria de comum entre o narcisismo, o semblante e o escópico, dentro de uma metaperspectiva dos olhares?

Lima (2013) nos resume bem esta interligação ao indicar as pulsões escópicas como motrizes à sociedade, sejam pela prevalência sistemática do que é aparente dentro do sistema econômico capitalista, que já vem há tempos incorporando lucrativamente o *mais-de-gozar* das potências imagéticas, sejam pela disposição em trabalhar os limites do desejo, condicionando-os a um nome-do-pai latente, fundamental à continuidade do fantasiar (ou *fantasmear*). Para a autora:

Vivemos numa sociedade escópica, que implica em uma modalidade de gozo ligada à pulsão escópica. Ao diferenciar o olhar da visão, Lacan acrescenta a pulsão escópica à lista das pulsões, possibilitando localizar o gozo na sociedade escópica. Ao abordar o olhar, Lacan destaca *o caráter ambíguo da pulsão escópica*. Ele diferencia visão e olhar, identificando o olhar com o objeto. O olhar é o objeto *a* no lugar do Outro. Na experiência especular, existe um ponto cego, uma parte faltante, que corresponde ao que o registro real não é especularizável. O olhar é esse objeto perdido e repentinamente encontrado, na conflagração da vergonha, pela introdução do outro. Ao nos relacionarmos com o mundo, tal como constituído pela visão, algo escapa e se transmite de piso a piso, para ser sempre em certo grau elidido, que é o olhar. Lacan diferencia o olhar ou o escópico da visão ou do especular. A dimensão escópica, apesar de não poder ser vista, dá razão àquilo que se vê. (LIMA, 2013, p. 473, grifos nossos).

Ao tomarmos como exemplo ilustrativo uma cena de *Queer Eye* (2018), em que os sujeitos se põem como “quadros”, podemos pensar melhor este amálgama de entrecruzamentos acerca do olhar e da visão a partir de Lacan, de modo tal que se entenda a presença do semblante – indicativo de um discurso em princípio de verdade às margens do simbólico – que exacerba a imagem dos corpos em disputa para o encontro de algo, que mesmo não podendo ser visto, firma o olhar para um contorno de ausência. Afinal, “o que se olha é aquilo que não se pode ver. Se, graças à introdução

do outro, a estrutura da pulsão aparece, ela só se completa verdadeiramente em sua forma invertida, em sua forma de retorno, que é a verdadeira pulsão ativa.” (LACAN, [1964] 1988, p. 173).



**Figura 1** – Um dentre os Cinco Fabulosos, responsável pelo *fashion* (Tan France), conversa, em uma loja de vestuário ao lado do espelho do provador, com um dos heróis da série sobre os significados da transformação de visual

Fonte: Canal da Netflix no Youtube. Disponível em: <<https://youtu.be/vM2zD5FtrkQ>>.



**Figura 2** – Sob outra perspectiva de câmera, o herói (George) interage mutuamente com o espelho e com fashionista e busca responder sobre os efeitos do visual transformado junto ao olhar de si mesmo enquanto sujeito

Fonte: Canal da Netflix no Youtube. Disponível em: <<https://youtu.be/vM2zD5FtrkQ>>.

Neste recorte, selecionado por concentrar oportunamente boa parte dos elementos que constituem nossa reflexão, temos a montagem de elementos que triangulam: 1) o sujeito, representação de uma transformação a qual se deseja concretizar, puro quadro; 2) a imagem, ou o écran, anteparo dos reflexos que podem ser constatados no relance (gaze) tanto de Tan para com George, como de George para com Tan, assim como do próprio espelho disposto ao alcance de ambos; 3) os pontos referenciais, que podem se transmutar ou na visão percebida de seus próprios corpos ou no olhar

mesmo que se faz objeto de desejo dessa pulsão escópica demandante de um sentido que sempre escapa àquilo que se vê.

Uma vez que a conversa paralela a essa triangulação tangencia um discurso (semblante) que expõe sempre outras questões que não estão reservadas apenas à descrição do que foi elaborado sobre este corpo/quadro, nos deparamos com a presença do trompe-l'oeil, tapeação-do-olho, o ponto cego da experiência especular trazida por Lima (2013), que Lacan toma de empréstimo das artes plásticas para assimilar que há, além da representação, algo que a imagem é capaz de causar na fuga refletida de volta à visão do sujeito, quando este se vê diferente. Para o psicanalista francês, o “dompte-regard [...] também se apresenta com a face do trompe-l'oeil” (LACAN, [1964] 1988, p. 108); o que nos leva a afirmar que, na cena recortada, especialmente pela aliança da transformação do visual com a transformação de um olhar sobre si mesmo, o doma-olhar vem a se estabelecer exatamente como o controle do prolongamento no prazer de olhar, de entrega ao objeto a, dada a sua função condicionante a quem olha de renunciar a pulsão escópica a fim de não se perder no fascínio.

O objeto referente do que se faz semblante para além do dito, com vistas a uma dimensão inconsciente, ainda que editado enquanto mídia, torna o propósito da economia de imagens em *Queer Eye* (2018) um projeto incompleto e repentino, perdido e encontrado, mas não menos relevante, pois se mantém aberto a um infinito, a um impossível de se ver justamente porque não se depreende de uma significação fálica do imaginário, de uma verdade tolhida pela castração da lei.

É neste ponto que lançamos a hipótese de que o real lacaniano, sobretudo naquilo que traz de invisível àquele lugar do Outro que se origina o olhar da demanda primordial, vem sendo cingido de maneira tal que, ou se extrapola, transbordando-se de potências sintomáticas de um voyeur, ou se banaliza, dotando-o de uma maior insustentabilidade que não consegue enxergar, por achar já ter visto demais.

No primeiro caso, as imagens penetram na sociedade sem que cesse o seu espetáculo. Se “o mundo é onivoyeur, mas não é exibicionista” para o Lacan ([1964] 1988, p. 76) de meados do século passado, já não se guarda tanta certeza junto a isso em nossa atualidade permeada pela mostra de tudo o que pode ser visto, tudo que excite ao máximo o olhar, perfilados em uma estética da existência pelo prazer. No segundo, destituído das “camadas enganadoras da realidade” (SAFATLE, 2011, p. 194), o sujeito em que as imagens se projetam deseja destruir a aparência por tê-la como simulacro, confundi-la em semblante, quer desvelá-la ao nível desértico, negando sua irreduzibilidade, e atendo-se à estética da violência dela oriunda.

Para a narrativa de *Queer Eye* (2018), nada menos que servir uma alternativa que parte de uma alegria homossexual (gay gayness) para situar o voyeurismo escópico cotidiano em um “show de realidade”. Com efeito, convenhamos que o olhar (gaze) de um show televisivo que encena um cotidiano se volta exatamente para “marcar o ponto no objeto (a imagem) do qual o sujeito vidente já é olhado (gazed at): é o objeto que está olhando para mim” (ŽIŽEK, 1989, p. 8, tradução nossa). Em um reality show,

o que se mostra (show) é tanto o que ele mimetiza quanto o que espera provocar de mimetização na própria realidade (reality) retratada.

Show de realidade que indica uma possível resignificação ao mito da desmaterialização da imagem da cultura visual (MITCHELL, 2002), pois, a imagem ganha materialmente outros vínculos que não apenas meros transitivos modos de ver-se, aparentar-se, olhar-se, mas já um substrato de acesso a um modo de ser mais afetuoso, menos egoísta, e, por que não, mais transviado (queer) – dado que se configura como uma imagem de si que aponta o tópos desse corpo em transformação a uma heterotopia, a um espaço de entrada à não-hegemonia dos modos de si (FOUCAULT, [1984] 2009).

Hoje, a dimensão do olhar estranho, quer seja queer, quer seja Unheimliche, já traz uma imagem distintamente invasiva ao sujeito para que este seja capaz de rever seu próprio mal-estar.

Ressaltamos que o termo “Umheimliche”, a partir da psicanálise freudiana, trata da conceituação de uma alteridade intrínseca ao próprio individualismo constitutivo do ego. Lacan se apropria dele para falar acerca da teoria do estágio de espelho e para situar a imagem própria de si como concomitantemente exterior e, portanto, inquietante e estranha nela mesma, por mais que familiar. Em “queer”, retirada a resignificação do processo político dos estudos de gênero e de sexualidade nas suas linhas não-binárias, encontramos o mesmo significado de estranho para o sentido daquilo que é inquietante, disso já reconhecidamente familiar, apesar de distanciado às margens da heteronormatividade dominante.

Em nosso objeto de análise, aquele mal-estar provocado pelo inquietante “olhar transviado” (duplamente queer eye) é campo de disfarces muitos e possibilita a reflexão de que, mesmo nos limites da tolerância para com a fabulosidade afetuosa/afetada resultante desses olhares sobre corpos em conflito entre transformadores e transformados, o desejo está trafegando por aberturas que não se fazem ditas.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos as limitações do ensaio enquanto forma de escrita, entretanto lançamos mão deste gênero por reconhecermos certa interdisciplinaridade no tocante à abordagem que o objeto de análise exigia, e por percebermos a necessidade de uma livre elaboração acerca de um produto cultural tão contemporâneo que, a nosso ver, traz algo mais além de seu formato característico. Buscamos, ao lado disso, sintetizar o foco e a delimitação interpretativa de maneira tal que aquilo de mais evidente, sobretudo diante do tratamento sob a temática das imagens, corroborasse originalmente às nossas proposições.

Um recorte na conjectura possível da análise desses lugares donde *se faz semblante* foi notada posteriormente e é digna de registro. Por termos elegido uma

cena em que dialogam sujeitos, espelhos e olhares, a relação entre semblante e pulsão escópica se mostrou fiel, mas poderia ser muito mais explorada, caso nos aprofundássemos na escolha de apenas uma dessas perspectivas. Caso nos puséssemos enquanto telespectadores, por exemplo, além dos possíveis prismas retidos na narrativa do próprio reality show, o discurso *se faria* semblante em outra completamente distinta abordagem. Afinal, à parte do lugar dos Cinco Fabulosos, ou dos heróis, ou da série enquanto produto integral dedicada a uma mensagem, teríamos o lugar de nossa própria interlocução, *faríamos semblante de discurso* por outro viés, sob os efeitos desses outros lugares imbricados.

Na decisão por uma análise particular que partisse para o geral, acreditamos ter conseguido sumarizar na seleção da imagem (cf. Figura 1 e Figura 2) os elementos que ligação entre semblante e olhar dentro dos horizontes da crítica psicanalítica lacaniana.

A indagação da qual partimos, secundariamente neste ensaio, acabou por se afirmar como possível de maior exploração, por especiais quatro aspectos:

1) há uma necessidade de afirmação da imagem resultante do relance gay/transviado (*queer eye*) como uma solução face a um real ao qual já não se teme suportar. Se, por exemplo, os Cinco Fabulosos se atrevem a representar na mídia uma comunidade que está em escalada crescente de multiplicidade (LGBTIAQ+), ao mesmo tempo, também, precisam assegurar um componente assexuado mínimo para dialogar com a heteronormatividade ainda vigente, sem perder a oportunidade de dissuadi-la de suas próprias compulsoriedades tóxicas. Em oposição ao *male gaze* do machismo que relegam ao plano do supérfluo o cuidado de si, o *gay gaze of a queer eye* ainda tenta adentrar o plano das subjetividades de modo tal que a comodificação dos “serviços” e dos próprios Cinco Fabulosos também seja revertida em mensagem de afeto, de superação e combate às discriminações, que de nada servem diante de tanta humanidade (sustentada em discursos que não podem ser senão do semblante) em comum.

2) na escolha por valer-se da expressão “relance”, observamos sua formidável adequação junto ao fato de lidarmos com uma obra midiática que não acompanha longamente a história dos heróis. Visto que os Cinco Fabulosos prestam consultoria durante uma semana no máximo, nos demos conta de que na mesma medida que há uma suspensão das sexualidades destes homens gays no discurso da série, há também uma suspensão da libidinização direta dos heróis. Em suma, “evita-se” tocar no diferencial sexual, ainda que se monte um cenário minimamente narcísico que o resgata, ao buscar sintetizar o investimento de libido em um espaço de tempo convenientemente curto.

3) a organização discursiva que se concentra em elevar a economia imagética a outro patamar linguístico central elucida as características mais aparentes do semblante tanto no seu sentido original, quando na sua incorporação ao vernáculo lacaniano. Poderíamos dizer que, quanto mais o centralismo do olhar se confirme na

sociedade do espetáculo e da especularidade das imagens e dos fantasmas, menos aparente se faz o sentido de semblante como sendo da *imagênci*a meramente visível, e mais em detrimento do semblante como inerente ao discurso em sua estruturação linguística na dimensão do inconsciente.

4) se a interpelação das sexualidades (de *gays*) dos Cinco Fabulosos derrapa para além do visível, é porque, em suma, tornar pressupostamente a heterotopia (femininizantemente aparente) do reality show em uma plataforma de crítica – seja materialista, seja consumista, seja midiática –, seria descartar o semblante e querer erigir-se como uma verdade única, baseada apenas na representação fingida de revoltas e, assim, pois, fadada a um monólogo em que rapazes alegres (*gay*) se restituíam integralmente ou à anulação de si mesmos, ou à mera atuação como pícaros alienados na cena de disputa.

E, quanto a isso, a própria realidade se mostra constantemente insatisfeita, em seus acionamentos ao real. Tal como afirma Lacan ([1964] 1988, p. 61) “o real pode ser representado pelo acidente, pelo barulhinho, a pouca-realidade, que testemunha que não estamos sonhando. Mas, por outro lado, essa realidade não é pouca, pois o que nos desperta é a outra realidade por trás da falta do que tem lugar de representação”.

## REFERÊNCIAS

DEBORD, Guy. **Society of the spectacle**. Detroit: Black & Red, 1970.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: \_\_\_\_\_. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1984] 2009. p. 411-422. (Ditos e escritos, II).

KANG, Jaeho. **Walter Benjamin and the media**: the spectacle of modernity. Cambridge, UK: Polity Press, 2014.

LACAN, Jacques. O estádio de espelho como formador da função do eu. In: \_\_\_\_\_. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1949] 1998. p. 96-103.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1964] 1988.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 18**: de um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1971] 2009.

\_\_\_\_\_. Responses to students of Philosophy concerning the object of Psychoanalysis. In: \_\_\_\_\_. **Television**: a challenge to the psychoanalytic establishment. New York; London, W. W. Norton & Company, [1974] 1990. p. 107-114.

LIMA, Nádia Laguárdia de. As incidências do discurso capitalista sobre os modos de gozo contemporâneos. **Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 13, n. 3-4, p. 461-498, dez. 2013.

MANLOVE, Clifford T. Visual drive and cinematic narrative: reading gaze theory in Lacan, Hitchcock, and Mulvey, **Cinema Journal**, Austin, v. 46, n. 3, p. 83-108, 2007.

MCGOWAN, Todd. The priority of the example: speculative identity in film studies. In: FLISFEDER, Matthew; WILLIS, Louis-Paul. **Žižek and media studies**: a reader. New York: Palgrave MacMillan,

2014. p. 67-78.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.  
SAFATLE, Vladimir. Posfácio: a política do real de Slavoj Žižek. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real!** São Paulo: Boitempo, 2011. p. 188-199.

TOMŠIČ, Samo. The fetish and the symptom. In: \_\_\_\_\_. **The capitalist unconscious: Marx and Lacan**. London: Verso, 2015. p. 141-184. eISBN-13: 978-1-78478-109-5

ŽIŽEK, Slavoj. La boucle de l'acte. In: \_\_\_\_\_. **Tout ce que vous avez toujours voulu savoir sur Lacan sans jamais oser le demander à Hitchcock**. Nantes, FRA: Capprici, 2010. p. 82-113. eISBN-13: 979-10-239-0044-6

\_\_\_\_\_. **The reality of the virtual**. Direção: Ben Wright. [S.l.], 2004. 1 vídeo (74 min).

\_\_\_\_\_. The undergrowth of enjoyment: how popular culture can serve as an introduction to Lacan, **new formations**, London, n. 9, p. 7-29, 1989.

## A APROPRIAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA FICÇÃO COMO ARTIFÍCIO FIRMADOR DO DISCURSO MACHISTA

**Raíssa Feitosa Soares**

Universidade Regional do Cariri  
Crato - Ceará

**Emannelly Cabral de Figueiredo**

Universidade Regional do Cariri  
Crato - Ceará

**Lissa Furtado Viana**

Universidade Regional do Cariri  
Crato - Ceará

**Otávio Evangelista Cruz**

Universidade Regional do Cariri  
Crato - Ceará

**RESUMO:** O presente artigo trata da representação feminina na ficção através de seus diferentes ciclos e períodos na contemporaneidade ocidental - de acordo com as diversas influências artísticas, sociais e culturais. Ora, a mulher é tratada como frágil e vulnerável, incapaz de assumir suas escolhas e mesmo sua sexualidade, ora é hipersexualizada e objetificada em meio a um panorama onde a “cultura do estupro” se tornou lugar-comum. Ao tratar de interseccionalidade neste tema, é possível abordar a negatividade de todos esses casos, haja vista que enquanto a mulher branca, historicamente, luta para ter reconhecido o seu direito de portar-se, vestir-se e assumir sua sexualidade como desejo (fugindo ao

estabelecido padrão de castidade), a mulher negra luta pelo fim da hipersexualização de sua imagem, constantemente associada a padrões opostos ao da mulher branca. Apesar de diferentes, todos os casos configuram opressões que necessitam ser pensadas, repensadas e modificadas de forma a garantir a plenitude dos direitos femininos entre as diferentes minorias (negras, brancas, pobres, homossexuais...). Dessa forma, utiliza-se do método indutivo para analisar o contexto ficcional ao qual a mulher é inserida nos dias atuais, fazendo-se a revisão das bibliografias correlatas, sobretudo textos de Susan Faludi, Simone de Beauvoir e Helena Hirata.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo; Ficção; Hipersexualização; Interseccionalidade; Representação.

**ABSTRACT:** This article deals with the female representation in fiction, through their different cycles and periods in western contemporaneity – according to many artistic, social and cultural influences. Sometimes women is treated as she is fragile and vulnerable, unable to take responsibility and assume her sexuality, and sometimes hypersexualization and objectification of her body, through the panorama where the “rape culture” has become commonplace. Talking about the intersection of this theme, it’s possible to approach the negativity of all this

cases, since as while white women, historically, fight for recognition of the right to behave, to dress and to assume their sexuality as wish (running away from the pattern of chastity), the black women fight for the end of hypersexualization of your image, constantly connected to patterns opposed to white women. Despite the differences, all the cases characterize oppression that needs to be thought and modified in order to guarantee the fullness of female rights between the different minorities (black, white, poor, homosexual...). This way, the method used in this article is inductive to analyze the fictional context to which women is inserted in the present, with review of related bibliographies, mainly texts of Susan Faludi, Simone de Beauvoir and Helena Hirata.

**KEYWORDS:** Feminism; Fiction; Hypersexualization; Intersection; Representation.

## 1 | INTRODUÇÃO

O tema em questão foi escolhido por se tratar de um assunto que acompanha o desenvolver da sociedade como um todo, por mais que se restrinja ao que se trata sobre a questão da objetificação feminina, possui relevante importância, por além de tudo se tratar de um direito como a dignidade, que é direito fundamental.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o modo como a mulher é representada na ficção, com ênfase na forma problemática de hipersexualização e objetificação do feminino, através de seus diferentes ciclos e períodos na contemporaneidade ocidental - de acordo com as diversas influências artísticas, sociais e culturais. Ora, a mulher é tratada como frágil, vulnerável, incapaz de assumir suas escolhas e mesmo sua sexualidade, ora é hipersexualizada e objetificada em meio a um panorama onde a “cultura do estupro” se tornou lugar-comum.

Ao tratar de interseccionalidade neste tema, é possível abordar a negatividade de todos esses casos, haja vista que enquanto a mulher branca, historicamente, luta para ter reconhecido o seu direito de portar-se, posicionar-se, vestir-se e assumir sua sexualidade como desejar (fugindo ao estabelecido padrão de castidade), a mulher negra luta pelo fim da hipersexualização de sua imagem, constantemente associada a padrões opostos ao da mulher branca. Apesar de diferentes, todos os casos configuram opressões que necessitam ser pensadas, repensadas e modificadas de forma a garantir a plenitude dos direitos femininos entre as diferentes minorias sociais, no aspecto econômico, social, cultural, físico ou religioso, sejam elas brancas, negras, pobres, homossexuais...

Mulheres e homens ao longo da desenvoltura social, desempenhavam papéis distintos, ou seja, exerciam atividades na vida social que os distinguiam de acordo com a respectiva função de cada um. Essas funções diferenciam-se uma das outras mediante inúmeros fatores, como classe social, posição ocupada na divisão social do trabalho, grau de escolaridade, credo, e principalmente pelo sexo.

Portanto, outro enfoque deste estudo está em demonstrar como é tratada a

desigualdade de gênero frente ao ordenamento jurídico pátrio, inclusa a Constituição Federal de 1988, bem como a dispositivos internacionais.

A luta da mulher para se tornar independente e se desvencilhar da visão machista generalizada na sociedade desde os primórdios, encontra fundamento no ordenamento pátrio, quando a Constituição Federal de 1988 preconiza no seu artigo 5º que “todos são iguais perante a lei”. Dessa maneira, a Carta Magna pátria busca assegurar um direito fundamental de todos, o de tratar como igual os iguais, e o de ressaltar aqueles que possuem uma condição especial, frente às mazelas da sociedade, para assim, garantir que todos possuam acesso a um tratamento equiparado.

Assegurar que não só as mulheres, mas todas as minorias possuam um tratamento igualitário é uma preocupação mundial, tal assunto que conquistou notoriedade na comunidade internacional, possuindo inúmeros tratados e acordos que trazem à tona este pertinente debate que traz as questões de gênero que referem-se às relações sociais e os respectivos papéis desempenhados no seio ficcional conforme o sexo do indivíduo, dando maior ênfase ao papel da mulher, principalmente através do contraste da hipersexualização e objetificação do corpo feminino nas obras de ficção e o impacto causado no mundo real.

Esse papel hipersexualizado exercido pelas mulheres caracteriza o reflexo da forte cultura machista em que estão inseridas, um desafio interseccional e consubstancial que atinge cada classe dessa minoria de forma particular, como a questão da mulher negra, ainda que generalizada.

O tema em debate é bastante atual e é de grande relevância, haja vista que a mulher como um todo, ao longo da evolução histórica, vem galgando degraus no âmbito social, principalmente no competitivo mercado de trabalho. Os preconceitos e violências de gênero promovem a idealização da dona de casa tradicional, e associam a imagem desta à ideia de submissão e dependência para com a figura masculina, o que deu origem aos moldes da cultura patriarcal, retratada pelos autores, não sendo mais tolerado na atualidade.

## 2 | METODOLOGIA

O método usado neste artigo científico será o método indutivo. Destarte, o objetivo principal dos argumentos indutivos é levar a conclusões cuja essência é muito mais ampla do que o dos argumentos dos quais foi baseado.

De acordo com o método indutivo, a partir da observação é possível desenvolver uma hipótese explicativa da razão do fenômeno. Assim sendo, por meio da indução, se obtém conclusões que são meramente prováveis (GERHARDT e SOUZA, 2009).

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 BREVE ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA OBJETIFICAÇÃO FEMININA

Analisando pela perspectiva histórica, desde o princípio, as crenças religiosas deixaram a mulher em condição inferior ao homem, assumindo papel de subordinadas, fadadas à situação de anonimato, apenas cumprindo tarefas domésticas e matrimoniais a que eram designadas. Aquelas que não aceitavam tal papel eram consideradas bruxas e findavam sendo brutalmente punidas pela sociedade.

Influenciadas por correntes liberais, em meados do século XX, um grupo de mulheres brancas, intelectuais e pertencentes à classe média, uniu-se no Reino Unido e nos EUA para reivindicar seus direitos. Essa foi a primeira onda de movimento que ficou conhecida como feminismo: a filosofia que visa equidade no tratamento entre os sexos, buscando reafirmar símbolos que dessem identidade às mulheres. Pois até então, havia uma visão completamente androcêntrica.

A principal pauta abordada na primeira onda do feminismo foi o sufrágio, que é a busca pelo direito ao voto das mulheres, que tardou, mas foi uma das principais incorporações aos direitos femininos, e relevante para a valorização de sua importância para a sociedade, de acordo com Renália Silva et al (2016):

Desde a conquista do voto pelas mulheres garantido em 1932, através do decreto 21.0764 do Código Eleitoral Provisório, a mulher passou a conquistar cada vez mais o seu espaço na sociedade. O exemplo mais atual do espaço conquistado pela mulher é a eleição da primeira presidente – hoje adotada a designação “presidenta” – no ano de 2010, a então ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. (SILVA *et al*, 2016, p. 56).

Outras questões como reforma do casamento, liberdade sexual e direito à propriedade foram buscadas ao tempo do advento da 2ª Guerra Mundial, em que logo após, ocorreu uma mobilização para que as mulheres se retirassem do escasso mercado de trabalho ao qual estavam inseridas, para dar espaço aos homens que retornavam do conflito.

Após um vasto período marcado por opressão e discriminação, o século XX ficou marcado pela luta das mulheres em busca do reconhecimento de autossuficiência, que deu origem aos movimentos feministas, os quais passaram a ganhar visibilidade política em todo o mundo na luta pelos direitos das mulheres, dentre eles, o direito ao voto.

Em pleno século XXI ainda notam-se preconceitos e limitações que rodeiam o comportamento feminino, reflexo de marcas de uma sociedade machista significativa de tal maneira, que ainda há críticas corriqueiras e sexistas em torno do papel que a mulher contemporânea desempenha na sociedade, mesmo após ter ganhado destaque no mercado de trabalho.

A visão atual não busca negar as diferenças biológicas, mesmo que evidentes, mas sim demonstrar que por inúmeras vezes, elas se tornam justificativas infundadas para pautar a discriminação ao gênero feminino, assim como são pretextos para restrições de atuação das mulheres negras, em relação às mulheres brancas, pois seria um disparate analisar a representação da primeira com a mesma ótica que observamos a segunda. Enquanto a mulher branca luta para possuir uma voz mais ativa no âmbito social, a mulher negra trava uma batalha à parte, que ocorre devido ao preconceito racial e às mazelas históricas advindas disto. Há fenômenos socioculturais individuais de cada grupo, especialmente dentro do contexto da segregação e classe social.

Fato é que a questão de gênero é um campo muito diverso, bem como também possui caráter subjetivo, de forma que o sistema de padrões opressores não pode ser aceito e entendido como universal.

### **3.2 DUALIDADE NA REPRESENTAÇÃO DA MULHER BRANCA E NEGRA**

Um dos assuntos pertinentes, também tratado no presente trabalho, é a representação da dualidade discrepante sobre as questões raciais, que vai além da situação enfrentada pela mulher branca, nitidamente presente no filme “Gabriela”. Através do romance em questão, baseado no livro “Gabriela, Cravo e Canela”, de Jorge Amado, percebe-se que o julgamento em torno da protagonista, uma mulher negra, é que esta serve apenas para o trabalho e para o sexo, e realiza ambos por espontânea vontade.

Essa marca histórica de opressão e sexualização advém do sistema escravocrata ao qual ainda reflete no que se refere ao papel da mulher negra (SANTANA et al, 2017). Dessa forma, promove uma reflexão sobre a discrepante diferença na representação negra, que coloca em debate seu papel na sociedade.

Os discursos e representações ficcionais apresentados no cotidiano ainda demonstram claramente sintomas de uma sociedade sexista, firmada na estrutura patriarcal, muitas vezes em tons humorísticos e debochados. No entanto, há uma luta para a anterior imagem da mulher submissa vir a ser substituída por uma imagem da mulher emancipada, forte e independente, que possui múltiplas funções na sociedade como um todo, sendo cada uma valorizadas, sem que se anulem as outras.

Como forma de analisar a representatividade da figura feminina na sociedade, através de uma pesquisa e coleta de dados, em 2013 ocorreu um estudo da Universidade Estadual de San Diego, denominado Center for the Study of Women in Television & Film, o qual buscou questionar o papel exercido pelas mulheres no meio cinematográfico.

Tal estudo teve como base de dados os cem filmes mais assistidos do ano de 2013, que contam com a estimativa de um pouco mais de 2.300 (dois mil e trezentos) personagens, masculinos e femininos. Após essa análise, foi constatado que existe

uma média de dois homens para uma mulher em cenas de destaque.

Outro fato relevante, é que das mulheres presentes nos filmes analisados, 73% das personagens são mulheres brancas, o que traz um estado de sub-representação para as demais composições étnicas, negras, asiáticas e latinas.

Em estudo anterior, realizado pelo mesmo instituto, analisando um lapso que vai de 2007 a 2012, analisando os 500 filmes mais vistos neste período, deixou clara a hipersexualização do corpo feminino no cinema. Este estudo aponta que um terço das atrizes (28,8%) aparece com roupas mínimas ou íntimas, enquanto apenas 7% dos atores vivenciam uma situação similar. Ainda é de grande relevância informar que 26,2% das atrizes encenam com total nudez ou com nudez parcial, enquanto por outro lado, isto ocorre apenas com 9,4% dos atores.

O questionamento em volta dessas pesquisas está baseado na representatividade do papel feminino no cinema, o que reflete diretamente na visão da sociedade acerca desse simbolismo, indagando se nos filmes as mulheres possuem interesses e objetivos pessoais, profissionais, sociais, culturais, ou se giram em torno do ideal masculino.

### **3.3 DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CINEMA E O IMPACTO NA REALIDADE**

Em estudo dirigido por Martha Lauzen, diretora executiva do Center for the Study of Women in Television & Film, apontou que o número de mulheres exercendo a função de diretora no set de filmagens, em produções de grande orçamento de Hollywood, no ano de 2015, ainda continuava na mesma proporção do ano de 1998.

Os dados realizados pela pesquisa mencionada podem levar à conclusão que na maioria das superproduções cinematográficas, as atrizes exercem papéis roteirizados e dirigidos por uma visão de mundo masculina.

Uma forma de se analisar a relevância do papel feminino no cinema, pode se dar através do “teste de Bechdel”, idealizado no ano de 1985 por a então ilustradora e quadrinista Alison Bechdel. Este consiste em responder a três perguntas, parafraseando a autora: “a) O filme conta com a participação de pelo menos duas mulheres? b) Há alguma cena em que essas mulheres dialogam entre si? c) O diálogo envolvem assuntos que não sejam relacionados a homens ou relacionamentos amorosos?” (BECHDEL, 1985). Se alguma das respostas para as perguntas elencadas no teste foi negativa, constata-se que o filme não possui protagonismo feminino.

Apesar de se revelarem como perguntas triviais, esse teste serve para determinar se o filme possui a figura de uma mulher empoderada e dona de si, ou apenas um estereótipo de “donzela em perigo” e mero interesse amoroso do herói.

O mencionado teste não busca medir a qualidade ou beleza das obras cinematográficas, sendo importante frisar que nem todos os filmes que marcaram a história do cinema conseguem responder positivamente aos questionamentos.

A visão de mundo daqueles que fazem cinema influencia diretamente na visão de mundo daqueles que o assistem. Não se trata de uma exigência preponderante

de que os filmes possuam um tema voltado para o “universo feminino”, mas sim o de demonstrar a figura de uma mulher que é protagonista de sua estória, deixando notório que as mulheres possuem interesses, objetivos, anseios e sonhos próprios, que não estão atrelados necessariamente a um homem.

Em razão desta destoante diferença entre os gêneros, a Constituição Federal Brasileira de 1988 preconiza a igualdade de todos perante a lei, senão vejamos em seu artigo 5º:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

O princípio constitucional da igualdade prevê o tratamento de forma isonômica perante a lei, sem distinguir gênero, cor ou credo, não se justificando quaisquer diferenciações arbitrárias.

Para alcançar a igualdade entre gêneros, diversas organizações internacionais passaram a implementar tratados e convenções com o intuito de consagrar o princípio da igualdade de gênero, como por exemplo a Declaração e o Programa de ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, do ano de 1993, a qual veio para reafirmar, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, os Direitos do Homem e suas liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião, relembrando os dizeres do preâmbulo da Carta das Nações Unidas, que preconiza:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do tema se dá pelo fato de que o assunto se trata de um direito fundamental, o direito à dignidade, trazendo uma reflexão acerca de tal tratamento arbitrário, dado às mulheres no meio social através de uma comparação com o que é transmitido nas obras de ficção, alertando que tais distorções não devem mais fazer parte de uma sociedade moderna, pois a mulher ao longo da história conquistou de forma merecida o seu espaço, e não deve prosperar nenhum tipo de intolerância.

O direito como fato social deve acompanhar e se adequar à realidade vivida pela sociedade, sendo assim, deve-se através de uma análise crítica, questionar a desigualdade de gênero, e buscar a isonomia na representação social e ficcional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. **Gabriela, Cravo e Canela**: Crônica de uma cidade no interior: romance. 9ª. Ed. São Paulo: Martins. 1959.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 27 de maio de 2018.
- CINESET. **Presença de diretoras mulheres segue estagnada em Hollywood**. Disponível em: <<http://www.cineset.com.br/presenca-de-diretoras-mulheres-segue-estagnada-em-hollywood/>>. Acesso em: 28 de maio de 2018.
- FALUDI, Susan. **Backlash**: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- GABRIELA**. Direção: Bruno Barreto. Produção: Harold Nebenzal e Ibrahim Moussa. Rio de Janeiro. United International Pictures. 1983.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120. p.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade nas relações sociais. **Tempo social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, vol 26, n. 1, p 61-73.
- MARINHO, Tamires. **O estado de sujeição da mulher como um discurso de consentimento para crimes e violência de gênero**. 2018. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2018/01/o-estado-de-sujeic%cc%a7a%cc%83o-da-mulher/#more-23257>> Acesso em: 17 jun. 2018.
- MORAES, Erika de. **Ser mulher na atualidade**: A representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de Maitena. 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830-12.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2018.
- OLIVEIRA, Claudilene Soares; RUAS, Maria Gabriela Soares. **O mito da hipersexualização da mulher negra**. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.unimontes.br/sesoperspectiva/article/download/729/492>>. Acesso em 26 de maio de 2018.
- OLIVEIRA, Francilene Costa de Santana. **Mulheres Negras Contos e Literatura**: Uma análise da condição da mulher negra no final do século XIX à meados do século XX. 2014. Acesso em 27 de maio de 2018.
- ONU. **Carta Das Nações Unidas**. 1945.
- PIRES, Yuri. **O feminino no cinema e o teste de Bechdel**. 2014. Disponível em: <[http://lounge.obviousmag.org/outras\\_palavras/2014/03/o-feminino-no-cinema-e-o-teste-de-bechdel.html](http://lounge.obviousmag.org/outras_palavras/2014/03/o-feminino-no-cinema-e-o-teste-de-bechdel.html)>. Acesso

em 29 de maio de 2018.

SILVA, Renália Rafaela; SILVA FILHO, Marcelo Nicomedes; SOUZA, Antonio Carlos de. **A representação da mulher no mundo virtual**: Percepções acerca do preconceito machista nas redes sociais. 2016. 56 p. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/reactl/article/view/1436/1409>>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

TEIXEIRA, Maria Santana; QUEIROZ, Josiane Mendes de. **Corpo em debate**: A objetificação e sexualização da mulher negra. 2017. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO\\_EV072\\_MD1\\_SA24\\_ID402\\_17072017210303.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA24_ID402_17072017210303.pdf)>. Acesso em 27 de maio de 2018.

WISNIEWSKI, Ana Patrícia. **(In)Visibilidade Negra**. 2013. Disponível em: <<http://unisinis.br/blogs/ndh/2013/09/30/invisibilidade-negra/>>. Acesso em: 29 de maio de 2018.

## A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE KEHINDE E RAMI: UMA ANÁLISE DA OBRA DE ANA M. GONÇALVES E P. CHIZIANE

**Aparecida Gomes Oliveira**

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Carangola - MG

**Lídia Maria Nazaré Alves**

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Carangola - MG

**Rhanielly Gomes Oliveira**

Centro Universitário Estácio de Sá  
Juiz de Fora - MG

seeks to identify which ideological and counter-ideological factors influenced the formation of their identities. The research is bibliographical, illuminated by theorists who have lectured on the theme. We conclude that several factors influenced and determined the formation of their identities.

**KEYWORDS:** identity - black woman – otherness.

**RESUMO:** O artigo propõe uma análise da construção da identidade das personagens protagonistas Kehinde, da obra “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves e Rami, da obra “Niketche” de Paulina Chiziane. Busca-se identificar quais fatores ideológicos e contraideológicos influenciaram a formação de suas identidades. A pesquisa é de cunho bibliográfico, iluminada por teóricos que dissertaram sobre o tema. Conclui-se que vários foram os fatores que influenciaram e determinaram a formação de suas identidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidade- mulher negra –alteridade.

**ABSTRACT:** The article proposes an analysis of the construction of the identity of the protagonists Kehinde, of the work “A defect of color” of Ana Maria Gonçalves and Rami, of the work “Niketche” by Paulina Chiziane. It

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma análise sobre a construção da identidade de duas mulheres negras, personagens protagonistas dos romances citados acima. A pesquisa busca compreender como tais personagens lidaram com os desafios do cotidiano, as tradições e o sofrimento. E de que forma todos esses fatores influenciaram a formação de suas identidades.

As personagens têm em comum o fato de serem negras e lutarem por um espaço na sociedade que sempre as coloca à margem. São mulheres guerreiras que não se deixam abater facilmente, o desejo de conquistarem sua alteridade é maior que os obstáculos no caminho. Percebe-se que mesmo por caminhos divergentes, ambas alcançam o objetivo desejado.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Spivak (1994) diz não ser historiadora, mas se preocupa em compreender como as narrativas históricas são negociadas. Intitulando-se como uma “pós colonial”, hindu, cidadã indiana, posiciona-se com “a perspectiva crítica necessária diante das falsas reivindicações de histórias alternativas” (SPIVAK, 1994, p.187). Como as narrativas históricas são construídas é o foco de seu estudo. Ela começa explicando que a descolonização da Índia foi legitimada e consolidada “por meio da cultura do imperialismo, nacionalismo, internacionalismo, secularismo, culturalismo” (Op cit. p. 188). Estes códigos têm o poder de promover e oferecer privilégios àqueles que os utilizam, ao mesmo tempo em que privilegia, pode também mascarar o sujeito. Refletir sobre a leitura desse sujeito é ir além de sua máscara para sair do superficial e conhecer a verdadeira história.

As ideias de Cândido (1999) corroboram com as de Spivak, pois ele afirma que a literatura faz um vínculo entre fantasia e realidade, este pode servir de entrada para se pensar a função da literatura e acrescenta “Quero dizer que as camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar” (CANDIDO 1999, p. 83, 84). Ou seja, a forma como as narrativas históricas são construídas e transmitidas influenciam na formação da identidade daqueles que lhe são alvos.

A narrativa histórica pode ser instrumento de manipulação, alienação ou até mesmo de dominação, dependendo da forma como é escrita e das ideologias presentes em suas entrelinhas.

Alves (2009) concorda com Spivak e Cândido ao falar sobre o poder que a palavra exerce na construção das identidades sociais. A autora aborda a relação colonizador/colonizado, na qual o colonizado sofreu uma dupla transgressão, foi lhe imposto uma nova língua e junto com ela, uma nova cultura que menospreza e diminui sua origem. Esse processo foi legitimado por meio da palavra, do ensino, da evangelização dos povos conquistados. Como consequência o povo colonizado perdeu sua identidade, mas não adquiriu uma nova, na verdade tornou-se errante no mundo, alguém que não possui espaço na sociedade.

Alves reflete sobre o poder de persuasão da palavra, utilizada pelo colonizador para dominar o colonizado.

O status da mercadoria é produzido pela arte persuasiva, a da palavra principalmente. A literatura é arte da palavra. Sendo ela um espaço que viabiliza uma reflexão mais acurada sobre o modo como o mundo é organizado, deve iluminar o processo de modernização com os seus aspectos mais variados, positivos e negativos para o homem. (ALVES, 2009, p. 221)

Sobre a palavra Fanon também escreve:

[...] a palavra é criadora de equívocos, dissimuladora, mistificadora, e tanto mais,

sem dúvida, quanto pretende uma mais perfeita transparência –pode também tornar-se um meio de provocar outrem e de se provocar a si mesmo para autênticos aparecimentos (FANON, 2008, p.16)

Os países que foram colonizados como o Brasil, Índia, dentre outros, carregam o estigma de terem suas identidades sobrepujadas e enfrentam os mesmo desafios: construir uma nova identidade, uma nova história. Eles vivenciam o processo de descolonização e neste processo encontram-se as classes marginalizadas. Dentre elas está o negro, que ao ser escravizado, teve sua cultura eliminada e vive a busca por sua alteridade, uma identidade que lhes dê sentimento de pertença à sociedade a qual habitam.

Hall (2003) chama a atenção para três fatores que devem ser observados ao olharmos para a cultura negra: o estilo, a diáspora que fez do negro um ser deslocado de um mundo logocêntrico e o corpo como seu único capital cultural. Não importa a forma como o negro e suas tradições são representados na cultura popular, é preciso reconhecer que

[...] Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção à fala; em suas inflexões vernaculares e local; em sua rica produção de contranarrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura popular negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular mainstream, elementos de um discurso que é diferente – outras formas de vida, outras tradições de representação. (HALL, 2003, p. 342)

O autor questiona se o momento atual é propício para as estratégias das novas intervenções apontando suas fragilidades, as estratégias criativas e críticas que dele surgem. Uma das fragilidades apontadas é a de que o momento atual faz uma distinção do negro, ou ele é uma coisa ou outra. No lugar do “ou”, o autor sugere um “e”. Não se pode alimentar esta oposição. O negro pode ser negro e mais o que ele quiser ser, não se pode reduzi-lo às suas características genéticas.

Outra fragilidade reside no fato de que o momento em questão torna natural e “des-historiciza a diferença”. Tira-se o significante “negro” de seu sentido histórico, cultural e político e o reduz à genética biológica, tira-se o foco do essencial para algo banal que não gera transformação social. Hall alerta para o fato de que se deve priorizar a diversidade e não a homogeneidade da experiência negra, reconhecendo outros tipos de diferença que “localizam, situam e posicionam o povo negro” (HALL, 2003, p. 346).

Cândido complementa dizendo que a literatura em sua função social, ao mesmo tempo em que humaniza o leitor pode também ser alienadora, dependendo do autor e sua obra.

O leitor, nivelado ao personagem pela comunidade do meio expressivo, se sente participante de uma humanidade que é a sua, e deste modo, pronto para incorporar

à sua experiência humana mais profunda o que o escritor lhe oferece como visão da realidade (CÂNDIDO, 1999, p. 90).

Spivak (1994) aposta na reescrita da história e chama atenção para o fato de que sua condição pós-colonial lhe permite enxergar a reivindicação por alteridade presente na subjetividade das histórias alternativas. Um olhar para estas narrativas fará com que as brechas deixadas pelas ideologias europeias apareçam e aqueles que foram colocados em condição de invisibilidade social, apareçam. Ela enfatiza que a história precisa ser refeita sob o olhar crítico, tirando as possibilidades de dar continuidade às ideologias que mascaram a realidade em prol do interesse das classes dominantes, como afirma:

A política cultural da repetição está sendo encenada com o gestual da política da ruptura estratégica, necessária, tendo em vista a independência política que é o requisito mínimo para a descolonização. (SPIVAK, 1994, p. 205)

### **3 | KEHINDE E AS INFLUÊNCIAS CULTURAIS QUE MARCARAM SUA IDENTIDADE**

Kehinde nasceu na África, aos sete anos foi capturada, trazida para o Brasil num navio negreiro e vendida como escrava por mercadores da Bahia. Os africanos ao descerem em solo brasileiro passavam por um ritual de purificação, no qual eram batizados, recebiam um novo nome e eram obrigados a aprenderem a língua do colonizador.

Nós não víamos a hora de desembarcar também, mas, disseram que antes tínhamos que esperar um padre que viria nos batizar, para que não pisássemos em terras do Brasil com a alma pagã. [...] Em terras do Brasil, eles tanto deveriam usar nomes novos, de brancos, como louvar os deuses dos brancos, o que eu me negava a aceitar, pois tinha ouvido os conselhos da minha avó. (UDC, 2012, p. 63)

O nome cristão recebido por ela foi o de Luísa Gama. Na fazenda para onde é levada torna-se escrava de companhia da sinhazinha e aproveita para ser alfabetizada junto com a menina, as duas constroem uma amizade que perdura por toda a vida. Após ser alfabetizada a sinhazinha é levada para um colégio interno e Kehinde torna-se escrava doméstica. Aos doze anos é estuprada pelo seu dono e engravida de seu primeiro filho, a quem ela chama de Banjokô, que significa “[...] Sente-se e fique comigo” (UDC, 2012, p.19). Segundo a crença de Kehinde, seu filho era um abiku, criança destinada a morrer antes de completar sete anos.

Com a morte de seu dono, Kehinde vai com a Sinhá para a Bahia, junto com outros escravos da casa grande. É na capital que ela conhece o significado da palavra liberdade ao estar em contato com negros da tribo malês que fazem uma conspiração e uma revolta na Bahia, que mais tarde fica conhecida como a Revolta dos Malês. Kehinde decide lutar pela sua liberdade e a de seu filho.

Sua dona a aluga para uma família de ingleses com os quais ela vive uma experiência prazerosa e se surpreende com o tratamento dispensado aos escravos. Kehinde se apossou de uma nova cultura, aprendeu a língua e a culinária inglesa, que mais tarde tornou-se sua forma de sobrevivência.

[...] Foi naquela casa (dos ingleses) que fiquei sabendo que não havia mais escravos nem em Inglaterra nem nos seus domínios, que todas as pessoas eram livres para morar e trabalhar onde quisessem, recebendo dinheiro. (UDC, 2012, p. 220)

Após sair da casa dos ingleses Kehinde tornou-se escrava de ganho, tendo que trabalhar para sobreviver e pagar certa quantia mensal à sua dona. Ela resolve comercializar cookies, ganha dinheiro suficiente para pagar a sinhá e vai criando uma microempresa dando emprego para seus amigos. Ao manifestar o desejo de comprar sua liberdade, sinhá manda avaliá-la:

[...] Olhei o papel e nem tentei fingir que não sabia ler, pois lá estava escrito com todas as letras o valor de uma escrava de dezoito anos, criada de dentro, com excelente saúde, falando português e inglês, sabendo ler, escrever e comerciar muito bem, capaz de ter ganho próprio de mais de dez mil réis por mês, e do seu filho de seis anos, criado como se fosse da casa, de excelentes maneiras e muito inteligente, bem-educado e que sabia tocar piano. (UDC, 2012, p. 338, 339)

O valor de Kehinde estava muito acima do mercado, ela valia uma verdadeira fortuna. Comprar sua liberdade tornou-se inviável. Ela então faz um plano com a ajuda de seus amigos que culmina na sua carta de alforria, do filho e dos outros escravos. Ela leva todos para trabalharem e viverem com ela.

Kehinde conhece um português de nome Alberto e vive com ele uma história de amor. Os dois têm um filho, o qual recebe o nome de Luís. Este não era abiku, como o primeiro que morreu antes de completar sete anos de idade.

Surge um decreto determinando que os portugueses que não fossem casados com brasileiras fossem deportados para Portugal. Alberto abandona Kehinde, pois ela é africana, e casa-se com uma brasileira, que mais tarde lhe toma tudo, inclusive a padaria que era de Kehinde, mas estava no nome de Alberto.

Kehinde não se deixa esmorecer, participa da revolta do malês e acaba tendo que fugir da Bahia para não ser presa. Alberto, num momento de fraqueza, vende o filho para se livrar de uma dívida. Quando Kehinde volta e descobre o que ele fez, passa a sua vida à procura do filho, mas não consegue encontrá-lo.

Aos 37 anos decide voltar para África. A sensação que experimenta ao voltar não era bem o que esperava:

[...] era estranho ver mulheres com o peito de fora, e senti um pouco de vergonha por estar olhando para elas, que também, olhavam para mim quase com o mesmo espanto. (UDC, 2012, p. 745)

Em África Kehinde descobre que não é mais africana, e sim, brasileira.

[...] Eu também pensava assim, estava do lado dos brasileiros, [...] achava que o certo não era a inimizade, não era desprezarmos os africanos por eles serem mais atrasados, mas sim ajudá-los a ficar como nós. [...] gente que no Brasil, provavelmente tinha orgulho de não se submeter à religião católica e fazia questão de conversar em línguas da África, como forma de dizer que não tinha se submetido aos brancos, mas que, de volta à terra, negava seus costumes. (UDC, 2012, p. 757)

Ela vive um romance com John, com quem tem dois filhos gêmeos e lhes coloca nomes brasileiros, João e Maria Clara. “[...] isso contradizia o que pensava antes [...] um nome brasileiro seria muito mais valioso para meus filhos” (UDC, 2012, p. 767) e os batiza na Igreja católica.

Aos oitenta anos, Kehinde encontra uma carta na qual dizia o paradeiro de seu filho Luís Gama.

[...] Que você estava casado, tinha filhos e era maçom, que escrevia poesias e era muito respeitado por publicar artigos belíssimos e cheios de inteligência nos jornais mais importantes da cidade, e dava inclusive a sua morada. (UDC, 2012, p. 946)

A alegria invade seu coração e aos 80 anos decide viajar para o Brasil para reencontrar o filho e morrer em solo brasileiro. A história se encerra com a chegada do navio ao Brasil. Kehinde conclui:

Quanto a mim, já me sinto feliz por ter conseguido chegar até onde queria. E talvez, num último gesto de misericórdia, qualquer um desses deuses dos homens me permita subir ao convés para respirar os ares do Brasil e te abençoar pela última vez. (UDC, 2012, p. 947)

#### **4 | RAMI E AS MÚLTIPLAS INFLUÊNCIAS CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DE SUA ALTERIDADE**

Rami é uma mulher de 40 anos, cristã, casada há 20 anos com Tony, mãe de cinco filhos. Seu marido era um homem influente, ocupava o cargo de comandante da polícia. Rami vivia em função do marido. Sua existência não tinha sentido sem o Tony. Ele era a sua identidade.

Devido às constantes ausências do marido, Rami torna-se uma mulher infeliz e decide lutar para salvar seu casamento. Ela resolve conhecer a segunda mulher que roubou o coração de seu marido e vai à casa de Julieta. As duas brigam e Rami leva uma surra, a própria rival a socorre, leva-a para dentro, lhe empresta roupas limpas. Julieta está grávida do sexto filho de Tony e lhe diz que já foi trocada por uma terceira. Rami ouve sua história e se emociona.

Ao questionar o marido sobre as traições ele diz que não as considera como tal.

[...] \_Traição? Não me faça rir, ah, ah, ah, ah! A pureza é masculina, e o pecado é feminino. Só as mulheres podem trair, os homens são livres, Rami. (Niketche, 2004, p. 29)

Rami vai à casa da terceira, Luísa, e vivencia o mesmo episódio, as duas brigam e acabam presas na delegacia. Rami se identifica: “[...] É o comandante Antônio Tomás. O meu nome é Rosa Maria” (Niketche, 2004, p. 52). Rami é solta imediatamente, sente compaixão por Luísa e diz que ela também é mulher de seu marido. As duas saem conversando da delegacia. Rami descobre que Luísa já foi trocada por uma quarta mulher, seu nome era Saly.

Rami vai à casa de Saly, leva outra surra e descobre que ela também já foi trocada por uma mais jovem de nome Mauá, uma menina ainda, na flor da juventude. Rami conclui:

[...] O coração do meu Tony é uma constelação de cinco pontos. Um pentágono. Eu, Rami, sou a primeira dama, a rainha mãe. Depois vem a Julieta, a enganada, ocupando o posto de segunda dama. Segue-se a Luísa, a desejada, no lugar de terceira dama. A Saly a apetecida, é a quarta. Finalmente a Mauá Sualé, a amada, a caçulinha, recém-adquirida. O nosso lar é um polígono de seis pontos. É polígamo. Um hexágono amoroso. (NIKETCHE, 2004, p. 58)

Rami se utiliza de todas as estratégias para prender o seu Tony. Faz aulas de amor, magia, converte-se a religiões e seitas, batiza-se no rio Jordão, mas nada resolve o seu problema. Então decide se unir às suas rivais e torna-se amiga delas.

Luísa convida Rami para o aniversário de seu filho e lá pede ao seu amante que fique com Rami, que, embriagada, entrega-se aos prazeres, mas depois se sente mal, adúltera. Luísa explica que em sua tribo as mulheres compartilham o marido da mesma forma que um prato de comida. E que era justo emprestar o amante a Rami, já que há muito elas dividiam o marido. O desejo de Rami é maior que seus valores e ela aceita a proposta de Luísa.

Movida pela dor e pelo desejo de vingança, Rami prepara uma festa em comemoração aos cinquenta anos do Tony. Convida a nata da sociedade, bem como todos os parentes influentes, inclusive o tio que é padre. Uma sociedade regida por princípios cristãos que condenavam a prática da poligamia. Após fazer um belo discurso, Rami apresenta uma a uma as mulheres de Tony, com seus respectivos filhos, um total de dezessete com os dela. Todas estão vestidas igualmente e os filhos também.

Tony leva um choque. Uma a uma as famílias vão se retirando da festa, principalmente os homens, que como ele, faziam o mesmo e temiam que suas mulheres pudessem seguir o exemplo de Rami. Tony vai para casa da mãe.

Rami autoriza às mulheres a virem à sua casa reivindicar suas necessidades, pois o Tony deveria cumprir com todas elas. Sua sogra a princípio lhe condena, depois

diz que ela foi usada pelos deuses para unir a família. Ela quer todos os netos ao seu redor, sua família é o seu orgulho.

Rami e a sogra passam a defender a poligamia, por que na verdade, a sociedade era hipócrita, condenava a poligamia, mas a praticava em oculto.

Tony acaba se casando com todas as mulheres e registrando todos os filhos. Faz uma escala semanal, na qual ele tem a obrigação de passar uma semana na casa de cada uma. Desta maneira elas monitoram o Tony e usufruem de liberdade enquanto Tony se distrai com uma delas. Ele não aguenta a pressão, pois agora precisa assistir a todas as mulheres e filhos e culpa Rami pela bagunça que sua vida se tornou, pois nunca quis ter responsabilidade com nenhuma amante, desejava apenas usá-las.

Começou a procissão das mães e das crianças. O Tony já não aguentava, fugia deles. Rami, aguenta tu com essa gentalha. Aguentei com elas até onde pude, até que lhes disse: Isto acontece porque não trabalham. (NIKETCHE, 2004, p.117)

Rami explica a dificuldade de Tony em sustentar uma família tão grande e diz que elas precisam trabalhar. Rami as entrevista para descobrir o talento de cada uma e provê o capital para que elas iniciem seus próprios negócios. Saly torna-se comerciante de cereais, Luísa, de roupas, Julieta, de bebidas, Mauá, cabeleireira. Todas prosperaram e aos poucos foram percebendo que já não dependiam do Tony para sobreviverem.

A convivência com as mulheres do norte aos poucos vai modificando as crenças e a identidade de Rami. As mulheres do norte são mais livres, enquanto as do sul, mais submissas, devido às influências europeias sofridas. Rami busca refúgio na mãe e descobre que é uma reprodutora desse sistema que a faz tão infeliz.

A mãe é triste. Rami também e suas filhas o serão também. Vejo a tristeza desta mulher à minha frente. Uma mulher triste como eu. Esta imagem de tristeza terão as minhas filhas, temos nós, mulheres de todas as gerações, de todo o universo. (NIKETCHE, 2004, p. 194)

Apesar das cinco esposas, Tony se encanta por uma jovem chamada Gaby e sem avisar viaja com ela pra França em lua de mel. Enquanto ele está fora um homem é atropelado e a família o tem como sendo o Tony. Rami quer que a polícia faça o reconhecimento do corpo, mas a família alega pela tradição e não permite. Rami diz que o tal homem não é o Tony, pois não encontra uma cicatriz que ele tinha. Mas ninguém a ouve, todos a culpam pela morte do Tony. Seguindo a tradição, eles rapam a cabeça de Rami, cortam seu corpo com navalha nos rituais de viuvez. Retiram todos os móveis e utensílios da casa, deixando-a sem nada, nem mesmo uma cama para dormir, ela e os filhos devem dormir no chão. Por ela ser a primeira esposa, apenas ela sofre os horrores da tradição.

Rami é a grande culpada pela morte do Tony. Todos a condenam. Dentro de

oito dias ela deve tornar-se esposa de um dos irmãos do Tony para cumprir a lei do levirato. Esta parte Rami estava desejando que acontecesse, queria dançar o Niketche para seu cunhado e futuro marido. Pois para ela “[...] Vale mais a pena ser amada por um minuto que desprezada a vida inteira” (NIKETCHE, 2004, p. 225). Niketche é uma dança sensual praticada pelas mulheres do norte na arte da conquista para enlouquecer os homens. As mulheres do sul a desconhecem. Rami quer que Mauá a ensine o Niketche.

Assim que o irmão de Tony cumpre o levirato, Tony chega de viagem e encontra a casa vazia, os filhos presos num quarto vazio e Rami solitária, sentada ao chão. Ele leva um choque e pergunta o que houve.

[...]— Foi desumano o que fizeram contigo. Ah, cultura assassina! Ele entra em delírio. Diz que não sabia que a vida era má, nem imaginava que as mulheres sofriam tanto. Sempre achara que a sociedade estava bem estruturada e que as tradições eram boas, mas só agora percebia a crueldade do sistema. (NIKETCHE, 2004, p. 229)

Tudo o que Rami quer é se vingar, para isso se utiliza das armas do próprio Tony, as mulheres. Aos poucos ela consegue convencer Luísa a aceitar o pedido de casamento de Vito, o amante que as duas dividiam. Ao comunicar ao Tony que vai se casar, ele quase morre de susto e decepção, nunca havia experimentado a sensação de rejeição e abandono. Luísa oferece a Rami o lugar de segunda esposa do Vito, pois ser segunda é só prazer e alegria.

Tony rejeita a sexta esposa que elas lhe oferecem e todas o abandonam. A Julieta decide se casar com um português muito rico que lhe ama e faz tudo que ela quer. Saly vai se casar com um padre italiano que abandonou a batina por sua causa. Mauá também já está vivendo outro amor.

Só fica Rami. Ele a abraça e pede socorro. Percebe que ela está grávida e lhe pergunta se o filho é dele. Para seu desespero Rami diz que o filho é do seu irmão, o que cumpriu o levirato. Tony enlouquece. Rami consegue realizar a tão desejada vingança.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que tanto Kehinde quanto Rami tiveram suas identidades marcadas por ideologias europeias que se impuseram por meio do processo de colonização. Kehinde não sofreu muito com tais imposições porque sempre cultivou o sonho de liberdade, por estar sozinha em terra estrangeira teve que aprender a se virar, tirando proveito de tudo que aprendia em benefício próprio.

Kehinde tornou-se independente, guerreira, com tino para o comércio e construiu sua identidade a partir do conhecimento adquirido ao longo de suas vivências, teve maturidade e oportunidade para optar sobre quem e o que queria ser. Descobriu que o

dinheiro lhe daria poder para conquistar o respeito da sociedade e o status de branco, tornou-se uma grande empresária. A identidade brasileira lhe abriria as portas no exterior, por isso adotou o título de senhora Luísa Gama.

Rami já foi criada dentro de uma cultura que considerava a mulher um ser inferior e dependente do homem. Acreditava que a mulher nasceu para servir ao homem. As ideologias europeias nortearam a vida de Rami até os 40 anos, quando ela descobre a hipocrisia da sociedade em professar uma coisa e fazer outra, no caso da poligamia. Rami se revolta e desmascara a sociedade na qual vive. Sua vingança não é contra o seu marido apenas, mas contra um sistema que a oprimiu a vida inteira, não só a ela, mas a todas as mulheres.

Rami deseja se libertar do jugo imposto por uma cultura cruel e desumana em relação à mulher. Também é uma guerreira, assim como Kehinde.

Ambas são mulheres, africanas. Rami denuncia a crueldade de uma tradição que perdura por gerações e é reproduzida automaticamente, mas que não edifica e nem contribui para a construção da alteridade da mulher. Rami representa todas as mulheres, vítimas de culturas machistas, socialmente construídas com o fim de dominá-las. Ela dá um basta neste domínio e decide se construir. As crenças e ideologias de outras tribos com as quais convive através das mulheres de Tony a ajudam a entender de fato como as mulheres são vítimas de pensamentos opressores, propositalmente construídos para este fim. Ao proporcionar a emancipação das mulheres de Tony, Rami está promovendo a sua emancipação. Ao dar a elas a chance de escolherem outra vida, ela está mostrando a todas as mulheres que é possível desconstruir aquilo que nos prejudica e construir algo novo, a partir de nossas vivências. É possível um recomeço e uma transformação social que deve começar no interior de cada mulher.

Kehinde e Rami representam a nova versão da história da mulher. Uma versão na qual elas conquistam autonomia do ser, a capacidade de escolher seus destinos sem estarem dependentes do outro para existirem. Elas simplesmente existem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lídia Maria Nazaré. **Clarice Lispector e Franz Kafka em cena: Não tomar seu santo nome em vão**. Tese (Doutorado em Letras) Instituto de Letras - UFF. Niterói – Rio de Janeiro. 2009. 234p. Site: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br)

CÂNDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de Males. Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, Número especial Antônio Cândido, Campinas. 1999. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/viewFile/3560/3007> acesso em 05/08/2016.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de poligamia**/Paulina Chiziane. – São Paulo: Companhia das Letras. 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 952 p.

HALL, Stuart. **Que negro é esse na cultura negra?** In: Da diáspora: Identidades e mediações culturais/Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Gaurdia Resende ...[et al]. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil. Humanitas. 2003, 434 p.

SPIVAK, Gayatri. **Quem reivindica a alteridade?** IN: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como critica da cultura.** Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1994. pp 187/205.

## A INFLUÊNCIA QUE O CONSELHO DA MULHER EXERCE NO TOCANTE A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA

**Sara Regina Santos Oliveira**

**David Sousa Garcês**

**Fábia Costa**

**Diêgo Matos Araújo Barros**

**Valeska Denise Sousa Garcês**

**RESUMO:** O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise sobre as ações do conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus - BA, no tocante a efetivação do atendimento e acolhimento das mulheres negras vítimas de violência, com o intuito de verificar se as intervenções das conselheiras estavam sendo eficazes e contribuindo com a inclusão social das mulheres vítimas de violência. O trabalho, de cunho descritivo, possui uma abordagem qualitativa e visa descrever as impressões das conselheiras acerca da rede de atendimento às mulheres negras vítimas de violência doméstica e a influência que o conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus-BA exerce na promulgação da garantia de direitos das mulheres negras vítimas de violência. Para isso foi aplicado junto às conselheiras entrevistas semi-estruturadas no intuito de verificar as ações realizadas pela rede de atendimento às mulheres negras vítimas de violência doméstica, assim como também foi necessário a realização de uma pesquisa bibliográfica que auxiliou na construção do

referido trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência. Mulher. Raça.

**ABSTRACT:** The objective of the present work is to analyze the actions of the women 's council of the municipality of Santo Antônio de Jesus - BA, in order to ensure the care and reception of black women victims of violence, in order to verify if the interventions of the counselors were being effective and contributing to the social inclusion of women victims of violence. The descriptive work has a qualitative approach and aims to describe the counselors' impressions about the network of care for black women victims of domestic violence and the influence that the council of the woman of the municipality of Santo Antônio de Jesus-BA exercises in the enactment guaranteeing the rights of black women victims of violence. For this purpose, semi-structured interviews with the counselors were applied in order to verify the actions carried out by the service network for black women victims of domestic violence, as well as a bibliographical research that helped in the construction of this work.

**KEYWORDS:** Violence. Woman. Breed.

### INTRODUÇÃO

A “Violência contra a mulher”, especificamente contra a mulher negra, será

a temática abordada neste trabalho. O mesmo teve como intuito analisar, a partir dos discursos das conselheiras integrantes do Conselho dos Direitos da Mulher no município de Santo Antônio de Jesus - BA, as ações/influências realizadas pelo referido conselho em prol da mulher negra vítima de violência, e violência doméstica, no referido município em questão.

A violência doméstica contra a mulher, assim como a violência em geral, não é algo recente, mas, está presente em todas as sociedades desde os primórdios da humanidade. Esse tipo de violência tem sua origem na desigualdade de gênero, em questões históricas e culturais e, atinge milhares de mulheres nas dimensões: física, emocional, sexual, socioeconômica e cultural. No Brasil, as mulheres negras são as mais afetadas por esse tipo de violência. De acordo com o Mapa da Violência 2015, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), pontuou que houve um aumento de 54% de homicídios de mulheres negras passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Sendo que as taxas das mulheres e meninas negras vítimas de homicídios cresceu de 22,9% em 2003 para 66,7% em 2013. Isso representa um acréscimo de 190,9% na vitimização de negras, em comparação ao de brancas.

De acordo com Carneiro (2001), a situação de desigualdade vivenciada pela mulher negra no país, em todos os âmbitos, pode ser considerada como uma extensão do período de escravidão. Pois, verifica-se que, além da desigualdade de gênero, essas mulheres também são vítimas da discriminação devido a sua cor ou raça.

As lutas sociais em prol da garantia dos direitos humanos das mulheres negras, contribuíram para a efetivação de alguns dos seus direitos, no entanto, as mesmas ainda permanecem em situação de desvantagem econômica, social, dentre outros aspectos, em comparação às mulheres brancas. O sistema político brasileiro em sua maioria, injusto e racista, no qual persistem as relações de poder e de conflito, muitas vezes não prioriza a implementação de políticas públicas voltadas para essas mulheres contribuindo assim, para a perpetuação da prática de atos violentos de naturezas física, moral ou psicológica contra as mesmas.

Corroborando com a afirmativa, Djamilia Ribeiro (2014), coloca em pauta que o resultado da pesquisa realizada pela (FLACSO), o Mapa da Violência 2015, evidencia que existe uma falha do Estado em não promover políticas públicas específicas para as mulheres negras e pobres no Brasil, necessitando de uma assistência interseccional para as mulheres negras. Isso, advêm, do processo histórico “pós-escravista” que impôs à população negra situações de discriminação e repressão (RIBEIRO, 2006).

A elas cabem o acesso aos menores níveis de escolaridade, trabalhos precarizados, moradia e salários indignos, acesso fragilizado de saúde, educação e lazer, submissão e inferioridade em relação à cor e gênero em seus diversos espaços ocupacionais.

A instituição de mecanismos no âmbito jurídico e das políticas públicas com o intuito de coibir às práticas da violência doméstica ainda não foi suficiente para dissipar essa problemática. Os dados revelam que a criação da Lei Maria da Penha,

por si só, não reduziu efetivamente o quantitativo de mulheres vítimas de violência de forma expressiva. O decréscimo no número de homicídios ocasionados por violência doméstica, cujo autor do crime em sua maioria é homem, parceiro ou ex-parceiro da vítima, teve uma redução inexpressiva e explícita a necessidade de criação de outras medidas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Ao longo da discussão do presente trabalho, destacamos o fato das mulheres negras que, enfrentam condições desiguais no que concerne a estrutura social e econômica do país, estando submetidas às adversas situações de discriminação.

Sabemos que a instituição pública, especialmente o gestor público, tem uma grande responsabilidade no que concerne a combater qualquer tipo de violência, mais especificamente punir legalmente qualquer procedimento de atendimento que contribua e transborde para que o preconceito e a violência de etnia/cor e gênero manifestem e perpetue na sociedade. No entanto, é imprescindível que a população seja ativa, expressando suas demandas e exigindo seus direitos.

O interesse em realizar a referida pesquisa, surgiu através de inquietações que ocorreram a partir de leituras, reflexões e discussões da bibliografia referente à violência contra a mulher e na convivência durante o período de estágio do curso de graduação nas áreas de Serviço Social e Psicologia, respectivamente no SUS e no SUAS, com mulheres vítimas de violência que relatavam não denunciar atrocidades sofridas por companheiros, vizinhos e familiares pelo fato de haver um frágil sistema de proteção à mulher que a resguardasse de qualquer perigo.

O presente trabalho tem como objetivo central realizar uma análise sobre as ações do conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus - BA, no tocante a efetivação do atendimento e acolhimento das mulheres negras vítimas de violência, com o intuito de verificar se as intervenções das conselheiras estavam sendo eficazes e contribuindo com a inclusão social das mulheres vítimas de violência.

É interessante frisar, que o referido Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher (CMDM) foi criado em 2010, sendo formado por 24 conselheiras, sendo 12 titulares, 06 representantes da sociedade civil e 06 representantes do poder público e suas respectivas suplentes.

## **METODOLOGIA**

O caminho para a ampliação do conhecimento acerca da situação das mulheres negras vítimas de violência doméstica na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA compreende a realização de uma pesquisa científica, tal como nos propomos realizar a partir deste trabalho científico.

De acordo com Cassab (2007), a pesquisa científica se propõe superar a aparência. Decorre da curiosidade e é a forma de observação, verificação e explanação dos fatos que o homem deseja ampliar a compreensão. A partir desta definição apresentada acima, especificamos aqui a estratégia metodológica abraçada nesta presente

investigação.

O presente estudo é de cunho descritivo de abordagem qualitativa. Ou seja, a pesquisa visa descrever as impressões das conselheiras acerca da rede de atendimento às mulheres negras vítimas de violência doméstica e a influência que o conselho da mulher do referido município exerce na promulgação da garantia de direitos das mulheres negras vítimas de violência. Utilizamos a pesquisa descritiva porque segundo Gil (2008), ela descreve as características de determinada população ou fenômenos.

O estudo foi realizado no município de Santo Antônio de Jesus situado no Recôncavo Sul da Bahia. A amostra do presente estudo foi composta por três indivíduos do sexo feminino que atuam no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do referido município, onde, para se preservar a identidade das referidas utilizou-se na pesquisa nomes fictícios, tais como: Tulipa; Rosa e Angelica. A postura de escuta e o respeito são atividades necessárias à construção de uma leitura acerca das impressões e das experiências das conselheiras sobre a violência contra a mulher, especificamente a mulher negra. Para iniciar o estudo foi necessário primeiramente realizar uma pesquisa bibliográfica que consiste em uma revisão de literatura que viabiliza a orientação do trabalho científico por meio de fontes teóricas disponíveis em livros, site de internet, periódicos, dentre outros (PIZZANI et. al.,2012, p.54).

Na fase seguinte foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas junto as conselheiras no intuito de verificar as ações realizadas pela rede de atendimento às mulheres negras vítimas de violência doméstica.

A entrevista é um instrumento importante de pesquisa neste trabalho, pois segundo Marconi e Lakatos (2007) ela é um encontro de dois sujeitos, a fim de que um deles obtenha informações sobre determinado assunto. Nesta modalidade de entrevista, o entrevistador dispõe de um guia com alternativas pré-definidas e perguntas abertas e combinadas, tendo a liberdade de mudar a ordem das perguntas e aprofundar em algum tema de interesse da investigação e o entrevistado, ter liberdade de responder as perguntas que lhe foram apresentadas (ALVARENGA, 2012).

Para os fins desta pesquisa um dos elementos centrais a ser investigado são as ações do conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus, no tocante a efetivação do atendimento e acolhimento das mulheres, especificamente as autodeclaradas como negras vítimas de violência, buscando observar se as mesmas estão sendo realizadas de forma eficaz.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No que se refere às intervenções sociais sejam elas urbanas ou rurais promovidas pelas representantes do Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher é identificado que essa instituição exerce influência no município no tocante a garantia dos direitos das mulheres negras vítimas de violência doméstica na medida

em que elas realizam reuniões e conferências.

Cabe destacar, que uma das ações do conselho em questão é fomentar a assinatura do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pelo gestor público municipal a fim de viabilizar políticas públicas para as mulheres santantoninenses, como destacam as conselheiras. Outra medida parte da realização de mobilizações junto à comunidade por parte das referidas conselheiras no município, pressionando a gestão pública municipal para a criação de Políticas Públicas para as mulheres, onde, essa situação se integraliza, quando elas convidam a gestão pública para discutir sobre as necessidades do município e da própria sociedade civil que por sua vez, é legitimado por lei o direito de estar inserida no processo decisório coparticipando das atividades da gestão pública do município. As falas a seguir ilustram a luta das conselheiras para mobilizar a sociedade e a Gestão Pública Municipal a discutir políticas públicas voltadas para as mulheres:

[...] É justamente a questão desse pacto que a gente tá tentando que seja assinado é para dar uma abertura, porque a partir da assinatura dele então vão ser assim mobilizados questões para justamente criar políticas públicas voltadas para mulheres, a mulher no todo né, mais até assim, o momento a gente tem a atuação do conselho que já está correndo atrás para tentar conseguir justamente para ser viabilizadas as políticas públicas né para a criação dessas necessidades que a gente tem pra voltadas para a mulher mais infelizmente, pelo menos eu não, não tenho conhecimento de algo assim já mais concreto né. A assinatura do pacto é assim, que já teve até um prazo, teve um prazo, que já, que já expirou e aí o pessoal de salvador representante da secretaria né, estadual vieram e conversaram e disseram que estenderia um pouco este prazo. Então assim a dificuldade é a gente sentar e ver e a gestão, o poder executivo disser vamos assinar e aí tem que entrar, ter um consenso questão do dia, de data e tal e o pessoal vem traz o documento e o prefeito assina. Então ainda não chegou neste ponto aí de dizer assim vai marcar tal data, a gente vai assinar logo. [...] (ROSA, 2015).

[...] eu vejo hoje é a nossa coragem de tá fazendo esse enfrentamento e lutando para a gente conseguir ser vista conseguir ser ouvida porque toda vez que a gente tem uma situação que é voltada para a mulher a gente tem que tá brigando com o poder público para a gente conseguir ser ouvida, ser recebida e ser atendida né então assim o ponto positivo hoje que eu falo é o conselho existir e tá lutando e tá correndo atrás dessas políticas públicas que ainda não tá no município (TULIPA, 2015).

[...] nós temos é as palestras, os encontros, os movimentos sociais onde a gente discute muito para consolidar esses direitos que venham o mais rápido né esses direitos e políticas para as mulheres, que elas se sintam mesmo abraçadas que na conferencia a gente viu isso muitas mulheres negras das zonas rurais que vieram buscar os direitos delas, dizer o porquê que elas estavam ali naquela conferencia [...] Elas reivindicavam os melhores direitos na saúde, na educação, na moradia, que o poder público viesse ver, reivindicar uma delegacia da mulher para ter um acolhimento, uma casa de acolhimento para dar proteção a essas mulheres que sofrem violência (ANGELICA, 2015).

Diante disso, faz-se necessário também, a implantação de políticas públicas que contemplem especificamente a mulher negra em Santo Antônio de Jesus no que concerne ao combate das desigualdades provocadas pela discriminação social e

racial, seja nos espaços públicos e/ou privados. Acredita-se, que, as ações municipais do conselho serão mais efetivas a partir do momento em que se organizar uma Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e discutir a viabilização de uma alocação orçamentária ao município para que, os órgãos promovam políticas de promoção da igualdade racial com o intuito de desconstruir e/ou minimizar o racismo e o preconceito, cooperando para a redução das desigualdades raciais, seja nas dimensões social, econômica, educacional, política, cultural e da saúde. Como identificado nas falas das conselheiras, elas são agentes que estabelecem canais de diálogo e deliberação, escuta e defendem os interesses da comunidade, garantem a informação e a divulgação de suas deliberações bem como, dos benefícios, programas e projetos das políticas direcionadas para as mulheres.

A relevância do presente estudo permeia sobre a atuação das conselheiras na luta pela garantia do acesso aos direitos da mulher, inclusive da mulher negra e na luta contra a violação dos Direitos Humanos. Entende-se que é necessário que as conselheiras, seja qual for o eixo temático, precisam se apoderar dos conhecimentos e de concepções a respeito de assuntos que permeiam as demandas da minoria da qual se está lutando. Pois, historicamente:

A classificação da Mulher tem sido norteada pelas óticas biológica e social, determinantes para a desigualdade de gênero, que traz em seu bojo uma relação assimétrica sob a égide de um discurso que se pauta na valoração de um sexo sob o outro [...]

A violência contra a mulher traz em seu seio, estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Tais relações estão mediadas por uma ordem patriarcal proeminente na sociedade brasileira, a qual atribui aos homens o direito a dominar e controlar suas mulheres, podendo em certos casos, atingir os limites da violência (PINAFI, 2007, pg. 1 e 4)

Sendo assim, compreende-se que produção de conhecimento sobre as temáticas: gênero, direitos da mulher, violência doméstica, preconceito racial e o papel do conselho diante desses assuntos é imprescindível para contribuição da qualificação interventiva das representantes do Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher.

## CONCLUSÃO

Na contemporaneidade há uma disposição de algumas gestões públicas municipais em trabalhar e buscar a inclusão da população através de iniciativas coletivas que viabilizem o progresso municipal. É o que podemos chamar de um entrelaçamento da democracia representativa e democracia participativa, no sentido da população contribuir nos espaços de decisão política através do processo eleitoral a partir do voto para a escolha dos seus representantes mais também, do modus operandi das ações ocorridas nos espaços de decisão política como os conselhos, que têm como

premissa contribuir para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas municipais, dando a possibilidade de construir acordos em defesa a não violação dos direitos da mulher, alterações de regulamentação de leis municipais que permita o ingresso de ações voltadas para as mesmas, bem como, descontingenciamento de recursos federais, estaduais e municipais das políticas públicas.

O Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher é resultado deste processo de democratização por ser um espaço de decisão política municipal com a finalidade de promover políticas públicas que visem assegurar condições de liberdade, igualdade de direitos entre gêneros e a possibilidade plena da participação da população nas atividades políticas, econômicas e culturais do referido município propondo debates, recebendo e examinando denúncias de fatos de violação aos direitos da mulher tomando as devidas providências, encaminhando, acompanhando e interagindo junto com os órgãos competentes e exigindo o cumprimento da legislação vigente que certifica os direitos da mulher.

A atuação do conselho no município representa a luta de algumas mulheres, de diversidades: sexual, geracional, étnico/racial, socioeconômica e política para viabilizar o estabelecimento de leis tornando-se um lócus para se alcançar políticas para as mulheres condizentes com a realidade brasileira, sendo expresso assim, suas respectivas demandas e expectativas sociais.

A partir da impressão das entrevistadas em relação ao preconceito racial no município, é preciso que o conselho atue por meio de políticas públicas municipais, nos âmbitos da educação e nos aspectos de geração de trabalho e renda para a comunidade negra do município, incluindo ações que minimizem o preconceito racial e que essa demanda seja um dos objetivos no plano diretor a ser implementado.

O conselho em questão tem viabilizado ações para minimizar a violência contra a mulher, dentre elas a violência doméstica. Atualmente no município inexiste uma Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher e o conselho tem pressionado o poder público para viabilização desta rede haja vista, que a Gestão Pública Municipal se isenta de assinar o Pacto de Enfretamento a Violência contra a Mulher, não elucidando os motivos, para que o município tenha possibilidade de construir uma política municipal de acordo com as determinações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Neste caso, é possível verificar uma inversão de papel do conselho e do gestor público do município, pois, a sociedade civil tem lutado pela efetivação de algo que é missão também do gestor público. Cabe destacar que no estudo, fica explícito nas entrelinhas dos relatos das conselheiras, que elas ao se depararem com os entraves que dificultam o trabalho do conselho, manifestam sentimentos como impotência, indignação e tristeza, mas ao mesmo tempo, sentimento de alegria por estar fazendo parte de um movimento de luta pela igualdade de gênero.

Conclui-se que o conselho é um espaço que abarca uma diversidade de representações e possibilita a participação da população no dever de exercer seu papel como cidadão que é lutar por uma sociedade mais justa e igualitária através do

reconhecimento de que somos sujeitos de direitos.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. M. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos**. Tradução de AMARILHAS, C. 2. ed. Paraguai: Universidad Nacional de Asunción, 2012.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, 2001, Durban: África do Sul. Revista Lola Press, nº 16, 2001. Disponível em: < [http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=208](http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=208)>. Acesso em: 22 de Novembro de 2015

CASSAB, L.A. **Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social**. Revista Katál. Florianópolis, v. 10 ,n. esp., p. 55-63, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. – 2. Repr. São Paulo: Atlas, 2007.

PINAFI, T. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. Revista Histórica, nº 21, 2007. Disponível em: < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/editorial/>>. Acesso em: 11 de Janeiro de 2016.

PIZZANI, L.et. al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, 2012.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, D. **As diversas ondas do feminismo acadêmico: os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher e um desafio do mundo atual**. Revista Carta Capital, 2014.

## A CAPOEIRA ANGOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

**Janayna Rocha Magalhães**

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de  
Ciências Sociais  
Uberlândia - MG

**RESUMO:** A redemocratização brasileira pós-1985, fez surgir no Brasil um novo ciclo de mobilizações mais centradas na problemática da exclusão social. Este estudo foi realizado partindo-se de uma perspectiva dos movimentos sociais enquanto grupos que enfocam suas atividades nas práticas sociais, exercidas por agentes sociais que buscam a construção e ampliação da cidadania na sociedade civil. Nesse contexto, o estudo do *Projeto Capoeira Angola*, promovido pelo grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa da cidade de Uberlândia – MG serviu como uma forma de investigar como se realiza na prática a construção da cidadania pelos movimentos sociais. Neste sentido, esta pesquisa teve por objetivo estudar o formato organizacional e o conteúdo de ação do grupo de capoeira angola em seu intuito de trabalhar em direção ao fortalecimento de um segmento da sociedade civil. Pretendeu-se também analisar quais as linhas de ação dos movimentos sociais na sua tentativa de assumirem um papel ativo na luta pelos direitos de cidadania. Nesta investigação, os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise de documentos e dos

projetos já realizados pelo grupo, e entrevistas com os membros do grupo. Nossa análise procura mostrar que, através de seus projetos de inclusão social, o grupo vem se empenhando na prática do exercício da construção da cidadania, criando espaços alternativos de atuação política, social e cultural. A proposta deste estudo centrou-se em proporcionar a ampliação do entendimento sobre práticas sociais que envolvem a questão da construção e exercício da cidadania na sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania, Movimentos Sociais, Capoeira Angola.

**ABSTRACT:** The Brazilian redemocratization post-1985, made appear in Brazil a new cycle more centered in mobilizations on the problematic of the social exclusion. This study was accomplished through a perspective of the social movements while groups that focus its practical activities in the social exercises, exerted for social agents who search the construction and magnifying of the citizenship in the civil society. In this context, the study of the *Capoeira Angola Project*, promoted by the Capoeira Angola Malta Nagoa group from the city of Uberlândia - MG, served as a form to investigate how it happens in the practical the construction of the citizenship through the social movements. This research had as objective to study the organizational format and the content

of action of the group in its intention to work in direction to the reinforcement of a segment on the civil society. It's also intended to analyze which the lines of action of the social movements in its attempt to assume an active role in the fight for the rights of citizenship. In this inquiry, the methodological procedures had been the analysis of documents and the projects already carried through by the group, and interviews with the group members. Our analysis try to show that, through its projects of social inclusion, the group comes to exerting themselves the practice of exercise the construction of citizenship, creating alternative spaces of politics, social and cultural performances. The proposal of this study was centered in providing the magnifying of the agreement on practical social that involves the question of the construction and exercise of the citizenship in the Brazilian society.

**KEYWORDS:** Citizenship, Social Movements, Capoeira Angola.

## 1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objetivo investigar, através de um estudo de caso, as formas de ações coletivas promovidas pelos movimentos sociais que tentam assumir um papel ativo na produção de suas próprias formas de vida bem como na luta e conquista pelos direitos de cidadania.

Nas duas últimas décadas, segmentos populacionais da sociedade civil vêm procurando criar espaços alternativos de atuação em busca de uma solução aos seus problemas. De acordo com Scherer-Warren (1999), esses segmentos são formados por um conjunto de sujeitos sociais, como os movimentos sociais, as associações civis e as ONGs. Os movimentos sociais urbanos, alcunhados por alguns acadêmicos como “novos movimentos sociais”, se configuram como uma dessas formas de ação coletiva. Surgidos em meados da década de 1980, esses movimentos direcionam suas ações às temáticas relacionadas ao acesso à cidadania e à inclusão social.

A dificuldade em se fazer uma teoria dos movimentos sociais reside no fato de que não existe um único conceito de movimentos sociais, este varia de acordo com o tempo e com o espaço - histórico e cultural - existentes em cada sociedade. De acordo com Gohn (1997), os movimentos “transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais” (GOHN, 1997, p.12). Assim, os movimentos sociais têm por característica propor inovações e indicarem novos rumos da mudança social.

Dentre as diversas propostas utilizadas em abordagens que buscam explicar a relação tripartite (sociedade civil/Estado/mercado), alguns autores vêm trabalhando o conceito de sociedade civil elaborado por Cohen e Arato a partir da teoria da ação comunicativa de Habermas. Baseando nessa perspectiva, a sociedade civil será aqui entendida como

o espaço social onde nascem e se organizam associações voluntárias (autônomas em relação ao mercado e ao Estado), chamadas de movimentos sociais ou populares, organizações não-governamentais, grupos de mútua-ajuda, entidades filantrópicas e outros semelhantes. (SCHERER-WARREN, 1999, p.43)

Nesse contexto se inscrevem os movimentos sociais que procuram conquistar um espaço autônomo e democrático de organização frente ao Estado e ao mercado. Os objetivos dos movimentos sociais podem visar à reprodução e manutenção da cultura, formação de identidades e solidariedade, entre outros. Cada grupo dos movimentos sociais pode apresentar diferentes perfis e formas de organização, que variam de acordo com os interesses que estão em jogo na resolução de questões que envolvem principalmente, a sociedade civil e o Estado.

O que esses movimentos começaram a questionar seria o acesso à igualdade dos direitos de cidadania, aqui entendida como o acesso por parte dos indivíduos da sociedade aos direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

Através de uma análise das teorias utilizadas durante a pesquisa, o que se mostrou como mais importante a ser analisado não foi a quantidade de entidades existentes ou quais tipos de ações realizadas, mas a forma como a construção ou ampliação da cidadania se realizava através das ações desses grupos e qual seria o seu alcance na sociedade. Assim, tornou-se necessário fazer o estudo de um grupo específico, analisando como se dava sua formação e quais os propósitos que embasavam as formas de agir coletivamente no espaço da sociedade civil. Nesse processo, foi escolhido o grupo de capoeira angola *Malta Nagoa* da cidade de Uberlândia, pelo fato de já haver estudado anteriormente os projetos sociais realizados pelo grupo, ficando estes projetos denominados de *Projeto Capoeira Angola*.

O estudo do *Projeto Capoeira Angola* possibilitou analisar na prática como se dava a realização de ações de indivíduos que enfocam suas atividades nas práticas sociais buscando a construção e ampliação da cidadania na sociedade civil. No caso do *Projeto Capoeira Angola*, foi possível perceber a inclusão social de comunidades periféricas através da educação, cujas atividades são realizadas de forma a atender demandas no universo micro das comunidades.

Assim, se analisarmos essa dinâmica pelo viés das ações dos movimentos sociais, pode-se perceber que este, nos últimos anos, vêm funcionando ainda que de modo incipiente, como uma forma de agir nas relações entre o Estado e a sociedade civil, no intuito de promover resoluções das demandas da sociedade civil. Os movimentos sociais podem ser analisados, nesse contexto, como uma luta pelo exercício da cidadania, como o acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico.

A proposta metodológica se desenvolveu de forma qualitativa e dividiu-se em etapas. Num primeiro momento da pesquisa foram feitas leituras sistematizadas com o objetivo de apresentar aspectos da teorização sobre os movimentos sociais e cidadania e as discussões sobre o assunto por alguns autores. Num segundo

momento, o universo desta pesquisa se deu em torno do grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa da cidade de Uberlândia, visto que através dos projetos, o grupo procura promover a inclusão social. As discussões e resultados da pesquisa foram divididos em três capítulos.

## 2 | CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

No primeiro capítulo foi trabalhado o referencial teórico, o que possibilitou uma melhor esquematização da formação e desenvolvimento dos movimentos sociais e da cidadania no Brasil, abarcando ainda conceitos relacionados à questão do Estado e da democracia em relação ao processo de construção da cidadania no tecido social brasileiro.

No Brasil, o processo de globalização coincide com o fim do período da ditadura e início da redemocratização, o que propiciou o surgimento de uma nova forma de organização dos movimentos sociais, sob a ótica dos direitos sociais coletivos e da cidadania de grupos sociais oprimidos e discriminados. A temática dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade e status de objeto científico de análise a partir da década de 1960, período em que a própria sociedade passou a encarar os movimentos sociais como fenômenos históricos concretos.

As experiências de ações coletivas mais recentes apontam duas inovações principais: uma quanto ao formato organizacional (redes, parcerias, iniciativas cidadãs, campanhas de solidariedade, etc.); outra quanto ao conteúdo da ação (sentido da cidadania, justiça social, qualidade de vida e questões relacionadas). Procuramos estudar a existência, na prática, de um segmento dos movimentos sociais diferentes das ONGs e outros tipos de movimentos institucionalizados. O conhecimento dos projetos desenvolvidos pelo grupo de Capoeira Angola nos levaram a estudar suas ações como forma de verificar a ocorrência ou não desses grupos, e qual a sua amplitude de ações na sociedade civil.

Nesse processo de análise, tornou-se necessário perfazer um desenvolvimento do conceito de cidadania a da importância dos seus direitos na sociedade civil. Uma das definições clássicas do conceito atual de cidadania no seio das ciências sociais pode ser encontrada na obra de Marshall (1967), o qual coloca-se como desafio refletir sobre as condições de igualdade civil e política em contextos marcados por desigualdade sócio- econômica estrutural – caso das sociedades capitalistas modernas. Vale dizer, Marshall lida com o conceito de cidadania a partir de três dimensões: civil, política e social. Os direitos civis dizem respeito à liberdade individual, os direitos políticos dizem respeito à participação no exercício do poder político e os direitos sociais se referem à segurança e ao bem-estar econômico. No caso da Inglaterra, os direitos civis surgiram no século XVIII, ao passo que os direitos políticos e os direitos sociais foram institucionalizados respectivamente nos séculos XIX e XX.

Algo diferente deu-se com o processo de construção da cidadania no Brasil. De acordo com Carvalho (2002), a institucionalização de cada uma daquelas três dimensões a que se referiu Marshall (direitos civis, políticos e sociais) ocorreu de maneira diversa àquela experimentada pela Inglaterra. Enquanto no caso inglês pôde-se observar um conjunto de lutas populares, envolvendo setores cada vez mais amplos, em direção a conquistas que se materializaram na institucionalização de direitos, o caso brasileiro parece ter-se dado “de cima para baixo”, ou seja, a partir de interesses particulares “encastelados” no aparelho do Estado.

Nesse sentido, percebe-se que as diferenças do Brasil em relação ao caso inglês não se limitam a uma mera questão cronológica. Trata-se também da forma peculiar com que os direitos têm sido introduzidos ou suprimidos do tecido normativo brasileiro: mesmo tendo-se formalmente completado o ciclo de institucionalização de direitos e deveres, na prática, a cidadania não consegue atingir vastas partes da população

Assim, desde o período colonial, o Estado atuava de forma democrática limitada. Na Primeira República Brasileira (1889-1930) também conhecida como “democracia oligárquica”, a questão da cidadania se mostra bastante precária, porquanto havia a possibilidade de vislumbrar uma brecha de direitos civis com o fim da escravidão, era apenas na lei, visto que os ex-escravos não conseguiam exercer suas plenas liberdades civis. No que diz respeito aos direitos políticos, estes eram vedados às mulheres e analfabetos, assim como aos ex-escravos, que não podiam votar. A participação na política nacional era limitada à elite burguesa. Apesar de a Primeira República se tratar de um sistema de democracia, esta não atrelava a cidadania plena a seus cidadãos.

Com a queda da Primeira República, pode-se dizer que houve um avanço do ajuste da cidadania ao sistema político. De acordo com Carvalho (2002), os direitos civis aqui levaram uma vantagem, com a criação do Ministério do Trabalho e das leis trabalhistas. Mas não causaram grande impacto na sociedade por terem surgidos em um governo elitista/clientelista e também pelo fato de os direitos políticos e civis terem alcançado um avanço mínimo.

A partir de 1945, há uma melhoria no processo de introdução dos direitos políticos com a instauração de mais partidos políticos, mas de contrapartida há uma desaceleração dos direitos sociais. No período populista, o início da construção da cidadania se faz de “cima para baixo”, ou seja, o governo, comandado pela elite burguesa, doa os direitos de cidadania à população de acordo com seus interesses. Aqui o povo não participa diretamente da democracia, mas se insere nela ao apoiar os líderes fortes e populistas, a exemplo do governo Vargas.

Em 1964, os direitos civis, políticos e sociais que estavam ainda que de forma precária, instaurados no regime democrático brasileiro, foram novamente sufocados pela repressão imposta pela ditadura militar. Durante o período autoritário houve retrocessos e avanços da cidadania, mas de maneira incipiente.<sup>2</sup> Com o fim do regime militar, se inicia, em 1985 o período da redemocratização no Brasil. Carvalho (2002) salienta que

a democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual. (CARVALHO, 2002, p. 199)

De acordo com Saes (2001), o período da redemocratização até a atualidade representa ainda uma democracia limitada. O processo de redemocratização no Brasil em fins da década de 1980 e início da década de 1990 não atende os interesses e necessidades da sociedade em geral, a qual, apesar de poder exercer seus direitos políticos e terem conquistados alguns de seus direitos civis e sociais, não vê todos os seus direitos sendo exercidos, na prática, de maneira igual a todas as classes sociais. Ou seja, a cidadania no Brasil não é exercida de forma plena, já que as massas populares não têm acesso a vários de seus direitos de cidadãos.

Assim, no período atual, os sujeitos da sociedade têm procurado agir de forma mais autônoma na resolução de seus problemas sociais ao trabalharem em grupo. Esses grupos, denominados por alguns teóricos como os novos movimentos sociais, procuram agir como alternativa para a intermediação dos interesses na formação de consensos no nível da esfera pública. Ao estudar o *Projeto Capoeira Angola*, este trabalho teve por objetivo estudar os movimentos sociais enquanto grupos que enfocam suas atividades nas práticas sociais, sendo estas exercidas por agentes sociais que buscam a construção e ampliação do exercício da cidadania.

### 3 | A CAPOEIRA ANGOLA

O segundo capítulo buscou traçar um perfil da história da capoeira no Brasil, além de uma análise do *Projeto Capoeira Angola*, perfazendo um exame do conjunto de projetos sócio-culturais já realizados pelo grupo de capoeira em questão, aqui considerado como um segmento dos movimentos sociais.

A capoeira costuma ser comumente descrita como uma luta que os escravizados africanos e seus descendentes desenvolveram no Brasil. Um dos principais aspectos que caracterizam a capoeira é a sua ligação identitária com a cultura negra e a sua prática como forma de resistência. A capoeira foi criada e utilizada pelos escravizados como uma das principais formas de resistência ao senhor escravocrata. Com a abolição da escravidão, o negro, que era visto como marginal na sociedade pré e pós-republicana, continuou a utilizar a capoeira como forma de defesa ao sistema social de desigualdade em que estava inserido, através da sua prática em grupos, conhecidos como maltas.

Desde a década de 1870 e mesmo após o fim da escravidão e a instauração da República, a capoeira, por ser praticada pelo negro como defesa e como manifestação

de sua cultura, era vista como crime. A criminalização da capoeira até início do século XX era um modo de marginalizar a cultura negra, e tal fato ocorria devido à hierarquização das classes - que era velada pelo mito da democracia racial. A capoeira foi criada no Brasil como uma forma de resistência: resistência do escravo ao senhor, resistência do negro ao branco, resistência à força do caráter excludente que existe desde o Brasil colonizador e escravocrata, e que persiste até hoje.

Ao longo do século XX, a capoeira se tornou objeto de investigação de diversos autores. Existem estudos mais recentes e detalhados sobre a capoeira no século XIX com as publicações de *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)* de Carlos Eugênio Líbano Soares (2004); *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* de Mary C. Karasch (2000), *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX* de Thomas Holloway (1997), *O mundo de Pernas pro Arde* de Letícia Vidor de Souza Reis (2000), entre outras importantes obras.

Por falta de dados ou pesquisas historiográficas a respeito da capoeira no Brasil durante os séculos XVI a XVIII, não se sabe ao certo a origem da capoeira. Apesar dessas variações, há um consenso geral de que a capoeira tem origem nos africanos escravizados trazidos principalmente de Angola, a partir de uma manifestação cultural chamada N'GOLO, também conhecido como dança das zebras, uma dança que faz parte de um ritual de passagem à fase adulta de uma tribo africana da região de Angola.

De acordo com os estudos de Soares (1998), a capoeira no século XIX era praticada principalmente por escravizados urbanos no Rio de Janeiro. Nesse período, é importante notar que havia certa organização entre os capoeiras, que se dividiam em grupos, conhecidos como maltas. As maltas consistiam em agrupamentos de escravizados ou libertos, em sua maioria negros, mas também havia brancos, que variavam de vinte a mais de uma centena de componentes.

Durante o período do Império era possível perceber um grande predomínio das maltas no Rio de Janeiro. Cada malta se apropriava simbolicamente de um espaço da cidade, que era conquistado pelas lutas entre estes grupos. Essa rivalidade fazia parte do processo de conquista territorial de cada grupo para se fixar no meio urbano. Assim, cada malta se localizava numa “freguesia” particular:

A malta Cadeira da Senhora ficava na freguesia de Sant'Anna; a Três Cachos, na freguesia de Santa Rita; a Franciscanos, na freguesia de São Francisco de Assis; a Flor da Gente na freguesia da Glória; a Espada, no largo da Lapa; a Guaiamun, na freguesia da cidade nova [...]. (REIS apud MORAES FILHO, 2000, p. 22)

A rivalidade entre as maltas era mais acentuada entre as duas maiores maltas existente no Rio de Janeiro em meados do Século XIX: A malta Nagoa e a malta Guaiamun. De acordo com Soares (1994) os Guaiamus controlavam a parte central da cidade, enquanto que os Nagoas ocupavam a área periférica em torno do centro.

Com o passar dos anos, a capoeira vem se mostrando como uma forma de resistência aos preconceitos sociais e, de crime a cultura, ela vem se fortalecendo cada vez mais pela sua filosofia de vida e manutenção das raízes culturais afro-brasileiras. A forma como a capoeira era vista pela sociedade em seus primórdios nos permite ter uma visão da forma racista e preconceituosa que predominava no Brasil colonial a respeito da cultura negra, e que persiste ainda hoje, mesmo com a criação de leis para combater o racismo. Um dos principais obstáculos vencidos com relação ao racismo foi a criação da lei 10639/03, que institui o ensino da história da África e do negro no Brasil nos ensinos fundamental e médio.

A capoeira, antes vista como crime, praticada em sua maioria pela população escravizada e pelos excluídos, foi adquirindo respeito e sendo reconhecida culturalmente, vencendo preconceitos e se mostrando como uma verdadeira filosofia de vida. A importância do estudo das origens da capoeira teve por objetivo complementar a análise a respeito do *Projeto Capoeira Angola* na cidade de Uberlândia.

O grupo de capoeira angola surgiu na cidade de Uberlândia em 1996, sob a coordenação do Professor Guimes Rodrigues Filho<sup>3</sup>. O objetivo da constituição do grupo tinha por pilares o resgate da cultura negra na cidade de Uberlândia, visando à inclusão social de crianças e adolescentes da comunidade periférica uberlandense.

No início, o grupo não tinha espaço próprio em que pudessem ser administrados os treinos de capoeira e as aulas de musicalização, tendo peregrinado por diversos locais como academias, a Associação de Teatro de Uberlândia (ATU), no mercado municipal e a UFU, no Campus da Educação Física, e, no Campus Santa Mônica, durante os anos de 2004 a 2008.

Foi durante o período em que o grupo fazia os treinos e aulas na ATU que os propósitos do grupo começaram a ganhar formato. Algumas bolsas-auxílio começaram a ser concedidas por meio de doações arrecadadas com as mensalidades de outros alunos e de duas famílias de São Paulo que patrocinavam as bolsas para que os alunos mais necessitados pudessem terminar os estudos. Esse foi o primeiro passo do grupo em direção a uma tentativa de inclusão social desses jovens, principalmente para criar oportunidades de ingresso na universidade.

A realização de um dos primeiros projetos do grupo aconteceu em dezembro de 2003, e culminou no I Encontro Nacional de Capoeira Angola na cidade de Uberlândia, em homenagem à entrega do diploma de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal de Uberlândia ao Mestre João Pequeno, um dos principais mestres da capoeira angola. O Encontro Nacional foi realizado na Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com a fundação Palmares. Dentre os principais projetos, se destacam:

- Projeto de Extensão nº 4118/2004 PROEX-UFU do Departamento de Ciências Sociais da UFU: este projeto trouxe, em 2004, a capoeira Angola para dentro da Universidade.
- Projeto Fica Vivo do Governo Estadual: realizado no Bairro Morumbi, por ser

o bairro de Uberlândia com maior índice de homicídios entre a população de 12 a 24 anos.

- Projeto CAPS Tibery: a capoeira Angola como parte do processo terapêutico do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) do município, a dependentes de álcool e drogas.
- Projeto Orquestra de Berimbaus do Fundo Municipal de Cultura (FMC 057/2006/2007): projeto em cujas escolas sedes estudavam jovens com surdez e que simultaneamente foi desenvolvido na UFU. Os participantes foram co-autores de um livro publicado no segundo semestre de 2007, intitulado Capoeira Angola: Uma pequena enciclopédia da cultura afro-brasileira na escola.
- Projeto de Extensão PEIC-PROEX-UFU/ nº 24/2005: uma proposta de tentativa de transformação sócio-cultural através da capoeira Angola. Trabalho realizado na Escola Municipal Prof. Jacy de Assis desde 2004 e que teve início numa quadra comunitária do Bairro, tinha por objetivo ampliar o campo de ação do grupo, possibilitando a participação de mais alunos e em melhores condições de espaço.
- Projeto de Extensão PEIC-PROEX-UFU/ nº 06/2006: A juventude conta história da cultura afro-brasileira através do teatro de mamulengos: A capoeira angola. Trabalho em que foram incluídas as crianças com surdez. A dinâmica incluía, além das aulas de capoeira e de história do negro e do Brasil, aulas de teatralização, em que as crianças construíam bonecos e davam vidas aos personagens criados. A interação entre as crianças ouvintes e as crianças com surdez foi positiva, já que as crianças com surdez se socializaram mais com os colegas da escola, e as crianças ouvintes puderam ter contato com a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).
- Projeto de Extensão PEIC-PROEX-UFU/ nº 13/2007: A Capoeira Animada Angola. Neste projeto os participantes aprenderam a arte da animação gráfica em computadores através da capoeira Angola. Nesse projeto as crianças com surdez também participaram e as aulas de informática foram explicadas às crianças surdas através de um intérprete em língua de sinais.
- Projeto da Lei de Incentivo Municipal à Cultura SMC053-IF: Capoeira Angola na Escola. Projeto que atendeu quatro escolas municipais com o objetivo de ampliar a rede de atividades visando a inclusão social.
- - Projeto do Programa Capoeira Viva do Ministério da Cultura/PETROBRÁS/Museu da República - Projeto 26302/2006: Doutor Mestre João Pequeno: A trajetória do Negro no Brasil através da Capoeira Angola. Este projeto produziu um documentário sobre o Doutorado do Mestre João Pequeno.
- Projeto 36664/2007-2008, do Programa Capoeira Viva do Ministério da Cultura/Fundação Gregório de Matos: a difusão da Capoeira angola através do desenho animado e da produção de livro digital para pessoas cegas e surdas. Este projeto propõe a difusão da capoeira através da produção de uma nova animação sobre a história da capoeira no Brasil focalizando a guerra do Paraguai. Esta animação contou com uma adaptação para a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), a fim de atender as pessoas com surdez. O projeto desenvolveu ainda a produção da versão digital do livro “Capoeira angola: uma pequena enciclopédia da cultura afro-brasileira na escola, que

também contemplou pessoas cegas e surdas.

Pudemos perceber que, desde 2004, o grupo vem se firmando na realização de projetos que procuram promover o resgate da cultura negra e a inclusão social de alguns segmentos da sociedade civil. No entanto, dentre os diversos indivíduos que já participaram ou participam do grupo, nem todos fazem parte do desenvolvimento das atividades do que aqui chamamos *Projeto Capoeira Angola*. As atividades do *Projeto Capoeira Angola* têm sido desenvolvidas por um número que varia entre 10 e 15 integrantes do grupo de capoeira angola Malta Nagoa. Estes integrantes decidiram atuar nos projetos a partir de sua identificação com a prática da capoeira angola.

Através de uma análise dos projetos e das entrevistas, tentou-se demonstrar como a prática das atividades do grupo nos locais em que opera tende a provocar mudanças nas relações sociais, possibilitando a inclusão social dos membros participantes. A análise contou inicialmente com a coleta de dados e documentos sobre o grupo, que se compõem de históricos (concedido por membros do mesmo), editais de incentivo a projetos de cultura e inclusão social dos quais o grupo concorreu.

A primeira parte do roteiro tinha por objetivo traçar um perfil dos membros do grupo. As atividades são desenvolvidas normalmente por cerca de 10 a 15 integrantes que participaram de todos os projetos. A formação deste grupo que se responsabiliza pelas realizações das atividades que aqui denominamos de *Projeto Capoeira Angola* se deu a partir de uma afinidade entre os integrantes do grupo com a prática da capoeira angola, ou seja, o grupo se encontra unido por um laço de identidade coletiva, que é a capoeira. Esse dado é relevante pelo fato de ser a principal característica revelada na análise do perfil dos integrantes do grupo.

A segunda parte da entrevista contou com um roteiro composto de questões abertas, de modo a responder as principais perguntas da pesquisa. A sondagem abordou as seguintes questões: se através dos projetos eles visualizavam a possibilidade de inclusão social dos participantes e a ampliação dos direitos de cidadania dos mesmos; se o estudo da capoeira angola proporciona uma visão mais construtiva sobre o conhecimento da história afro-brasileira aos participantes; qual a importância das bolsas e recursos que o grupo já obteve para a realização de alguns dos projetos.

Ao questionar o grupo a respeito das oportunidades de inclusão social que os indivíduos que participam dos projetos teriam ou encontrariam acesso, um dos membros entrevistados exemplificou com os próprios resultados já alcançados pelos projetos. De acordo com a resposta do entrevistado, a participação do público-alvo nos projetos permitiria que estes tivessem

o conhecimento e a convivência com outras realidades, como quando os alunos de diferentes escolas interagem nas atividades previstas nos projetos. permite o contato com a própria Universidade, participam de apresentações em eventos em diversos locais da cidade. E o melhor de tudo é que o investimento do grupo na escolarização das crianças e adolescentes como inscrição nos cursinhos

e participação no PAIES.... isso efetiva o direito à educação dessas crianças. (Entrevista com um dos membros do grupo realizada em 20/08/2008)

Nessa fala, pode-se evidenciar o enfoque do grupo ao promover o trabalho nas escolas, que é permitir o acesso a um direito social, o da educação. Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber que a maioria dos projetos tem por público-alvo crianças e adolescentes de escolas da periferia da cidade de Uberlândia. Nesse sentido, o grupo procura conciliar a participação dos alunos nas atividades com a frequência escolar, para que esses alunos não abandonem as aulas nas escolas, o que ocorre com certa frequência nos bairros periféricos.

A pesquisa de campo possibilitou visualizar ainda a dinâmica dos projetos na tentativa de ampliar os direitos de cidadania dos participantes, além de permitir analisar a interação e participação do público-alvo nas atividades. Durante as visitas nas escolas, chamou-nos a atenção o modo como as crianças olham quando se fala que alguns colaboradores são estudantes universitários, parecendo que são pessoas privilegiadas por poderem estudar na universidade. Essa é uma realidade distante da qual elas raramente imaginam, pois muitas sequer terminam o primeiro grau por terem que ajudar a família no sustento da casa e não sobrar tempo para estudar.

Nesse sentido de tentar promover a inclusão dos alunos à universidade, o grupo procurou, em alguns projetos, promover a concessão de bolsa-auxílio (seja de verbas dos projetos ou outro modo informal) aos alunos que estão no segundo grau. Essas bolsas foram utilizadas para complementarem o custeio do passe e alimentação dos alunos que fazem cursinho pré-vestibular.

Em 2006 o grupo trabalhou na tentativa de ampliar a possibilidade de inclusão social ao inserir nos projetos os trabalhos das crianças com surdez. Esse foi um passo importante tomado pelo grupo, pois proporcionou uma maior socialização de crianças com deficiência. A interação ocorreu entre as crianças ouvintes e as crianças com surdez permitiu abrir uma nova forma de interação dentro da própria escola.

Para além do acesso aos direitos da educação, o grupo também possibilitou a inclusão a outros direitos como o de liberdade de expressão e participação na sociedade. Exemplos disso foram encontrados nos produtos que resultaram ao final de alguns projetos, como a criação de uma cartilha sobre a capoeira angola. O livro, intitulado *“Capoeira angola – uma pequena enciclopédia de cultura afro-brasileira na escola”* (ISBN: 978-85-61191-00-9), contou com a co-autoria dos alunos, e foi lançado em dezembro de 2007 em uma noite de autógrafos no auditório Cícero Diniz da Prefeitura Municipal de Uberlândia, com a presença do prefeito da cidade e autoridades.

A análise das propostas contidas nos planos de trabalho desenvolvidos pelo grupo permitiu visualizar de que maneira o grupo vem procurando desenvolver seus propósitos através da realização das atividades. A proposta do grupo com o enfoque voltado para a prática da capoeira angola se dá pela identificação do grupo com a filosofia da capoeira angola. A capoeira, tanto à época da escravidão como nos dias

atuais, é vista pelos capoeiristas como uma forma de resistência cultural negra. O grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa se constituiu com o propósito de seguir a filosofia da capoeira angola difundida pelo Mestre Pastinha, em que

o capoeirista atento aos princípios da arte que pratica, sabe transportar o conhecimento adquirido simbolicamente na roda de capoeira (onde o jogo se desenvolve) para a grande roda que é a vida. Saber nela se conduzir, saber o momento certo de avançar e também de recuar é um aprendizado, por certo difícil, e que provavelmente não tem fim.(PROJETO A CAPOEIRA ANIMADA ANGOLA).

Seguindo a filosofia da capoeira angola, o grupo vem tentando consolidar suas atividades em espaços sociais menos privilegiados, procurando promover a inclusão social dos indivíduos que vivem nesses locais através do enfoque na educação, que é um direito social de todo cidadão.

#### 4 | OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: DIREITOS E INCLUSÃO

O terceiro capítulo teve por objetivo analisar como se deu na prática, as formas de ações coletivas propostas pelos chamados novos movimentos sociais ou movimentos sociais urbanos, retomando alguns conceitos teóricos na análise.

Os movimentos sociais que surgiram a partir do início da década de 1990 podem ser analisados como uma luta pelo exercício da cidadania. Para se entender melhor o papel dos movimentos sociais como uma ação coletiva, é importante analisar a questão do relacionamento da sociedade civil com o Estado. Nesse contexto, o surgimento de um grande número de movimentos sociais preocupados com a resolução de questões como a exclusão social, a construção e ampliação da cidadania é significativo no processo em que a sociedade civil procura se inserir no âmbito da esfera política.

Nesse sentido, o estudo do *Projeto Capoeira Angola*, proposto nesta pesquisa, tem se mostrado como uma forma de analisar as relações entre segmentos da sociedade civil, no caso os movimentos sociais, e a esfera política, no caso as instituições públicas das quais o grupo capta recursos para desenvolver os projetos a fim de atingir um público alvo mais abrangente. O que se quis destacar aqui foi o desenvolvimento das atividades do grupo com recursos de incentivo cultural “concedido” por instituições públicas, o que denuncia uma prática de assistencialismo estatal, que aparece na divulgação dos resultados dos projetos outorgados à sociedade e pelos representantes municipais, estaduais ou federais.

Através das apresentações em locais públicos com a presença de autoridades, o grupo trabalha com uma forma de reivindicação e pressão às autoridades, para que estas atendam tais reivindicações e atentem para as desigualdades sociais. O papel desses movimentos frente às classes dominantes e ao Estado é relevante pelo fato de que

na realidade histórica, só a postura das classes trabalhadoras diante da cidadania tende, de modo geral, a ser dinâmica e progressiva, enquanto a postura das classes dominantes (bem como do topo burocrático) tende no mínimo a ser estagnacionista, podendo no máximo ser regressiva (SAES, 2003, p.17).

No processo de desenvolvimento do capitalismo, o que se percebe é que os direitos civis aparecem como necessários e os direitos políticos e sociais como contingentes. O capitalismo, para desenvolver a relação entre capital e trabalho assalariado só pode ocorrer a partir do momento em que se formalizaram os direitos civis, os quais correspondem aos direitos de ir e vir, celebrar contratos e possuir propriedades.

Essa forma de analisar a instauração dos direitos, típica da forma capitalista, retrata a dinâmica da evolução da cidadania a partir do século XVII até a atualidade. percebe-se que Aqui, percebe-se que a participação política integral dos indivíduos na comunidade não ocorre no capitalismo. Esse processo de oscilação dos direitos no contexto brasileiro, decorrentes do caráter das relações entre o Estado burguês e as massas populares, se dá pela forma de agir dinâmica e expansiva na luta pela criação de direitos pelas massas populares através dos movimentos, em oposição à postura regressiva e estagnacionista diante da criação de direitos por parte das classes dominantes nas resoluções das questões sociais.

## 5 | CONCLUSÃO

No desenrolar deste estudo, procuramos entender as formas de ação dos movimentos sociais na tentativa de promover a ampliação dos direitos de cidadania e sua relação com o Estado, via pressão e luta reivindicatória. Assim, partiu-se para o estudo de um grupo, aqui considerado como uma forma de movimento social, a fim de que se pudesse analisar como são desenvolvidas as ações coletivas promovidas por este tipo de movimento social.

O estudo do *Projeto Capoeira Angola* nos proporcionou ampliar o entendimento sobre práticas sociais, institucionalizadas ou não, que envolvem a questão da construção e exercício da cidadania na sociedade brasileira, além de colaborar para uma melhor compreensão das políticas sociais promovidas através de ações coletivas e de seu impacto na sociedade.

Nesse sentido, pontuamos que através deste estudo foi possível constatar que o grupo, como um tipo de movimento social, vem se empenhando em promover a inclusão social e a conquista dos direitos da cidadania através da realização dos projetos voltados para a área educacional, tentando incentivar segmentos da sociedade a terem o acesso aos seus direitos sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HISTÓRICOS. **Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, 2004 a 2007** (mimeo)

HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro – Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX** (trad. Francisco Castro Azevedo). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

KARASCH, M.C. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro – (1808-1850)**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Métodos Científicos**. In: **Fundamentos de Metodologia Científica**. Capítulo. 4. São Paulo: Atlas, 1991.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. In: **Cidadania, classe social e status**. Cap.3. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PROJETOS. **Grupo de Capoeira Angola Malta Nagoa, 2004 a 2008**. (mimeo)

REIS, L.V.S. **O Mundo de Pernas pro Ar – a capoeira no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000

SAES, D. A. M. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. In: *Crítica Marxista*, nº 16, Campinas: Editora Boitempo, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem Fronteiras – ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SOARES, C.E.L. **A Capoeira Escrava e Outras Tradições rebeldes no Rio de Janeiro – (1808-1850)**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004.

## A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM TERRA SONÂMBULA

**João Philippe Lima**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Piauí – Campus Cocal  
Cocal - Piauí

**Daniela de Sousa Araújo**

Secretaria de Educação do Estado do Piauí  
Teresina - Piauí

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo investigar como a guerra civil moçambicana (1977-1992) se encontra representada no universo ficcional do romance *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto. Na introdução, iniciamos com um breve apanhado histórico da guerra civil moçambicana, suas causas, trajetória ao longo dos anos e impactos exercidos sobre o país e sua população, para então inserirmos a narrativa ficcional dentro do contexto histórico do conflito, com suas duas narrativas paralelas, uma dominada pelo real e a outra, a dos escritos de Kindzu, onde o maravilhoso e o real se imbricam de forma inseparável. A interação das duas narrativas presentes na obra com a guerra civil moçambicana, bem como a caracterização desta em ambas, constituem o corpo do trabalho, que foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, com a leitura da obra em questão e do suporte teórico necessário para sua análise. Conclui-se que a mescla do real com o maravilhoso dentro da obra constitui-se uma

maneira de tornar os horrores reais do conflito palpáveis e verossímeis ao invés de relegá-los a segundo plano, trazendo a realidade histórica da guerra para o cotidiano de uma população que vê o real e o mágico como elementos constituintes e complementares da realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terra Sonâmbula. Guerra Civil Moçambicana. Realismo Mágico.

**ABSTRACT:** This paper has the goal of investigating how the Mozambican Civil War (1977-1982) is represented in the fictional universe of Mia Couto's novel *Sleepwalking Land*. On the introduction we start with a historical briefing of the Mozambican Civil War, its root causes, trajectory and impacts exerted over the country and its population, and then we insert the fictional narrative into the historical context of the conflict, with its two parallel narratives, one dominated by the real and the other, the Kindzu manuscripts, where the wonderful and the real intertwine in an inseparable way. The interaction between the two narratives in the novel with the Civil War, as well as the its characterization in both of them, constitute the bulk of the paper, which was carried out through bibliographical research, with the reading of the novel in question and the theoretical support material needed for accomplishing the analysis. We conclude that the mixture of the real with the wonderful inside the novel constitutes a way of

making the horrors of the conflict palpable and truthful instead of relegating them to a second plane, bringing the historical reality of the war to the everyday life of a populace that sees the real and the magic as constitutive and complementary elements of the reality.

**KEYWORDS:** *Sleepwalking Land*. Mozambican Civil War. Magical Realism.

## 1 | A EXPERIÊNCIA COLONIAL E A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

Apesar de a presença portuguesa em Moçambique remontar à era das grandes navegações, a dominação colonial só se estendeu por todo o território do país em finais do século XIX, na esteira da corrida imperial europeia por territórios na África, que por sua vez era resultado da Revolução Industrial, que criou uma enorme demanda por matérias-primas nas economias industriais avançadas da Europa. Nos séculos anteriores, a presença colonial portuguesa se dava por meio de feitorias e entrepostos comerciais situados na costa, como Quissanga e Sofala. Portugal tinha que rivalizar com árabes e somalis por influência sobre o território moçambicano e as diversas entidades políticas locais que o governavam. O Império Português tinha nas suas possessões na América e no comércio de escravos suas prioridades.

Com o fim do comércio de escravos e a independência do Brasil no século XIX, Portugal voltou suas atenções para os remanescentes de seu império colonial na África, processo intensificado pelo interesse de outras potências europeias, notadamente o Reino Unido, nos territórios portugueses na África Meridional. Nesta época já um país pequeno, periférico e pobre, Portugal não podia se dar ao luxo de perder suas colônias e o que ainda lhe restava de territórios ultramarinos e status imperial, e as colônias africanas, antes relegadas a segundo plano, rapidamente se tornaram prioridade máxima para o estado português, como bem pontua Alexandre (2000, p. 181): “A ideia vai marcar todo o pensamento nacionalista português nos séculos XIX e XX, que vê na construção de um novo sistema colonial a preservação da herança histórica e a garantia de existência da nação”.

Auxiliado pelas tecnologias da revolução industrial, notadamente as de armamento e transporte, Portugal procede a consolidação do domínio sobre Moçambique e suas demais colônias africanas. A colonização portuguesa era peculiar em relação às demais metrópoles europeias em dois aspectos: primeiro, a presença nestes territórios que remontava ao século XVI, enquanto as demais potências europeias somente estabeleceram uma presença significativa a partir da segunda metade do século XIX; segundo, a debilidade e o atraso da economia portuguesa: comparado aos colossos industriais britânico, francês e alemão, Portugal era ainda um país majoritariamente rural e dependente da produção de commodities agrícolas. Sua anêmica indústria era pouco competitiva, e dependia do acesso privilegiado aos mercados coloniais para

sua própria sobrevivência. De modo que, ao longo das décadas que se seguiriam, a economia portuguesa viria a depender de suas colônias mais do que a de qualquer outra metrópole europeia, fato que o levaria a resistir ao fim do domínio colonial também de maneira mais obstinada do que as demais potências coloniais.

O estabelecimento desse controle colonial em Moçambique não se deu sem resistência. Acostumados à atuação colonial distante e protocolar das décadas e séculos anteriores, os governantes locais resistiram o máximo que puderam à imposição do domínio colonial mais direto que a metrópole buscava impor. A solução foi impor um governo militar diretamente submetido ao poder central em Lisboa; as companhias particulares, que antes exerciam as atribuições do estado português, foram relegadas a papéis secundários em algumas regiões da colônia. Iniciada em 1886, a campanha para adquirir o controle total do território moçambicano só se completaria em 1918. As práticas econômicas impostas pelo poder colonial direto provocariam ressentimento que explodiria em ocasionais revoltas ao longo de todo o período de domínio português, especialmente as migrações forçadas de trabalhadores para trabalhar nas minas das colônias inglesas vizinhas (Portugal recebia por cada trabalhador enviado às minas sul-africanas e zimbabuanas) e nas monoculturas destinadas à produção de commodities para exportação, grande fonte de receita para a metrópole. Tony Judt ressalta a importância que as colônias africanas tinham para a economia portuguesa e o efeito deletério das políticas coloniais para as populações nativas:

O minúsculo Portugal—A menor e mais pobre das potências coloniais europeias—extraía matéria-prima de suas colônias em Angola e Moçambique a preços extremamente favoráveis; elas também ofereciam um mercado cativo para suas exportações, que não eram competitivas internacionalmente. Dessa forma, Moçambique plantava algodão para o mercado de commodities português ao invés de comida para seu próprio povo, uma distorção que gerava lucros consideráveis e fomes locais regulares. Nestas circunstâncias, e apesar de revoltas malsucedidas nas colônias e golpes militares em casa, a descolonização portuguesa foi adiada o máximo possível. (JUDT, 2005, p. 280)

A frágil República Portuguesa foi substituída em 1926 por um regime autoritário, o Estado Novo, que ao mesmo tempo em que estabelecia um controle firme do estado sobre a população, era dominado por um saudosismo anti-modernista que via no resgate do passado a única solução para o futuro de Portugal. Dentro dessa cosmovisão, a manutenção do império colonial não apenas era de suma importância econômica como também provia a própria razão de ser do estado português, que via a si próprio como imbuído da missão de levar a civilização europeia e o catolicismo romano para os povos bárbaros do continente africano. Deste modo, as colônias eram importantes não apenas para a sustentação econômica, mas também ideológica, do regime português.

Não é surpreendente, portanto, que Portugal tenha resistido à independência de suas colônias mais do que qualquer outra potência europeia. Nenhuma outra

metrópole era tão dependente economicamente de seus protetorados. Além disso, o regime português era um estado autoritário e oligárquico, que temia não apenas a ruína econômica resultante da perda das colônias, como também o efeito que a independência das mesmas sinalizasse uma fraqueza do regime, que poderia ser explorada por opositores na própria metrópole. No começo da década de 1960, os impérios coloniais francês e inglês estavam em pleno processo de desmonte, e com exceção da Argélia francesa, as independências se deram de maneira surpreendentemente não-violenta. Portugal, no entanto, não deixaria suas colônias se libertarem de modo tão fácil, pelas razões expostas acima. Se quisessem obter sua independência, as colônias teriam que lutar. E neste processo receberiam ajuda importante da União Soviética, disposta a aproveitar o processo de descolonização para ampliar sua esfera de influência na África, operando no vácuo deixado pela partida das antigas potências. Movimentos de independência como o PAIGC em Guiné-Bissau e Cabo Verde, o MPLA em Angola e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), receberam ajuda substancial dos soviéticos em sua luta para se libertarem do domínio colonial português. Pequeno, pobre e pouco populoso, Portugal não conseguia enfrentar múltiplas rebeliões simultaneamente: o esforço de guerra drenava o erário e resultava na perda de milhares de soldados portugueses. E foram os militares os primeiros a desconfiar que lutavam por uma causa perdida: “A defesa de Portugal de seus domínios coloniais se tornava cada vez mais cara, sangrenta e sem esperança. As Forças Armadas sabiam disso melhor que ninguém. E elas também tinham outros motivos para estarem frustradas” (JUDT, 2005, p. 512). Salazar, o longevo ditador, havia morrido em 1970, e seu sucessor, Marcelo Caetano, não conseguia lidar com o descontentamento popular e a frustração entre as Forças Armadas. Em 25 de abril de 1974, uma junta militar depôs Caetano e anunciou planos de democratização e descolonização. No ano seguinte, as colônias portuguesas finalmente conquistariam suas independências. No entanto, a paz que se sucedeu o fim das guerras de independência seria breve, e logo substituída por outros conflitos.

## **2 | A GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA (1977-1992)**

Os grupos guerrilheiros que conduziram as guerras de independência das colônias portuguesas tinham não só inspiração ideológica socialista como também apoio logístico, diplomático e militar da União Soviética e de estados filossocialistas africanos como a Tanzânia de Julius Nyerere. Com a independência, o caminho destes grupos ao poder estava aberto, e eles não perderiam tempo em criar nos países recém-independentes modelos de organização política, econômica e social similares aos do socialismo real. Como diz Campos:

O projeto de transformação da sociedade moçambicana planejado pela FRELIMO

colocou o Estado como centro de todas as decisões, como a única instituição político-administrativa capaz de regular as populações. Qualquer outra forma de organização social regida pelas autoridades tradicionais ou pelas lógicas de parentesco era tachada como “feudal” ou “retrógrada”, pois representava um retrocesso para a nação. (CAMPOS, p. 80, aspas no original)

O desejo da FRELIMO de construir um estado moderno de feições marxistas-leninistas batia de frente com os modos de organização social tradicionais da sociedade moçambicana, alicerçados na autoridade dos chefes tribais locais, que se sentiam cada vez mais deslocados e despidos de poder no novo estado em construção. Somese a isso a insatisfação com políticas econômicas como as tentativas de copiar o modelo de fazendas coletivas estatais do modo de produção socialista, que arrancava camponeses de suas terras e lhes tirava a liberdade de produzirem o que bem entendessem, e tinha-se um caldo fértil para a erupção de revoltas. Uma coalizão de chefes tribais descontentes com a centralização estatal, antigos membros da elite colonial e dissidentes da própria FRELIMO descontentes com os rumos que o país tomava, resultou na formação da RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), que em 1977 lançou uma insurgência contra o governo central controlado pela FRELIMO.

A guerra civil que se seguiria duraria quinze anos e devastaria a economia, a infraestrutura e a organização social moçambicana. A FRELIMO continuava a contar com o apoio da URSS e de estados-satélites e simpatizantes como Cuba e Tanzânia, e a partir de 1980, do recém-instalado governo do ZANU-PF no Zimbábue. Até esta data era a RENAMO quem gozava do apoio do regime supremacista branco que dominava o país vizinho, que ainda se chamava Rodésia, bem como do regime segregacionista que governava a África do Sul. Estes regimes de minoria branca se ressentiam do apoio dado pelo governo moçambicano a movimentos como o ZANU e o CNA, que pretendiam derrubá-los. No contexto da Guerra Fria, a RENAMO contava também com o apoio indireto de potências ocidentais desejosas de diminuir a influência soviética no continente africano. Sendo assim, a guerra civil moçambicana não se resumia apenas a uma luta interna pelo poder, mas se inseria no contexto regional de luta contra os regimes segregacionistas que dominavam a Rodésia e a África do Sul e no contexto global de disputa entre EUA e URSS, fatores que ajudariam o conflito a se prolongar por muito mais tempo do que teria se tivesse se resumido a uma querela local.

Tanto a FRELIMO quanto a RENAMO foram acusadas de violações sistemáticas e generalizadas de direitos humanos e das leis e costumes da guerra. Massacres de comunidades inteiras vistas como leais ao inimigo e o uso de crianças e adolescentes como soldados eram lugar comum. Pega no meio do fogo cruzado da luta entre os dois grupos, a população civil sofreria de maneira atroz ao longo de todos esses anos. As políticas de requisições forçadas de alimentos e de reunião de camponeses em fazendas comunais denominadas aldeamentos, onde eles produziram sob as diretrizes impostas pelo estado, executadas pela FRELIMO, resultaram em escassez de alimentos e episódios de fome generalizada em várias regiões do país, ao passo

em que as campanhas de sabotagem e de guerrilha levadas a cabo pela RENAMO destruíram o pouco de infraestrutura que o país havia herdado do período colonial, esta já danificada nas lutas pela independência. Os efeitos catastróficos das ações de ambos os grupos envolvidos no conflito são bem representados ao longo do romance *Terra Sonâmbula*, como veremos em breve.

Potencializado por fatores externos, não é surpreendente que desenvolvimentos fora das fronteiras de Moçambique tenham também desencadeado o processo que levaria ao seu fim e ao estabelecimento da paz. A partir da segunda metade da década de 1980, dois fatores que alimentavam a guerra civil moçambicana se esvaneceram progressivamente, a ponto de praticamente desaparecerem ao final da década. No plano continental o regime segregacionista da África do Sul começou a ser desmantelado a partir de dentro, e sem o apoio de Rodésia (que nessa época já se chamava Zimbábue e apoiava a FRELIMO ao invés da RENAMO) e da África do Sul, a RENAMO se enfraquecera substancialmente. No plano global, a guerra fria entre EUA e URSS se encaminhava para um fim, e os soviéticos, emaranhados numa teia de problemas que levaria à destruição do próprio país em 1991, não tinham mais interesse em apoiar a FRELIMO. Desprovidos de seus patronos internacionais, os movimentos logo iniciaram conversações de paz, que culminaram nos Acordos de Roma, que em 1992 encerrariam a guerra civil de Moçambique. Neste mesmo ano Mia Couto lançaria o romance no qual o conflito que devastou seu país ocuparia um papel central na narrativa: *Terra Sonâmbula*.

### 3 | TERRA SONÂMBULA E A GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA

*Terra Sonâmbula* foi publicado em 1992, coincidência ou não, o ano em que a guerra civil moçambicana foi oficialmente encerrada e um acordo de paz assinado. O romance é dividido em duas narrativas que se entrelaçam entre si e se inter-relacionam com o real e o mágico, onde os saberes tradicionais e mitos e lendas locais se inserem no enredo. O pano de fundo no qual a narrativa se desenrola, no entanto, é bem real: a guerra civil que assolou o país por quinze anos e que conduz as ações dos personagens nos dois focos narrativos: é ela que leva Tuahir e Muidinga a se esconderem no ônibus carbonizado e Kindzu a abandonar sua vila e partir em busca dos míticos guerreiros naparamas. Tuahir e Muidinga encontram uma mala ao lado de um corpo, na qual encontram-se os cadernos de Kindzu. A história de Kindzu começa exatamente no dia 25 de junho, data da independência nacional, na qual nasce um irmão seu, batizado de Junhito em homenagem à emancipação política do país. Junhito é uma corporificação da nação recém-nascida: nem mal havia vindo ao mundo, já era assombrado por presságios agourentos de seu pai, que tem certeza de que o filho morrerá em breve, motivo pelo qual ele é transferido para o quintal para viver junto com as galinhas, até se tornar uma delas. Como disse o próprio Mia

Couto em uma conferência em 2005: “A metáfora no romance é simples, quase linear. Na altura, eu denunciava a nossa progressiva perda de soberania, e uma crescente domesticação do nosso espírito de ousadia” (COUTO, 2005, p. 193).

Aterrorizado pelas consequências da guerra, Kindzu foge de sua aldeia em busca dos míticos guerreiros naparamas, que haveriam de defender o povo do conflito:

Naparama? Nunca eu tinha ouvido falar em gente dessa. Surendra me explicou vagamente. Eram guerreiros tradicionais, abençoados pelos feiticeiros, que lutavam contra os fazedores da guerra. Nas terras do Norte eles tinham trazido a paz. Combatiam com lanças, zagaias, arcos. Nenhum tiro lhes incomodava, eles estavam blindados, protegidos contra balas (COUTO, 2007, p. 26-27)

Guerreiros tradicionais que teriam poderes mágicos, os naparamas representam a esperança de que a solução para os problemas trazidos pelo colonialismo e pela guerra fria, em suma, por dinâmicas políticas e econômicas externas ao continente e ao país, estaria num retorno às tradições locais. O fato de os naparamas serem invulneráveis a balas retrata este anseio de derrotar as mazelas do mundo moderno com antídotos advindos das raízes culturais ancestrais. É a busca de Kindzu por estes guerreiros lendários que o levará a percorrer boa parte do país e a encontrar as mazelas da guerra civil por toda parte. Ao chegar em Matimati, é aconselhado a ir embora imediatamente, pois o naufrágio de um navio que trazia suprimentos para as forças do governo despertara a ira dos governantes locais e retaliações eram esperadas. Não obstante, Kindzu sente que uma força imperativa o impele ao navio naufragado, para onde ele parte num pequeno barco, contrariando determinações das autoridades e arriscando a própria vida.

Enquanto isso, Tuahir e Muidinga continuam vagando pelas redondezas desoladas do ônibus, quando caem numa armadilha, dela sendo resgatados por aquele que a armou, o velho Siqueleto, último remanescente de sua aldeia destruída por grupos armados. Muidinga queixa-se de não terem sido recebidos de acordo com os antigos costumes de hospitalidade, ao que Siqueleto replica: “de facto, não é assim a maneira de nossa raça. Antigamente quem chegava era em bondade de intenção. Agora quem vem traz a morte na ponta dos dedos” (COUTO, 2007, p. 67). Este trecho ressalta a extensão do dano que o conflito infligiu sobre o tecido social, destruindo antigos costumes e instaurando a desconfiança no lugar da cordialidade. Siqueleto, por fim, resseca e morre como uma planta desprovida de água e alimento. Muidinga segue pensando na sua morte: “Com ele, todas as aldeias morriam. Os antepassados ficavam órfãos da terra, os vivos deixavam de ter lugar para eternizar as tradições. Não era apenas um homem, mas todo um mundo que desaparecia” (COUTO, 2007, p. 84). A destruição da organização social que vigia antes da guerra é um tema que perpassa toda a narrativa.

Após enfrentar dias de perigo no mar e ser auxiliado por espíritos, Kindzu chega ao navio naufragado, que não afunda por ser protegido por uma espécie de magia.

Nele reside uma mulher, Farida, cuja história é representativa da sociedade colonial e de suas mazelas: desprezada pela tribo e marcada para morrer por ter nascido gêmea, Farida é criada por um casal de portugueses, Romão e Virgínia. Virgínia é uma mulher pia e saudosista, que sonha em voltar para Portugal, enquanto Romão é um colono rico, empertigado e orgulhoso de sua superioridade sobre os nativos, a qual enxerga como algo inerente à sua natureza de branco europeu, e que lhe dá direitos como o de abusar sexualmente da enteada africana. Romão e Virgínia representam as duas faces do colonialismo português: uma religiosa e nostálgica da terra natal e de seu passado imperial glorioso, e outra mais sinistra, supremacista e que se arrogava um direito natural e divino de dominar as populações africanas nativas. O filho deste abuso, Gaspar, extraviado da mãe e cujo paradeiro é ignorado ao longo do romance, é a metáfora do papel do mestiço na sociedade moçambicana: meio africano, meio europeu, não consegue ser efetivamente nem uma coisa nem outra, e é desprezado por ambos os grupos.

No retorno a Matimati, Kindzu se depara com um outro aspecto sinistro do conflito: sua normalização aos olhos dos nativos: “De quando em enquanto se escutavam tiros, rajadas de metralhadora. Já nem nos alarmávamos. Lá fora havia o matraquear da morte, lamento de vidas que se apagavam. Para nós, porém, aquele ruído já era parte da paisagem”. (COUTO, 2007, p. 111). A guerra já se prolongava por tanto tempo que havia se tornado para as pessoas uma parte da vida, algo a ser aceito passivamente como os ciclos da natureza, que não poderia ser mudado pelas ações dos homens, que de qualquer maneira pareciam mais direcionadas a mantê-la e intensificá-la do que em acabar com ela. O contraponto desta aceitação da guerra como parte integrante da vida é feito pela reflexão nostálgica de Tuahir quando este relembra seu trabalho numa estação de trem nos tempos de paz:

Tuahir se recorda. Seu serviço havia sido numa estaçãozinha. Quando a guerra chegou os comboios deixaram de passar. Mas ele ficou em seu posto com sua lanterna, sua atenta bandeira. Aquela lanterna tinha restado como única luz entre tanto mato como se fosse uma lâmpada não dos homens, mas da terra. Pontualmente Tuahir madrugava na gare, varria o patamar, repassava as tábuas da casinha. Aplicava seu princípio: há-de vir, um dia o comboio virá. Quando chegasse a data ele estaria à frente da ocasião, todo fardado, todo organizado. Como sempre fizera, sacudiria a locomotiva em solene continência. As carruagens arrastariam seu suspiro de ferros, as meninas correriam com seus cestos vendendo frutas e a vida se banharia de luzes e vozes. (COUTO, 2007, p. 138)

Ao contrário dos habitantes de Matimati, resignados em aceitar a guerra como algo permanente, Tuahir lembra dos tempos de paz e alimenta a esperança de que eles retornarão, e com ela as estruturas sociais destroçadas pelo conflito haverão de renascer. O comboio é diretamente associado à paz: antes da guerra, ele sempre chegava, quando ela começou, deixou de passar, e quando ela terminou ele voltará e trará consigo a paz e a harmonia da qual a sociedade moçambicana tanto precisava e pela qual tanto ansiava. Trata-se de uma das poucas passagens da obra na qual um

personagem manifesta alguma esperança num futuro pacífico.

De volta a Matimati, o administrador local Estêvão Jonas trama com o fantasma do colono português Romão Pinto, pai adotivo de Farida, uma maneira de se apropriar de um dinheiro que pertencia ao falecido, num contraste entre a retórica anticolonial e anticapitalista da FRELIMO e a atitude de seus dirigentes locais cobiçosos dos bens deixados para trás pelos portugueses que fugiram do país. O conluio entre o fantasma do colono e o administrador local atual demonstra que a independência de certo modo resultara apenas na substituição de opressores estrangeiros por opressores nativos, e que os membros da FRELIMO esqueciam da ideologia socialista do grupo e buscavam acima de tudo o enriquecimento próprio, e viam o poder como ferramenta para atingir tal objetivo.

Enquanto isso Kindzu continua em busca de Gaspar, o filho desaparecido de Farida, e nesta busca chega ao local onde se amontoam as maiores vítimas da guerra: o campo de refugiados. Fugindo não apenas dos combates entre as facções que disputavam o poder como também das políticas de estado da FRELIMO e do terrorismo guerrilheiro da RENAMO, os refugiados viviam em condições extremamente precárias, como relata Euzinha, uma velha que vivia no campo: “A velha nos contava os casos do campo. Não se queixava de nenhuma tristeza. Ela já sabia: quem mais sofre na guerra é quem não tem serviço de matar. As crianças e as mulheres, esses são quem carrega mais desgraças”. (COUTO, 2007, p. 188). Como ela deixa claro, as maiores vítimas da guerra são os civis, e entre os civis, as mulheres e crianças, membros mais vulneráveis dessa população. Nos campos falta tudo, inclusive comida. Mas a escassez de alimentos não é somente uma consequência dos efeitos do conflito sobre a produção agrícola. A fome na guerra também pode ser usada como arma, e este é o caso no campo de refugiados visitado por Kindzu:

Em redor dos sacos, milhares de insectos roubavam comida. Os bichos vazavam o armazém com gulas de gigante. Como era possível? Tanto alimento apodrecendo ali enquanto morriam pessoas às centenas no campo? (...) Carolinda ardia de raiva. Seu marido tinha dado expressas ordens: aqueles sacos só podiam ser distribuídos quando ele estivesse presente. Era uma questão política, para os refugiados sentirem o peso de sua importância. No entanto, o administrador há semanas não ousava arriscar caminho para visitar o centro de deslocados. E assim a comida se adiava. (COUTO, 2007, p. 188)

O marido de Carolinda, Estêvão Jonas, é o comandante local da FRELIMO e o mesmo que conspira com o fantasma de Romão Pinto para reaver as riquezas enterradas pelo português. Ele personifica o ímpeto controlador do governo, que deseja dominar todos os aspectos da sociedade, e utiliza a inanição como ferramenta para exercer eficazmente tal controle. Vistos com desconfiança pelo governo e com desprezo pelos rebeldes, os refugiados no campo encontram-se abandonados à própria sorte.

Em seu desfecho, a narrativa retorna ao início: o ônibus carbonizado do qual

Muidinga resgata os escritos de Kindzu, enquanto este sonha com o futuro que estava prestes a viver. Os ziguezagues temporais na narrativa têm o propósito de demonstrar a natureza cíclica da guerra: em suas pausas, recomeços, intensificações e tréguas, ela vai se arrastando até alterar de forma indelével todo o tecido da sociedade moçambicana, em todos os seus níveis. A Terra Sonâmbula vive nesse estado intermediário entre o sonho e o real, no qual a guerra se insere como aspecto preponderante, definidor, dos dois mundos. Mas há também a esperança de que num mundo de sonhos a guerra chegue ao fim e a Terra desperte para um novo futuro, que terá de ser construído sobre os escombros das calamidades do doloroso passado recente.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Valentim. **Velho Brasil, Novas Áfricas**: Portugal e o Império (1808-1975). Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ARNAULT, Luiz. LOPES, Ana Mônica. **História da África**: Uma Introdução. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

CAMPOS, Josilene Silva. **As Representações da Guerra Civil e a Construção da Nação Moçambicana nos Romances de Mia Couto (1992-2000)**. Goiânia: Editora da UFG, 2009.

COUTO, Mia. **Moçambique, 30 anos de Independência**: No Passado o Futuro era Melhor? Via Atlântica, São Paulo, n. 8, p. 191-204, 2005. ISSN: 2317-8086.

\_\_\_\_\_. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUDT. **Postwar**: A History of Europe Since 1945. New York: Penguin Press, 2005.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

## AS REPERCUSSÕES DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PADRÃO DE SAÚDE-DOENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA

### **Luysa Gabrielly de Araujo Morais**

Faculdades Integradas de Patos, FIP  
Patos – PB

### **Regina Morais da Silva Araujo**

Faculdade de Juazeiro do Norte, FJN  
Juazeiro do Norte – CE

### **Lucas Paoly de Araujo Morais**

Centro Universitário Doutor Leão Sampaio,  
UNILEÃO  
Juazeiro do Norte – CE

### **José João Araujo Neto**

Universidade de Fortaleza, UNIFOR  
Juazeiro do Norte – CE

### **Janice Alves Trajano**

Universidade Federal do Ceará, UFC  
Fortaleza - CE

**RESUMO:** Escravizados, humilhados e transportados sem as mínimas condições de higiene, assim era a vida de parcela da população africana que era enviada às terras brasileiras. Diariamente dezenas de navios negreiros aportavam trazendo consigo negros escravizados. Sem as mínimas condições humanas, muitos deles já chegavam doentes e outros, devido uma baixa no sistema imune, acabavam por adquirir posteriormente patologias que lhe seriam fatais. Em meio às necessidades de manter um contingente de negros aptos

ao trabalho, à necessidade de sobrevivência da própria população e o sentimento de solidariedade que permeava as relações dentro da senzala, foi se formando o padrão de saúde-doença da população negra, tendo como protagonistas as rezadeiras e benzedadeiras, os barbeiros e, em poucos casos, os médicos. Essa construção inicial do padrão de saúde-doença tem repercussão no atual panorama da saúde negra, de modo que uma análise histórica é fundamental para compreender problemas de saúde pública como o distanciamento dessa parcela populacional dos serviços de saúde, em especial das Unidades Básicas, a falta de adesão à tratamentos médicos, a violência obstétrica e o racismo institucional que permeia as relações dentro da saúde pública brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde; População Negra; Escravidão; Saúde Pública

### 1 | INTRODUÇÃO

Não é possível pensar o Brasil sem considerar o aspecto multirracial que é característica presente na estrutura populacional do país, essa diversidade de raças tem como uma de suas motivações a diversidade de indivíduos que habitaram as terras brasileiras durante o período de colonização, dentre eles, africanos, portugueses, italianos e os

verdadeiramente brasileiros, que são a parcela formada por indígenas que já habitava a região quando os demais chegaram.

Diariamente, dezenas de navios negreiros aportavam no Brasil, principalmente em Salvador e no Pernambuco, na época, as regiões mais propícias para o desenvolvimento do comércio negreiro. As condições de higiene dentro desses navios eram escassas, boa parte dos escravos transportados acabavam falecendo durante o próprio percurso, Portugal-Brasil ou África-Brasil, e outros acabavam por desenvolver quadros clínicos patológicos que posteriormente poderiam resultar tanto em morte para o indivíduo quanto em transmissão de mazelas para os demais escravos, dando origem aos surtos patológicos nas senzalas.

É importante destacar que o período escravocrata foi o primeiro período da saúde da população autodeterminada como negra em solo nacional, sendo seu estudo de suma importância para o desenvolvimento de qualquer teoria acerca do padrão de saúde-doença dessa população, afinal, o período e toda a construção histórica desse panorama de saúde repercute de forma negativa no atual cenário da saúde pública do país.

Nesse sentido, o presente trabalho toma destaque por analisar essa construção histórica demonstrando as bases do padrão de saúde-doença da população autodeterminada como negra e, analisando os impactos dessa construção e as suas consequências em cenário nacional.

## **2 | BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO RAÇA**

O Ser Humano é um ser simbólico, ele procura classificar e distinguir as coisas, sejam elas objetos ou pessoas. As classificações são variáveis: idade, sexo, gênero, classe social, estado civil, nacionalidade e, uma das mais antigas, a classificação por raça. Borges (2002, p. 44) traz o conceito de raça em duas visões: uma sociológica, em que seria um grupo de mesma origem e com características mentais e físicas semelhantes, e uma biológica, em que os genes dos indivíduos seriam semelhantes, ou seja, no genótipo dos pertencentes a determinada raça existiriam singularidades em comum que fossem capazes de fazer-lhes semelhantes e distingui-los dos membros de outras raças.

Os conceitos de raça acabaram por servir de embasamento para o surgimento das teorias racistas, principalmente no século XVIII, que seriam as teorias usadas para explicar a diferenciação dos indivíduos por critérios raciais, bem como para justificar a posição socialmente ocupada pelos membros dessas raças. Lineu, um dos teóricos raciais mais conhecidos, divide espécie humana em homem europeu: engenhoso, branco, racional, ético, forte e governado pelas leis; homem americano: satisfeito com sua condição, governado pelos costumes, pardo e livre; homem asiático: amarelo, governado pela opinião e melancólico; e o homem africano: manhoso, negro, governado

pelos Senhores, preguiçoso, porém apto ao trabalho pesado. (BORGES, 2002, p. 45)

Outros teóricos racistas como Bernier, Gobineau, Chamberlain e Darwin também contribuíram com suas teorias e classificação da espécie humana, valendo o destaque a Darwin, com a teoria do Darwinismo Social, que se baseia na ideologia de culturas e sociedades inferiores a outras, em que o “mais apto” ou o “mais adaptável” deve sobreviver e se sobressair em comparação aos outros. O Darwinismo social é debatido até hoje e é considerado um dos marcos teóricos da teoria Eugenista.

A teoria Eugenista é, de modo simplificado, a teoria baseada na existência de uma raça superior branca destinada ao poder e à ascensão tanto econômica quanto social, enquanto as demais raças seriam destinadas geneticamente a servir. Não era possível falar em ascensão de classes, uma vez que a divisão era baseada em critérios genético-biológicos. Essa teoria também acredita que a miscigenação é um processo degradante e destruidor que levaria a degeneração da população, os teóricos acreditavam que a relação entre indivíduos de diferentes raças faria com que as características inferiores passassem a ser predominantes na população, reduzindo-os ao que alguns chamavam de “rebanho humano”. Sendo assim, para os adeptos dessa teoria uma sociedade destinada ao progresso é uma sociedade de população, ideias e cultura predominantemente branca, quando “mais branca” a sociedade, maior a chance de progresso, quanto “mais miscigenada”, maior a probabilidade de degeneração. (PETEAN, 2013). A teoria eugenista é considerada um marco teórico do nazismo.

É importante destacar que as teorias racistas serviam de embasamento teórico para a dominação social que era exercida na época. Em sua maioria as teorias são de origem europeia, sendo, portanto, criadas em um contexto de expansão marítima colonizadora para os demais locais do globo terrestre, estamos diante de um período de expansionismo e dominação. Por tanto, as teorias racistas foram usadas como justificativa para a suposta superioridade da população europeia e para a sua suposta predestinação genética e religiosa para a dominação das demais civilizações, em destaque, a africana, maioria negra, a asiática e a indígena, todos eles, de acordo com os critérios de classificação por raça, seriam teoricamente inferiores e destinados a servir aos interesses da raça dominante e predestinada ao poder, a raça branca, ou, mais especificamente, os europeus.

Com o advento dos avanços na área de estudos genéticos e sociais, foi possível superar a maioria das teorias racista, comprovando que aspectos genético-biológicos podem determinar relativas características individuais, mas que não podem servir de embasamento para separação ou classificação de pessoas, nem como fundamento para determinação da posição social ocupada pelo indivíduo.

As teorias racistas, em destaque o darwinismo social, em conjunto com o evolucionismo, determinismo geográfico, positivismo e iluminismo deixaram marcas profundas na estrutura social global, algumas, presentes até hoje. A marca com maior perpetuação na sociedade atual é notadamente o racismo. (SANTOS, 2002)

O termo racismo para Tzvetan Todorov (1993, p.107) pode ser considerado sob duas vertentes, na primeira, o termo designaria uma ideologia de superioridade de determinada raça sobre outra e na segunda ele designa um comportamento de ódio e/ou desprezo para com outra pessoa por critérios de raça. O racismo como ideologia é denominado por alguns autores como racialismo, que seria a ideologia da determinação biológica das qualidades morais, psicológicas e intelectuais dos indivíduos (GUIMARÃES, 2002,p.51).

O racismo pode se manifestar de diversas formas, tanto diretas quanto indiretas, valendo o destaque para o racismo institucional que é aquele realizado pela própria estrutura das instituições, com destaque, o Estado. Carvalho (2005) considera que o Estado compactua historicamente com o contexto de racismo institucional e que uma das maneiras que isso se configura é através do uso de políticas iguais para contextos populacionais diferentes, para o autor a implementação de políticas universalistas que não englobem as divergências entre os indivíduos, principalmente aquelas que surgem devido a segregação racial, são políticas de perpetuação do racismo institucional. As políticas em saúde, são um exemplo de políticas com presença considerável de racismo institucional.

### 3 | A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

O Brasil colônia é tipicamente um exemplo de sociedade racista. Vivíamos um cenário de dominação pela coroa portuguesa que, adotando as teorias racistas em ascensão na Europa, acreditava na sua predestinação e superioridade quanto às raças não consideradas brancas. Essa ideologia advinda da Europa através de Portugal serviu de embasamento para a perpetuação do sistema escravista no Brasil, uma vez que os Senhores de engenho, por serem brancos, consideravam-se como superiores às demais raças, com destaque os negros e os indígenas que serviram de mão-de-obra para suas fazendas.

Nesse sentido, os negros escravos não eram considerados seres humanos dotados de sentimentos e de um sistema biológico passível de adoecimento, os negros escravos, maioria dos que habitavam o Brasil, eram considerados como mercadoria e, conseqüentemente, sua morte seria prejuízo para os donos das fazendas. É provável que a partir desses dados uma interpretação superficial conclua que os senhores de fazenda proporcionavam acesso à saúde (médicos, medicamentos e qualidade de vida) visando não ter prejuízos e lucrar cada vez mais com o trabalho dos escravos. Infelizmente, essa é uma interpretação errada. (BARBOSA, 2013)

Inicialmente o tráfico negreiro era uma atividade lucrativa, tanto para os que realizavam quanto para os que compravam. Existia um verdadeiro “exército de reserva” pronto para substituir por um valor acessível qualquer déficit na quantidade de escravos trabalhando. Essa facilidade de substituição ocasionou um abandono da

saúde da população negra por parte dos “seus senhores” ficando, esta, a cargo de benzedeadas e rezadeiras, em sua maioria escravas, que usavam ervas medicinais, chás e banhos curativos na tentativa de curar patologias.

Devido sua necessidade de um maior mercado consumidor para seus produtos, além de um aumento das missões humanitárias, a Inglaterra aprova em 1845 a lei Bill Aberdeen, que concedia permissão à navios ingleses de aprisionar navios negreiros que tentassem aportar nas Américas (aqui incluso o Brasil). A aprovação dessa lei e, posteriormente, de outras como Lei Euzébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, gerou o que alguns autores chamam de “o período de decadência do tráfico negreiro”.

Com a diminuição do tráfico negreiro o valor de cada escravo subiu e os fazendeiros viram a necessidade de implementar medidas que melhorassem o que os Senhores consideravam como “vida útil” do escravo, para isso, começou-se a investir em Barbeiros (escravos ou homens livres que retiravam dentes, cortavam cabelo e aplicavam sanguessugas como tratamento para patologias) e, em raros casos, médicos propriamente ditos. Vale salientar que mesmo tendo acesso à medidas de saúde o negro continua a ser tratado como um objeto, o interesse na saúde negra era apenas relacionado com a perpetuação da mão-de-obra apta à produção (MARQUESE, 2006).

Com o advento da Lei Áurea, os negros, antes escravos, agora libertos, são entregues à um cenário de pobreza, miséria e abandono. Não há vagas de emprego para todos, não há condições sanitárias e nem local adequado para morar, tem-se início o processo de favelização e, com isso, o negro mais uma vez passa a ser estigmatizado como sujo, impuro e doente. Estamos diante de uma sociedade racista e segregacionista, que destinou a parcela de sua população às periferias, tanto no contexto urbano quanto no contexto de saúde pública.

A Revolta da Vacina é só um dos exemplos de como a saúde das populações mais pobres (majoritariamente negra) era/é tratada: questão de polícia e resolvida com violência. Os negros e/ou pobres tinham medo de fazer uso das vacinas porque não era costume do governo e da sociedade geral cuidar da sua saúde. O atual cenário da saúde negra não se diferencia em todo do cenário histórico de que é decorrente.

#### **4 | O PANORAMA ATUAL DA SAÚDE NEGRA**

As consequências da construção histórica do panorama de saúde negra mais marcantes no atual cenário de saúde pública é o distanciamento dessa parcela populacional dos serviços de saúde, em especial das Unidades Básicas, a falta de adesão à tratamentos médicos, a violência obstétrica e o racismo institucional que permeia as relações dentro da saúde pública brasileira. (MAIO E MONTEIRO, 2005)

Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) em 2012 62,8% das mortes maternas foram de mulheres negras, é importante

destacar que especialistas acreditam que essas mortes maternas são evitáveis caso a mulher receba acompanhamento e informação durante o pré-natal, ou seja, essa porcentagem é decorrente do distanciamento da mulher negra do atendimento médico e do sistema de saúde como um todo.

Ainda segundo o SIM/MS 65,9% das mulheres que relataram casos de violência obstétrica são mulheres negras, esse fato deve-se historicamente a construção da mulher negra como “apta a procriação”. Durante o período escravista algumas escravas eram consideradas como “melhores” para engravidar e aumentar o número de escravos pertencentes ao Senhor de engenho. O maior índice de violência obstétrica entre mulheres negras é decorrente desse “mito da negra parideira”.

As práticas de racismo institucional dentro do ambiente de saúde, principalmente hospitais e Unidades Básicas, é uma das principais motivações do abandono dos tratamentos por parte da população negra, fato este que resulta em uma maior mortalidade por causas evitáveis. Esse grupamento humano possui maior predominância de algumas doenças, a exemplo a anemia falciforme, que necessitam de um acompanhamento e tratamento eficaz para que não comprometam a qualidade de vida desses indivíduos, infelizmente, esse acompanhamento em vários casos não é possível uma vez que essa parcela populacional não se sente acolhida e nem respeitada no ambiente da saúde pública.

No sentido de evitar o panorama de racismo institucional e suas consequências, o Sistema único de Saúde adotou a Política Nacional de saúde integral da população negra (PNSIPN), política esta que visa atender as especificidades e demandas desse grupo de modo a não compactuar com um cenário de políticas universais e exclusivas dentro da atenção primária a saúde.

A PNSIPN sozinha não será capaz de modificar por completo o cenário historicamente construído de segregação e racismo que permeia o panorama de saúde da população negra, entretanto, segundo o Ministério da Saúde já foi possível notar, entre os anos de 2006 (ano de início da política) e o ano de 2014 diminuições consideráveis em indicadores como a mortalidade de crianças menores de um ano, a mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias e um relativo aumento nas consultas adequadas de pré-natal.

## 5 | CONCLUSÃO

Analises históricas são de suma importância para o melhor conhecimento de eventos atuais, o panorama de segregação vivenciado pela população negra no cenário da saúde do Brasil não foge dessa regra.

Sendo assim, foi possível depreender que a construção histórica desse padrão de saúde, desde o período escravocrata até os dias atuais evidenciou a necessidade da criação de políticas públicas específicas e eficazes na tentativa de incluir esse

grupo nas práticas em saúde.

A PNSIPN por só não é capaz de encerrar e banir o racismo institucional da saúde pública, essa política, vem no sentido de dar visibilidade e maior dimensão ao tema, fomentando debates e maiores estudos na área. E nesse ponto, ela tem se mostrado eficaz.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **O que é Saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 160 p. (Coleção Temas em Saúde)

BARBOSA, Keith. **Escravidão, Medicina e Doenças: investigando sociabilidades escravas nas plantations cafeeiras de Cantagalo, século XIX**. In XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal- RN, ANPUH Brasil, p.1 à 13.

BRASIL. **Ministério da Saúde**.

CARVALHO, J.J. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no Ensino Superior**. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

D'ORSI, Eleonora et al . Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro. 30, supl. 1, p. S154-S168, 2014 .

FILHO, J.B.S., “A questão do negro no curso de graduação em serviço social da universidade federal luminense”. **Universidade Federal Fluminense. Niterói**, 2004.

LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012

MAIO, M. C.; MONTEIRO, S.: In times of racialization: the case of the 'health of the black population' in **Brazil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 2, p. 419-46, May-Aug. 2005

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 74, p. 107-123, Mar. 2006 .

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.425 à 431

## BRASIL: A ÁFRICA NA AMÉRICA DO SUL

**Jorge Yuri Souza Aquino Leite Rodrigues  
Lins**

Faculdade Paraíso do Ceará

Juazeiro do Norte - Ceará

**Maria Eduarda Henrique Mascarenhas**

Faculdade Paraíso do Ceará

Juazeiro do Norte - Ceará

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo de apresentar um artigo científico no qual se diz com relação ao histórico do patrimônio cultural herdado dos povos africanos durante a época da colonização e após esta, analisando a sociedade brasileira através da aceitação da identidade cultural africana e suas expressões, e até no tratar da discriminação tão presente nesta sociedade, desta miscigenação em diversos setores, não somente no cultural como também no social, econômico, político, jurídico, ainda que o primeiro citado seja o enfoque principal do artigo científico. Através de pesquisas bibliográficas e meios eletrônicos, foi possível aferir a herança cultural africana que se encontra hoje, entranhada na cultura brasileira, que é por natureza, miscigenada, igualmente isso mostrado em questão das práticas culturais. Projetos como Africanidades tornam visível a história dos povos trazidos pela escravidão, mas que hoje tanto influenciam no meio cultural, a citar igualmente o órgão criado pelo governo, Secadi,

para inclusão destes a educação brasileira, trazendo consigo a tentativa de paridade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Africanidades. Afrodescendência. Identidade Cultural. Cultura.

**ABSTRACT:** This work aims to present a scientific article in relation to the history of the cultural heritage inherited from the African peoples during the time of colonization and after this, analyzing the Brazilian society through the acceptance of the identity African cultural and its expressions, and even in addressing discrimination so present in this society, of this miscegenation in various sectors, not only in the cultural but also in the social, economic, political, legal, even if the first cited is the focus Principal of the scientific article. Through bibliographical research and electronic means, it was possible to assess the heritage African culture that is today, ingrained in Brazilian culture, which is by nature, mixed, also shown in question of cultural practices. Projects such as Africans make visible the history of the people brought by slavery, but which today both influence in the cultural environment, to cite also the body created by the government, Cadi, to include these Brazilian education, bringing with it the Parity attempt.

**KEYWORDS:** Africans. Afridecents. Cultural identity. Culture.

## INTRODUÇÃO

Ainda no século XX as manifestações, os rituais e os costumes vieram a integrar o sistema cultural europeu e dos países que derivaram do mesmo durante a colonização, foram aceitas e julgadas como identidade cultural para a prática no meio social. No tocar do patrimônio cultural, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) iniciado em 1937, sendo um órgão oficial organizado pelo Ministério da Cultura, encarregado de preservar os patrimônios materiais, imateriais, arqueológicos e patrimoniais, utilizando-se de políticas de patrimonialização tendo como finalidade o objetivo de manter de formas mais efetiva qualquer espécie de costume, ritual, culinária ou herança simbólica de outros povos e que representam a história e o conhecimento daquele território e nação em si.

Assim, somente em 2003 com o advento da lei nº10.639 que foi adicionado a educação o ensino da história e cultura afro-brasileira no tocar da adaptação feita com toda o desenvolvimento econômico e sociocultural pelo decorrer do tempo após a colonização, projetos como Africanidades nas escolas públicas como uma ação afirmativa do governo brasileiro para levar a conhecimento do público o histórico cultural e social dos povos africanos. Fazendo com que seja resgatado a identidade afro-brasileira no contexto social, econômico, político que contribui para o enriquecimento da história do Brasil.

Projetos como “África de todos nós” têm como finalidade a autoafirmação da identidade cultural africana e afro-brasileira em si, componente específico para reconhecer que ainda há presente na sociedade brasileira um racismo escondido ou até visível sobre pesquisas etnográficas e de reconhecimento no meio político ou social de certa forma, este projeto têm como objetivo principal mostrar o percurso social e econômico no todo que foi levado pelos africanos para chegarem a ser aceitos seus costumes, rituais ou até culinária. Este projeto tem como enfoque também a aceitação que existe diferenças entre eles, mas que estas diferenças devem ser respeitadas e que todo o conceito produzido pela mídia sobre beleza, é relativa e até proveniente do pensamento europeu.

## PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Nos livros de história os negros, no sistema escravocrata, sempre são colocados como inferiores, os objetos (nas grandes fazendas, nas produções de cana-de-açúcar, algodão, na mineração), utilizados pelo homem branco, por malfadados quatro séculos, de forma desumana em prol de aumentar suas riquezas. Instituiu assim o tráfico negreiro e escravização em terras brasileiras, uso da força armada para se tornarem corpos fáceis de dominação (não somente feita pelo uso de armas, como também da cristianização).

Produzir um terrível (e ao mesmo tempo aplaudido pela sociedade)

engrandecimento da cultura da burguesia branco-europeia em conjunto com o menosprezo, a diferenciação feita pela cor da pele (o racismo), a subordinação de um povo, esses efeitos perduram nos dias atuais. Os mesmos efeitos que aumentam o discurso de ódio em relação aos negros (afrodescendentes e africanos) encontram-se revelados e velados, pois ainda são vistos como a carne mais barata do mercado, na vida real como também nas redes sociais, por meio dos “Memes”, piadas de caráter desprestigiador.

Primeiro trazidos de suas moradas, depois colonizados, escravizados, catequisados, abusados (referenciando o estupro das mulheres negras), assassinados, “libertados” (condicionados a uma falsa liberdade, pois não estavam mais presos a troncos, mas acorrentados à pobreza), jogados na miséria, marginalizados. E essa sequência (que infelizmente se repete em tempos de modernidade e civilidade) desastrosa continua, pode-se afirmar que houve um genocídio em massa.

A libertação dos negros foi vista como ato altruístico, de alta e clara bondade, entretanto as condições submetidas ao povo negro para manter a vida na sociedade eram mínimas, sem nenhum direito garantido. Isso contribuiu para a situação de miséria em todos os sentidos da população negra, pois ainda não são vistos como merecedores de direito, o que deve ser garantido a todos. O racismo ainda predomina na sociedade brasileira por falta do reconhecimento desse povo, até o próprio governo em meados dos anos oitenta colaborou para tais atos como se fosse um direito excludos de maneira hostil.

Na América do Sul podemos visualizar de diversas maneiras como os negros são colocados, meras mercadorias (lembrando-se das rotas de comercialização do corpo negro: As Américas, a Europa, o Oceano Índico, o Oriente Médio e a Ásia), locais onde a comercialização dos corpos negros era mais frequente: Caribe, América Central, norte da América do Sul, litoral nordestino, litoral do Sudeste e o interior de Minas Gerais.

No Brasil encontramos desigualdades exorbitantes na educação (o analfabetismo entre os negros chega a 11,5 %), na renda (o salário dos negros é 40 % menor em relação à renda do branco), na taxa de vida (um jovem negro tem 2,5 % chance de ser assassinado), do homem/ mulher branca do homem/ mulher negra gerando um abismo social de caráter incurável.

A sociedade é hipócrita e suja, uma hora aplaude as novas políticas e as chances de ter uma convivência melhor, dão-se as mãos, mas quando tem a oportunidade humilha o negro, muda de lado na rua com medo de ser assaltado pelo simples fato de ser negro. Para a construção de uma comunidade mais equiparada e justa depende tanto da atuação e mudança da sociedade quanto do governo, para que eles possam ocupar espaços antes tidos somente para os brancos. Ensinamos as crianças a acreditar que existe apenas um lado da trajetória negra, na qual aqueles que não têm a pela escura são superiores.

Temos ao longo da narrativa os momentos de resistência (como modo de sustento

cultural, social/ histórico de suas lembranças africanas), por exemplo: houve a formação de quilombos. Reconhecimento, justiça e desenvolvimento de todo um povo, com uma história que vão além dos chicotes, mascaras de ferro, troncos e açoites (mas é certo afirmar que existem outras formas escondidas na sociedade atual), mostram sua força, suas origens, é de conhecimento da maioria que os negros trazidos pertenciam à realeza em seu país. O Brasil é tomado pela diversidade, estando em constante mudança a sua formação de identidade, mas não será por esse motivo que deva ocorrer o desrespeito.

Com toda reflexão provocada por este ideal de justiça social e de ações afirmativas coordenadas pelo governo brasileiro e por demandas contemporâneas originou-se um patamar para que se atinja a tão idealizada identidade cultural, a qual o indivíduo ou um grupo se identifique a matriz cultural dos povos africanos inseridos no meio social e político do Brasil. Propondo em seu teor o objetivo da unificação da sociedade com os povos africanos, o que levou a miscigenação hoje presente no país, não do formato social, mas do reconhecimento cultural e as influências que foram inseridas, sendo elas, a música, a dança, a culinária, a religiosidade, artes, a capoeira (“arte marcial brasileira”) sendo ela um esporte, uma das inúmeras expressões espirituais inseridas no contexto brasileiro.

Daí a luta para buscar a valorização e inclusão no meio social, em todos os seus aspectos: cultural, religioso, econômico. Então, por que é mais fácil se identificar com a cultura branco-europeia? Aprendemos que ser negro é sinônimo de ruim, ser domesticado e inferiorizado; por que não se colocar no lugar de uma pessoa negra? Porque sabemos que eles são o resultado de décadas de repressão e opressão e que são marginalizados, pois menosprezar alguém por sua cor é sinônimo de ser superior, isso retira sua dignidade, sua humanidade e é colocado de novo na “caixinha do animalismo”, ou seja, eles não sentem como os brancos sentem, eles não podem ter os mesmos direitos, pois seria muito audacioso ficarem no mesmo patamar que os demais.

As expressões trazidas pelos africanos (se manifesta na música, religião e culinária) e continuadas pelos seus descendentes é um conjunto compartilhado de memórias, da manifestação religiosa, da língua, compõem a ideia de identidade cultural, que se tornaram representações nacionais (tendo influencia dos portugueses e indígenas e/ou silvícolas). Grande parte da sociedade encara as políticas públicas referentes aos negros como um favorecimento injusto, mas como já mencionado acima as dificuldades encontradas por aqueles que se denominam afrodescendentes ou até mesmo africanos é um fato notoriamente difícil de contornar. O governo tenta por meio de projetos como o “Africanidades” recorrente nas escolas públicas, a título de exemplo tem a Escola de Ensino Médio Governador Adauto Bezerra (EEMGAB), localizada em Juazeiro do Norte, Ceará; e outras.

Garantir o direito da minoria, num país onde o que prevalece é o interesse de uma maioria que não passa pelos mesmos problemas, motiva ódio e sentimento de governo

insuficiente, incapaz de gerar igualdade entre os seus habitantes. Os afrodescendentes serão colocados à margem sempre que a sociedade e o Estado esquecer que eles possuem dignidade, que devem ser protegidos, na ONU (Organização das Nações Unidas) foi instituída uma década internacional destinada aos povos de ascendência africana. Por isso dias destinados a população negra (Dia da Consciência Negra, Década Internacional) em forma de reconhecimento.

No tocar da participação do Estado na defesa e busca pela valorização mais significativa dos afrodescendentes e afro-brasileiros, juntamente com suas culturas, culinária e diversa, foi inaugurado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937, constatado como o primeiro órgão a ser encarregado de preservar resquícios das épocas de colonização e com isso toda herança nos diversos setores vindos da escravidão africana.

O IPHAN é um órgão vinculado ao Ministério da Cultura, originado na época de Getúlio Vargas que consta de diversos projetos visando à proteção de estruturas, práticas, culinária, etc. Dentre eles, o programa denominada Pronac, criado através da lei nº 8313 de 23 de dezembro de 1991 denominada de Lei Rouanet, vinda com a finalidade de fomentar práticas culturais dando acesso aos diversos tipos de culturas advindas das épocas anteriores a sua criação e até futuras, nos mais diversos níveis e locais que foram herdadas, isso ajudou sobre um sistema diferente, a autoafirmação da cultura vinda da África e o acesso a esta prática que foi proibida durante anos por ser considerada fruto de religiões discriminadas até então.

Projetos voltados para a preservação ou a difusão da cultura africana têm sido mais frequentes para que estas práticas se tornem mais aceitas pela sociedade brasileira, ainda que religiões como o Candomblé, de matriz africana, sofram de discriminações por não seguirem o ideal praticado pela confissão religiosa Católica. Grande parte destes projetos são destinados para que empresas dos mais diversos tipos, desde que sem fins lucrativos, participem e possam conhecer mais desta cultura herdada de outro povo que foi determinado importante na criação histórica do Brasil. Projeto este com nome de “Música, Canto e Dança de comunidades Afrodescendentes”, como um dos inúmeros programas feitos pelo IPHAN para assegurar o reconhecimento de outros povos, neste caso, o povo africano advindo da escravidão e do tráfico negreiro.

Dentre os mais diversos setores que o Estado tem influenciado, têm-se como maior exemplo a mudança realizada em 2008, através da lei nº 11.645 na lei de diretrizes e bases da educação nacional, esta lei veio com a intenção de modificar o texto de alguns artigos para introduzir no ensino das escolas públicas obrigatoriamente, o tema de história e cultura focada na vertente afro-brasileira e indígena. Esta mudança representou uma reviravolta na estrutura educacional ministrada pelos professores concursados, pois foi necessário a adaptação ou o estudo aprofundado nesse tema, para que se pudesse alcançar o devido reconhecimento como tema de igual importância para o aprendizado das futuras gerações.

Este processo de ensino da cultura e história dos povos afro-brasileiros em

especial, levou a criação de inúmeros projetos, dentre eles, faz-se necessário citar o projeto África de todas nós, este que faz parte de um conjunto de ideias, com o objetivo de mostrar o papel do homem afrodescendente na criação da identidade cultural e a capacidade de valorização destes povos, com a afirmação dos povos afro-brasileiros como africanos, representando a miscigenação presente no Brasil.

As ações afirmativas neste cenário educativo, se tornam mais importantes para o ingresso no ensino superior das populações menos abastadas economicamente, sendo elas principalmente as afrodescendentes e os grupos discriminados na sociedade brasileira. Ainda que segundo dados, apenas 58% das faculdades públicas adotaram as cotas raciais, exemplo esse dado para verificar a autoafirmação da condição de ser afrodescendente, que sofreu e ainda sofre, por grupos que se auto afirmam não favoráveis as cotas raciais.

No tocar das ações afirmativas, é somente após a promulgação da Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 que: “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”, utilizando-se da exclusão socioeconômica e cultura para alocar as vagas e que há uma pequena chance para que direitos à educação, dentre outros que entra nesta lei e também no Estatuto da Igualdade Racial, sobre assegurar um direito que era para ser intrínseco e já efetivado pelo próprio Estado desde o início da miscigenação advinda da época da colonização e escravidão.

O Estatuto da Igualdade Racial disposto na Lei Nº 12.288 de 20 de julho de 2010, que institui esse novo estatuto que têm a finalidade definida segundo o Artigo 1 que dispõe sobre:

Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Neste entendimento, o estatuto vem com uma finalidade de reconhecimento e valorização da cultura africana e afro-brasileira, sem distinções sobre influências europeias ou portuguesas, mas ela no todo, identidade cultural propriamente dita.

A exemplo maior da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) em conjunto com escolas públicas ou particulares com a finalidade de acrescentar:

Políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

Têm-se como objetivo maior, a inclusão dos grupos discriminados e a valorização das diferenças e da diversidade tão presente na sociedade brasileira, trazendo consigo

uma maior aceitação das heranças culturais herdadas desses povos advindos da escravidão na época da colonização.

O Secadi inova mais ainda no sentido que sua constituição permite a criação de projetos que visem o combate à discriminação racial, juntamente com busca da valorização da cultura, culinária e religião tão diversificada dessa região. Uma mudança expressiva no sistema de ensino, na educação das futuras gerações ao respeito as diferenças étnicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que as desigualdades sociais no Brasil são notórias, quando se trata da justiça social tem o dever governo criar oportunidades para o ingresso no ensino básico, médio e superior, ou técnico com o intuito de assegurar o princípio da isonomia social e o direito básico da educação disposto na Constituição Federal de 1998 (mais conhecida como a Constituição Cidadã), como uma política de reparação e retratação, valorização e reconhecimento do histórico-cultural afro-brasileiro e também africana. Criando uma reflexão histórica esta justiça social fortalecera a garantia dos direitos civis e sociais, aprendendo a respeitar a diversidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº11.645, de 10 de março de 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 01 de jul. de 2017.

BRASIL. Lei Nº12.771, de 29 agosto de 2012.

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 02 de jul. de 2017.

BRASIL. Lei Nº12.288, de 20 de julho de 2010.

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm)>. Acesso em: 02 de jul. de 2017.

DANIEL, Paulo. **A população negra brasileira**. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/economia/a-populacao-negra-brasileira](http://www.cartacapital.com.br/economia/a-populacao-negra-brasileira)>. Acesso em: 03, jul., 2017.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/15.pdf.htm>>. Acesso em: 02 de jul. de 2017.

EDUCAÇÃO, Ministério da. **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao>>. Acesso em: 04 de jul. de 2017.

GELEDES. **Os negros no Brasil Colonial**. Disponível em: <[www.geledes.org.br/os-negros-no-brasil-colonial/#gs.Cy3Cgel](http://www.geledes.org.br/os-negros-no-brasil-colonial/#gs.Cy3Cgel)>. Acesso em: 03, jul., 2017.

GELEDES. **A escravidão nas Américas**. Disponível em: <[www.geledes.org.br/escravidao-nas-americas/#gs.yJKcCOQ](http://www.geledes.org.br/escravidao-nas-americas/#gs.yJKcCOQ)>. Acesso em: 03, jul., 2017.

IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 01 de jul. de 2017.

IPHAN. **Notícias do IPHAN**. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/noticias-iphan1/-/asset\\_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/patrimonio-cultural-afrodescendente-581975/11061.htm](http://www.cultura.gov.br/noticias-iphan1/-/asset_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/patrimonio-cultural-afrodescendente-581975/11061.htm)>. Acesso em: 01 de jul. de 2017.

ONU. **Década Internacional de Afrodescendentes**. Disponível em: <<http://decada-afro-onu.org/>>. Acesso em: 03, jul., 2017.

SANTOS, Daniel. **Negros no Brasil**: uma história de discriminação em números. Disponível em: <<http://nossacausa.com/negros-no-brasil-uma-historia-de-discriminacao-em-numeros/>>. Acesso em: 03, jul., 2017.

## BRUXA E ADÚLTERA (A GLORIOSA FAMÍLIA (1997), DO ANGOLANO PEPETELA)

**Denise Rocha**

Universidade Federal do Ceará - UFC  
Fortaleza - Ceará

**RESUMO:** O objeto do estudo é apresentar a trajetória da bela e rebelde Matilde Van Dum, infratora das normas sociais impostas à mulher no século XVII. Nomeada como bruxa, por ser capaz de ter visões e fazer profecias, a católica casou-se grávida com um calvinista e cometeu adultério na sacristia de uma igreja. A análise do comportamento ousado e erotizado, de Matilde, uma das filhas do clã Van Dum, do romance **A gloriosa família** (1997), de Pepetela, que aborda os sete anos (1641-1648) da presença dos holandeses calvinistas em Luanda (Angola) e adjacências, para organizar o tráfico de escravizados para as lavouras de cana-de-açúcar, no nordeste do Brasil, será baseado nas reflexões sobre o erotismo e a religião, de Bataille, e sobre o interdito e a transgressão, de Foucault.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura angolana, Pepetela, *A gloriosa família*, transgressão, mulher.

**ABSTRACT:** The object of the study is to present the trajectory of the beautiful and rebellious Matilde Van Dum, who violated social norms imposed on women in the seventeenth century.

Named a witch, being able to have visions and make prophecies, the catholic woman married pregnant with a Calvinist and committed adultery in the sacristy of a church. The analysis of the daring behavior of Matilde, one of the daughters of the Van Dum clan, from Pepetela's novel *The Glorious Family* (1997), which addresses the seven years (1641-1648) of the calvinist dutch presence in Luanda and surrounding areas, to organize the trafficking of slaves to sugarcane plantations in northeastern Brazil, will be based on reflections on Bataille's eroticism and religion, and on Foucault's interdict and transgression.

**KEY WORDS:** Angolan literature, Pepetela, *The Glorious Family*, transgression, woman.



Fig. 1- **Profetiza e suposta bruxa** Mãe Shipton.

Xilogravura de John Ashton, *Livro de contos populares*, século XVIII

## 1 | INTRODUÇÃO

Gertrudes fez esta exigência, como mais tarde confessou à família, porque Matilde, sua irmã mais nova, muito bonita, mas também muito bruxa, inclinada a visões e profecias, lhe confidenciou numa noite de trovoadas, propícia para essas coisas, que o pai estava a dar origem a uma linhagem notável, nas suas palavras, uma gloriosa família, e ela queria que seus netos e bisnetos carregassem o nome ilustre de Van Dum. Se ficasse o Pereira no fim, em duas gerações o glorioso nome desapareceria, em detrimento do arranjado para esconder o apelido judeu. (PEPETELA, 1999, p. 22 e 23).

Bruxa, que tinha visões e fazia profecias, é a maneira pela qual Gertrudes Van Dum, refere-se à sua bela irmã que tinha lhe aconselhado a manter o nome da família aos descendentes, colocando no registro do filho o sobrenome holandês em último lugar, ao invés o do esposo, Pereira, como era tradição portuguesa.

A profecia a respeito da formação de uma linhagem mestiça famosa, que foi revelada em uma tumultuada noite de tempestade, foi um dos prognósticos da jovem na conservadora e patriarcal Luanda no século XVII, espaço geoestratégico e cultural do romance **A gloriosa família: o tempo dos flamengos**, do escritor angolano Pepetela (Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos). Tal narrativa apresenta uma etapa da história angolana (1641-1648), que reflete o conflito transatlântico entre Recife (Brasil holandês) e Salvador (Brasil luso) em Luanda, por causa da requisitada mão de obra escrava para a lavoura nordestina de cana-de-açúcar.

Mulata com olhos azuis, Matilde, que era filha do católico Baltazar Van Dum, um comerciante de escravos, e sua esposa oficial, D. Inocência, desdenhava das noções de recato e assumia posturas ousadas em busca de prazer sexual, mesmo quando estava casada e tinha um nenê.

O objetivo do estudo é delinear a trajetória transgressora de Matilde, sob a perspectiva do erotismo e religião (Bataille), e do interdito e transgressão (Foucault).

## 2 | O EROTISMO (BATAILLE)

A relação entre os conceitos de erotismo, religião e angústia são temas da obra **O erotismo**, de George Bataille (1897-1962) que acentua que o corpo e suas modificações, ao responder aos movimentos vivos, excitam a pessoa interiormente. Eles estão conectados às facetas sedutoras e surpreendentes do corpo do ser humano sexuado, o qual busca um tipo de contato físico que pode ser vivenciado em plenitude.

A experiência do erotismo era possível em um período em que não se destacava a relação exata entre a interdição e a transgressão. Mas o Cristianismo se colocou contra a vivência erótica, a experiência sexual prazerosa, sem finalidade de procriação, que começou a ser considerada uma forma de transgressão a ser interdita:

A experiência interior do erotismo solicita daquele que a prova uma sensibilidade à angústia fundadora da interdição tão grande quanto o desejo que o leva a enfrentá-la. É a sensibilidade religiosa que liga, sempre estreitamente, o desejo e o pavor, o prazer intenso e a angústia [...]. (BATAILLE, 2004, p. 59).

Na mente da pessoa com formação religiosa, segundo Bataille, a energia do erotismo não flui bem, não acontece ou ocorre apenas raramente.

A católica Matilde, entretanto, não respeita a situação de decoro e pudor que a mulher cristã deveria manter enquanto solteira e ainda mais, quando casada. A inconsequente moça gosta de transgredir.

### 3 | A TRANSGRESSÃO (FOUCAULT)

Michel Foucault (1926-1984), no Prefácio à Transgressão, da obra **Estética e Pintura, Música e Cinema**, enfatiza que:

A transgressão é um gesto relativo ao limite; é aí, na tênue espessura da linha, que se manifesta o fulgor de sua passagem, mas talvez também sua trajetória na totalidade, na sua própria origem. A linha que ela cruza poderia também ser todo o seu espaço. O jogo dos limites e da transgressão parece ser regido por uma obstinação simples; a transgressão transpõe e não cessa de recomeçar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível. Mas esse jogo vai além de colocar em ação tais elementos; ele os situa em uma incerteza, em certezas logo invertidas nas quais o pensamento rapidamente se embaraça e por querer aprendê-las. (FOUCAULT, 2009, p. 32)

O sociólogo francês acentua a questão da transposição do limite do comportamento e acrescenta que:

[...] para tentar pensá-la [a existência], pensar a partir dela e no espaço que ela abarca, é necessário desafogá-la das suas afinidades suspeitas com a ética. Libertá-la do que é o escândalo ou o subversivo, ou seja, daquilo que é animado pela potência do negativo. (FOUCAULT, 2009, p. 33)

Para Foucault, a transgressão seria uma fina linha que separa o permitido do sonhado:

A contestação não é o esforço do pensamento para negar existências ou valores, é o gesto que reconduz cada um deles aos seus limites, e por aí ao Limite no qual se cumpre a decisão ontológica: contestar é ir até o núcleo vazio no qual o ser atinge seu limite e no qual o limite define o ser. (FOUCAULT, 2009, p. 34)

Além de ter atitudes morais transgressoras, Matilde faz algumas revelações sobre o futuro, afirmando sua posição como bruxa, além de proferir ameaças contra pessoas.

## 4 | A BRUXA

Mulheres diferentes, que ocupavam espaços de atuação feminina, especificamente, como parteiras, curandeiras e benzedoras, foram perseguidas e punidas na Idade Média europeia. A questão da política sexual da época focou nos poderes delas, principalmente, na área de contraceptivo e aborto, que ia contra a doutrina do Cristianismo, em uma época de muitas mortes - recém-nascidos, crianças, jovens e adultos - por causa de várias doenças incuráveis etc., que causavam um grave problema social. A prática de métodos e conhecimentos na saúde reprodutiva feminina, realizados por certas profissões, tornaram-se indesejáveis.

No ano de 1486 foi escrito o livro **Malleus Maleficarum (O Martelo das Bruxas)**, por Kraemer e Sprenger: um manual de perseguição às mulheres transgressoras, denominadas de bruxas, que foram enredadas pela Inquisição. A obra provocou uma histeria coletiva e influenciou a escrita de panfletos e baladas, ilustrados por xilogravuras que revelavam um sexismo latente.

### 4.1 MALLEUS MALEFICARUM (MARTELO DAS BRUXAS): um manual de perseguição às mulheres transgressoras (1486)

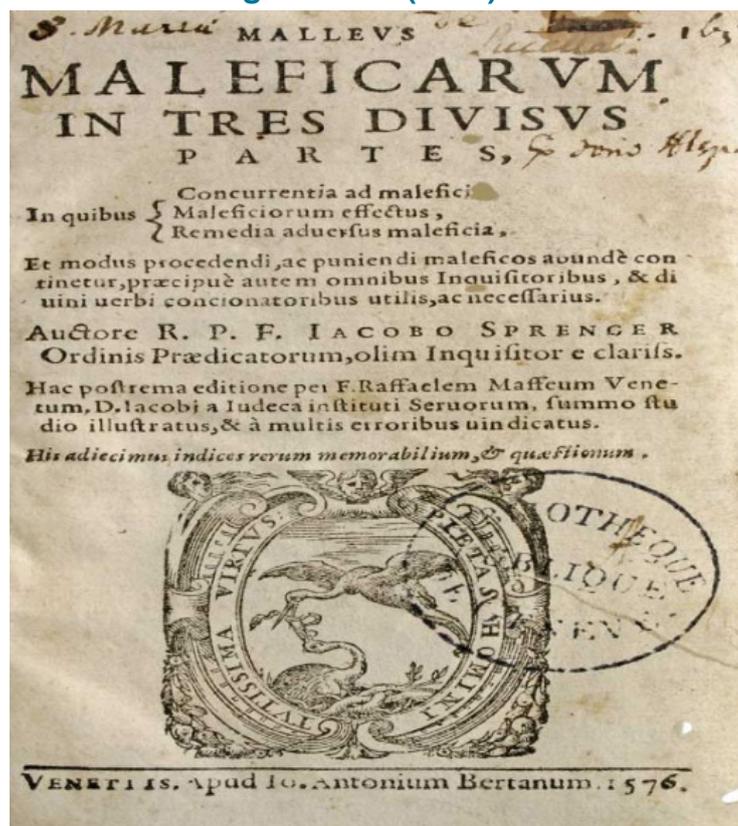


Fig. 2- Folha de rosto da obra *Malleus Maleficarum* (Martelo das Bruxas), 1576.

Escrito por dois monges dominicanos, Heinrich Kramer e James Sprenger, oriundos de regiões da atual Alemanha, em 1486, o livro aborda a situação da bruxaria: poder e prática, relações com o demônio e descoberta de pessoas que cometiam a heresia. Ao longo de três séculos, tornou-se um guia de instrução indispensável para

o Tribunal da Inquisição: identificação, interrogatório, tortura física e mental e punições diversas.

Muitas destas mulheres foram vinculadas às práticas com os demônios, compreensão reveladora de um sincretismo com o paganismo, cristalizado em narrativas com imagens de cenas de cavalgaduras celestiais, conforme revelado no **Malleus Maleficarum**:

[...] ainda que estas mulheres imaginem cavalgar (como assim pensam e dizem) com Diana ou Herodias, na verdade cavalgam com o diabo, que chamam com alguns desses nomes pagãos e projetam um reflexo sedutor em seus olhares. [...] E o terceiro ponto é este: o ato de cavalgar pode ser meramente ilusório, já que o diabo possui um extraordinário poder sobre as mentes de quem a ele se entrega, de maneira que as coisas que fazem em sua imaginação acham que as fazem real e verdadeiramente no corpo. E o quarto ponto é este: as bruxas assinaram um pacto que consiste em obedecer ao demônio em todas as coisas, onde afirmar que as palavras do Cânon devesse se estender até incluir e abarcar todos os atos de bruxarias é um absurdo, já que as bruxas fazem muito mais que estas mulheres, e em verdade são de uma espécie diferente. (KRAEMER; SPRENGER, 2007, p. 14)



**Fig. 3- Bruxa.**

Xilogravura de Michael Wolgemut, Nurnberg, Alemanha (1493)

A percepção da existência de um tipo de mulher na Idade Média europeia, que detinha conhecimentos sobre a saúde reprodutiva feminina e, supostamente, participava de cultos ao demônio, gerou pânico e psicose coletiva. Muitas delas foram condenadas em Autos de Fé e queimadas na fogueira.

O estigma de ser uma bruxa e, por isso, ser considerada perigosa e indecente para, ainda, em culturas de matriz ocidental cristã.

Matilde, porém, tinha orgulho de ser considerada bruxa, embora os olhos vigilantes da Inquisição estivessem presentes em Luanda, no século XVII, e o adultério também

fosse considerado delito no catolicismo.

## 5 | A ADÚLTERA



Fig. 4- Jesus e a mulher adúltera.

O relacionamento extraconjugal é explicado por Alexandre C. Teixeira da Silva no artigo **Adultério: prática e consequências**:

A palavra “adultério” vem da expressão latina “*ad alterum torum*” que significa “na cama do outro”, provém do latim *adulterium*, de *adulter*. Seus componentes léxicos são: o prefixo *ad* (que dá idéia de “cerca de, aproximação, para, em direção à”), a raiz de *alter* (que significa “outro”), alterada em *ulter* ao receber o prefixo, mais o sufixo *io* (que dá a ideia de “efeito ou resultado”). Assim, *ad + ulterium* (que na condição de advérbio, significa “o que está do outro lado, o que está mais longe”). (SILVA, s.d., p. 4)

A infidelidade era considerada no Antigo Testamento um dos mais abomináveis pecados perante a aliança entre o homem, a mulher e Deus, e exigia a pena de morte para a mulher. No Novo Testamento, segundo o evangelista João, Jesus prega a misericórdia para tal pecado.

A situação de uma adúltera, uma mulher que traiu o esposo em busca de satisfação sexual, durante a época de Jesus Cristo, seria morta, publicamente, em situação humilhante e desesperadora. O homem com quem estava não seria punido.

O Mestre a redimiu (João, 8, 6-11), em desacordo com a tradição judaica:

Os escribas e fariseus trouxeram à sua presença uma mulher surpreendida em adultério e, fazendo-a ficar de pé no meio de todos, disseram a Jesus: Mestre, esta mulher foi apanhada em flagrante em adultério. E na lei nos mandou Moisés que tais mulheres sejam apedrejadas; tu, pois que dizes? [...]

Como insistissem na pergunta, Jesus se levantou e lhe disse: Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire a pedra. [...]. (A BÍBLIA, 2002, p. 1319)

Jesus ousou perguntar sobre a situação individual de cada um deles, que estavam prontos a assassiná-la aos poucos, com pedradas, em relação às suas culpas, mas todos se afastaram. Ele perguntou: “Ninguém te condenou? Respondeu ela: Ninguém, Senhor! Então, lhe disse Jesus: Nem eu tampouco te condeno; vai e não peque mais”. (A BÍBLIA, 2002, p. 1319).

Na situação de Matilde, membro rebelde de **A gloriosa família**, a dimensão do adultério, uma prática pecaminosa em várias culturas e religiões, assumiu outra dimensão, pois ela própria orgulhava-se de ser infratora e feiticeira.

## 6 | PERCURSO OUSADO FEMININO EM LUANDA NO SÉCULO XVII

Pepetela foi agraciado com o Prêmio Camões 1997 pelo romance **A gloriosa família** (1997), que resgata os anos 1641 a 1648, época da colonização holandesa, pela Companhia das Índias Ocidentais, interessada no comércio de escravizados para o Brasil, em uma vila, Luanda, que fora anteriormente colonizada pelos portugueses.

Em **Pepetela e as (novas) margens da nação angolana**, Inocência Mata escreveu sobre afinidades temáticas dos romances históricos do autor (“narrativas de fundação”):

[...] que se aproximam pela textualização de traços primordiais - a saber, **Yaka**, 1984/1985, **Lueji. O Nascimento de um Império**, (1989), e **A Gloriosa Família. O Tempo dos Flamengos**, (1997) - são campo fértil para o desvelamento do seu projeto discursivo de nação, da luta narrativa na sua escrita (da nação) a partir de narrativas de fundação como são as três obras supracitadas. (MATA, 2001, p. 187).

A obra **A gloriosa família** está dividida em 12 capítulos com informações, em parênteses, sobre mês e ano do ocorrido a ser narrado, por exemplo (Capítulo Primeiro (*Fevereiro de 1642*)), o romance tem um prólogo sobre um episódio histórico envolvendo Van Dum, narrado por António de Oliveira Cadornega em **História Geral das Guerras Angolanas** (1680). Além de ter um glossário, anexado ao final, que contém 42 palavras, em sua maioria no idioma kimbundi, relativas à fauna, flora, cultura e religião nativa.

Neste romance de matriz histórica, o escritor angolano insere no início de dez capítulos dos doze constituintes da obra, fragmentos de livros de História de autoria prestigiada e de correspondência existente nos Arquivos de Angola, em Luanda, na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, bem como nos Arquivos da Haia e Prop, na Holanda; carta de anônimo sobre a vinda dos holandeses (maio de 1643), (Capítulo 2); relatório de Moortamer e Nieulant (11-09-1641) a respeito da amizade oferecida por Dom Agostinho, comandante da Ilha de Luanda, pertencente ao Congo (Capítulo 3); extrato de **A Dupla Restauração de Angola**, de Silva Rego (1948) com informações sobre

a evasão do governador Pedro César de Menezes, auxiliado pelo capitão Gaspar Gonçalves, o Ensandeira, (Capítulo 4); comentário de C. R. Boxer, em **The Dutch in Brazil**, sobre o precoce falecimento do cientista alemão Marcgraf, enviado de Nassau para Angola, onde foi vítima de paludismo (Capítulo 5); carta do governador Fernão de Sousa ao rei (29-07-1632) a respeito da necessidade de se batizar os negros em Angola, (Capítulo 6); carta de Cornelis Ouman ao Conselho do Brasil (12-01-1642), oferecendo seus préstimos a Nassau para estabelecer o comércio com os lusos (Capítulo 7); carta de Francisco de Sottomayor ao Rei (04-12-1645) sobre a facilidade dos batavos em adquirir gêneros alimentícios no Bengo e no Dande (Capítulo 8); carta do Padre António Vieira ao Marquês de Nizza (12-08-1648) a respeito da vital importância de Angola no comércio negreiro (Capítulo 9); carta de Padre Bonaventura da Taggia ao Monsenhor Ingoli (05-09-1646) sobre a futura vitória dos portugueses por causa dos prejuízos comerciais da Companhia das Índias Ocidentais (Capítulo 11) e carta do Padre António do Couto (05-09-1648) sobre a missa campal rezada próxima de Luanda, durante a reconquista lusa (Capítulo 12).

O narrador de **A gloriosa família** é um escravo, mudo de nascença, presenteado a Baltazar Van Dum pela rainha Jinga do Dongo e de Matamba, detentora do tráfico de escravos. Filho de um capuchinho italiano e uma escrava lunda, ele conta o cotidiano da católica família Van Dum, com detalhes sobre as fragilidades dos inúmeros membros: oito filhos legítimos com a esposa oficial Inocência (Gertrudes, Matilde, Rosário, Ana, Rodrigo, Ambrósio, Benvindo e Hermenegildo), três reconhecidos (Nicolau, Catarina e Diogo) e inúmeros anônimos, na Europa, na sua sanzala (propriedade rural), perto de Luanda, e outros na quinta localizada às margens do rio Bengo.

A obra expõe a vida da dinastia mestiça Van Dum, na cidade de Luanda e região, em uma época, na qual as católicas tinham que preservar a virgindade física até o casamento; proporcionar prazer sexual ao cônjuge e zelar pela integridade física e moral das filhas, perpetuando uma tradição de repressão erótica feminina.

Matilde Van Dum era “uma mulata redondinha de carnes e malandros olhos azuis [que] era apetejada por todos os homens da cidade” (PEPETELA, 2009, p. 48) e que flertava descaradamente. Ela era diferente de suas irmãs - Gertrudes, Rosário, Ana e Catarina -, fazia o que queria para sentir deleite, não respeitando o voto de castidade de um padre, tampouco os sagrados laços do matrimônio e da maternidade. Embora tivesse sido criada por uma mãe que fora educada na missão católica, a moça não quis seguir os valores morais que eram mantidos com rigor pela genitora e pelos membros masculinos do clã Van Dum.

O perfil da afoita jovem vai além da faceta sedutora, pois ela faz uma importante profecia sobre o futuro de Luanda, sobre os sete anos da presença holandesa (1641-1648), fato que se concretizou.

Matilde envolvia-se em discussões políticas, algo raro naquela sociedade patriarcal. Mas o ano de 1640, sinalizava o término do reinado dos Felipes da Espanha em Portugal (1580-1640), que ocorreu depois da morte de D. Sebastião (1578), em

batalha contra os mouros, em Alcácer Quibir, atual Marrocos. Em 1641, Luanda tinha sido invadida pelos holandeses, que não eram inimigos dos portugueses, e ainda não tinham ratificado nenhum tratado na nova conjuntura política lusa. Por isso, a jovem questionou o pai: “-Como vamos ficar, quando esse acordo for válido? - perguntou Matilde, de olhos azuis brilhantes quando certos temas eram atirados para a mesa”. (PEPETELA, 1999, p. 26).

## 6.1 PROFECIA E SEDUÇÃO DE UM PADRE

A respeito da chegada dos holandeses em Luanda, Matilde profetizou sobre a exata duração desta colonização a um religioso na quinta dos jesuítas, localizada próxima ao rio Bengo:

Sei que os flamengos vão ficar aqui sete anos. Desde o dia da chegada ao da partida vão passar exactos sete anos. Vi no dia que chegaram. Vejo isso constantemente escrito no céu.

Vês? Escrito? Escrito no céu?

-Gravado a fogo no céu. [...]

-Tens a certeza que vai acontecer?

-Nunca tive uma visão tão forte. Por vezes então, é tão claro que até me faz piscar os olhos, a frase gravada a fogo queima-me. Juro! (PEPETELA, 1999, p. 48 e 50).

Seus familiares e outros moradores de Luanda, juntamente com o governador, haviam se refugiado naquela propriedade dos padres, quando os flamengos invadiram o litoral luandense. Nessa ocasião, Matilde já havia desabrochado sexualmente e decidiu ter intimidades, escolhendo um padre, que embora tivesse certa idade, preservava um belo corpo. O início da sedução começou com o seu desejo de conhecer a propriedade que estava sendo mostrada por ele, a quem havia revelado sobre a permanência exata dos holandeses, acima mencionada, segundo narrou à sua irmã Catarina:

[...] mudou então a postura. Até aí estava em atitude de humildade e alguma preocupação. Devia ser ele a tomar a iniciativa, era muito mais velho e sobretudo era homem. Mas tímido demais. Soltei-me, disse ela, atirei tudo para o ar, nem queria saber o que ele podia pensar, era uma força interior, um grito impossível de calar, um fogo, uma sarça ardente que não dava para apagar.

-Me absolva, padre, me absolva.

Matilde se levantou e encostou às pernas dele, olhando-o nos olhos. O padre estava encurralado pelo tronco, não podia recuar. O jesuíta começou a balbuciar uma oração com os lábios entreabertos, meteu uma mão por baixo dos saíotes dela, sentiu o calor, revolveu os olhos. Ela o puxou e caíram abraçados no chão. E o padre absolveu-a no capim, nas palavras dela, misturadas com risonhos. (PEPETELA, 1999, p. 48 e 49).

Em Luanda havia muitos jovens da idade dela, mas a ousada Matilde decidiu seduzir um religioso que tinha feito voto de castidade e conseguiu que ele pecasse.

## 6.2 FLERTE, MATRIMÔNIO E ADULTÉRIO NA SACRISTIA DA IGREJA

Na ocasião do casamento do seu irmão mais velho, Rodrigo Van Dum, com Cristina Nuzzi, filha do governador da ilha de Luanda, Matilde começou a transgredir, publicamente, as normas da tradição:

As mulheres se colocaram de um lado, sentadas sobre esteiras, e os homens conversavam em grupos, afastados delas. Mas Matilde estava no meio de uma roda de oficiais mafulos, treinando o flamengo que aprendera com o pai, como nós todos. Fui observando esse grupo e logo distingui o que devia ser o tenente Jean Du Plessis. Se todos comiam Matilde com os olhos, esse oficial estava mais derretido que os outros e ela o mirava de vez em quando de maneira especial Jean Du Plessis, se as minhas deduções não estivessem erradas, o que dificilmente sucede, era o mais baixo do grupo. Moreno, mas mais branco que os portugueses. Tinha barba negra pontiaguda e bigode de pontas reviradas, o que distinguia dos outros, que tinham barbas ruivas ou louras. Não sei porquê, essas coisas não se explicam, são só intuições, mas me pareceu alguém inofensivo, de fraco caráter, o que era estranho se tratando de um oficial, correndo atrás de aventura e de dinheiro nos mares dos trópicos. (PEPETELA, 1999, p. 103).

Matilde mostrava ter grande contentamento em chamar as atenções dos oficiais do exército holandês e escolhera o tímido tenente Jean Du Plessis, como alvo de sua conquista. Seu comportamento ousado, provocou a atenção do Major Tack que comentou com o pai dela, Baltazar Van Dum:

- A sua encantadora filha tem muito sucesso junto dos meus oficiais, já reparou amigo Van Dum?

Foi na melhor das intenções, por um lado para desviar o rumo das conversas, por outro para cumprimentar Baltazar. [...] Mas teve o pior efeito, porque fez o meu dono reparar no grupo e na forma desinibida como Matilde ria no meio dos homens. Mostrava familiaridade de que ele não suspeitaria. Que soubesse, Matilde nunca tinha falado com um mafulo, que não fosse o próprio major e o capitão Savigny, que duas ou três vezes tinham sido convidados a comer na sanzala no sábado. E dessas vezes ela tinha se portado com o maior recato e provavelmente nem lhes tinha dirigido a palavra, pois o contrário teria sido notado. Como então ficava ela assim tão à vontade no meio de desconhecidos? (PEPETELA, 1999, p. 104).

Atônito, o pai observou a vergonhosa atitude da rebelde Matilde que logo depois, começou a se encontrar com o tenente na lagoa do Kinaxixi, localizada nas cercanias da sanzala (fazenda) Van Dum. O feitor Dimuka, que deveria seguir Matilde em todos os seus passos, percebeu os encontros ilícitos e ameaçou fazer a denúncia a Baltazar, ela, porém, o ameaçou, conforme contou à Catarina:

- [...] esse não mete medo. Pois o maldito, como dizes, já descobriu há muito tempo. Mas não abrirá a boca. Percebi que ele vinha atrás de mim, logo da primeira vez. Uma intuição, sabes como é, das que eu tenho. E lhe avisei, se vires alguma coisa e se quiseres contar alguma coisa do que vires, eu faço de maneira que só cobras vão sair da tua boca, até morreres. (PEPETELA, 1999, p. 122).

Inconsequente em todas as suas atitudes, Matilde engravidou, mas o namorado

não queria assumir, publicamente, o relacionamento, dizendo ser calvinista sem interesse em celebrar matrimônio em igreja católica. Desesperada por estar solteira e gestante, sem chance de casar-se com Jean, Matilde, ciente de ter dado um passo errado, segundo as regras católicas de preservação da virgindade, buscou apoio junto ao pai:

Matilde era de facto a sua preferida, pois o surpreendi três dias depois do escândalo a dizer para Benvindo, a tua irmã ao menos enfrenta as coisas, quando viu que não conseguia convencer o tenente, veio ter comigo e abriu o jogo, eu não soube por terceiros, soube por ela, isso é muito importante, revela carácter, quem me dera que todos vocês o tivessem. (PEPETELA, 1999, p. 141).

Furioso, Baltazar procurou o major Tack para buscar uma solução para a vergonha da gravidez de sua filha solteira, que tinha sido provocada pelo oficial Jean, o qual teve que reparar o erro. O desigual casal constituiu um acolhedor lar:

A casa da bela Matilde na cidade alta se tornou num lugar elegante para os mafulos. Os oficiais não tinham as mulheres com eles, preferiam deixá-las na Holanda ou no Brasil. [...] não desdenhavam um chá de caxinde, à tarde, pretexto para esvoaçarem à volta de Matilde e discutirem livros, pintura, viagens, filosofia. [...] De facto havia razão para isso. Matilde saiu da terrível provação que é o primeiro parto mais bela ainda. Como se com o filho e as porcarias que eliminou se tivesse purificado. Os olhos brilhavam mais luminosos, a pele ficou de uma suavidade nunca vista e até os lábios cheios pareciam mais vincados. (PEPETELA, 1999, p. 145 e 146).

A bela residência tornou-se um salão literário e cultural de dimensão internacional e o nascimento de Henri alegrou ainda mais a atmosfera, mas Matilde já estava enfastiada com o esposo, pois o prazer dela era seduzir, conquistar e seguir em frente. À sua irmã Catarina confidenciou que ele não tinha: “[...] piada nenhuma, coitadinho, lhe falta o jindungo”. (PEPETELA, 1999, p. 146). Ela já estava interessada no oficial holandês Jost que frequentava o seu lar.

O local para deleite sexual escolhido pelo casal era a Sé, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que tinha sido abandonada e degradada, depois da invasão dos holandeses calvinistas. Fogosa, Matilde não se importava com a desordem e a sujeira da sacristia onde se realizariam os encontros interditos pela moral cristã.

Precavido, Jost Van Koin tinha trazido uma manta para forrar o chão nojento, mas o desejo intenso não fora concretizado, de forma satisfatória:

Matilde não estava tranquila e o acto de amor se ressentiu da inquietação. Foi tudo muito rápido, a despachar para ir embora o mais cedo possível, os dois a ficarem desiludidos pelo sabor a pouco em face do desejo que nutriam. Se despediram com muitos pedidos de desculpa, da próxima vez será melhor. (PEPETELA, 1999, p. 156).

Erotismo e sacristia não combinavam. A sala dessacralizada estava impregnada, ainda, de uma atmosfera de religiosidade. Matilde não estava conformada com o

fracasso do interlúdio físico, mas estava indecisa:

Por isso, recusou outros encontros, foi adiando, adiando, até que uma semana depois cedeu, o desejo era muito e Jost tão querido, nas tardes de visita de visita a fitava com olhos de cão injustamente castigado, suplicando mais um encontro, só mais um e depois a morte. Ela não podia resistir a tanta paixão. [...] (PEPETELA, 1999, p. 157).

Avisado do adultério, Jean os surpreendeu: “Estava enlaçada a Van Koin, por cima da manta que ele deixara embrulhada num canto da primeira vez, quando fez a irrupção o enganado marido”. (PEPETELA, 1999, p. 157). Matilde retornou à sua casa, arrumou algumas coisas e voltou para junto dos seus familiares, com o recém-nascido Henri.

Jean acabava-se com o álcool, e Jost contava a todos, na taverna, sobre sua virilidade, enquanto que aguardava um duelo com o marido traído que não concordou em pegar em arma para defender sua honra perdida. Para ele, se não havia mais amor, o casamento tinha acabado e não havia necessidade de restaurar reputação alguma. O canalha falastrão foi transferido para outra guarnição holandesa. E Jean, por não ter aceitado o confronto armado, foi considerado covarde e, por isso, também foi realocado, perecendo em um naufrágio.

Pivô de tanta infelicidade, motivada pela grave violação dos deveres conjugais e maternais, Matilde foi muito criticada, pois a prática de adultério era criminalmente mais grave quando praticado pela esposa.

### 6.3 RECATO COM O NOVO PRETENDENTE

Jovem mãe e viúva, Matilde conheceu Daniel Boreel, engenheiro de diques e canais, que tinha como objetivo construir um canal para transporte de água para Luanda. Parecia que ela tinha sossegado sexualmente, pois nada indiscreto foi observado naquele relacionamento. O narrador comentou que:

Não o posso garantir absolutamente, todos sabemos como Matilde tinha ares de dissimulação, mas nunca os surpreendi em outras atitudes senão uns apertos de mão e conversas ciciadas de ternura, o que era muito pouco para a reconhecida fogosidade dela. [...]

Bolas, os dois eram novos e se desejavam, e pelo menos ela já tinha antecedentes. Como não passavam de conversas de portão? A ligação já durava há um ano ou mais e não acontecia nada. Pois bem, quase posso jurar, não aconteceu até a hora da partida, só se foi em sonhos. Nunca Matilde o atraiu para o quarto de arrumos, o tal que tinha albergado vários amores [...]. Estranho, muito estranho. Mas, por mais que me custe ver aqueles dois se separarem sem trocarem senão apertos de mão, não posso inventar beijos e saias a serem levantadas só para excitar algumas almas insatisfeitas. (PEPETELA, 1999, p. 356).

(PEPETELA, 1999, p. 356).

Daniel queria casar-se com Matilde, antes de retornar à Holanda, mas ela

recusou-se. Para o narrador, observador direto dos fatos, do “namoro que se traduzia apenas por conversas no portão”, a falta de intimidade do casal era objeto de reflexão:

Vi o barco dele partir numa tarde ensolarada de outubro, ela acenando com um lenço, ao lado do pai e dos irmãos. Seco o lenço, seco o sexo. Podia? Mistério que Matilde levará para a tumba. O engenheiro era impotente? E ela, nunca conseguiu curá-lo, mantendo a relação em puro platonismo? Já se viram casos assim, mas era de qualquer modo estranho acontecer logo com Matilde. (PEPETELA, 1999, p. 356).

O casto namoro entre Matilde Van Dum e Daniel Boreel causou perplexidade nos familiares e conhecidos.

## 7 | CONCLUSÃO

O percurso da atraente e transgressora Matilde, uma das filhas do numeroso clã de Baltazar Van Dum, do romance **A gloriosa família** (1997), de Pepetela, em Luanda, durante a ocupação holandesa (1641-1648), desvenda distintas facetas, a da bruxa e a da adúltera, que gostava de fazer abordagens sexuais, que se casou grávida com um calvinista e cometeu infidelidade conjugal, dentro de um espaço sacramentado, a sacristia da Sé de Luanda.

Suas atitudes transgressoras em uma sociedade patriarcal revelam o entrelaçamento entre o erotismo e a religião (Bataille), que apontam para o papel controlador do cristianismo nas relações sexuais, realizadas em busca de prazer e não para procriação. Nessa perspectiva, o deleite não ocorre de acordo com os desejos pessoais, fato que se mostra evidente na experiência extraconjugal insossa de Matilde com Jost na sacristia da igreja. A moça era rebelde, mas fora criada por uma mãe, antiga aluna de escola de missão católica, que lhe ditara a ideologia do recato da moça solteira e da fidelidade eterna da esposa.

Mal falada e repudiada na sociedade luandense, Matilde entendeu que o seu comportamento que revelava o apreço ao interdito e à transgressão (Foucault) provocou a tragédia de seu devotado esposo e o escárnio do amante exibido para o qual ela não passava de uma mulherzinha qualquer.

Matilde puniu a si própria por causa de seu comportamento não-convencional, iniciado com a perda da virgindade, um pilar das virtudes femininas da moça casadoira, com um padre, passando pela celebração do casamento com barriga visível de gestante e terminando com a traição do marido com o amigo dele, em flerte consolidado na residência do jovem casal, quando o filhinho tinha um mês de vida.

Ao conhecer o honrado engenheiro Boreel, ela parece ter tentado recomeçar sua vida afetiva com demonstrações de amor recatado, pois tinha amargamente aprendido que em uma sociedade patriarcal, a mulher, que ousasse viver seus desejos eróticos

de forma intensa e deixar visibilidades das experiências, não teria perdão.

## BIBLIOGRAFIA

A BÍBLIA DA MULHER: Leitura, devocional e estudo. Trad. de João Ferreira de Almeida. rev. e atual. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, Editora Mundo Cristão, 2002.

BATAILLE, George. **O erotismo**. Trad. de Antônio Carlos Viana. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CRABB, Jon. **Xilogravuras e Bruxas**. 30. out. 2017. Disponível em: <<http://www.penumbralivros.com.br/2017/10/xilogravuras-e-bruxas/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

FOUCAULT, Michel. Prefácio à Transgressão. In: \_\_\_\_\_. **Estética e Pintura, Música e Cinema**. Org. de Manoel Barros da Motta. Trad. de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 28-46. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Ditos-e-escritos-III-Est%C3%A9tica.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum**. O MARTELO DAS BRUXAS. Trad. de Alex H. S. Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/marcospaulo/files/2013/05/malleus-maleficarum-portugues.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

MATA, Inocência. Pepetela e as (novas) margens da nação angolana. In: \_\_\_\_\_. **Literatura angolana: silêncios e falas de uma voz inquieta**. Luanda: Kilombelombe, 2001. p. 181-192.

PEPETELA. **A gloriosa família: o tempo dos flamengos**. 2. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SILVA, Alexandre C. Teixeira da. **Adultério: prática e conseqüências**. Disponível em: <<http://www.fatin.com.br/download/texto-site-fatin-marco-prof-alexandre-adulterio-pratica-e-consequencia.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

## ICONOGRAFIA

Fig. 1- Profetiza e suposta bruxa Mãe Shipton. Xilogravura de John Ashton, *Livro de contos populares*, século XVIII. Disponível em: <<https://archive.org/details/chapbooksofeight00ashtuoft>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

Fig. 2- Folha de rosto da obra *Malleus Maleficarum (Martelo das Bruxas)*, 1576. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Malleus\\_Maleficarum#/media/File:Malleus\\_Maleficarum\\_edi%C3%A7%C3%A3o\\_1576\\_Veneza.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Malleus_Maleficarum#/media/File:Malleus_Maleficarum_edi%C3%A7%C3%A3o_1576_Veneza.jpg)>. Acesso em: 12 mai. 2018.

Fig. 3- Bruxa. Xilogravura de Michael Wolgemut, Nurnberg, Alemanha (1493). Disponível em: <<https://www.alamy.com/stock-photo-witches-the-witch-of-berkeley-said-by-william-of-malmsbury-to-have-47848703.html>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

Fig. 4- Jesus e a mulher adúltera. Disponível em: <<http://www.abiblia.org/ver.php?id=7268>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Denise Pereira** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE). Coordenadora das Pós Graduações: MBA em Logística e Supply Chain; MBA em Gestão Estratégica de Pessoas; MBA em Auditoria, Finanças e Controladoria; MBA em Comunicação Empresarial; MBA em Gestão Empresarial. Experiência nas disciplinas de Pós Graduação em: Metodologia de pesquisa, Artigo Científico, Responsabilidade Social, Metodologia do Ensino Superior.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-091-9

